**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL**

PETER SANTOS NÉMETH

**A TRADIÇÃO PESQUEIRA CAIÇARA
DOS MARES DA ILHA ANCHIETA:
A INTERDIÇÃO DOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS ANCESTRAIS
E A REPRODUÇÃO SOCIOCULTURAL LOCAL**

**SÃO PAULO
2016**

PETER SANTOS NÉMETH

A TRADIÇÃO PESQUEIRA CAIÇARA DOS MARES DA ILHA ANCHIETA:
A INTERDIÇÃO DOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS ANCESTRAIS
E A REPRODUÇÃO SOCIOCULTURAL LOCAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da
Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre
em Ciência Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Sant’Ana Diegues

Versão Corrigida

(versão original disponível na Biblioteca do Instituto de Energia e Ambiente e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP)

SÃO PAULO
2016

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO OU PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

N433t	<p>Németh, Peter Santos.</p> <p>A tradição pesqueira caiçara dos mares da Ilha Anchieta: a interdição dos territórios pesqueiros ancestrais e a reprodução sociocultural local / Peter Santos Németh; orientador: Antonio Carlos Sant'Ana Diegues. – São Paulo, 2016.</p> <p>248f.: il.; 30 cm.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo.</p> <p>1. Pesca artesanal – aspectos antropológicos. 2. Direito consuetudinário 3. Política territorial 4. Política ambiental 5. Impactos socioambientais. I. Título.</p>
-------	---

Nome: NÉMETH, Peter Santos

Título: A tradição pesqueira caiçara dos mares da Ilha Anchieta: a interdição dos territórios
pesqueiros ancestrais e a reprodução sociocultural local

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência
Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São
Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciência Ambiental.

Aprovado em: 15 de setembro de 2016.

Banca Examinadora

Profa. Dra. **Cristiana Simão Seixas.**

Instituição: NEPAM/UNICAMP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. **Sueli Angelo Furlan.**

Instituição: FFLCH/PROCAM/USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. **Alexander Turra.**

Instituição: IO/USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. **Antonio Carlos Sant'Ana Diegues.** Instituição: ESALQ/NUPAUB/PROCAM/USP

Presidente. Assinatura: _____

Figura 1 - *Resistência Caiçara*. 12 bravos remeiros ubatubanos e ao fundo o território ancestral caiçara do *Morro do Espia*. Foto: Janaína Zimmermann / Marcelo Ambrogi, 1ª Corrida de Canoa Caiçara: “Pescadores da Enseada”, Praia da Enseada, julho de 2010.

Para o povo Caiçara. Em honra aos ancestrais.

Agradecimentos:

Agradeço às minhas famílias, os Both Németh, os Carvalho Santos, os Casalderrey Prochaska. Minha querida Lilian e meu filho Rafael, sempre o porto seguro durante os tempos de mar revolto, amo vocês.

Minha gratidão e reverência a todos os “fogos” caiçaras de norte a sul de Ubatuba, que me adotaram como a um filho, iniciando-me nos segredos da arte pesqueira tradicional. Em especial à *Turma da Enseada*, os dos Santos, os Giraud, os Góis, os Graça, os de Oliveira e os de Jesus e aos amigos bravos remadores ubatubanos da AARCCA, *rema!*

Agradeço em especial ao Prof. Diegues pela imensa generosidade em abrir as portas da academia para um simples “pescador” e também ao Luiz Bargmann Netto, primeiro apoiador do meu trabalho como pesquisador.

Obrigado aos pesquisadores locais, José Ronaldo dos Santos, Julio César Mendes, Mário Ricardo de Oliveira e Élvio de Oliveira Damásio: os “três mosqueteiros” da resistência caiçara ubatubana. Peço bênçãos em nome do Divino Espírito Santo, obrigado Foliões!

Ao povo paulista pela manutenção do NUPAUB/PROCAM/IEE/USP; aos colegas, funcionários e professores que incentivaram a integração de conhecimentos: Sueli Furlan, Adrian Ribaric, Gustavo Moura, Luiz Beduschi, Sílvia Zanirato, Pedro Jacobi, Paulo Sinisgalli, Eduardo Caldas, Alexander Turra, Maria Gasalla, Claudia Santos, Ivan Martins, Caiuá Peres, Henrique Kefalás, Antonio Afonso, Samuel Yang, muito obrigado. Um imenso obrigado ao MAPA-Ubatuba, Ana Maria Paschoal da Cruz e Paulo Vasco e Fundação Florestal, Lucila Pinsard Vianna, Priscila Saviolo Moreira.

Agradeço aos companheiros dos vários fóruns de discussão dos quais participei no litoral norte: APE, MAPEC, AMESP, Z-10, CMDRP, PEIA, APA Marinha do L.N., PMU, SEAP/MPA, TAMAR, e especialmente aos amigos pesquisadores do Instituto de Pesca de Ubatuba, Sérgio Ostini (*in memoriam*), Élvio Damásio, Helcio Marques, Valéria Gelli, Ricardo Pereira, Marcelo Alves, Roberto Seckendorff, Venâncio de Azevedo, Laura de Miranda, Marcus Carneiro e Eduardo Sanches. Vocês do “*Pesca*” são valorosos semeadores de mares e de mentes.

Muito obrigado ao povo brasileiro pela bolsa CAPES de auxílio à pesquisa.

Em memória dos mestres Sebastião Lourenço de Oliveira Filho (*Tião Lourenço*), Benedito dos Santos Gil (*Ditanha*), Pedro Lopes, Heitor Pedro Ferreira, Rubens Bernardo Gil, Sebastião José Giraud (*Giró Velho*) e inúmeros valorosos caiçaras do *tempo dos antigos*.

A prática

É provável que o futuro não permita que os netos destes homens guardem as suas tradições. Logo chegarão as facilidades da tecnologia. Não farão mais seus barcos, não correrão tantos riscos e terão horas de trabalho marcadas por outras leis e regulamentos. É bem possível que se tornem patrões ou empregados. Suas casas, as que não forem vendidas para os turistas, estarão melhores e com mais conforto, e as Beneditas ou Marias estarão mais alinhadas com as roupas da nova moda. É, tudo isto irá mudar. Entretanto, tudo tem um preço. Os conhecimentos serão industrializados ou esquecidos; os territórios de pesca serão remarcados até o horizonte, deixarão de existir ou se entremearão conflitantes; alguns pescados serão esquecidos e alguns homens do mar irão bandear-se para empregos mais estáveis no continente onde, certamente, perderão o equilíbrio nas canoas. Só não irá mudar o amor pelo verde-azulado salpicado de branco, pelo raiar e pelo pôr-do-sol, pelo barulho das ondas nas pedras, pelo cheiro da chuva e do sal, pelo morno e macio chamego da areia nos pés, pela família, que estará sempre aguardando em um porto qualquer. Se um dia isto mudar, aí já será tarde demais para sonhar. (CAMARGO e BEGOSSI, 2006: p.18)

Figura 2 - A Turma da Enseada puxando a canoa caiçara, depois de uma *trancada* de 200 quilos de paratis (*Mugil curema*). Foto: Peter Santos Németh, Praia da Enseada, abril de 2007.

O fato

Naquela tarde havia uma festa de turistas no *Terrace*, e olhando para baixo, na água, entre as latas de cerveja vazias e barracudas mortas, uma mulher viu uma grande e longa espinha branca com uma enorme cauda numa das pontas, balouçando com a maré, enquanto o vento leste soprava o impávido mar, fora da entrada do porto. “O que é aquilo?”, ela perguntou ao garçom, apontando para a longa espinha do grande peixe, que agora era apenas refugio à espera de ser levado pela maré. “*Tiburón*” respondeu-lhe o garçom. Ele estava tentando explicar o que sucedera. “Tubarão”. “Não sabia que os tubarões tinham caudas tão belas e tão bem formadas”. “Eu também não”, replicou o companheiro¹. Rua acima, na sua cabana, o velho dormia de novo. Ainda estava dormindo afundado no próprio rosto, e o garoto estava ao lado dele, sentado, guardando-o. O velho sonhava com leões. (HEMINGWAY, 1952: p.125; 2000: p.126, grifos do autor, tradução nossa)

Figura 3 - Enquanto uma tradição se perde, outra se pode comprar. Foto: Peter Santos Németh, Praia da Enseada, julho de 2015.

¹ A sutileza desta passagem escancara como opera o progressivo processo de marginalização do conhecimento pesqueiro tradicional e todo seu universo simbólico pela imposição de uma visão de mundo *urbano-industrial*, pois na verdade trata-se da espinha de um espadarte, jamais a de um tubarão.

A memória

Figura 4 - *Giró Velho*, pai do mestre Sebastião José Giraud Filho. Foto: Arquivo da família Prochaska, Praia da Enseada, ano de 1950.

Talvez seja exatamente desta imagística da tradição que falte à nossa objetividade instrumental. Talvez esteja aqui, no caíçara, os elementos, ou fragmentos de uma nova utopia, de uma sociedade harmoniosa e solidária, fundada em uma temporalidade outra que não a da mito-ideologia do progresso linear e cumulativo. Talvez assim possamos entender plenamente a metáfora da ilha (da insularidade dos homens e da cultura), como alegoria de nosso destino comum nesta ilha cósmica em que vivemos e como fundamento ético maior em direção à uma necessária meta-identidade planetária. (RIBARIC, 1997: p.218)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - <i>Resistência Caiçara</i> . 12 bravos remeiros ubatubanos e ao fundo o território ancestral caiçara do <i>Morro do Espia</i> . Foto: Janaína Zimmermann / Marcelo Ambrogi, 1ª Corrida de Canoa Caiçara: “Pescadores da Enseada”, Praia da Enseada, julho de 2010.	3
Figura 2 - A <i>Turma da Enseada</i> puxando a canoa caiçara, depois de uma <i>trancada</i> de 200 quilos de paratis (<i>Mugil curema</i>). Foto: Peter Santos Németh, Praia da Enseada, abril de 2007.	5
Figura 3 - Enquanto uma tradição se perde, outra se pode comprar. Foto: Peter Santos Németh, Praia da Enseada, julho de 2015.	6
Figura 4 - <i>Giró Velho</i> , pai do <i>mestre</i> Sebastião José Giraud Filho. Foto: Arquivo da família Prochaska, Praia da Enseada, ano de 1950.	7
Figura 5 - Mapa de localização da área de estudo: Praia da Enseada e Ilha Anchieta – Ubatuba. Autor: Peter Santos Németh.	22
Figura 6 - O pescador João Batista e o Cisne Branco. Século 17 ou 21? Foto: Peter Santos Németh, Praia da Enseada, Enseada do Flamengo, julho de 2016, ao amanhecer.	24
Figura 7 - Mapa de Alonso de Santa Cruz, onde na moldura vermelha está o litoral norte de São Paulo. Fonte: Santa Cruz (1541-1560: p.348), ►N. (Sentido da orientação “Norte” do mapa).	25
Figura 8 - Mapa de João Teixeira Albernaz (1631), ►N. Detalha o litoral paulista, com destaque para as ilhas do litoral norte à direita da figura. No centro do círculo está assinalada a Ilha dos Porcos. Fonte: Fotografia de Vicente de Mello (<i>In ALBERNAZ</i> , 1997).	25
Figura 9 - Detalhe de um “registro de terras” de meados do século 19, na “Ençeeda dos Tobaróens” (atual Praia da Enseada) fonte: APESP. Foto: Peter Santos Németh, direto dos originais.	27
Figura 10 - Resultado da pesca de cação na Praia da Enseada no início dos anos 1950. Foto: Arquivo da família Prochaska, Praia da Enseada.	28
Figura 11 - <i>Lagarto</i> , <i>Jaime</i> e Lucas dividindo as tainhas do mesmo modo descrito por Vianna (1987). Foto: Lucas Guimarães, Praia da Enseada, junho de 2016.	31
Figura 12 - Pescador da Enseada “ <i>consertando a rede</i> ” do arrastão de praia. Foto: Paulo Florençano, Praia da Enseada, imagem que inspirou a capa de Schmidt (1948). Fonte: MISTAU – Shirley Santos.	33
Figura 13 - <i>Mestre</i> Sebastião <i>Giró</i> consertando a rede do <i>cerco flutuante</i> . Foto: Peter Santos Németh, Praia da Enseada, <i>Rancho do Paulinho</i> , abril de 2011.	33
Figura 14 - O “ <i>caveirão</i> ” da <i>florestal</i> voltando da Ilha Anchieta. Ao fundo a <i>Ponta Grossa</i> da Enseada. Foto: Peter Santos Németh, Praia da Enseada, julho de 2015.	36
Figura 15 - Mapa dos pesqueiros tradicionais de lula. Os pontos 1, 3, 4 e 5, indicam os locais percorridos durante a minha primeira “pescaria” de lula descrita no texto.	39
Figura 16 - O <i>zagarelho</i> (à esquerda) e a <i>garatéia</i> (à direita). Foto: Peter Santos Németh, 2016.	41
Figura 17 - Reprodução de algumas anotações de campo do meu período “pré-acadêmico”.	42
Figura 18 - Mapa do projeto RDS Enseada do Flamengo, ano de 2005. Reprodução: Peter Santos Németh.	44
Figura 19 - “ <i>Carteirinha</i> ” de pescador profissional. Reprodução: Peter Santos Németh.	45
Figura 20 - Mapa Lambalot. Foto: reprodução do original presumidamente do fim dos anos 1960, cedido pelo pescador e canoieiro local desde os anos 1940, Sr. Roberto Prochaska.	56

Figura 21 - Exemplo do nosso mapeamento em edição pela plataforma <i>Google Earth</i> . À esquerda, as pastas de arquivos com os dados coletados em campo. Reprodução: Peter Santos Németh, 2016.....	58
Figura 22 - Crianças aprendendo a pescar. Foto: Crianças e a canoa caiçara - Paulo Nogara.	88
Figura 23 - Pescador Ascendino (agregado do Perequê-Mirim) vendendo peixe na praia. Foto: Peter Santos Németh, Praia da Enseada, janeiro de 2014.	92
Figura 24 - Arrastão do <i>Chico</i> ; motor 18 <i>hp</i> com guincho. No horizonte a Ilhabela e outro <i>camaroeiro</i> arrastando na altura do Canal da Ilha Anchieta. Foto: Peter S. Németh, Praia da Enseada, <i>raiar do dia</i> , julho de 2015.....	94
Figura 25 - Nelson Góis e <i>Dito Grande</i> “ <i>espiando o dia</i> ”. Foto: Peter Santos Németh, <i>Gurita</i> , Praia da Enseada, julho de 2016. UTM-23K: 491299 E; 7401082 N.	106
Figura 26 - O <i>mestre</i> pescador caiçara, Antenor dos Santos, voltando de uma pescaria com a <i>Turma do Cerco</i> . Foto: Peter Santos Németh, Saco Grande, Enseada do Flamengo, novembro de 2009.	107
Figura 27 - Mapa geral das comunidades de pescadores do entorno e principais locais de pesca.	109
Figura 28 - Pescadores locais <i>Paulinho</i> e Sidnei (primo agregado das Toninhas), pescando parati <i>de tróia</i> , e sendo presos por “crime ambiental” (SÃO PAULO, 2010), a menos de 300 metros de sua moradia. Foto: Peter Santos Németh, Praia da Enseada, setembro de 2009.	112
Figura 29 - <i>Turma da Enseada</i> ontem: abril de 1954, <i>Venda do Maciel</i> as 11 da manhã. Foto: Paulo Florençano. Fonte: MISTAU - Shirley Santos.	113
Figura 30 - <i>Turma da Enseada</i> hoje. Em meio à <i>poeira</i> do <i>Tempo Frio</i> , os pescadores Lucas, <i>Jaime</i> , <i>Lagarto</i> e <i>Ico</i> , observam a “ <i>poeira</i> ” úmida se dissipar para então encontrarem suas redes. Foto: Peter Santos Németh, <i>Gurita</i> , Praia da Enseada, julho de 2016. UTM-23K: 491299 E; 7401082 N.	113
Figura 31 - Trecho da escritura de compra e venda da “Ilha dos Portos”, com a listagem de todos os “outorgantes”. Ao centro, na quinta linha, estão “Daniel Gil e sua mulher Dona Maria da Graça Gil”. Foto: Peter Santos Németh, direto dos originais (SÃO PAULO, 1965).	115
Figura 32 - Mapa das antigas roças, pesqueiros e locais de moradia e trabalho no Morro do Espia. Neste mesmo morro, hoje se pretende construir um “ <i>resort</i> de luxo” (CANOA CAIÇARA, 2016).	120
Figura 33 - A <i>turma do cerco</i> e agregados levando a rede para tingir. Foto: Peter Santos Németh, <i>Rancho do Paulinho</i> , <i>Canoa da Ivete</i> (1.5 tonelada de carga), setembro de 2010.....	124
Figura 34 - Mapa Geral do território <i>pesqueiro</i> utilizado pelos pescadores da Praia da Enseada, para todas as modalidades de pesca e espécies alvo.....	127
Figura 35 - <i>Mestre</i> Antenor e <i>mestre</i> James <i>falando de peixe</i> . Foto: Peter Santos Németh, Praia da Enseada, setembro de 2012.....	129
Figura 36 - Mapa temático do “volume mental” dos <i>mestres</i> pescadores locais (DOS SANTOS e DA GRAÇA, 2014, comunicação pessoal); e também indicando as “casinhas” e pessoas expropriadas da Ilha Anchieta em 1905 e 1906 (SÃO PAULO, 1965).	130
Figura 37 - Esquema de marcação do <i>Cascalho do Boqueirão</i> da Ilha Anchieta, com pontos modificados para preservar o “segredo” de como encontrar sua localização exata.	135

Figura 38 - <i>Puxando o lanço (ou lance)</i> . Pescadores do Perequê-Mirim puxam, enquanto as canoas de apara estão atracadas à rede do arrastão de praia. Foto: detalhe extraído de Schmidt (1948: pr.XV).	140
Figura 39 - Menino e sua canoas de apara. Os dois “mastrinhos” sustentam a rede de apara. Quando as tainhas saltam para escapar do arrastão, batem nesta rede e caem dentro da canoa. Foto: detalhe extraído de Schmidt (1948, pr.XIV). Praia do Perequê-Mirim, Enseada do Flamengo.	141
Figura 40 - Meninos ajudando com os peixes. A rede e as “voltas” ou peças de cabo na areia. Foto: detalhe extraído de Schmidt (1948, pr.VI). Praia da Barra Seca, Enseada de Ubatuba.	141
Figura 41 - Preparo da tinta de jacatirão, já em ponto de fervura para ser aplicada na rede do cerco. Foto: Peter Santos Németh, Praia da Enseada, julho de 2016.	143
Figura 42 - Mapa geral do território pesqueiro onde é utilizado o tresmalho de fundo e de costeira.	145
Figura 43 - João Batista pegou uma sororoquinha no tresmalho de fundo! No horizonte está a Ilha Anchieta. Foto: Peter Santos Németh, Largo do Saco Grande, Enseada, julho de 2015.	146
Figura 44 - João Batista dando “carona” ao Paulinho na canoa para largarem o tresmalho de fundo no Largo da Praia de Fora. Ao fundo o Boqueirão e a Itapeva. Foto: Peter Santos Németh, abril de 2011.	146
Figura 45 - Visitando o Cerco do Espia. Ico, Dito Grande, Paulinho e Antenor. Foto: Peter Santos Németh, Saco do Espia, Ponta do Espia, Enseada do Flamengo, novembro de 2009.	147
Figura 46 - Dito Grande remendando o cerco flutuante. Foto: Peter Santos Németh, Rancho do Paulinho, Praia da Enseada, julho de 2016.	148
Figura 47 - Localização de todos os pontos de cercos flutuantes, no passado e no presente.	149
Figura 48 - Pescadores de tainha: Déco (agregado do Perequê-Açú) e Chico Paru, trespassando a rede para fechar o lanço. Foto: Peter Santos Németh, Enseada do Flamengo, junho de 2008.	154
Figura 49 - Mapa geral do território de pesca utilizado para a pesca de tróia de tainhas e paratis pela comunidade de pescadores da Praia da Enseada.	155
Figura 50 - Antenor, Pedro Paulo e James, desmalhando um lanço de carapau, capturados com uma rede de parati malha 6. Foto: Peter Santos Németh, Praia da Enseada, setembro de 2010.	158
Figura 51 - “Daquela vez... lembra?”. Paulo Luiz de Jesus (sentado) e seu irmão Olímpio, vindo desmalhar na praia após capturarem cerca de 200 quilos de paratis em um único lanço com rede de tróia. Foto: Peter Santos Németh, Praia da Enseada, abril de 2007.	159
Figura 52 - Desmalhando o parati na praia. Todos que ajudam ganham peixe pra comer. Mesma pescaria da Figura 51. Fotos: Peter Santos Németh, Praia da Enseada, abril de 2007. Intervalo entre as duas imagens da Figura 52 acima: 1 hora e 48 minutos.	160
Figura 53 - Tião Lourenço dividindo o lanço de paratis meio a meio. Foto: Peter Santos Németh, Rancho Meu Chamêgo, Praia da Enseada, julho de 2014.	162
Figura 54 - Canoa de tróia e o peixe na praia. Foto: Leila Anunciação, Trindade-RJ, junho de 2016. À direita, traineira Velho Pocho I e 130 toneladas de tainha. Foto: Tiago Santos, junho de 2007.	164

Figura 55 - <i>Turma da Toninhas</i> . Flávio, Sidnei, Heider, <i>embarcando a rede</i> que a tainha tá grossa! Foto: Osiane Fernando, Praia das Toninhas, junho de 2016.	165
Figura 56 - Paulinho e Emídio <i>espiando a tainha</i> pular no Largo da Enseada. Foto: Peter Santos Németh, Enseada do Flamengo, 6 de julho de 2016.	165
Figura 57 - <i>Tião Manquinho</i> , pai do <i>mestre</i> Sebastião Lourenço, pesando uma garoupa prestes a ser vendida. Foto: Arquivo de família, Praia da Enseada, <i>Costeira do Júlio</i> , por volta do ano de 1950.	166
Figura 58 - <i>Marvada</i> , a nossa canoa de pesquisa. “Pra mim, essa canoa vale mais que uma <i>Ferretti</i> ” (KLINK, 2010, comunicação pessoal). Foto: Peter Santos Németh, Praia do Leste, julho de 2015.	170
Figura 59 - Momento da abordagem feita com muita cordialidade pelo “ <i>guarda da Ilha</i> ” (Isaque), próximo ao <i>Calhéu</i> . Foto: Peter Santos Németh, Sul da Ilha Anchieta, 14 de julho de 2015.	171
Figura 60 - Primeira isca, primeira garoupa. Capturada através de técnica tradicional no <i>pesqueiro</i> denominado <i>Pedra da Baleia</i> . Faca = 33 cm. Foto: Peter Santos Németh, Ilha Anchieta, 8 de julho de 2015.	171
Figura 61 - A Roda do <i>Tempo</i> , o calendário sazonal baseado no PHT dos pescadores da Praia da Enseada. Desenho: Peter Santos Németh, em coautoria com os pescadores locais.	174
Figura 62 - Mil e duzentos quilos de “ <i>bonito legítimo</i> ” (<i>Euthynnus alletteratus</i>), capturados pelo ainda ativo <i>Cerco do Espia</i> e pelo “extinto” <i>Cerco do Sul</i> (localizado na Ilha Anchieta). Foto: Peter Santos Németh, Praia da Enseada, janeiro de 2010.	180
Figura 63 - Caçador submarino flagrado dentro de nossas fazendas marinhas. Leva na cintura nosso robalinho furtado. Foto: Peter Santos Németh, <i>Figueirinha</i> , Praia da Enseada, novembro de 2009.	197
Figura 64 - Ocupação “turística” da Praia da Enseada. Foto: Arquivo da família Prochaska, anos 1940.	210
Figura 65 - Ocupação “turística” da Praia da Enseada. Foto: Peter Santos Németh, setembro de 2007.	210
Figura 66 - Policiamento náutico apreende oito redes de emalhe de superfície (<i>tresmalho de costeira</i>) dentro da APA Marinha do Litoral Norte, sem a “identificação do proprietário” (IBAMA, 2007). Foto: https://www.facebook.com/PoliciaAmbientalSP/ , Ubatuba, 6 de abril de 2016.	213
Figura 67 - Emídio na popa e <i>Paulinho</i> na proa, dois irmãos a canoa e a tainha; “crime ambiental” (MPA/MMA, 2012)? Foto: Peter Santos Németh, Praia da Enseada, outubro de 2010.	220
Figura 68 - O sonho colorido do <i>Paulinho</i> , real. Ao fundo a <i>Prainha</i> (Praia do Góis/Praia do Giró), o <i>Morro do Espia</i> e a casinha dele escondida no coqueiral. Foto: Peter S. Németh, Praia da Enseada, julho de 2010.	241
Figura 69 - O sonho “prateado” do <i>Paulinho</i> , real: Uma tonelada de <i>tainha só de ova</i> ! Foto: Emídio de Jesus, <i>Rancho do Paulinho (Os Cafés)</i> , <i>Morro do Espia</i> , Enseada do Flamengo, junho de 2016.	241
Figura 70 - <i>Pescaria fraca</i> do <i>Ico</i> : 3 <i>cruvina</i> , 2 <i>branco</i> , 1 <i>caçãozinho</i> e 8 <i>porquinho</i> . “Pra você Alemão... já limpo... faço 30 reais... tá bom <i>assim</i> ?” Foto: Peter Santos Németh, Enseada, julho de 2015.	244

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1. Breve descrição sobre a área de estudo	21
1.1.1. <i>Isla de los Puercos</i>	24
1.1.2. Ilha dos Portos	26
1.1.3. Enseada dos Tubarões	27
1.2. O século XX	29
1.2.1. O Polígono de Interdição à Pesca	34
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	37
2.1. <i>Re-conhecendo</i> o método etnográfico; a iniciação na arte pesqueira	37
2.2. Metodologia científica; a iniciação acadêmica.....	45
2.2.1. A escolha dos <i>mestres</i>	47
2.3. O mapeamento dos <i>pesqueiros</i> locais.....	54
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	59
3.1. O mito ocidental da disjunção homem-natureza	59
3.1.2. Um novo ecologismo.....	61
3.1.3. O conhecimento tradicional, as etnociências e o conservacionismo	62
3.2. Navegando através da etnociência e da socioantropologia marítimas	64
3.3. O conhecimento tradicional na pesca	66
3.4. O Patrimônio Haliêutico Tradicional (PHT)	68
3.5. A diversidade de “visões de mundo”	72
3.6. A questão dos “tempos”	74
3.7. A apropriação social do ambiente marinho	76
3.7.1. Territórios pesqueiros caiçaras	77
3.8. Modo de vida: a unidade indissociável, <i>pescador-meio de produção-território</i>	82
3.8.1. Os pescadores artesanais locais	82
3.8.2. No <i>tempo dos antigos</i>	87
3.8.3. Aprender-fazendo, saber-lembrando, resistir-praticando	88
3.8.4. Novas influências com a chegada do dinheiro	89
3.9. Populações tradicionais e seus direitos socioambientais	96
3.9.3. A sabedoria como ferramenta de Etnoconservação.....	98
3.9.4. A pesca como repositório técnico de uma existência livre e autônoma	101
4. ANÁLISE DOS DADOS DE CAMPO	107
4.1. Os pescadores da Enseada do Flamengo, Toninhas e Ilha Anchieta.....	108
4.1.1. <i>A Turma da Enseada</i>	112
4.1.2. A comercialização do pescado e outras fontes de renda	120
4.1.3. Tabu, imprevisibilidade e sorte, no jogo da pesca.....	121
4.1.4. A Canoa e o Caiçara	123
4.2. Os <i>pesqueiros</i>	125

4.2.1. Localizando os <i>pesqueiros</i>	128
4.2.1.1. A <i>pesca de marcação</i>	131
4.2.1.2. As características da <i>marcação</i> em Ubatuba.....	133
4.2.1.3. O domínio das <i>marcações</i> determinando o território <i>pesqueiro</i>	136
4.3. Os tipos de peixes e artes de pesca, relacionados aos <i>pesqueiros</i>	137
4.3.1. O <i>arrasto de praia</i>	139
4.3.2. O <i>tresmalho de costeira</i>	143
4.3.3. O <i>tresmalho de fundo</i>	144
4.3.4. O <i>cerco flutuante</i>	146
4.3.5. A <i>pesca de tróia</i>	149
4.3.5.1. A ética local na <i>pesca de tróia</i>	161
4.3.5.2. O sumiço da <i>tainha</i>	163
4.3.6. Pesca de <i>linha de mão</i> : a <i>linhada de garoupa</i> e a <i>jugada</i>	166
4.3.6.1. Pescaria de garoupa não é para qualquer um.....	167
4.3.6.2. Pescando garoupas tradicionalmente.....	169
4.4. O calendário local de pesca	173
4.4.1. A classificação do <i>Tempo</i> : <i>Tempo Quente</i> e <i>Tempo Frio</i>	173
4.4.2. A sazonalidade “tradicional” das <i>Épocas</i> e espécies-chave locais.....	175
4.4.3. A estatística <i>pesqueira</i> oficial e a pesca de subsistência cultural	177
4.4.4. A <i>cara do Tempo</i>	182
4.5. Regramento tácito local, a instituição do “respeito”	188
4.5.1. Regras do “respeito” para os <i>pesqueiros de costeira</i>	190
4.5.2. Regras do “respeito” para os <i>pesqueiros do largo</i>	194
4.6. Conflitos	195
4.6.1. O <i>arrasto de porta</i>	195
4.6.2. Turismo náutico, pesca amadora e caça submarina.....	196
4.6.3. Poluição e saneamento.....	198
4.6.4. Parque, Polígono e o conflito com os pescadores excluídos	199
4.7. Ilha Anchieta, espaço da <i>R-existência</i> caçara.....	201
4.7.1. O conflito com o “ <i>meio ambiente</i> ”	207
4.7.2. O futuro do peixe e a tradição	211
4.7.3. Uma experiência de planejamento participativo	213
4.7.4. Incorporando o etnomanejo	216
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	221
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	226
INFORMAÇÕES PESSOAIS	240
APÊNDICES	242
ANEXOS.....	246

RESUMO

NÉMETH, Peter Santos. **A tradição pesqueira caiçara dos mares da Ilha Anchieta: a interdição dos territórios pesqueiros ancestrais e a reprodução sociocultural local**. 2016. 248 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

O presente estudo analisa os saberes e técnicas patrimoniais utilizadas pela população dos pescadores caiçaras que atuam na região da Ilha Anchieta e Enseada do Flamengo, em Ubatuba, litoral norte do Estado de São Paulo. Este corpo cumulativo de habilidades especiais, transmitidas oralmente, compõe o conhecimento tradicional pesqueiro local, patrimônio imaterial sobre o qual fundamentam sua reprodução sociocultural e o manejo de seus *pesqueiros*² tradicionais. Abordamos através de pesquisa qualitativa não dirigida, as relações entre a apropriação social do ambiente marinho e os conflitos decorrentes do embate entre essa noção ancestral de propriedade por parte dos pescadores artesanais locais frente às questões legais do gerenciamento territorial desses *pesqueiros* pelos órgãos oficiais, utilizando uma abordagem etnográfica em nosso trabalho de campo, seguindo preceitos etnocientíficos, aspectos da etno-oceanografia e da socioantropologia marítima. Hoje, a disputa pelo domínio sobre esses recursos pesqueiros comuns (seja por órgãos governamentais conservacionistas ou de fomento à pesca, seja pela pressão política da pesca capitalista de escala industrial e da pesca esportiva amadora) cria frágeis mecanismos de regulação do acesso a esses pesqueiros tradicionais e aos recursos que neles ocorrem, quase sempre excluindo o pequeno pescador artesanal do processo de tomada de decisão e governança. Concluimos que esta regulação pesqueira, federal ou estadual, feita “de cima para baixo” ignorando deliberadamente as peculiaridades locais e os processos e mecanismos pelos quais os pescadores estabelecem, mantêm e defendem o usufruto ou a posse de espaços marítimos, confirma a hipótese de que este sistemático *des-respeito* atropela as regras tradicionais baseadas no direito consuetudinário e põe em risco a característica fundamental que rege e sustenta todo o universo sociocultural e simbólico dessas populações tradicionais locais: a sua liberdade e autonomia, ou seja, a capacidade de governarem a si próprios.

Palavras-chave: conhecimento tradicional, territórios pesqueiros, apropriação social do ambiente marinho, direito consuetudinário caiçara.

² Além das palavras estrangeiras, utilizar-se-á também o itálico para destacar as expressões especiais do vocabulário técnico tradicional caiçara local.

ABSTRACT

NÉMETH, Peter Santos. **The Anchieta Island seas caiçara fishing tradition: the interdiction of ancestral customary fishing grounds and the local socio-cultural reproduction.** 2016. 248 f. Dissertation (MS) – Graduate Program of Environmental Science – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

The present study aims to investigate the traditional knowledge and the patrimonial techniques used by the caiçaras fishermen population at the Anchieta Island and Flamengo's Bay areas, at Ubatuba city, north shore of São Paulo state. This cumulative body of skills, orally transmitted, compound the traditional fishermen knowledge, an immaterial patrimony in which they underlay local sociocultural reproduction and customary management of the traditional *pesqueiros*³ (fishing grounds). We investigate through qualitative research the relationships between sea tenure, customary laws, social appropriation of the marine environment and the many conflicts that arise from the clash between this ancient local fisherfolk notion of ownership and the legal matters of territorial management of these *pesqueiros* by official agencies, using an ethnographic approach in our fieldwork, following ethnocientific precepts and also aspects of ethno-oceanography and maritime socio-anthropology. Today, the struggle for dominance over these common fishery resources (either by fomenting fishing or conservationists government agencies, either by capitalist industrial scale politics and amateur sport fishing lobbying), creates weak regulatory mechanisms for these fishing grounds and the resources from within, often excluding small fishermen from the decision-making process and governance. We conclude, confirming our hypothesis, that this federal or state fishing policies made top-down deliberately ignoring the local peculiarities and the processes and mechanisms by which groups establish, maintain and defend usufruct or possession of maritime spaces, run over and endangers the key feature that rules and sustains, by customary laws, all socio-cultural and symbolic universe of these traditional fisherfolk populations: their freedom and autonomy, the natural aptitude to govern themselves.

Key-words: traditional knowledge, fishing grounds, sea tenure, caiçara customary rights.

³ We will also underline with italic type font, to emphasise the traditional caiçara words and technical fishing expressions used by the local fishermen.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga os aspectos socioculturais e a “apropriação social do ambiente marinho”, esta última no sentido de Geistdoerfer (1974: p.177; 1982: p.87-88), Cordell (2000: p.1) e Diegues (2004: p.203) relacionados ao uso da Ilha Anchieta e seu entorno marítimo, incluída a Enseada do Flamengo, pelo grupo de pescadores tradicionais da Praia da Enseada. Todos estes “territórios pesqueiros” (GEISTDOERFER, 1982: p.88; NIETSCHMANN, 1989: p.85) localizados em Ubatuba, litoral norte do Estado de São Paulo, Brasil.

Hoje, conforme preconiza o SNUC⁴, as populações tradicionais que usam territórios dentro de unidades de conservação podem desempenhar um papel de maior destaque, sendo-lhes assegurado: o direito de uso dos recursos naturais necessários à subsistência, valorizados seu conhecimento e cultura; a participação efetiva na criação, implantação e gestão das unidades de conservação, considerando as necessidades das populações locais no desenvolvimento de técnicas de uso sustentável (BRASIL, 2000).

A tradição pesqueira relacionada ao espaço territorial marítimo da Enseada do Flamengo e região da Ilha Anchieta remonta à origem indígena e posterior influência de tradições ibéricas, africanas e até japonesas, criando o que pode ser chamada de cultura pesqueira caiçara, que adaptou variadas artes e petrechos de pesca às características do ambiente marinho e ao comportamento das “espécies” locais (MUSSOLINI, 1980: p.230).

Criada a Colônia Correcional através da lei nº 44 de 10 de outubro de 1902 até a sua “inauguração” em abril de 1907, com a chegada de 24 presos (WITTER, 1974), consumou-se o processo de expropriação da comunidade caiçara local de seu território insular de domínio tradicional.

Através de nossa pesquisa, localizamos as escrituras originais de “compra e venda” da Ilha Anchieta⁵ com os nomes de todos os “outorgantes” e/ou “transmitentes” (assim denominados nos documentos) e a listagem detalhada das benfeitorias “desapropriadas” (SÃO PAULO, 1965).

⁴ Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, art. 4 inciso III e art. 5 incisos III e IX.

⁵ Nosso pedido de consulta à Pasta Especial nº PR-3/PE-382, foi deferido em 28 de março de 2013 pela Procuradoria Regional de Taubaté, vinculada à Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.

Após serem expropriados de suas posses em 1905 e 1906, essas famílias foram habitar, fora da Ilha⁶, “praias próximas” (DE OLIVEIRA, 1977: p.86-87), tais como Enseada, Toninhas, Perequê-Mirim, Saco da Ribeira, Lázaro, Flamengo e Sete Fontes.

Expulsos de seus territórios originais na Ilha Anchieta desde o início do século XX, posteriormente, por volta dos anos 1950, iniciou-se também um processo de expropriação de suas terras no continente pela especulação imobiliária que vorazmente avançava pelo litoral norte de São Paulo. “Perdendo suas terras, era todo o mundo caiçara que vinha abaixo” (MARCÍLIO, 1986: p.13). Sem mais terras para plantar e marginalizados pelos “biscates” proporcionados pelo crescente “turismo” dos anos 1950-1960, restou apenas o mar para esses originalmente pescadores-lavradores (DIEGUES, 1979: p.198-199), tornando-se a pesca artesanal seu principal meio de subsistência e último bastião da livre expressão cultural de seu modo de vida tradicional.

Perdido o vínculo com a terra, no entanto, esses pescadores tradicionais continuaram na prática com o domínio assegurado sobre seus antigos territórios marítimos, pelo exercício continuado da pesca artesanal em lugares especiais ao redor da Ilha Anchieta. Esses logradouros conhecidos, nomeados e usados por eles, são costumeiramente denominados: *pesqueiro* ou *lugá*.

Nesses *pesqueiros*, praticam-se artes de pesca específicas, principalmente: a *pesca de jugada* (*linhada* de mão com dois ou mais anzóis) para *peixes de fundo*; a *linhada* para garoupas; o *arrastão de praia* (SCHMIDT, 1948: p.16); o *tresmalho* (MUSSOLINI, 1980: p.279) ou *rede de espera* (WILLEMS, 2003: p.64). As tradicionais *pesca de tróia* e o *cerco flutuante* já são artes de pesca introduzidas por volta dos anos 1930, mas que se tornaram “endêmicas” na região. A primeira inspirada no cerco de traina feito pelas traineiras de sardinha e a segunda baseada numa antiga técnica japonesa introduzida no Brasil por imigrantes nipônicos (MUSSOLINI, 1980: p.275).

Posteriormente, com a criação do Parque Estadual da Ilha Anchieta em 1977 e do Polígono de Interdição à Pesca⁷ no entorno da Ilha em 1980-1983⁸, privou-se em definitivo essa

⁶ Sempre que grafarmos a palavra “Ilha” com “i” maiúsculo, estamos falando da Ilha Anchieta.

⁷ Levantamos boa parte da documentação que integrou a proposta original de criação, na Ilha Anchieta, do Primeiro Parque Natural Submarino brasileiro, instruindo a criação do Polígono de Interdição à Pesca pela SUDEPE.

⁸ Aqui temos duas datas, pois em 1983 o texto da portaria original de 1980 foi revogado e reelaborado, de modo a que ficasse mais claro e exato o perímetro do polígono de interdição à pesca proposto.

população local, não só da terra, como também desse seu mais produtivo território pesqueiro (SCHMIDT, 1948: p.12), do qual dependem para a retirada de seu sustento material e simbólico. Não bastasse essa implementação arbitrária, até hoje, devido à prevaricação dos órgãos governamentais gestores, pouco ou nada foi efetivado para consolidar e fazer cumprir os objetivos que levaram a criação do Polígono de Interdição à Pesca, passando então o mar da Ilha Anchieta a ser explorado como se de ninguém fosse, situação que destruiu a relação do homem com este ambiente, “mediada por códigos simbólicos” (MALDONADO, 1986: p.38).

Assim, nesse limbo *jurídico-administrativo* criado, continuaram pescando dentro do Polígono de Interdição tanto a comunidade tradicional quanto os *turistas* até meados do ano de 2005. Ano a partir do qual a fiscalização pelo pelotão marítimo da polícia ambiental do Estado de São Paulo passou a ser mais contundente, por questões políticas ligadas ao cumprimento de metas estatísticas oficiais de conservação da biodiversidade (SÃO PAULO, 2014b: p.125-129), visando à obtenção de financiamentos em bancos internacionais⁹.

Hoje, essa expropriação marítima em muito revolta os pescadores locais, por não mais poderem frequentar e utilizar seus próprios *pesqueiros* ancestrais que foram descobertos, nomeados, *engodados* e manejados tradicionalmente por eles, ao longo de gerações. Ficam assim impedidos de que seu repositório de saber fazer próprio seja exercitado, lembrado e transmitido através da faina pesqueira, colocando em risco a manutenção do patrimônio cultural pesqueiro local, base fundamental da reprodução sociocultural dessa comunidade tradicional.

Isso aí (a “área proibida” da Ilha Anchieta) Alemão, pra mim já não resolve mais... Porque veja, você sabe, eu já num dependo mais, graças a Deus disso... Já tô a bem dizer no fim (63 anos) né? Num vô mais mexê com isso... Estragô pros menino daqui, pras molecada daqui, né? Que podia ir pescá, aprendê alguma coisa... Perdeu a Ilha né?! Aquilo lá ficou pra *turista*... (muita emoção na voz) Não sei pra quem ficô! (voz embargada) Pra turista não ficô também! Porque nem o *turista* pára lá, com tanta coisa que tão (o Estado) querendo né? Cercaram tudo... Não pode fazê isso, não pode... Então sei lá, pra quem vai servir aquilo, não sei... Não tem futuro mais a Ilha, num tem mais futuro... (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal)

⁹ Esta estratégia do Governo do Estado de São Paulo foi fundamental para viabilizar empréstimos de US\$162.5 milhões de dólares, fornecidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Dinheiro que em parte foi utilizado para implementar as APAs Marinhas do litoral paulista no ano de 2008 (LEIVA, 2014: p.133-138). Atualmente este projeto foi ampliado “tornando-se o Programa Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Mosaicos da Mata Atlântica, **com orçamento de mais de um bilhão de Reais**” (SÃO PAULO, sem data, *on line*, grifo nosso). “O Componente 3 do contrato entre o Governo do Estado e o BID trata de um dos aspectos mais importantes do Programa Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica: a fiscalização das Unidades de Conservação. Esse componente consiste basicamente em capacitar e dotar a Polícia Militar Ambiental (PMA) de equipamentos para a execução de atividades de fiscalização nas Unidades de Conservação terrestres e marinhas, assim como para o desenvolvimento de um sistema de monitoramento” (SÃO PAULO, 2014b: p.125).

O sentimento de injustiça dentro da comunidade, por terem seus territórios pesqueiros expropriados sem nenhum tipo de aviso ou consulta prévia, levou a uma depleção mais acelerada de seus recursos pesqueiros ao romper com as antigas regras tácitas locais ou “leis consuetudinárias” fundadas na instituição do “respeito” (FORMAN, 1970; CORDELL, 1989; JOHANNES e RUDDLE, 1989: p.8 MALDONADO, 1994: p.122; DIEGUES, 2004a: p.205; BEGOSSI, 2004: p.239).

Tais regras moderam o uso e o manejo tradicional desses recursos, preferencialmente pelos pescadores locais, através de regras e “pactos sociais” (MALDONADO, 1986: p.37; FEENY et al., 2001: p.23; BERKES et al., 2006: p.251), e sem elas, institui-se o pensamento comumente difundido na comunidade pesqueira: “Se eu não matar, outro vem e mata”.

Essa exclusão, em geral, vem gerando uma remoção da comunidade para as áreas circunvizinhas à Unidade de Conservação, sem as mínimas condições sócio-econômico-culturais. Esse hiato, em geral, criou um estado de anti-conservacionismo da comunidade para com a própria Unidade. Assim é necessário avaliar o custo social dessa estratégia de conservação e propor um programa que restabeleça a participação desta comunidade na vida da Unidade de Conservação e garanta o êxito do gerenciamento sustentado proposto para a área. (SENA, 1999: p.79-80)

Portanto, a proibição da pesca no entorno da Ilha Anchieta prejudicou extremamente os caiçaras locais, por esses dependerem estreitamente da pesca nesse território pesqueiro tradicional altamente produtivo, especialmente para a manutenção cultural das artes de pesca mais representativas do seu ancestral modo de vida, a pesca de garoupas com *linhada* de mão, a *pesca de tróia* e a do *cerco flutuante*.

Posto isso, nossa pesquisa investiga o significado sociocultural dos territórios de pesca para a comunidade caiçara da Praia da Enseada e as implicações sobre a reprodução do patrimônio pesqueiro tradicional desses pescadores, a partir da criação do Polígono de Interdição à Pesca da Ilha Anchieta, instituição arbitrária unilateral que desconsiderou o direito consuetudinário¹⁰ dos pescadores locais, baseado no uso costumeiro ancestral e continuado da pesca dentro desses espaços marítimos especiais.

Estudamos também se o não uso desses territórios pesqueiros tradicionais específicos interrompeu a manutenção sociocultural do conhecimento tradicional dos pescadores caiçaras

¹⁰ Fundado nos costumes, costumeiro, habitual.

locais, prejudicando a reprodução material e simbólica da cultura local e o manejo tradicional dos recursos pesqueiros do entorno da Ilha Anchieta.

Atualmente, sob a perspectiva da “sociobiodiversidade” (DIEGUES, 2005), incorporar as práticas e os saberes tradicionais locais, (patrimônio cultural ameaçado de desaparecimento), é de grande valia para a avaliação e o manejo eficaz dos recursos pesqueiros (SALDANHA, 2005: p.36). Assim, fomentada por novos enfoques acadêmicos que, através de uma abordagem interdisciplinar coerente (RUDDLE e DAVIS, 2013; LEIVA, 2014: p.194-195), reconhecem o conhecimento tradicional dentro de um contexto científico “pós-normal” (FUNTOWICZ e RAVETZ, 2000) mais abrangente, como o da etnociência, uma nova ideia começa a fluir e penetrar essas comunidades: a de que eles próprios podem ser a ferramenta fundamental para a conservação dos recursos pesqueiros, pelo imenso conhecimento tradicional especializado que possuem acerca de pequenas e específicas áreas de mar das quais são os naturais guardiões e usuários por gerações.

Essa ideia científica “revolucionária”, no sentido de Thomas Kuhn (2003), abre espaço para um novo paradigma epistemológico, quando se opõe à atual marginalização e apartamento dos pescadores caiçaras locais de seu *ambiente-território* ancestral; institucionalizados pela criação de unidades de conservação de proteção integral.

Também contribui para reverter a conotação negativa que conceitos e palavras como: “meio-ambiente”, “preservação da natureza” e “conservação” têm no imaginário da cultura tradicional (LEIVA, 2014: p.135), abrindo espaço para um processo local de retomada territorial apoiado no direito consuetudinário dessas comunidades sobre seus territórios pesqueiros ancestrais.

Logo, os próprios caiçaras reconhecendo-se e reconhecidos integralmente como parte do *território-habitat* em que vivem, passam a defender seus próprios valores socioculturais também como garantia da reprodução e perpetuação de seu modo de vida tradicional (VIANNA, 2008: p.254). Eleva-se assim o valor do conhecimento pesqueiro tradicional de uma posição historicamente vista como “atrasada” para a vanguarda do pensamento científico atual.

Hoje somos testemunhas de que aqueles que se veem em riscos globais são cada vez mais conscientes de que não existe tradição cultural alguma, não importa quão exitosa tenha sido no passado, que possa prever por si só todas as respostas que os problemas do planeta exigem. As formas de conhecimento distintas daquelas que se nutrem a civilização ocidental moderna também são relevantes para um diálogo exploratório tendente à resolução de problemas. (FUNTOWICZ e RAVETZ, 2000: p.23-24, tradução nossa).

Assim, esses saberes tão valiosos para a sobrevivência humana em um ambiente tão dinâmico e imprevisível como os territórios marítimos ao redor da Ilha Anchieta, podem ser relevantes na busca por alternativas e/ou soluções tanto para os conflitos socioambientais “do lugar”, quanto para os problemas que a humanidade enfrentará em escala planetária.

1.1. Breve descrição sobre a área de estudo

Sabe-se que muito próximo à Ilha Anchieta, em direção oeste na vizinha Ilha do Mar Virado e ao norte na Praia do Tenório (Figura 5), existem sambaquis que atestam a ocupação humana por populações provavelmente canoeiras¹¹ (AMENOMORI, 2005: p.141; CALLIPO, 2011, BENDAZOLLI, 2014: p.312) nessa região da Ilha Anchieta, por um período contínuo de aproximados mil anos, de 620 a.C. até 550 d.C. (UCHOA, 1993, 2009; Nishida, 2001 apud BENDAZOLLI, 2014: p.86).

O assentamento do sítio Mar Virado se deu por [um] grupo pescador-coletor entre os anos 1546 B.P. a 550 d.C. com permanência mais ou menos de 900 a 1000 anos. Por volta do séc. X o sítio foi reocupado pelos Tupi permanecendo naquele local até o ano 1000 e no séc. XVI tivemos a chegada do europeu. Do séc. XVIII até meados do séc. XX tivemos a presença marcada do caíçara. Trabalhos paralelos de etno-história e etno-arqueologia demonstram também a manutenção das populações pescadoras até os dias atuais. (UCHOA, 2009: p.7-8)

¹¹ “Ao que tudo indica, a pesca era desenvolvida com a utilização de canoas. Chegamos a essa conclusão pela importância das lâminas de machado para os habitantes do sítio, bem como pelas alterações nos ossos dos membros inferiores dos esqueletos encontrados, resultantes, provavelmente de um esforço constante de remar em pé. Acreditamos que a lâmina de machado fosse utilizada predominantemente na elaboração das canoas” (Tenório, 1999: 239 apud CALLIPO, 2011: p.42-44).

Figura 5 - Mapa de localização da área de estudo: Praia da Enseada e Ilha Anchieta – Ubatuba. Autor: Peter Santos Németh.

“A história caiçara ainda está por ser escrita” (DIEGUES, 2004b: p.23).

Além de frágeis documentos (MARCÍLIO, 1986: p.33) e antigos relatos do período colonial, existe uma peculiar bibliografia recente sobre a nossa região de estudo.

Outros importantes registros locais, alguns deles pouco conhecidos, compõem um rico e detalhado conjunto de informações que nos permitem reconstruir grande parte dos cinco séculos da historicidade de Ubatuba (STADEN, 1557; SANTA CRUZ, 1541-1560; OVIEDO, 1852; WILBEFORCE, 2013; MAWE, 1978; SÃO PAULO, 1921, HOLME, 1971; MARCÍLIO, 1986), e mais especificamente, da Ilha Anchieta e da Praia da Enseada (GUISARD FILHO, 1940; SCHMIDT, 1948; FERNANDES, 1966; SÃO PAULO, 1965; GRAÇA, 1967; WITTER, 1974; DE OLIVEIRA, 1977, 1983; DOSSIÊ PROCHASKA, 1978-1980; CHASTAN, 1979; DIAS, 1984; VIANNA, 1986, 1987; FRANCO, 2005; DAS NEVES, 2012).

Reunindo todas estas informações, encontramos na literatura diversas toponímias ou nomes atribuídos à Ilha Anchieta através dos tempos:

Ilha dos Porcos (OVIEDO, 1852; ALBERNAZ, 1631), **Tapera de Cunhambebe** (WITTER, 1974; GUILLAUMON et al., 1989), **Tapíra** (SAINT-ADOLPHE, 1845; GUILLAUMON et al., 1989) e **Pó-Quâ** (ALMEIDA, 1902).

Alguns desses topônimos, embora amplamente divulgados e reproduzidos por diversos autores sem o devido cuidado com a checagem das fontes originais, são nomes que, ou referem-se à outra localidade geográfica, ou são fantasiosos¹².

Quanto aos falsos nomes da Ilha Anchieta:

1- O primeiro deles, e o mais erroneamente replicado é a denominação Tapera de Cunhambebe¹³. Este engano¹⁴ provém de um documento datado de dezembro de 1610 (SÃO PAULO, 1921: p.114), onde encontramos esta denominação associada ao registro de uma sesmaria em Angra dos Reis, jamais na atual Ubatuba¹⁵ do litoral norte paulista.

2- Também o nome *Pó-Quâ*, amplamente divulgado pelo Projeto de Uso Turístico da Ilha Anchieta¹⁶ (FUMEST, 1974) significaria “pontuda”. Porém, se estudados os originais, percebe-se que o Dr. João Mendes de Almeida (1902) procurou “adivinhar” a origem do nome, Porcos, como sendo uma hipotética corrugação dos vocábulos tupis *pó* e *quâ*.

3- E por último, *Tapíra*, registrado por Saint-Adolphe em 1845, nome que provavelmente seja o único que possa ter alguma ligação com uma denominação tupi, embora o autor não revele as fontes consultadas impossibilitando uma checagem mais aprofundada.

Recorrendo portanto à fontes mais confiáveis e antigas, encontramos em uma publicação de 1535 de Gonzalo de Oviedo (1852), que a clara justificativa do nome *Isla de los Puercos*, dado à nossa atual Ilha Anchieta, é “por nela existirem muitos porcos selvagens” (OVIEDO, 1852: p.118, tradução nossa).

[...] é mas adelante diez léguas está outra que se diçe de los *Puercos*, porque hay en ella muchos monteses; y enfrente de aquesta isla ocho ó diez léguas em la mar, están dos isletas, donde se perdieron portugueses em uma nao, y en el batel se salvo la gente é pobló en la dicha isla de los Puercos algunos dias, y desde allí se passaron a Sanct Viçente. El mismo auctor, Alonso de Sancta Cruz, diçe que mas adelante de esta isla de los Puercos, doce leguas, está el rio de Sanct Sebastian [...]. (OVIEDO, 1852: p.118, grifo do autor)

¹² O costume moderno de “copiar e colar” tem sedimentado graves erros quanto aos antigos nomes da Ilha Anchieta, que de tanto serem replicados, com o passar dos anos estão se tornando falsas “verdades” até mesmo em estudos importantes.

¹³ Esse nome refere-se à atual Ilha Cunhambebe localizada em Angra dos Reis, próxima à Ilha da Gipóia, no Estado do Rio de Janeiro.

¹⁴ Esta confusão iniciou-se provavelmente no ano de 1820, no livro *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, de Pizarro e Araujo, em uma citação de rodapé à página 59, que foi replicada por Mello Moraes (1858: p.163). Assim, partindo desta confusão inicial, essa “falsa verdade” continua sendo a mais replicada até os dias atuais.

¹⁵ Existiram pelo menos duas localidades homônimas, denominadas “Ubatuba”, situadas entre o litoral de Bertioga e o do Rio de Janeiro. Consideramos ser crucial redundar sobre este assunto, pois embora completem-se 75 anos dos estudos do Dr. Kloster (STADEN, 1942), ainda hoje essa duplicidade do topônimo em questão, causa recorrentes erros em diversos textos, cujos autores não se preocuparam em checar as fontes documentais primárias sobre a região.

¹⁶ E a partir deste relatório (WITTER, 1974), esse apontamento impreciso também foi replicado à exaustão.

1.1.1. *Isla de los Puercos*

O litoral norte de São Paulo, desde o século XVI até o fim do século XIX, foi rota frequente dos navegadores europeus.

“Em 1503 e segundo Oviedo deu-se em costas paulistas o naufragio de uma náu portuguesa nas vizinhanças da ilha dos Porcos, hoje crismada Anchieta” (TAUNAY, 1953: p.11).

O cosmógrafo Alonso de Santa Cruz navegou pela região em 1530¹⁷ registrando o litoral de São Paulo (Figura 7) em uma carta de navegação publicada no “*Islario General de todas las islas del mundo*” (SANTA CRUZ, 1541-1560¹⁸).

Gonzalo Fernandez de Oviedo não navegou pelo litoral brasileiro, mas, no ano de 1535, transcreveu a exata descrição ouvida “boca a boca” do “capitão e erudito cavalheiro, verdadeiro cosmógrafo Alonso de Sancta Cruz”¹⁹ (OVIEDO, 1852: p.114), sobre um naufrágio ocorrido nas imediações da *Isla de los Puercos*, nos primórdios do “descobrimento” do Brasil.

“Depois de alguns meses na ilha dos Porcos, esses homens, de acordo com Oviedo, se transferiram para São Vicente. Ali, fundaram o vilarejo e deram início ao tráfico de escravos nativos em larga escala” (BUENO, 1999: p.59).

Figura 6 - O pescador João Batista e o Cisne Branco. Século 17 ou 21? Foto: Peter Santos Németh, Praia da Enseada, Enseada do Flamengo, julho de 2016, ao amanhecer.

¹⁷ Participando da expedição de Sebastian Caboto (OVIEDO, 1852: p.114).

¹⁸ Es probable que Alonso de Santa Cruz realizara primeramente las partes tercera y cuarta (que eran de particular interés para Carlos V) cuya redacción concluyó hacia 1541; no obstante, a instancia de Felipe II, perfiló y completo su obra hacia 1560. (CUESTA DOMINGO, 2004: p.24)

¹⁹ “capitan e muy enseñado caballero e çierto cosmógrapho Alonso de Sancta Cruz, [...] y como lo he entendido de otras personas que con el dicho Sancta Cruz se conforman: cuyos memoriales, como amigo, doméstica é amigablemente me comunicó, [...]” (OVIEDO, 1852: p.114).

Figura 7 - Mapa de Alonso de Santa Cruz, onde na moldura vermelha está o litoral norte de São Paulo. Fonte: Santa Cruz (1541-1560: p.348), ► N. (Sentido da orientação “Norte” do mapa).

João Teixeira Albernaz, em mapa (Figura 8) do ano de 1631 (ALBERNAZ, 1997), melhor detalhou o litoral paulista que foi apenas esboçado (Figura 7) no século XIV por Santa Cruz (1541-1560), nomeando várias ilhas inclusive a nossa Ilha dos Porcos.

Figura 8 - Mapa de João Teixeira Albernaz (1631), ► N. Detalha o litoral paulista, com destaque para as ilhas do litoral norte à direita da figura. No centro do círculo está assinalada a Ilha dos Porcos. Fonte: Fotografia de Vicente de Mello (In ALBERNAZ, 1997).

No relato de uma professora primária, que viveu na Ilha Anchieta entre 1945 e 1948, é feita uma referência curiosa ao motivo da denominação Ilha dos Porcos:

Quando menina estudava geografia de São Paulo e a Ilha dos Porcos me chamou a atenção, por causa do nome estranho. Mal sabia eu, que anos e anos se passariam e o meu primeiro emprego como professora seria justamente na antiga Ilha dos Porcos, hoje denominada Ilha Anchieta. Porcos! Por que se chamava assim essa famosa Ilha? Porque havia porcos catetos em grande quantidade vivendo nela. Não porcos domésticos, mas catetos, porcos selvagens, magníficos e perigosos. O cateto é chamado porco-do-mato brasileiro, mas não é da família do porco, porque só tem três dedos nas patas de trás. O que caracteriza esse animal é o colar de grossos pelos brancos, que rodeia seu pescoço. Em 1947 o último cateto da Ilha Anchieta foi abatido e eu tive o privilégio de comer um pedacinho de sua saborosa carne (DAS NEVES, 2012: p.67).

É também notório nos relatos dos antigos navegadores a necessidade de constante reabastecimento das embarcações com víveres, principalmente água e alimentos. Por esse motivo, muitas ilhas foram estrategicamente assinaladas com o nome “dos Porcos”²⁰ nas primitivas cartas náuticas, diários de bordo e nos Roteiros²¹ ou Livros de Rotear como locais propícios escolhidos para essa finalidade específica.

Portanto a denominação Ilha dos Porcos era bem difundida entre os navegadores europeus já durante o início do século XVI.

1.1.2. Ilha dos Portos

Em conversa informal com alguns pescadores mais antigos da Praia da Enseada, foi apurado que antigamente costumava-se chamar a Ilha Anchieta também de Ilha dos Portos. Após esta afirmação dos pescadores Nelson de Góis e Antenor dos Santos, e uma breve busca no ementário da ALESP, encontramos quatro leis entre os anos de 1865 a 1912 referentes à localidade denominada “Ilha dos Portos”; inclusive uma de 1885 que eleva a capela da Ilha Anchieta para a condição de Freguesia.

²⁰ Fato é o nome Ilha dos Porcos ser recorrente em várias rotas costeiras do litoral brasileiro e americano. Somente no território de Ubatuba são duas as ilhas com esta denominação, sendo uma a Ilha dos Porcos Grande (hoje Anchieta) e outra a Ilha dos Porcos Pequena (na Enseada do Ubatumirim).

²¹ Ensina Fontoura da Costa, em 1939, através de seu trabalho *A Marinharia dos Descobrimentos*, que os Roteiros nasceram no Mediterrâneo vindos da mais alta antiguidade. Eram transmitidos oralmente de geração em geração e acrescidos lentamente de novas informações que eram possíveis de memorizar e recordar. Os portugueses foram os primeiros a utilizar e aperfeiçoar sistematicamente estes Livros de Rotear com a intenção de aproveitar ao máximo as descobertas ultramarinas sem desperdício do conhecimento acumulado anteriormente à custa de muito dinheiro e sofrimento das tripulações. O primeiro Roteiro do Brasil foi o Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa que partiu de Lisboa em 3 de dezembro de 1530 embarcado na nau capitânia de seu irmão Martim Afonso de Souza.

Também as escrituras de compra e venda da Ilha Anchieta, trazem por escrito, diversas vezes, o nome “Ilha dos Portos” (SÃO PAULO, 1965).

Encontramos uma reportagem de um jornalista do Correio Paulistano, que viajava a bordo do vapor Garcia, quando este descarregava víveres à colônia correcional da Ilha Anchieta, que talvez nos explique esta duplicidade. A matéria é intitulada “A Ilha dos Porcos”:

Consta-mo que alguns moradores da ilha, na sua repugnancia pela actual denominação, no ódio a um nome quase immundo, pretendem impor a denominação de “Ilha dos Portos”. O expediente é infeliz, porque não mo consta que haja alli vários ou muitos portos, para que a ilha receba com propriedade tal chrisma. (SOBRAL, 1908: p.1.)

Confirmado o relato dos pescadores locais, ressaltamos que essa dupla denominação de Ilha dos Porcos e Ilha dos Portos, utilizadas simultaneamente em documentos que versam sobre a atual Ilha Anchieta, seja acidental ou intencional, nunca antes foi citada ou apontada por qualquer pesquisa anterior que conheçamos.

1.1.3. Enseada dos Tubarões

Esta é outra denominação antiga da Enseada do Flamengo que não conhecíamos, até que encontramos pelo menos 10 “registros de terra” do período entre os anos 1854 e 1856 que citam a “paragem chamada *Ençcada dos Tobaróens*” (Figura 9).

Figura 9 - Detalhe de um “registro de terras” de meados do século 19, na “Ençcada dos Tobaróens” (atual Praia da Enseada) fonte: APESP. Foto: Peter Santos Németh, direto dos originais.

Em diversos documentos e roteiros de navegação antigos, a Ilha dos Porcos está sempre associada com a Enseada do Flamengo por esta ser um dos melhores e mais seguros portos da região. Em um roteiro de navegação inglês, do ano de 1856, confirmamos essa dupla denominação do local:

*Further down to the westward lie the **Porcos Islands**, between which and the mainland there is snug anchorage in the **Baya dos Flamengos**, otherwise called "**Shark's Bay**". On the island under whose lee you anchor, is a small village, situated on a grassy slope, the wood having been partially cleared away, so as to present some velvet lawn and cultivated meadow above the sand, and grotesquely formed rocks. Enough wood has been left to screen the village, and to add a dark shade to the sand of a sheltered little cove beneath. (WILBERFORCE, 2013: p. 126-127, grifo do autor, negrito nosso)*

Contam-nos os caiçaras da Praia da Enseada que, *de primeiro*, no tempo dos antigos, ainda existiam grandes peixes capazes de “comer gente”:

Olha, eu ainda consegui vê muito *cação* ali né... *Naquele tempo...* que nem, pra gente tomá banho, precisava o pai da gente ir olhá a gente tomá banho né, por causa de *cação* ou mero... [...] As vez a gente ia espalhá cana lá no morro (do Porto Velho), a gente via o *cação* passando assim, com a água clara assim (faz gesto), você via ele assim rente à costeira... *andando* (nadando)... botava até a *galha* pra fora né... Aquele *anequim do branco* então... aquele cardume assim, atrás do outro assim, 4, 5 que você via né... Esse *anequim azul* passava, as vez a *turma* largava a rede, rasgava tudo a rede da *turma*... Então o pessoal tinha até medo né, de saí de canoa, saía com medo porque, é... Que nem a *tintureira* (tipo de *cação*) memo, a *tintureira* tinha *cada uma* (grande porte) que você via passando aí... E ela (a *tintureira*) ficava “de pé” debaixo da canoa gemendo... Ah ela geme... ela faz *hummmm*, *hummmm*... Daí o cara ficava quietinho assim... pra remá assim... quietinho, quietinho pra podê chegá no *porto*. (OLIVEIRA FILHO, 2015, comunicação pessoal)

Figura 10 - Resultado da pesca de cação na Praia da Enseada no início dos anos 1950. Foto: Arquivo da família Prochaska, Praia da Enseada.

1.2. O século XX

Durante esse século destaca-se o início do processo de expropriação do Estado sobre este antigo território dos caiçaras locais, intervenção autoritária que perdura até os dias de hoje. Atendendo à lei nº. 844 de 10 de outubro de 1902, e então a partir do ano de 1907²², a Ilha Anchieta vai se caracterizar por diferentes tipos de “presídios” que ali se instalaram. Inicialmente colônia correcional (de 1907 até 1914²³), depois presídio político (de 1931²⁴ até 1933²⁵) e posteriormente prisão comum (de 1934 até 1955²⁶).

Assim, o século XX, após a escolha daquela Ilha para a construção da colônia correcional, já se inicia com a expulsão total, entre os anos de 1905 e 1906, dos 145 habitantes que naquele momento viviam da pesca e da agricultura de subsistência na Ilha Anchieta. No total foram desapropriados 92 “outorgantes” e suas benfeitorias, entre elas: edificações, terras, plantações, canaviais, cafezais, pomares, e curiosamente pelo menos 35 coqueiros.

95 “vendas” foram concretizadas, incluindo: diversas “casinhas de sapé”, uma antiga escola “do sexo feminino”; duas casas-armazém, sendo uma de secos, molhados e fazendas (tecidos); galpões, sendo dois galpões de canoas; um rancho de canoas; totalizando 116 edificações.

145 pessoas adultas viviam em 7 localidades registradas: Praia Vermelha, Praia Grande, Praia do Leste, Parcelzinho, Mato Dentro, Sacco Grande e Prainha. Essa última praia, a mais populosa, contando com 16 casinhas de sapé e 9 casinhas cobertas com telhas, nas quais habitavam 24 pessoas (SÃO PAULO, 1965). “A mudança da população local, quando foi desapropriada no início do século, deixou a Ilha desfigurada das suas características primitivas, havendo uma substituição dos seus valores culturais tradicionais” (GUILLAUMON et al., 1989: p.62). A partir de então, todo esse período de intervenção estatal vai caracterizar-se por sistematicamente enterrar esse rico passado histórico, relativo à ocupação daquele território pelos caiçaras locais.

Entre 05 de outubro e 01 de novembro de 1911, é concluído o levantamento detalhado da Praia da Enseada, Perequê-Mirim e Ilha dos Porcos, pela Comissão Geográfica Geológica

²² Decreto nº 1.438, de 14 de fevereiro de 1907.

²³ Lei nº 1.445 de 28 de dezembro de 1914.

²⁴ Decreto nº 5.080 de 26 de junho de 1931.

²⁵ Decreto nº 6.245 de 29 de novembro de 1933.

²⁶ Decreto nº 24.906 de 3 de dezembro de 1955.

(CGG, 1915), acompanhado de registros fotográficos impressionantes da Ilha Anchieta e da Praia da Enseada.

Durante os hiatos de abandono estatal entre as sucessivas alternâncias do uso prisional desse período, no ano de 1919, um arrendatário da Ilha, Agostinho Rossi, que pretendia instalar ali uma indústria pesqueira e agrícola, tem seu contrato rescindido pelo Estado. O motivo foi praticar no local “avançada indústria dilapidadora” que foi denunciada pelos pescadores locais (OLIVEIRA, 1977: p.88).

A partir dos anos 1920, sucedem-se na Ilha Anchieta várias atividades estranhas, tais como um posto de quarentena para gado²⁷ e, em 1926, cerca de dois mil imigrantes “russos” ficaram na “hospedaria de imigrantes” da Ilha. Destes milhares de bessarábios, cerca de 150 morreram envenenados pela ingestão de “mandioca brava” (DE OLIVEIRA, 1977: p.88-89).

Não falaremos muito mais sobre a história da colônia correcional, porque consideramos que toda a vasta literatura recente que existe relativa ao “presídio”, apenas contribui para enterrar mais e mais a verdadeira história do lugar, que é a dos antigos *pescadores-lavradores* que lá habitavam antes da Ilha Anchieta cair sob a intervenção do Estado.

Hoje, infelizmente, só subsistiram as referências “militares” à Ilha e ao presídio, impulsionadas pelo sensacionalismo midiático sobre a sua rebelião, rotulada de “a maior e mais sangrenta do mundo” pelas fotorreportagens das revistas O Cruzeiro e Manchete, no ano de 1952. No entanto, é justamente em dois livros pouco conhecidos, escritos pelo coronel Paulo Vianna (1986, 1987), um dos antigos diretores do presídio, que encontramos um dos mais vivos registros da atividade pesqueira e do conhecimento tradicional dos caiçaras locais sobre a Ilha Anchieta. As atividades cotidianas (Figura 11), os costumes e os saberes tradicionais com relação aos ventos, marés e artes de pesca da comunidade local, bem como a estreita relação dos pescadores habitantes do entorno da Enseada do Flamengo com o uso do território da Ilha Anchieta, estão registrados com grande brilho e sensibilidade pelo autor.

Na praia ficou aquele montão de tainhas, ainda vivas a grande maioria delas, pulando ou se mexendo. Contadas, mais de duas mil! Uma pescaria maravilhosa, excelente! O encarregado da pesca começou a divisão de todo aquele peixe. Ele segurava um peixe em cada uma de suas mãos e contava até cinquenta. Separava uma para indicar que um cento já estava contado. E assim foram contadas, uma a uma, todas aquelas tainhas e repartidas igualmente, à moda dos pescadores; o Presídio ficava com um terço, a rede do CABRAL, outro terço e a de JOÃO GLORIOSO, outro terço. (VIANNA, 1987: p.190-191)

²⁷ “Em 1920 chegou à Ilha o Dr. Oscar Dutra e Silva, para instalar ali um posto de isolamento à epizootia, a fim de atender à sanidade do rebanho pastoril do Estado, seriamente ameaçado naquela ocasião” (DE OLIVEIRA, 1977: p.88).

Figura 11 - *Lagarto, Jaime e Lucas dividindo as tainhas do mesmo modo descrito por Vianna (1987). Foto: Lucas Guimarães, Praia da Enseada, junho de 2016.*

Outro registro envolvendo o presídio e a pesca na Ilha Anchieta é o livro “Joatão e a Ilha” (FERNANDES, 1966), que embora seja um romance, descreve técnicas e características locais de pesca com uma riqueza de detalhes tão fiel à realidade pesqueira do lugar, que atestam ter este autor também, muito provavelmente, convivido com grande intimidade junto à comunidade de pescadores locais²⁸.

Sobre a cultura pesqueira local, Carlos Borges Schmdit publicou em 1948 “Alguns Aspectos da Pesca no Litoral Paulista”, trabalho que detalha com precisão também o modo de vida dos pescadores da Praia da Enseada e do Perequê-Mirim, inclusive através do registro fotográfico dos pescadores destas localidades em ação²⁹.

Portanto, ao analisarmos a história da Ilha Anchieta durante o século XX, percebemos que desde o ano de 1905, quando foram expulsos centenas de caiçaras daquela Ilha para a instalação da colônia correcional, o Estado passou todo esse século exercendo seu poder de forma autoritária, almejando apenas a consecução objetiva de seus próprios interesses políticos, conforme veremos a seguir em um breve resumo das propostas de uso da Ilha Anchieta ente os anos de 1959 a 1983.

²⁸ As descrições sobre as técnicas de pesca neste romance são tão próximas à realidade local que subsidiaram o “livro-documentário”, Motim da Ilha, do delegado Benedito Nunes Dias (1984: p.110-112).

²⁹ Algumas das fotos (inclusive o desenho da capa) são de Paulo Florençano, pesquisador e fotógrafo etnográfico que em 1940 trabalhou com Emilio Willens registrando os costumes do caiçara de Ubatuba (SOUZA, 2013). Florençano possuiu residência por muitos anos na Praia da Enseada e fez belos registros do modo de vida local.

Após o encerramento das atividades “prisoniais” da Ilha Anchieta em meados dos anos de 1950, tem início um período de completo abandono por parte do Estado daquela localidade, que se tornou um enorme problema administrativo³⁰.

A partir de então ocorrem sucessivas transferências da responsabilidade administrativa sobre a Ilha, entre as diversas secretarias de Estado³¹, fazendo surgir várias propostas para utilização da Ilha Anchieta, tais como: posto de prestação de serviços de assistência aos profissionais da pesca³²; manicômio para onde seriam transferidos os pacientes do Juqueri³³; colônia de férias³⁴; local de quarentena para gado³⁵; um projeto de exploração turística e urbanística (FUMEST, 1974); culminando com a soltura de 159 animais, de várias espécies, pela Fundação Parque Zoológico em março de 1983 (REIS-DUARTE, 2004: p.16).

No entanto, nenhum destes usos propostos para a solução do “problema” administrativo da Ilha Anchieta se concretiza, e, entre estas mirabolantes sugestões de uso da Ilha, destaca-se o Plano de Exploração Turística da Ilha Anchieta, de 1974, através do qual uma empresa de economia mista, a CIAUTUR, iria planejar, executar e operar serviços de urbanização e turismo na Ilha Anchieta (FERREIRA, 1979: p.127).

Este “Plano” faraônico escolheu a Ilha para ser “sede de um dos centros mais importantes do turismo nacional, com projeções na escala internacional”, objetivando as seguintes possibilidades: centro comercial; restaurantes, paradores e teleférico; observatório astronômico e meteorológico; parque florestal e zoológico; clube de campo e camping; auditório para concertos e *ballet* ao ar livre; lago artificial e centro de cultivo de água doce; clube hípico, de caça e montanhismo; hotéis balneários; restaurante de praia; hotel oceânico; boate submarina; boate de gruta e iate clube (FUMEST, 1974).

³⁰ Decreto nº 34.772, de 20/03/1959, que constitui comissão destinada a estudar a utilização da Ilha Anchieta.

³¹ **Decreto nº 25.657 de 22/03/1956**, transfere a administração da Ilha Anchieta, da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública para a Justiça e Negócios do Interior; **Decreto nº 42.955 de 14/01/1964**, transfere da Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, para a do Trabalho, Indústria e Comércio; **Decreto nº 2.986 de 07/12/1973**, transfere da Secretaria do Trabalho e Administração para a da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo; **Decreto nº 4.406 de 03/09/1974**, transfere da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo para a FUMEST; **Decreto nº 9.629 de 29/03/1977**, Cria o Parque Estadual da Ilha Anchieta e transfere da FUMEST para a Secretaria de Agricultura.

³² Correio Paulistano de 21/05/1955 apud Dossiê Witter, 1974.

³³ Folha da Noite de 25/05/1956 apud Dossiê Witter, 1974.

³⁴ Decreto nº 43.146, de 11/03/1964, que Institui a Colônia de Férias da ilha Anchieta.

³⁵ Decreto-Lei nº 110, de 26/06/1969.

Por fim, em março de 1977, é criado o Parque Estadual da Ilha Anchieta (somente a área terrestre) e em 1980-1983 o Polígono de Interdição à Pesca³⁶. Assim, por essa interferência arbitrária e a sistêmica prevaricação do Estado, foram sempre os caiçaras que saíram perdendo com essas sucessivas intervenções. Expropriados de sua história, de suas terras e de seus territórios pesqueiros localizados na Ilha Anchieta, os caiçaras locais perdem sua identidade sociocultural, perdem seu modo de vida tradicional, perdem seu sustento, perdem sua arte pesqueira e, ainda hoje, continuam aviltados, mas historicamente resistindo (Figuras 12 e 13).

Figura 12 - Pescador da Enseada “consertando a rede” do arrastão de praia. Foto: Paulo Florençano, Praia da Enseada, imagem que inspirou a capa de Schmidt (1948). Fonte: MISTAU³⁷ – Shirley Santos.

Figura 13 - Mestre Sebastião Giró consertando a rede do cerco flutuante. Foto: Peter Santos Németh, Praia da Enseada, Rancho do Paulinho, abril de 2011.

³⁶ O Polígono de Interdição à Pesca foi instituído pela SUDEPE, baseado no processo n. S/2848/79 que fundamentou duas portarias de interdição: a nº N-014 de 14/07/1980, revogada pela atual nº N-56 de 10/11/1983.

³⁷ Museu da Imagem e do Som de Taubaté.

1.2.1. O Polígono de Interdição à Pesca

“Todo fenômeno cultural, social ou político é histórico e não pode ser compreendido senão através da, e, na sua historicidade. Existem diferenças fundamentais entre os fatos naturais e os fatos históricos e, conseqüentemente, entre as ciências que os estudam. Não somente o objeto da pesquisa, está imerso no fluxo da história, mas também o sujeito, o próprio pesquisador, sua perspectiva, seu método, seu ponto de vista”. (Dilthey, 1949 apud ANGELO FURLAN, 2000, p.24-25)

Guiados por esta perspectiva, reconstruímos o contexto histórico do processo de criação do Polígono de Interdição à Pesca ao redor da Ilha Anchieta, instituído pelas portarias da extinta SUDEPE³⁸, N-014 de 14 de julho de 1980 e N-056 de 10 de novembro de 1983³⁹, ambas instruídas pelo processo SUDEPE S/02848/79 que hoje está “perdido” em Brasília⁴⁰.

Essa reconstrução só foi possível graças ao resgate de um material documental, aqui denominado “Dossiê Prochaska”, que foi o embrião original do citado “processo perdido”, fato que nos permitiu reconstruí-lo em sua essência fundamental.

Veremos que, ao contrário da ideia proposta originalmente, a de criação de um Parque Natural Submarino, na verdade foi implementado um inerte Polígono de Interdição à Pesca, sem plano de manejo ou objetivos de conservação definidos.

Cabe-nos, portanto, resgatar o entendimento do Ministério Público Federal (MPF, 2014), sobre a relevância de se “conhecer como se deu a condução do processo de criação da Unidade de Conservação”, sendo isso:

[...] importante para a compreensão do seu contexto de inserção local e regional. Muitos dos conflitos com populações residentes na Unidade de Conservação ou localizadas no seu entorno têm origem em processos de criação conduzidos de forma autocrática, sem participação dos segmentos interessados da sociedade civil. (MPF, 2014: p.38)

Portanto, a fim de contextualizar historicamente o estudo de caso que trazemos a lume, ou seja, a criação de um institucionalmente “estéril” Polígono de Interdição à Pesca, ao invés

³⁸ Hoje substituída em suas atribuições de ordenamento e fiscalização pelo ICMBio.

³⁹ A primeira de 1980 revogada pela segunda, pois não definia corretamente o “polígono”, que apenas foi materializado finalmente no mapa da portaria de 1983.

⁴⁰ Foi feita uma tentativa de localização do processo SUDEPE S/02848/79, e os servidores do IBAMA nos responderam que os processos da SUDEPE estão amontoados em uma sala, tornando qualquer busca “insana”.

da proposta inicial de aproveitamento do Parque Estadual da Ilha Anchieta⁴¹ para anexação de um Parque Natural Submarino, sistematizamos os dados do Dossiê Prochaska⁴².

Este Dossiê com 26 páginas reúne ofícios, cartas, pareceres, artigos de jornal e documentos que foram trocados entre o proponente, Sr. Edgard Prochaska, diretor do Departamento de Ecologia da Federação Paulista de Caça Submarina (FPCS), e diversos órgãos da administração pública do Estado de São Paulo e do Governo Federal entre os anos de 1977 e 1990, com a finalidade de criação do, à época, “1º Parque Natural Submarino Brasileiro”.

O Plano original foi encaminhado pela FPCS ao governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins⁴³, em 15 de dezembro de 1977, e, em menos de três meses, o expediente protocolado já havia transitado pela Secretaria da Agricultura (SA) e sua Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais (CPRN), como também pelo Instituto de Pesca (IP), ganhando o número de processo: SA nº 56.035/78. Assim, em 6 de março de 1978, através da carta C.AEG:05/78, o assistente geral do governador José Roque Monteiro responde ao expediente da FPSC anexando a Informação INF.GC-005/78 do CPRN datada de 9 de fevereiro de 1978.

É esse parecer da INF.GC-005/78 do CPRN a peça fundamental que, mesmo sendo breve e superficial, define os rumos futuros da proposta inicial de “aproveitamento do Parque Estadual de Ilha Anchieta para a criação do 1º Parque Natural Submarino Brasileiro” (DOSSIÊ PROCHASKA, 1978-1980).

Nessa “Informação”, consta que, consultado o Diretor Geral do Instituto de Pesca, a proposta da FPCS “se assemelha bastante ao Plano de Administração do Parque Estadual da Ilha Anchieta apresentado por aquele Instituto para atuação conjunta com o Instituto Florestal”, e que: **“basicamente, a criação de parque submarino implica em interdição da pesca na área abrangida, medida que, de acordo com o Código de Pesca, é competência exclusiva da SUDEPE”** (DOSSIÊ PROCHASKA, 1978-1980: p.1 grifo nosso).

No entanto, a mesma “Informação” alerta enfaticamente que a CPRN está providenciando a instalação de laboratórios científicos na Ilha Anchieta,

[...] e somente com os resultados das pesquisas que nele vierem a ser efetuadas é que poderá ficar caracterizada a necessidade de interdição da pesca. Somente então, com base nesses resultados, poderá a Secretaria da Agricultura solicitar à SUDEPE a interdição da pesca na área. (DOSSIÊ PROCHASKA, 1978-1980: p.1)

⁴¹ Já instituído em 1977, mas que apenas contempla a área terrestre da Ilha Anchieta.

⁴² Fluxograma cronológico do trâmite burocrático disponível no Anexo B.

⁴³ Paulo Egydio possuía nessa época residência de veraneio em uma praia “particular” muito próxima à Ilha Anchieta, chamada Praia do Flamenguinho.

Porém essas pesquisas científicas tão necessárias jamais foram concretizadas.

Ao invés disso, e contrariando o parecer INF.GC-005/78 do CPRN supracitado, no Diário Oficial da União de 17 de julho de 1980 é publicada, sem nenhum estudo científico previamente realizado ou qualquer discussão com a comunidade pesqueira local, a Portaria SUDEPE Nº N-014 de 14 de julho de 1980⁴⁴, que resolve “Interditar a pesca ao redor da Ilha Anchieta no mar territorial que banha o Estado de São Paulo”.

Assim fica instituída uma “simplória” área de interdição à pesca, sem conexão político-administrativa alguma com o Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA) e, até hoje, sem qualquer tipo de plano de utilização conforme a proposta inicial da FPCS, que nunca saiu do papel.

Este fato, até os dias atuais dificulta um tipo de gestão mais eficiente e menos “policialesca” (Figura 14) do sistema insular em questão, que embora sendo um bioma composto por um sistema indissociável de terra, mar e cultura tradicional, tornou-se um território esquartejado institucionalmente entre as esferas estadual e federal.

Figura 14 - O “caveirão” da florestal voltando da Ilha Anchieta. Ao fundo a Ponta Grossa da Enseada. Foto: Peter Santos Németh, Praia da Enseada, julho de 2015.

⁴⁴ Mais tarde, três anos e quatro meses depois, devido a um problema de literalidade que não permitia definir corretamente o Polígono de Interdição, a portaria N-014 é revogada e substituída pela Portaria SUDEPE Nº N-056, de 10 de novembro de 1983, trazendo a figura de um mapa da Ilha Anchieta com o Polígono de Interdição à Pesca, e suas coordenadas geográficas corretamente descritas. Novamente, nenhuma menção foi feita ao projeto do 1º Parque Natural Submarino e nenhum estudo científico ou consulta pública prévios foram realizados.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Assim fui guardando palavras, falares e histórias da tradição que me abraçou, tornei-me aprendiz, perfiei, encabecei, remendei, chamei água, encontrei, matei tainha, garoupa e parati. Do mar vivi e aprendi um bocado, felicidade que em menino jamais havia sonhado. Hoje, os “novos turistas”, querem tirar canoa e rede da praia, dizem que é feio, bom é condomínio fechado, trator na areia puxando iate bacana, arrancar o jundú e plantar grama. E o caiçara: “Esse aí, é arrogante e mal encarado, só cria problema pro nosso lado”; pois à beira-mar não se passa fome, por isso nunca vai haver pescador amansado. Já, enquanto eu viver, no “Meu Chamêgo” vai ter sarau, aqui canoa vai ter sombra e rede vai ter varal, vai ter banco pra ouvir história e brasa pra carapau. Viverá sempre comigo a glória do tempo antigo. (NÉMETH, 2010: p.13-14)

2.1. *Re-conhecendo o método etnográfico; a iniciação na arte pesqueira*

Para explicar a peculiaridade do procedimento metodológico desenvolvido neste trabalho de pesquisa, será imprescindível, no momento, falar em primeira pessoa. Isso se deve ao fato de que antes de tornar-me oficialmente um pesquisador acadêmico⁴⁵, morei e trabalhei durante dez anos junto à comunidade tradicional de pescadores caiçaras da Praia da Enseada, Ubatuba, São Paulo.

Entre os anos de 2000 a 2011, após uma década morando em São Paulo, fixei residência nesta comunidade caiçara, lugar onde trabalhei como pescador profissional e maricultor junto aos pescadores tradicionais locais⁴⁶, compartilhando diariamente durante a intensa faina pesqueira seus saberes, artes, linguagem, anseios, dificuldades, sofrimentos, alegrias e segredos.

Vale ressaltar que, antes de me “profissionalizar” como pescador, embora tenha passado quase todas as minhas férias de verão nessa praia, eu nunca havia participado plenamente da comunidade caiçara tradicional do lugar⁴⁷. Apesar de conhecido por todos, eu era segundo a classificação local, um *turista*. O *turista* é aquele sujeito que mesmo residindo

⁴⁵ “No entanto, essa suposta carência exhibe uma lógica própria que adquiriu identidade como técnica de obtenção de informação: a observação participante” (GUBER, 2001: p.55-56, tradução nossa).

⁴⁶ “Conforme destaca Applebaum (1987), o método de observação participante sugerido por Boas chegou ao auge nas mãos de Malinóvski. O programa de campo de Malinóvski enfatizava a longa residência em campo, o uso da linguagem nativa e a observação participante” (CAMARGO e BEGOSSI: 2006: p.13).

⁴⁷ “Falamos ‘participar’ no sentido de ‘desempenhar-se como o fazem os nativos’; de aprender a realizar certas atividades e comportar-se como um deles. A ‘participação’ enfatiza a experiência vivida pelo investigador apontando seu objetivo de ‘estar dentro’ da sociedade estudada. No polo contrário, a observação colocaria o observador fora da sociedade, para realizar sua descrição com um registro detalhado do que vê e escuta” (GUBER, 2001: p.57, grifos da autora, tradução nossa).

permanentemente no local, possui uma relação mais distanciada da comunidade tradicional, não comungando integralmente os mesmos valores locais, nem participando como um “igual” das relações sociais cotidianas⁴⁸.

Durante esse período em que me tornei aprendiz de pescador, enquanto absorvia diretamente através da vivência real os costumes e saberes locais relacionados ao universo pesqueiro tradicional, nunca me foi possível abandonar o olhar crítico. Internamente e a todo instante, não cessava de tecer questionamentos e comparações entre aquele modo de vida por mim escolhido e toda a bagagem cultural típica de um cidadão guaratinguetaense de classe média, que eu carregava.

Minha noção de sobrevivência provinha de uma doutrina urbana que me havia impregnado desde os tempos de criança com o roteiro: estudar, escolher uma profissão, formar-se na faculdade, arrumar emprego em uma boa empresa, casar, ter filhos e aposentar-se. Essa era a cantilena, não poderia existir vida ou outra forma de sobreviver que não fosse através desse caminho *urbano-industrial*⁴⁹.

Quando então resolvi romper com esse sistema, a mim imposto “goela abaixo”, e decidi “largar tudo” para ir viver literalmente em um rancho na beira praia, por muito tempo ainda acompanhou-me a incerteza e o sentimento de culpa, pois como poderia eu sobreviver naquele lugar novo, onde tudo o que eu havia aprendido e estudado na “escola” em nada servia para assegurar a minha subsistência?

Enquanto essas dúvidas me corroíam⁵⁰, a cada novo dia, mais e mais eu ia me aproximando e ganhando a confiança dos pescadores⁵¹ que se reuniam no *jundú* da praia em

⁴⁸ “Segundo este critério, morador é quem está integrado à vida cotidiana da Vila, no mesmo nível de igualdade com os moradores nativos, estabelecendo assim de alguma forma uma identidade comum. Assim temos várias pessoas de outra localidade, ou mesmo região, considerados moradores. Por outro lado, temos pessoas ‘de fora’, que vivem há anos na Vila, exercendo atividade produtiva, que não são consideradas moradoras, e sim turistas. Em realidade os moradores não têm identidade sócio-econômica e cultural com estas últimas, e relacionam-nas com os turistas que frequentam o local” (VIANNA, 1992: p.30, grifos da autora).

⁴⁹ “Imersos em nossa própria sociedade, nem sempre percebemos suas influências dentro de nós mesmos. Imersos em outras culturas podemos enxergar além de questionar aquilo que nos ensinam como ‘verdade’ ” (RAINHO. 2015: p.15, grifo da autora).

⁵⁰ “No uso da técnica de observação participante, a participação supõe desempenhar certos papéis locais, que como dizíamos, acarretava a tensão estruturante do trabalho de campo etnográfico entre fazer e conhecer, participar e observar, manter a distância e envolver-se. Esse desempenhar de papéis locais implica um esforço do investigador por integrar-se a uma lógica que não é a sua própria” (GUBER, 2001: p.66, tradução nossa).

⁵¹ “Malinowski foi se integrando, gradualmente, ao exercício mais pleno possível para um europeu do início do século XX, da participação, compartilhando e praticando a reciprocidade de sentidos do mundo social, segundo uma reflexividade distinta da sua própria” (GUBER, 2001: p.66, tradução nossa).

frente ao meu rancho para conversarem, remendarem suas redes, venderem seu peixe e consertarem seus barcos e canoas.

Certo dia⁵², em uma dessas rodas de prosa à sombra de uma *amendoeira*, correu a notícia de que uma “*pegadeira de lula*” estava acontecendo no *Parcelzinho*. Perguntei: Onde é esse lugar? E me disseram: “Virando o *Canal*”. Perguntei então: Como se pesca a lula? “Cum *zagarelho*... é tipo uma *garatéia* de pescá espada, mas num precisa de isca não, a lula pega sozinha”.

Até aquele momento, nunca nenhum pescador me havia convidado para ir pescar, e mesmo com a minha demonstração de interesse pela pescaria de lula, naquela manhã ninguém me convidou para ir pescar no *Parcelzinho*. Pensei: vou remar minha canoazinha e ir até esse *Parcelzinho*, já que “virando o *Canal*”, não deve ser tão longe (Figura 15).

Figura 15 - Mapa dos pesqueiros tradicionais de lula. Os pontos 1, 3, 4 e 5, indicam os locais percorridos durante a minha primeira “pescaria” de lula descrita no texto.

⁵² [...] “é habitual que os etnógrafos relatem uma experiência que se transformou no ponto de inflexão de sua relação com os informantes (Geertz 1973). A experiência de campo é frequentemente relatada como um conjunto de casualidades que, contudo, respeita um enredo. Esse enredo é precisamente a capacidade do investigador em aproveitar a ocasião para implantar sua participação em termos nativos” (GUBER, 2001: p.68, tradução nossa).

Peguei então minhas *garatéias* de pescar espada, linha, chumbada, arrumei uma corda bem comprida e um *chaço* para ancorar a canoa. Levei água, faca, uma cuia para esgotar a canoa (alguns conselhos locais eu já havia assimilado) e saí remando rumo ao *Canal da Ilha Anchieta*, o temido *Boqueirão*. Uma hora e pouco de remo, cheguei ao *Boqueirão*, fiz a travessia contornando a *Ponta do Espia*, passei o *Canal*, virei, e... ninguém! Remei mais um pouco para fora, a fim de ter a visão total da costeira da Praia de Fora e, de novo, vi ninguém. Comecei então a olhar para todos os lados, procurando, procurando, então vislumbrei bem ao longe, lá “pras bandas” do Ilhote das Cabras, rente à costeira da Ilha Anchieta, um montão de barcos juntos. Firmei os olhos e reconheci os barcos do *Ico* e do *Jaime*, dois pescadores com os quais havia conversado naquela manhã. Estavam muito longe, eu teria que atravessar todo o *Largo da Ilha Anchieta*, cortando por inteiro o ameaçador *Boqueirão*. Ficaria exposto ao vento e à correnteza, e nem ao menos sabia quanto tempo iria levar para chegar lá remando minha canoazinha de “dois palmos de boca”, que era de um tamanho suficiente só para brincar na beira da praia.

Levei uns cinco minutos para decidir o que fazer; resolvi arriscar. Remei, remei, remei, remei e quase três horas depois cheguei entre os barcos escutando a turma falar: “Olha o Alemão aí!”. Achei um local para ancorar a uma certa distância “respeitosa” dos outros barcos e joguei o *chaço*. Arrumei minha linha com a *garatéia* de espada e comecei a pescar. Todos os outros pescadores pegavam lulas, uma atrás da outra, e na minha linha, nada. Coloquei uma *chumbada*, e, nada.

Foi quando armou uma tempestade vindo de sudoeste, cobrindo a Ilha toda. Era uma *trovoada*, com nuvens cinza enormes e escuras que avançavam muito rápido, trazendo vento e chuva grossa (uma típica tempestade de verão). Não desisti, fingi não estar com medo (pois todos ali estavam de olho em mim), soltei mais um pouco de corda já que não queria que a canoa fosse arrastada pelo vento (que estava muito forte), e, quando a chuva caiu, tudo ficou branco e eu deitei quietinho no fundo da canoa e esperei a *trovoada* passar. Para minha sorte a chuva de verão é forte mas passageira e cerca de trinta minutos depois o aguaceiro já havia passado e o sol da tarde voltava a brilhar. Tirei a água de chuva da canoa com a cuia e tentei uma última vez pescar, mas nenhuma lula mordida meu anzol. Pensei: que mistério será esse... por que será que só eu não consigo pescar?

Percebi então que era perto de quatro horas da tarde e pelo tempo que tinha demorado em remar até o Parcelzinho, na volta, eu iria chegar só à noite na Praia da Enseada. Meu “brioso”

orgulho não me permitiu demonstrar fraqueza e pedir carona de volta, tinha que "dar uma de machão", já que ninguém havia me convidado para estar ali pescando.

Recolhi o *chaço*, ajeitei as *tralhas* e remei firme rumo ao *Boqueirão*, aproveitando para atravessá-lo enquanto o dia ainda estivesse claro (por segurança). Cheguei em casa já com a noite fechada, sem lula alguma, mas com uma aventura fantástica gravada para sempre na minha alma.

No dia seguinte, reencontrando a *turma* de pescadores na praia, ao invés de me chamarem de *Alemão* como de costume, todos *intitavam*: “Ó o *matadô* de lula aí!”. Por toda aquela semana eu me tornei o “*matadô* de lula”, embora nenhuma delas eu tenha pescado.

E a causa desse insucesso eu logo descobri, já que o *zagarelho*, na verdade não é igual a uma *garatéia de espada* como eu havia erroneamente entendido, na verdade, ele é uma isca artificial especialmente projetada para pescar lulas. Então só com muita, mas muita sorte mesmo, eu teria conseguido pescar uma lula sequer, com a minha estúpida⁵³ *garatéia de espada*.

Figura 16 - O *zagarelho* (à esquerda) e a *garatéia* (à direita). Foto: Peter Santos Németh, 2016.

O resultado dessa epopeia toda foi que, imediatamente após este evento, todos os pescadores passaram a me chamar para pescar em seus barcos e canoas, ensinando-me suas técnicas locais de pesca. Assim, um universo novo e riquíssimo começou a se materializar diante dos meus olhos.

⁵³ [...] o investigador parte de uma ignorância metodológica e se aproxima da realidade que estuda para conhecê-la. Isto é: o investigador constrói seu conhecimento a partir de uma suposta e premeditada ignorância. Quanto mais saiba que não sabe (ou quanto mais ponha em questão suas certezas) mais disposto estará a aprender a realidade em termos que não sejam os seus próprios. (GUBER, 2001: p.68, tradução nossa)

Fui iniciado nas artes de pesca, e toda a paisagem, os objetos, as ferramentas, os animais, o mar e os peixes adquiriram novos e surpreendentes significados. Tudo o que eu já havia visto e experimentado sofreu uma transformação radical, tanto na forma quanto no modo como a minha percepção interpretava o ambiente natural. Uma outra dimensão, um outro mundo, uma nova forma de sobrevivência possível se descortinou, e, nesse processo, eu mesmo me transmutei de maneira irremediável e irreversível⁵⁴.

Figura 17 - Reprodução de algumas anotações de campo do meu período “pré-acadêmico”.

A diferente visão de mundo adquirida com a nova “profissão”, também revelou os inúmeros riscos que ameaçavam localmente nosso modo de vida; relacionados ao aumento das “atividades turísticas” e seus impactos sobre os territórios pesqueiros usados pela comunidade.

As principais ameaças locais vieram: da instalação de garagens náuticas; do crescimento urbano desordenado; da especulação imobiliária forçando a verticalização e a ocupação das

⁵⁴ “Para o autor o mergulho precisa ser profundo, um mergulho que seja capaz de implicar ética, intelectual e/ou fisicamente à pesquisadora, capaz de abranger todos os seus sentidos, transformando-a definitiva ou temporalmente” (RAINHO, 2015: p.130).

encostas “verdes” das penínsulas; da operação precária do emissário submarino local e da falta generalizada de saneamento básico. E ainda, para piorar os impactos dessa situação, todas estas atividades, sem exceção, operam de algum modo ferindo impunemente a legislação e gozando da conveniente “vista grossa” feita pelos órgãos fiscalizadores responsáveis.

Percebendo esse cenário caótico, resolvemos criar no ano de 2004 a Associação Pescadores da Enseada (APE) reunindo cerca de 15 famílias caiçaras locais com o intuito de defendermos nosso modo de vida através de uma participação maior e mais representativa na política municipal, estadual e federal.

Por meio de nossas assembleias, fui eleito presidente e passei a representar os pescadores locais em diversos fóruns, conselhos e conferências. Desse trabalho surgiu um grande projeto de gestão territorial e ambiental marítima construído junto com a comunidade de pescadores locais, chamado Projeto RDS⁵⁵ Enseada do Flamengo (Figura 18).

Buscando aprimorar este envolvimento, e com a intenção de incluirmos o Projeto RDS Enseada no Plano Diretor Participativo de Ubatuba⁵⁶, fizemos uma apresentação do Projeto RDS Enseada em maio do ano de 2006 para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro de Ubatuba.

Com o nosso Projeto RDS referendado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro, o mesmo foi apresentado ao Conselho Municipal de Desenvolvimento em 02 de agosto 2006, logrando a sua anexação à Lei Municipal Complementar nº 2892 de 15 de dezembro de 2006, como uma diretriz para o desenvolvimento local da pesca e da maricultura⁵⁷.

⁵⁵ Reserva de Desenvolvimento Sustentável. (SNUC). Esse projeto foi protocolado junto aos governos federal, estadual e municipal entre os anos de 2004 e 2006.

⁵⁶ “A participação popular no desenvolvimento de documentos oficiais faz com que estes adquiram um significado social diante de novos aspectos e dimensões políticas. Estes documentos, muitas vezes, assumem seu papel para além de atos e fatos administrativos, transformando-se em frutos de demandas populares em defesa de modos de vida e, nestes casos, adquirem seu valor como instrumentos de luta socioecológica” (COSSIO, 2011: p.5).

⁵⁷ Art. 80 – As demais ações estratégicas da política pública da Pesca e da Maricultura que subsidiarão o detalhamento dos planos, programas e projetos deste setor estão contidas nos Anexos desta Lei Complementar, em especial no documento intitulado “Planejamento dos Setores da Pesca, Agricultura, Maricultura e Abastecimento – Elaboração e priorização das metas” (UBATUBA, 2006). Embora decorridos quase 10 anos desde a aprovação desta Lei, o Projeto RDS nunca saiu do papel.

Figura 18 - Mapa do projeto RDS Enseada do Flamengo, ano de 2005. Reprodução: Peter Santos Németh.

Esse nosso projeto também englobou a regularização dos nossos ranchos de pesca e das nossas fazendas marinhas, através do Plano Local de Desenvolvimento da Maricultura (PLDM), que, com apoio do Ministério da Pesca, previu a instituição do Parque Aquícola da Enseada do Flamengo⁵⁸.

Outra iniciativa local de destaque da APE foi o Registro da canoa caiçara como patrimônio cultural imaterial do Brasil junto ao IPHAN, projeto que trouxe grande visibilidade para a importância da cultura tradicional pesqueira caiçara, atraindo apoiadores de todo o país.

Toda essa luta da APE pelo resgate da cultura tradicional e do modo de vida do pescador caiçara também me colocou em contato direto com o mundo acadêmico, e, após uma guinada radical em minha vida pessoal, fui morar definitivamente em São Paulo, onde a pesquisa acadêmica me acenou como uma alternativa cabível, ou talvez, a única possível para um pescador profissional (Figura 19), maricultor e bacharel em comunicação social.

⁵⁸ Hoje temos três ranchos e três fazendas marinhas, com cessão de uso homologada pelo SPU (Secretaria do Patrimônio da União) e outras quatro mariculturas, além do Parque Aquícola, com pedidos protocolados junto ao Ministério da Pesca.

Figura 19 - “Carteirinha” de pescador profissional. Reprodução: Peter Santos Németh.

2.2. Metodologia científica; a iniciação acadêmica

Com toda essa bagagem absorvida e internalizada durante os dez anos vividos como pescador artesanal, após nosso ingresso na academia, demos início ao levantamento e sistematização do conhecimento pesqueiro tradicional caíçara das comunidades moradoras do entorno da Enseada do Flamengo, em especial da Praia da Enseada.

A tradição caíçara é entendida como um conjunto de valores, de visões de mundo e simbologias, de tecnologias patrimoniais, de relações sociais marcadas pela reciprocidade, de saberes associados ao tempo da natureza, músicas e danças associadas à periodicidade das atividades de terra e de mar, de ligações afetivas fortes com o sítio e a praia (DIEGUES, 2004b: p.22-23).

Para este estudo utilizamos técnicas científicas de pesquisa qualitativa, com objetivo de investigar valores, percepções e saberes relacionados aos territórios pesqueiros tradicionais, localizados no mar ao redor da Ilha Anchieta, e o possível uso desse conjunto patrimonial de conhecimento como ferramenta prática de gestão pesqueira local.

Durante a abordagem etnográfica utilizada em nosso trabalho de campo junto aos pescadores locais, seguimos “preceitos etnocientíficos” (MARQUES, 2001: p.48), também

aproveitando aspectos da etno-oceanografia⁵⁹ (GASALLA e DIEGUES, 2008: p.3; MOURA, 2013: p.20) e da socioantropologia marítima (DIEGUES, 2004a: p.75).

Assim, nosso trabalho visa atualizar as questões referentes à criação e gestão do Parque Estadual da Ilha Anchieta e do seu Polígono de Interdição à Pesca frente às teorias de valorização do conhecimento pesqueiro tradicional, como ferramenta eficiente de ordenamento e gestão ambiental do território marítimo (JOHANNES e RUDDLE, 1989; PIMBERT e PRETTY, 2000; CORDELL, 2000, 2007; BRITO, 2001; DIEGUES, 2004a, 2005; SANCHES, 2004; SALDANHA, 2005; BERKES et al., 2006; CUNHA, 2008; LEITE, 2011; LEITE E GASALLA, 2013; JOHNSEN, 2014), em “bases sustentáveis” (Sachs, 1997 apud TSUJI, 2011).

Aqui, [...] “aponta-se ao que Sachs (1997) considera as dimensões do chamado *desenvolvimento sustentável*: a sustentabilidade social, ecológica/ambiental, econômica, geográfica/territorial e cultural. Para o autor, o *desenvolvimento sustentável*, em sua *dimensão social*, está relacionado ao alcance de um patamar razoável de homogeneidade social, que implica na distribuição de renda justa, universalização de cobertura das políticas de educação, saúde, habitação, seguridade social e igualdade de gênero. O conjunto destas condições deve culminar com a melhoria da qualidade de vida das populações, aqui entendidas como culturas, grupos e segmentos sociais [...] Finalmente, a *sustentabilidade cultural*, reconhecida por Sachs (1997) como a mais difícil de ser alcançada, estaria relacionada ao equilíbrio entre respeito às tradições e inovações; à capacidade de autonomia na escolha dos caminhos a serem seguidos pelos povos, grupos ou segmentos sociais em questão; à preservação de valores, práticas e símbolos de identidade e a garantia, pelo Estado, dos direitos das minorias”. (TSUJI, 2011: p.20-21, grifos do autor)

Objetivamos:

1- Investigar como a criação do Polígono de Interdição à Pesca ao redor da Ilha Anchieta em Ubatuba São Paulo impactou a reprodução social da cultura pesqueira tradicional local e a percepção da comunidade usuária local, em especial a da Praia da Enseada, sobre esse processo que não considerou o saber tradicional local e o direito ancestral de uso.

2- Localizar, registrar e mapear os territórios pesqueiros tradicionais dos mares ao redor da Ilha Anchieta, que são ancestralmente nomeados, conhecidos e utilizados ao longo de gerações por alguns núcleos familiares de pescadores caiçaras que habitam a Praia da Enseada, qualificando os aspectos locais de sua caracterização, tais como: o nome do *pesqueiro*; tipos de

⁵⁹Segundo Moura (2013), uma perspectiva etno-oceanográfica descreve o sistema comportamental, as tomadas de decisão coletivas e os processos ambientais, segundo uma dada cultura pesqueira em seus próprios termos regionais. A etno-oceanografia pretende assim fornecer uma perspectiva adequada aos territórios produzidos por ambos os modos de conhecer: o da comunidade de pesca local e o da comunidade epistêmica, representando, “portanto, um norte, uma orientação, um modo de organizar os dados etnográficos” (MOURA, 2013: p.20-21).

uso; ocorrência de tipos de peixes e sazonalidade de captura; petrechos e/ou artes de pesca utilizados; e também aspectos culturais associados.

3- Descrever as técnicas tradicionais de pesca utilizadas pelos pescadores locais nos *pesqueiros* estudados, bem como a produção de conhecimento etnociência sobre as espécies locais, fixas ou migratórias. Avaliar o quanto essas técnicas patrimoniais pesqueiras podem contribuir para legitimar o direito de acesso, gestão e uso de determinados espaços costeiros especiais pelos detentores desse saber, frente ao crescente interesse em ampliar as áreas marinhas protegidas, que privilegia a indústria do “turismo” e outros interesses da politico-economia neoliberal (PIMBERT e PRETTY, 2000: p.191), em detrimento da pesca artesanal.

Após o registro e mapeamento dos territórios pesqueiros da Ilha Anchieta e arredores, que só são conhecidos, nomeados e sistematicamente utilizados pela comunidade de pescadores tradicionais locais, e, analisando a legislação aplicável em busca de alternativas possíveis para a reversão desse quadro atual de supressão do direito de uso sobre os *pesqueiros* tradicionais no entorno da Ilha Anchieta, esse estudo poderá referenciar propostas de ordenamento, gestão e manejo tradicional desses *pesqueiros* locais.

Concluída a nossa investigação, poderemos verificar *a posteriori* a confirmação da nossa hipótese: a exclusão das comunidades de pescadores tradicionais caiçaras do processo de criação e gestão do Polígono de Interdição à Pesca (instituído em sobreposição aos seus territórios ancestrais de pesca localizados no entorno da Ilha Anchieta) contribuiu para promover a percepção coletiva de rompimento com as regras tácitas baseadas no respeito, acelerando o “epistemicídio” (Santos, 2005 apud MOURA, 2013: p.71) da identidade sociocultural caiçara local e dos saberes e práticas de manejo pesqueiro consuetudinários que legitimam a apropriação social deste território usado e conhecido pelos pescadores tradicionais que integram a comunidade da Praia da Enseada.

2.2.1. A escolha dos *mestres*

Encontramos nas comunidades de pescadores caiçaras da Praia da Enseada, das Toninhas, do Perequê-Mirim, do Lázaro e do Saco da Ribeira alguns dos descendentes das antigas famílias que foram expropriadas em 1905 e 1906 de suas terras e benfeitorias localizadas na Ilha Anchieta.

Para isso a ilha foi declarada de utilidade pública e os caiçaras indenizados para que de lá se retirassem, embora contrariados e insatisfeitos. Boa parte deles transferiu-se para praias próximas, do continente, havendo ainda agora na Enseada, Perequê-Mirim e adjacências, remanescentes dos que de lá saíram, entre eles os Cabral, os Graça, os Góis, os Bárbara, os Pinho e alguns outros. (DE OLIVEIRA, 1977: p.86-87)

Também, por essas praias localizarem-se às margens da Enseada do Flamengo, que é o corpo d'água que historicamente funciona como a principal via de ligação da Ilha Anchieta com o continente (VIANNA, 1986; GRAÇA, 1967), são os pescadores dessas comunidades os que ancestralmente dominam os territórios de pesca no entorno da Ilha Anchieta em estreita ligação etnoecológica⁶⁰ (MARQUES, 2001) com esse ambiente natural.

(Antenor) –Alemão... uma coisa você tem que sabê... Você, num barco, numa canoa, de noite... *parcel* (pedras submersas) você num (consegue ver), tem vez que você desconfia (onde está a pedra), você escuta no fundo... Num mostrei pra você *escutá a pedra* estralá... a pedra estrala... O peixe, você conhece o marimbá quando tá cantando, ele assobia fininho, o marimbá... E quando é *lama* (tipo de fundo), estrala... faz *póc* né, ela estoura que nem fosse uma panela de angu fervendo, faz *póc*, *póc*... a *lama* faz barulho... E a pedra é um barulho mais “duro”, mais fino... você viu... chega perto da pedra e escuta o fundo assim, ela faz barulho, ela estrala lá em baixo... Então lá na *Ribeira* (Saco da Ribeira) você tá lá no barco, encostado assim, você escuta a *lama*, *tóc*, estoura, então você sabe, ali é *lama*... Peixe, né, o peixe, conforme o peixe que canta, você sabe que peixe que é... Cangoá né, você viu o jeito que ele canta né? O cangoá... a pescada... tudo a gente sabe... a corvina, o bagre... (Peter: Eu lembro, a gente colocava o cabo do remo no ouvido pra escutar né?) É, pra escutá, pra procura *parcel*, pra escutá *cantoria de peixe*... *Antigamente* nós pescava assim, que nem índio...

(James) –Hoje num tem mais nada (disso) né Antenor... *De primeiro*, você *andava no remo* assim, você escutava de longe assim, a corvina cantando... Hoje, se você fala assim, o peão olha pra você e dá risada (não acredita)... (Peter: Eu mesmo não acreditei... O que é isso Antenor? Parece um monte de bicho no mato? Aí o Antenor falou: É cangoá, isso é o cangoá cantando... Aí ele me mostrou como escutar com o remo.)

(James) –*Quêim quêim quêim quêim, quêim quêim quêim quêim, quêim tók tók tók, quêim tók tók tók tók*, é a corvina... é gostoso no *largo* assim, você fica quietinho (escutando a cantoria), você fica só, *quêim tók tók tók*...

(Antenor) –A corvina “bate” né, parece que tá batendo... O marimbá ele faz que nem *mariquita* (um tipo de passarinho), *tsí, tsí*, bem fininho, assobia... Nas Palma (Ilha das Palmas) eu ficava escutando... Todo peixe, todo peixe canta... (DOS SANTOS e DA GRAÇA, 2014, comunicação pessoal, grifos nossos)

⁶⁰ “Etnoecologia é o estudo das interações entra a humanidade e o resto da ecosfera, através da busca da compreensão dos sentimentos, comportamentos, conhecimentos e crenças a respeito da natureza, característicos de uma espécie biológica (*Homo sapiens*) altamente polimórfica, fenotipicamente plástica e ontogeneticamente dinâmica, cujas novas propriedades emergentes geram-lhe múltiplas descontinuidades com o resto da própria natureza. Sua ênfase, pois, deve ser na diversidade biocultural e o seu objetivo principal, a integração entre o conhecimento ecológico tradicional e o conhecimento ecológico científico” (MARQUES, 2001: p.49).

Nosso critério para a escolha dos *mestres* locais e/ou pescadores tradicionais, considerou selecioná-los por:

- 1- Serem os pescadores locais mais antigos (no mínimo 35 anos de pesca);
- 2- Possuírem algum vínculo ancestral, familiar ou de trabalho com o território estudado;
- 3- Ainda deterem na memória⁶¹ o conhecimento histórico do uso e ocupação humana da Ilha Anchieta e da pesca em seu entorno, no período anterior à restrição da pesca no local;
- 4- Consentirem livre e esclarecidamente a publicação dos dados coletados em campo⁶².

Além disso, esses *mestres* escolhidos são aqueles reconhecidos dentro da própria comunidade como especiais detentores de um “saber-fazer” (DIEGUES, 2000a: p.30) diferenciado ou “mestrança” (MALDONADO, 1994: p.132). Esse repositório das práticas sociais, artes de pesca, “mapas mentais” e calendário sazonal aplicados aos *pesqueiros* tradicionais, foram inventariados e mapeados de modo sistemático por essa nossa pesquisa, através dos depoimentos dos portadores da memória coletiva local.

Os saberes tradicionais não estão distribuídos, de maneira uniforme, entre os pescadores. Ainda que os pescadores mais velhos sejam considerados mais conhecedores que os jovens, mestres de pesca com sucesso são aqueles que possuem qualidades especiais de mestrança. Esta é entendida como um conjunto de conhecimentos, competência e experiência que garantem a autoridade necessária para decidir onde e como pescar e também o respeito da tripulação. (DIEGUES, 2004a: p.203)

O roteiro das entrevistas para a pré-elaboração do nosso questionário foi estruturado com base na nossa experiência profissional, acumulada durante a década de convívio diário com essas comunidades caiçaras (entre o ano 2000 e 2011). Para isso revisitamos nossa bagagem de conhecimento acumulado sobre o tema através de anotações e gravações de campo⁶³; participações em fóruns, reuniões, conferências e conselhos de pesca; conversas informais e ofícios protocolados, que, após sistematizados, fizeram emergir as principais questões e conflitos relacionados ao universo da pesca artesanal tradicional local.

⁶¹ “Como verdadeiro arqueólogo da memória, o velho Artur inventa a partir deste passado imaginado um não-lugar onde já não importam datas ou cronologias, fatos ou ficção, construindo seus pequenos mitos fugazes e particulares com os quais aprendem a se tornar pescadores, arturenses, caiçaras, Homens” (RIBARIC, 1997: p.216).

⁶² A autorização foi consentida no início das entrevistas gravadas e reafirmada na devolutiva final (05 a 10 de julho de 2016), quando foi feita uma leitura dos depoimentos e histórias de vida, citados no texto, para cada pescador.

⁶³ No ano de 2012, já iniciamos uma série de entrevistas preliminares e registros em foto e vídeo junto aos pescadores locais, já sob orientação do Prof. Diegues, visando exclusivamente a elaboração do projeto de mestrado. Entre abril e julho de 2012 foram 15 entrevistas, totalizando quase cinco (5) horas de gravações.

Estudos recentemente publicados (JOHNSEN et al., 2014; LEITE, 2011; LEITE e GASALLA, 2010; 2013) que trabalharam especificamente a questão do desenvolvimento e revisão crítica de metodologias específicas para avaliação do Conhecimento Tradicional⁶⁴, envolveram a seleção de grupos de pescadores especialistas que puderam contribuir com subsídios e conhecimentos advindos de sua experiência profissional específica sobre o assunto abordado pela investigação. Assim, também nos inspiramos nas metodologias utilizadas por Leite (2011), Leite e Gasalla⁶⁵ (2010; 2013) e Johnsen et al. (2014), para orientar nossa investigação que também aborda aspectos do conhecimento pesqueiro tradicional⁶⁶.

O método Delphi, que nos forneceu alguns critérios a partir dos quais estruturamos nossa metodologia, é hoje reconhecidamente eficaz para obter a avaliação de especialistas, em pequena ou larga escala, na abordagem de problemas complexos, incertos ou ainda para quantificar variáveis que são intangíveis ou imprecisas (TUROFF, 2002).

Portanto, nossa metodologia para a aplicação das “entrevistas não dirigidas” (GUBER, 2001: p. 82) prioriza cuidados com: a escolha dos informantes especialistas; a forma de realizar as entrevistas; a coleta dos dados do mapeamento, do conhecimento sobre os tipos de peixes, temporadas de captura e territórios pesqueiros. A finalidade é, através de rodadas de entrevistas sucessivas, corroborar⁶⁷ as informações e mapas produzidos com as informações coletadas desses pescadores especialistas, buscando um consenso geral quanto aos dados auferidos. (JOHNSEN et al., 2014; LEITE, 2011; LEITE e GASALLA, 2010; 2013; GUBER, 2001).

⁶⁴ No caso, o *Traditional Ecological Knowledge* ou TEK, (JOHANNES e RUDDLE, 1989: p.7; BERKES, 1993; 2006; JOHNSEN et al., 2014; LEITE, 2011) e suas variantes LEK e FEK, respectivamente, *Local Ecological Knowledge* e *Fishers Ecological Knowledge* (LEITE e GASALLA, 2010; 2013; RUDDLE e DAVIS, 2013).

⁶⁵ O artigo de Leite e Gasalla (2010) que explicita a metodologia Delphi aplicada à pesquisa de avaliação do FEK/LEK como ferramenta prática de gestão de pescarias, ganhou o 1º lugar no Prêmio Estudantil do *World Small-Scale Fisheries Congress* (WSFC) em 2010 (LEITE, 2011; WSFC, 2010).

⁶⁶ “Conhecimento pesqueiro tradicional pode ser entendido como um domínio cognitivo distinto constituído por um conjunto de crenças e habilidades práticas especializadas replicáveis, transmitidas oralmente e culturalmente partilhadas, que têm resistido ao teste do tempo, permitindo que as pessoas sobrevivam em ambientes costeiros e marinhos através da longa observação de fenômenos naturais recorrentes que permite ao pescador tomar decisões sobre o calendário das atividades de pesca, a seleção de pontos de pesca favoráveis e o uso de técnicas adequadas para espécies específicas (Cunha, 1997; Diegues, 2001)” (GASALLA e DIEGUES, 2008: p.4).

⁶⁷ [...] “o que se revela como una diferencia crucial con la época de Malinowski: hoy los nativos sí leen aquello que se escribe sobre ellos, frecuentemente poniendo en tela de juicio las conclusiones “autorizadas” de los etnógrafos (Bretell 1996). En este punto la globalización es tan ostensible que, aunque no llegue a revertir las asimetrías sociales, culturales y políticas, alcanza a poner en contacta, siquiera mediatizado, a las múltiples fuentes de saberes que produce el género humano en sus más variadas formas. Esta es, quizás, la razón práctica para seguir haciendo etnografía: someter nuestras elucubraciones epistemo-etno-céntricas al diálogo con las urgencias, las historias y las vidas de los nativos de cualquier punto del planeta” (GUBER, 2001: p.126- 127).

Pretendemos assim apurar o corpo de conhecimento de um grupo de *experts*, no nosso caso, os *mestres* pescadores locais, partindo da premissa de que quando o conhecimento não é exato “é melhor o julgamento de um grupo do que o de um único especialista” (BESEN, 2009: p.95). Além das informações obtidas durante o período “pré-acadêmico”, desde o ano de 2012 iniciamos um processo de sistematização mais organizado das informações obtidas em campo com o intuito de construir nosso projeto de mestrado já sob orientação do Prof. Diegues⁶⁸. Totalizam, desde o período de elaboração do projeto até a conclusão deste trabalho, 36 viagens a campo, perfazendo um total de 288 dias de interação com os pescadores locais, para coleta, registro, confirmação e ajuste das informações compartilhadas (Tabela 1).

Foram selecionados e entrevistados 10 pescadores tradicionais da Praia da Enseada, entre estes, 6 que são reconhecidos como “*mestres*” detentores da memória identitária da comunidade. Destes *mestres*, 3 responderam formalmente ao questionário semiestruturado e todos os outros, *mestres* e pescadores, responderam entrevistas não dirigidas também baseadas no questionário. Procuramos assim “elucidar as cartografias da memória e dos discursos que permeiam as fabulações com as quais os indivíduos tecem e dão sentido a suas histórias de vida” (RIBARIC, 2016, comunicação pessoal). Essas entrevistas produziram entre janeiro de 2012 e julho de 2016, 34 horas e 28 minutos de gravações de áudio, 126 vídeos de campo disponíveis *on-line*, mais de 4.000 fotografias, 13 saídas de pesca georreferenciadas, 92 páginas de transcrições, 1 calendário sazonal (*Roda do Tempo*) e 193 *pesqueiros* e/ou logradouros tradicionais mapeados.

Tabela 1- Registro das viagens à campo para coletas de informação e número de dias de estadia.

	2012	2013	2014	2015	2016
Janeiro	01 a 25.	01 a 15.	01 a 10; 12 a 18.	01 a 11.	01 a 13.
Fevereiro		14 a 17.	08 a 09.	07 a 08.	13 a 14.
Março	01; 09 a 11; 31...	07 a 08.			19 a 20.
Abril	01; 05 a 11; 21 a 22.		18 a 20.		23 a 24.
Maiο	07 a 08; 21 a 23.		24 a 25.	01 a 02.	
Junho	16 a 17; 30...	05 a 06; 29 a 30...	29 a 30...		
Julho	01 a 24.	01 a 31...	01 a 25.	07 a 24.	05 a 10.
Agosto		01 a 04; 16 e 17.	30 a 31.		
Outubro	06 e 07.	12 a 14.	04 a 05; 11 a 12.		
Dezembro	25 a 31...	17 a 31...	24 a 31...	24 a 31...	

⁶⁸ Nosso pré-projeto de pesquisa foi elaborado entre janeiro de 2012 e agosto de 2013.

Assim, dando partida oficial ao nosso levantamento etnográfico, em julho de 2014, foram documentadas em campo fotografias, gravações de áudio e registros em vídeo do modo de vida cotidiano da comunidade local. Destes vídeos, selecionamos 85 que integram uma *playlist*⁶⁹ organizada como um diário de campo, na plataforma eletrônica *Youtube*. Essa lista de vídeos organiza em ordem cronológica os principais e mais representativos audiovisuais sobre o modo de vida local, gravados durante nosso trabalho de campo.

A vantagem deste formato escolhido é que a informação audiovisual de campo ficará disponível não só para amparar o presente estudo, mas também para facilitar qualquer pesquisa posterior, que poderá futuramente filtrar outros aspectos etnográficos locais, complementares ou até mesmo diferentes daqueles que são objeto dessa nossa atual pesquisa. Deste modo, amplia-se ainda mais:

[...] a liberdade, ou seja, observar e anotar não só aspectos relevantes ao objeto de estudo, mas também os que possam vir a ter alguma relevância algum dia, ou ainda os que realmente são irrelevantes, mas que por algum motivo chamam a atenção do pesquisador. É interessante notar como a anotação de situações simples e aparentemente irrelevantes, passam a ser casos ilustrativos de observações, às vezes sistemáticas, realizadas ao longo do estudo. Os diários, sem dúvida, possibilitam o retorno mental ao campo, exercendo por pequenos detalhes o estímulo à memória, quase como se realizássemos outra viagem. São formas de reviver as pesquisas de campo, não só em seus aspectos humanos, mas também em muitos outros, tais como os biológicos e ecológicos. (CAMARGO e BEGOSSI: 2006: p.12-13)

Durante essas gravações de campo, registramos tanto “depoimentos pessoais” quanto “histórias de vida”, ambas as tipologias inseridas dentro da “história oral”⁷⁰, mas que, no entanto, têm suas peculiaridades técnicas de aplicação em campo.

Uma das diferenças técnicas está na abordagem do pesquisador, que para a “história de vida” escuta muito mais do que interfere, quem decide o que vai resgatar da memória é o narrador, demandando um longo tempo de convívio; enquanto que ao colher um “depoimento pessoal”, o pesquisador tem nas mãos o “fio da meada” e conduz a entrevista para apreender só os fatos relacionados diretamente com seu trabalho de pesquisa (QUEIROZ, 1988: p.20-21).

Também utilizamos nosso acervo de milhares de fotografias dentro de uma linguagem imagética mais flexível e abrangente. Nossas figuras foram costuradas ao texto mesclando o repertório da antropologia visual (KANT DE LIMA e PEREIRA, 1997), da fotografia como

⁶⁹ Essa *playlist* chamada CAMPO ENSEADA JULHO 2014, está disponível *on-line* para livre acesso através do link: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLBpXFzQ1-RIOk64pA42ktdsglnuaKmu41>.

⁷⁰ Paul Thompson (2002: p.9), define “história oral” como “a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências”.

documento histórico e também da imagem como ambientação de uma narrativa poética que permeia o texto, convidando o leitor a pensar os conflitos advindos, através do tempo, dos processos locais e globais de transformações socioambientais: “este objeto-discurso-natureza-sociedade cujas novas propriedades espantam a todos e cuja rede se estende de minha geladeira à Antártida passando pela química, pelo direito, pelo Estado, pela economia e pelos satélites” (LATOUR, 1994: p.142).

De acordo com a nossa metodologia, as fotografias e os vídeos produzidos investigam e apontam alguns saberes e práticas sociais locais com o intuito de corroborar algumas das informações já obtidas no ano de 2012, durante a elaboração do nosso projeto de pesquisa, que foram discutidas e aprofundadas na pesquisa de campo subsequente⁷¹. Esse contato inicial com os pescadores tradicionais locais também teve a finalidade de convidá-los formalmente a contribuir com essa nossa pesquisa acadêmica, além de confirmar as informações preliminares que foram sistematizadas para a elaboração do questionário semiestruturado utilizado em nossas “entrevistas não dirigidas”⁷². Cujo resultado empregaremos “como evidência para a descrição” (GUBER, 2001: p.16, tradução nossa) do que pode ser chamado de “lugar antropológico”⁷³ (AUGÉ, 2005: p.51).

Nestas bases, pretende-se refinar e “traduzir” o conhecimento pesqueiro tradicional local para um formato que seja cientificamente aceito pelos gestores institucionais, o que de modo algum significa afirmarmos que uma “tradução” plena e cabal do conhecimento tradicional para a lógica científica seja possível, “ao se operar a passagem do oral para um signo que o *“solidifica”*, seja ele desenho ou escrita” (QUEIROZ, 1988: p.17, grifo da autora).

[...] “a ciência por meio de suas metodologias e cálculos não consegue respostas para todos os fatos ou para dar a efetiva precisão a dados sobre fenômenos naturais. E as respostas que a ciência oferece é apenas uma das formas culturais de ver o mundo. A oceanografia clássica, por exemplo, preocupa-se em preservar o ambiente dentro de uma perspectiva exclusiva de análise técnica de um suposto comportamento

⁷¹ “Ao iniciar seu contato, o pesquisador traz algumas questões que vêm de seus interesses mais gerais e da sua pesquisa. Mas a diferença de outros contextos de investigação, é que seus temas e questões são apenas nexos provisórios mais ou menos explicitados, guias entre parêntesis que serão negligenciadas ou reformuladas no decorrer do trabalho” (GUBER, 2001: p.82, tradução nossa).

⁷² “*Como un, método abierto de investigación en terreno donde caben las encuestas, las técnicas no directivas - fundamentalmente, la observación participante y las entrevistas no dirigidas- y la residencia prolongada con los sujetos de estudio, la etnografía es el conjunto de actividades que se suele designar como “trabajo de campo”, y cuyo resultado se emplea como evidencia para la descripción*” (GUBER, 2001: p.16).

⁷³ “Reservamos o termo “lugar antropológico” àquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas a qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar [...] o lugar antropológico, é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa”. (AUGÉ, 2005: p.51, grifo do autor).

matemático da natureza. Esquece, no entanto, que nem tudo é exato e exclui, da sua busca por respostas, o diálogo com as ciências humanas e as culturas tradicionais por considerá-las imprecisas”. (MOURA, 2011)

Assim, esse “tipo de conhecimento fértil e rico em matizes” pode ser valioso e eficaz para outras comunidades culturais mais amplas, como a científica, na medida em que esta se vincula às instituições onde são criadas as políticas pesqueiras. Evitando assim que essa “ausência de diálogo entre ambos os tipos de conhecimento, provavelmente propiciada pela escassa valorização dos conhecimentos dos pescadores”, continue contribuindo para o fracasso de alguns modelos de gestão pesqueira. (ALLUT, 2000: p.102)

O que se propõe é uma cooperação orgânica entre o conhecimento e práticas científicas e do conhecimento tradicional no estudo e manejo da biodiversidade. Para tanto, é preciso, antes de tudo, se reconhecer a existência, nas sociedades, de outras formas, igualmente racionais, de se perceber a biodiversidade, além daquelas oferecidas pela ciência moderna. (DIEGUES, 2005: p.311)

Portanto, esse cabedal de conhecimento tradicional identificado também servirá para subsidiar tanto o processo de retomada dos territórios pesqueiros pela comunidade local, quanto à construção de cartografias oficiais que contribuam para melhorar o manejo e o acesso aos recursos pesqueiros, dentro de um plano de gerenciamento territorial costeiro que contemple de maneira justa os direitos consuetudinários dos pescadores locais. “Reconhece-se cada vez mais que os recursos podem ser mais bem geridos quando os pescadores e outros atores se envolvem mais na gestão e quando os direitos de uso são demarcados -seja de forma individual ou coletiva- para controlar o acesso” (BERKES et al., 2006: p.269).

2.3. O mapeamento dos *pesqueiros* locais

O mapeamento dos *pesqueiros* tradicionais utilizados pelos pescadores da Praia da Enseada foi elaborado com base nas entrevistas e trabalho de campo junto aos pescadores chave selecionados, principalmente em julho de 2014 quando realizamos 12 saídas de pesca georreferenciadas junto aos pescadores *Tião Giró*, *Tião Lourenço*, Pedro Paulo⁷⁴, Lucas

⁷⁴ Procedimento registrado no vídeo de campo “PESCA DE TRÓIA COM GPS – Parati”. Disponível na *playlist* “ENSEADA CAMPO JULHO 2014” em: <https://www.youtube.com/watch?v=Mh56x4M5Rb0&list=PLBpXFzQ1-RIOk64pA42ktdsglnuaKmu41&index=41>.

Guimarães, Nelson de Góis e João Batista; e em 16 de julho de 2015, quando georreferenciamos *in loco* 70 *pesqueiros de garoupa* e/ou logradouros, durante uma saída com o *mestre* pescador Antenor dos Santos na Ilha Anchieta, Ilhote do Sul e costeira do Morro do Espia.

São portanto, todos os pescadores locais entrevistados, os verdadeiros autores dos mapas aqui apresentados.

Estas informações foram *plotadas* em bases cartográficas, gerando mapas temáticos⁷⁵ (LOPES, 2009: p.22) que subsidiarão as análises territoriais e a construção de propostas de gestão locais. O levantamento dos *pesqueiros* tradicionais é um dos mais importantes eixos analíticos deste estudo, uma vez que estabelece o vínculo direto entre o universo constituinte do conhecimento tradicional local com o próprio território pesqueiro em que foram gerados e ao qual pertencem.

Para o planejamento inicial do nosso mapeamento utilizamos duas cartas náuticas oficiais do Centro de Hidrografia da Marinha⁷⁶ que cobrem toda a região estudada: a antiga nº 1613, e a nº 1635 que substituiu essa primeira.

Também utilizamos o documento que chamamos Mapa Lambalot⁷⁷ (Figura 20). Trata-se de um primoroso mapa de topônimos do exato território marítimo que é o objeto fulcral desta nossa pesquisa. Constatou-se através dele a confirmação de muitas das denominações dos *pesqueiros* e logradouros tradicionais⁷⁸, que são até hoje de domínio costumeiro dos pescadores da Praia da Enseada.

Totalizam entre *pesqueiros*, logradouros, pontos de *cerco flutuante*, áreas de ocorrência de meros (*Epinephelus itajara*), *parcéis* submersos, antigas roças, antigas casas caiçaras e territórios pesqueiros, 193 registros mapeados e cartografados em nossa área de estudo.

⁷⁵ Um mapa de base utiliza itens de simbologias convencionais para ser desenhado, enquanto um mapa temático vai além disso, ilustrando um tema específico, sem que a geometria seja o principal foco, e sim um tema, que é representado para que o usuário visualize a espacialização deste (LOPES, 2009: p.22).

⁷⁶ Disponíveis em alta resolução, para download, no site da Marinha do Brasil, em: http://www.mar.mil.br/dhn/chm/box-cartas-raster/raster_disponiveis.html.

⁷⁷ Raoul P. Lambalot, desenhista que assina a cuidadosa ilustração do mapa, era colaborador voluntário da “Secção de Peixes” (FIGUEIREDO, 1977: p.1) do Museu de Zoologia da USP. Ele coletava espécimes de peixes para a coleção deste museu. Não se tem a data do desenho do Mapa, ele apenas assina: “*Mapa desenhado por R. P. Lambalot – Praia da Enseada – Ubatuba*” (MAPA LAMBALOT, sem data).

⁷⁸ Logradouros tradicionais são lugares conhecidos e “usados” no sentido de Milton Santos (MORAES, 2013: p.104). Reforçando o vínculo local entre a operação do conhecimento tradicional como tática de vida em um ambiente natural especialmente manejado ancestralmente através das artes e técnicas de pesca.

Após o registro dos *pesqueiros* nas cartas náuticas, as informações foram transferidas para um “mapa temático”, onde exatidão geométrica não é o item de maior importância, e sim a resposta temática que esse mapa fornecerá ao usuário. (LOPES, 2009: p.22).

Tomamos também o importante cuidado em proteger o “segredo” dos *pesqueiros* na confecção do mapeamento. Consideramos ser o conhecimento tradicional relacionado à localização, características de utilização e espécies-alvo capturadas nos *pesqueiros* o maior e mais valioso patrimônio dos pescadores locais.

Caso revelássemos a localização exata dos *pesqueiros* através de fotos ou das coordenadas geográficas (BEGOSSI et al., 2013), todo o “segredo” que protege estes locais ficaria ameaçado de usurpação “*free ride*” (OLSON, 1965). Evitamos assim que qualquer pescador não tradicional, que por ventura transferisse estas coordenadas para um aparelho de localização por *GPS*, tivesse acesso livre e/ou uso irrestrito a estes territórios pesqueiros especiais. Desse modo, valorizamos toda a confiança local depositada em nosso trabalho⁸⁰, evitando destruir a um só golpe o código basilar que rege toda esta comunidade tradicional, o regramento tradicional tácito baseado no “respeito”.

A importância do domínio dos segredos que determinam a localização e as formas de uso dos *pesqueiros* fica muito clara nesse diálogo entre dois *mestres* locais, que reproduzimos abaixo:

(James) -A gente leva ele (o *turista*) o primeiro dia... Ó, o Antenor levou o japonês esses dia (para pescar), lá no Cascalho (*pesqueiro* no Canal do Boqueirão)...

(Antenor) -Foi antes de ontem ele teve lá...

(James) -Já foi lá de novo!?

(Antenor) -Num matô nenhum peixe...

(James) -Aí tá vendo? Já foi lá com o GPS e já marcô o Cascalho (*pesqueiro*)!

(Antenor) -Aí ele (o japonês) falô: Eu tive lá e num matei nenhum... Falei: *A água corria pra onde?* (Ele, o japonês): Num sei? Eu falei: *Então... tem essas coisa* (outros segredos)...

(James) – É, *há há!* Tá vendo aí? E daqui a pouco ele (o japonês) já leva outro... daqui a pouco já leva outro, daqui a pouco (acaba o segredo)...

(DA GRAÇA e DOS SANTOS, 2014, comunicação pessoal)

Assim, preservar o “segredo” é fundamental para garantir a posse exclusiva desse conhecimento, essencial à reprodução sociocultural dos pescadores locais e manutenção das regras tácitas de uso tradicional de seus territórios pesqueiros. O conhecimento dos *pesqueiros*

⁸⁰ “[...] para ter acesso aos segredos marítimos é necessário detalhado conhecimento da comunidade local, incluindo uma sistemática coleta de dados sobre os usos dos pontos de pesca [...]”. (BEGOSSI, 2004: p.236). Deborah Prado (2013: p.87) também aponta a insegurança dos pescadores da Praia do Aventureiro, Ilha Grande R.J., em revelar seus “pontos de pesca”.

e seus segredos de localização e uso é o último bastião na defesa de seus territórios tradicionais e na salvaguarda do conhecimento local. É esse o último elo que garante aos pescadores locais a irrefutável legitimidade para a apropriação e uso exclusivo de certas porções especialmente produtivas do mar, ancestralmente conhecidas e manejadas.

Os mapas temáticos produzidos foram elaborados pela plataforma *Google Earth*⁸¹, através da qual o usuário pode abrir e criar arquivos vetoriais. Esse tipo de tecnologia é chamado de Sistema de Informação Geográfica (SIG) e possibilita a visualização dos resultados das análises espaciais em mapas, fazendo com que a compreensão da informação geográfica aconteça de forma clara e fácil⁸². Por ser uma ferramenta de livre acesso, e de interação relativamente simples em qualquer computador pessoal, esse sistema é hoje adotado em São Paulo pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA). A SMA através do SIGAM, Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SÃO PAULO, 2015a), disponibiliza para *download* o Mapa da Pesca Sustentável⁸³, onde estão *plotadas* todas as áreas de restrição à pesca do litoral paulista, fonte utilizada no mapeamento (Figura 21).

Figura 21 - Exemplo do nosso mapeamento em edição pela plataforma *Google Earth*. À esquerda, as pastas de arquivos com os dados coletados em campo. Reprodução: Peter Santos Németh, 2016.

⁸¹ *Google Earth* é marca registrada da *Google, Inc.* O *Google Earth* é um aplicativo cliente-servidor para computadores pessoais que possibilita a visualização de imagens de sensores acoplados em satélites em um ambiente dinâmico, permitindo visualizações em duas e três dimensões, tornando possível a interatividade do usuário (LOPES, 2009: p.19).

⁸² O SIG representa uma poderosa ferramenta para captação, interpretação e representação do mundo real, possibilitando a investigação de problemas pré-determinados, além de oferecer a consulta, atualização, visualização e processamento de dados georreferenciados (LOPES, 2009: p.20-21).

⁸³ Arquivos disponíveis em: <http://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam2/Default.aspx?idPagina=13553>.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. O mito ocidental da disjunção homem-natureza

Até meados dos anos 1980, a questão socioambiental ainda não havia emergido no ambientalismo brasileiro e a ideia intransigente de natureza separada do homem, era o modelo a ser reproduzido (VIOLA, 1995).

Segundo Diegues (2008) o “conservacionismo” e o “preservacionismo” são correntes ideológicas antagônicas⁸⁴ que estiveram no centro dos debates da Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano (1972), foram amplamente discutidas em publicações internacionais, como a Estratégia Mundial para a Conservação (1980) e em Nosso Futuro Comum (1986), lançando as bases do que hoje se chama desenvolvimento sustentável (DIEGUES, 2008: p.29-30).

“O mito moderno da natureza intocada”⁸⁵, ideia surgida nos Estados Unidos da América durante o século XIX, originou a política ambiental de instituir parques ou reservas naturais dissociadas do elemento humano, excluindo um dos elos fundamentais para a ciência da conservação e gestão da natureza: a cultura tradicional local.

O Estado tem, através de suas políticas públicas, imposto sua visão de território a partir de uma concepção de natureza em si e não construída e reconstruída pelos próprios homens. Isto pode ser constatado na leitura dos documentos que direcionam tais políticas. Os mapas das Unidades de Conservação não incluem em suas legendas os moradores. Daí decorre uma representação do território a partir de um conteúdo simbólico. O mapa representa o conceito de natureza e território pelo qual os governantes orientam suas ações. Fundamentalmente retrata uma natureza apartada do homem e um território reduzido a base física, sem conflitos, sem ações esvaziadas de seu conteúdo político e de seus objetos. (ANGELO FURLAN, 2000: p.48)

O objetivo geral dessa filosofia de criação áreas naturais protegidas é preservar espaços que possuem atributos ecológicos excepcionais, e, algumas delas como os Parques, são

⁸⁴ Se a essência do Conservacionismo é o uso adequado e criterioso dos recursos naturais, a essência da corrente oposta, o Preservacionismo, pode ser descrita como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*) que pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, urbano-industrial. (DIEGUES, 2008: p.30)

⁸⁵ Também é esse o nome do livro, hoje em sua 6ª edição, de autoria do Prof. Dr. Antonio Carlos Diegues (DIEGUES, 2008), que trata das relações simbólicas e do imaginário entre o homem e a natureza, tendo como centro da análise as áreas naturais protegidas. Essa importante reflexão, iniciada pelo autor no artigo “Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito da natureza intocada”, publicado em março de 1993, perpassa toda a construção histórica e evolução do “ambientalismo” no mundo e no Brasil. Essa obra é o referencial obrigatório para a compreensão do tema agora tratado.

estabelecidas para que suas riquezas naturais e estéticas sejam colocadas “à disposição das populações urbanas para fins de recreação”. (DIEGUES, 2008: p.26).

Para Diegues (2008: p.6): “Um dos problemas é que as autoridades responsáveis pelas unidades de conservação percebem as populações tradicionais como destruidoras de vida selvagem (Ghimre, 1991), desprezando oportunidades reais de incorporá-las no projeto de conservação”.

Expulsando-as ou inviabilizando sua sobrevivência através de restrições legais às formas tradicionais de exploração (pesca, caça, agro-silvicultura), ou qualquer outra forma de ruptura com a territorialidade tradicional no sentido elaborado por Little, perde-se o *savoir-faire*⁸⁶ desenvolvido sobre um ecossistema específico, como também a “vigilância” e proteção que as comunidades tradicionais exerciam sobre seus domínios. Uma vez rompida a relação entre o Homem e seu lugar (a imagística do território), abre-se a possibilidade para o surgimento naquelas “terras de ninguém”, de uma espécie de elenco perverso de predadores, que, a partir do repertório técnico e tecnológico do saber local elaboram práticas de exploração dos recursos naturais baseadas unicamente em critérios mercantis insustentáveis. (RIBARIC, 2009: p.11, grifos do autor)

Sueli Furlan (2000) nos aponta que a partir da década de 1980, a abordagem socioambiental na conservação da natureza foi pouco a pouco tomando corpo, embora entre os técnicos do governo prevalecesse “um posicionamento estritamente preservacionista do grupo ambientalista dominante que atuava nas instituições governamentais e diversas ONGs” (ANGELO FURLAN, 2000: p.3).

Foi a experiência desta autora, no estudo de impactos da aplicação do instrumento de tombamento na Vila de Picinguaba em Ubatuba, que reforçou sua convicção de que

a conservação ambiental é construída a partir de ideias e paradigmas vindos de fora dos lugares. Por outro lado, uma verdadeira conservação só se concretizará nas ações a partir dos lugares. No Brasil e também em outros países do mundo são os políticos, os técnicos, os funcionários públicos, as ONGs que definem os caminhos das políticas públicas nem sempre com legitimidade dos lugares. No Brasil, em particular, quase sempre de maneira autoritária. (ANGELO FURLAN, 2000: p.3-4)

Ainda hoje, essa ideologia que insiste sistematicamente em dissociar as comunidades caiçaras de seu próprio ambiente natural de origem, é a regra adotada pelo Estado, em todas as

⁸⁶ *Saber-fazer*. De acordo com Diegues (2000c: p.1) “O conhecimento tradicional pode ser definido como o saber e o *saber-fazer*, a respeito do mundo natural, sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não-urbano/industrial, transmitidos oralmente de geração em geração. Para muitas dessas sociedades, sobretudo as indígenas, existe uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. Nesse sentido, para estas últimas, não existe uma classificação dualista, uma linha divisória rígida entre o “natural” e o “social” mas sim um *continuum* entre ambos”.

propostas de criação ou gerenciamento de áreas de preservação ambiental marinhas. Esse modelo de preservação “*top-down*” (LEIVA, 2014: p.138-139), é atualmente a grande ameaça que paira sobre a continuidade da reprodução sociocultural e manutenção do modo de vida dos pescadores tradicionais do litoral norte de São Paulo.

3.1.2. Um novo ecologismo

A associação entre o patrimônio cultural e a natureza iniciou-se, na escala internacional, em 1956, no rescaldo da 2ª Guerra, quando a UNESCO aprovou a criação do Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais (ICCROM⁸⁷), uma organização intergovernamental que dedicou-se ao tema (ZANIRATO e RIBEIRO, 2006; ICCROM, 2014).

Durante os anos 1960, surgiu um “novo ecologismo” em contraposição à antiga noção de “proteção da natureza”, cujas instituições provinham do século XIX.

Esse novo ecologismo partiu do movimento de ativistas, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, cuja preocupação fundamental não era a proteção de uma única espécie de animal ou de um Parque Nacional isoladamente, mas sim a “crítica à uma sociedade tecnológico-industrial [...], cerceadora das liberdades individuais, homogeneizadora de culturas e, sobretudo, destruidora da natureza” (DIEGUES, 2008: p.41) em prol da Modernidade.

Em 1985 a revista *Cultural Survival*⁸⁸, publicou as atas da Primeira Conferência Mundial sobre Parques Culturais, realizada no Colorado, E.U.A., no *Mesa Verde National Park* em setembro de 1984. As atas afirmam que os valores dos modos de vida tradicionais devem ser reconhecidos, e os associados com Parques e Reservas devem ser igualmente protegidos, recomendando envolver os residentes tradicionais nas fases de criação, planejamento, implementação e decisões gerenciais de Parques e Reservas, “como também assegurar a essas populações acesso aos recursos naturais das áreas em que vivem”. (DIEGUES, 2008: p.104; *Cultural Survival*, 2010).

No Brasil, a avaliação de uma área a ser declarada Unidade de Conservação tem sido de responsabilidade única dos cientistas naturais, sendo “necessária uma visão interdisciplinar,

⁸⁷ *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property.*

⁸⁸ Vol. 9, n.º 1, fevereiro 1985, edição inteira dedicada ao tema, sob o título: “*Parks and People*”.

onde trabalhem de forma integrada biólogos, engenheiros florestais, sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, entre outros” (DIEGUES, 2008: p.187).

A questão da presença de populações tradicionais em Parques e Unidades de Conservação é “tratada dentro de uma visão conservadora, ainda influenciada por percepções urbanas do que significa o mundo natural e a natureza selvagem” (DIEGUES, 2008: p.186). Particularmente na política de gestão de áreas protegidas no Brasil, a visão *urbano-industrial* “que se projeta de fora” das comunidades, e “suas concepções” de Natureza, de Lugar e de Território, fundamentaram os paradigmas *políticos-institucionais* de “planejamento da conservação ambiental” (ANGELO FURLAN, 2000: p.1) causadores de tanto conflito socioambiental.

Parte-se de uma dicotomia radical entre o mundo humano e o mundo natural, não levando em conta que grande parte deste último já foi modificado de forma não destrutiva pelas populações tradicionais. “Fala-se em interferência humana negativa sobre as áreas naturais protegidas sem se fazer distinção entre os interesses econômicos externos às áreas e as atividades daquelas populações tradicionais” responsáveis, em grande parte, “pela manutenção da diversidade biológica” (DIEGUES, 2008: p.186) local.

Embora estas populações corporifiquem um modo de vida tradicionalmente mais harmonioso com o ambiente, vêm sendo persistentemente desprezadas e afastadas de qualquer contribuição que possam oferecer à elaboração das políticas públicas regionais, sendo as primeiras a serem atingidas pela destruição do ambiente e as últimas a se beneficiarem das políticas de conservação ambiental. (RIBARIC, 2009: p.7)

3.1.3. O conhecimento tradicional, as etnociências e o conservacionismo

“O velho ideal da verdade científica não é mais possível ou relevante, uma vez que nenhuma experiência particular pode proporcionar certeza para as decisões políticas”, nem tampouco pode “reivindicar o monopólio da sabedoria ou competência para a sua perspectiva especial” (FUNTOWICZ e RAVETZ, 1994: p.204, tradução nossa).

Mesmo assim,

O conhecimento científico moderno julga-se não somente o juiz de todo o conhecimento, mas também da proteção da chamada “natureza selvagem” de que se julga árbitro e protetor. Isso explica porque, nas chamadas unidades de proteção total, a pesquisa “científica” seja estimulada, ao passo que o conhecimento tradicional, das comunidades que aí vivem, é ignorado (DIEGUES, 2004a: p.215).

Assim, “as etnociências têm se mostrado uma excelente ferramenta metodológica para o estudo das interações entre o homem e o ambiente, com ênfase nos aspectos culturais”, fornecendo além disso, “atalhos ou até revoluções na investigação científica” (MOURA e DIEGUES, 2009: p.360).

[...] a etnoecologia não é somente uma abordagem interdisciplinar ou holística, assim como desafia os paradigmas da ciência convencional e é parte do que se conhece como uma “ciência pós-normal” (FUNTOWICZ; RAVETZ, 1998). A etnoecologia também contribui à crítica do mundo moderno, ao mostrar que existe uma memória biocultural representada pelas muitas sabedorias locais, com antiguidades de centenas e milhares de anos, as quais foram avassaladas pelos modelos de caráter agroindustrial (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008). Isso vem explicar desde uma perspectiva ligada à cultura e ao conhecimento, a aguda crise do mundo contemporâneo. Em suma, a etnoecologia tem a singular tarefa de decifrar a “memória da espécie” e de reivindicar e revalorizar, de passagem, aqueles que a representam e a mantêm viva. (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2009: p.44)

“Tais repertórios de saber paisagístico fundamentam *epistêmes* ecológicos (cf. Descola 1996:93), formas distintas e historicamente definidas de conhecer o ambiente” que são próprias das “interações que as pessoas experimentam ao longo do tempo com as paisagens locais” que habitam (BALLÉ e ERICKSON, 2006: p.8-9).

Os etnólogos utilizam pouco o termo meio ambiente, preferem o termo natureza, ou mesmo naturezas; o plural permite-lhes reivindicar o fato de que a natureza, em si, não é assim tão natural, já que ela é habitada, pensada, trabalhada e transformada pelo homem, que vive em sociedade (cf. Guille-Escuret, 1989). A natureza, nesse sentido, não é um dado, é uma construção social (em inglês “social construct”), e dois povos vivendo no mesmo “meio” podem ter uma apreensão muito diferente das coisas. (ROUÉ, 2000: p.72)

Das aproximadas seis mil culturas diferentes existentes no mundo, entre quatro e cinco mil (67% a 83%) são de populações tradicionais, que compõem a maior parte da diversidade cultural da humanidade (IUCN, 1997; Berkes, 1999 apud MOURA, 2013: p.48).

As práticas tradicionais são hoje reconhecidas por parte da comunidade científica como “sustentáveis” e, de certo, modo possuidoras de valor científico indiscutível.

No entanto, é necessária uma “visão renovada” do próprio significado de Natureza e Tradição, para que se efetive a aceitação das tecnologias e modelos societários “menos agressivos” das populações tradicionais, pela “racionalidade tecnocientífica” vigente (RIBARIC, 1997: p.217).

Para Sanches, dois dos aspectos que fundamentam os pressupostos políticos-ambientais a favor da permanência de determinados grupos em áreas protegidas são: [...] conhecimento inerente de suas experiências ancestrais sobre a ecologia das espécies e tipos de tecnologia apropriada que lhes permitiram se adaptar e reproduzir-se cultural e materialmente; [...] pela existência de uma relação de equilíbrio entre as práticas de manejo e o meio ambiente e de mecanismos culturais conservacionistas que impediriam a depleção dos recursos naturais em níveis comprometedores à manutenção dos mesmos. As populações tradicionais seriam, portanto, responsáveis inclusive pela preservação da biodiversidade (1997:27). (ADAMS, 2000: p.161)

Sobre este aspecto, Lúcia Helena Cunha postulou:

A importância das sociedades tradicionais aparece também no pensamento de Vieira (1995, p. 304) afirmando que suas lições nos processos de apropriação, uso e gestão de recursos renováveis litorâneos, podem se constituir em pontos de referências relevantes na construção da proposta de gestão patrimonial. Para ele, “ [...] se o respeito pelo uso sustentado dos recursos tornar-se algo compartilhado pela comunidade, aumenta as chances de êxito de formas de gestão capazes de favorecer o alcance simultâneo de uma distribuição mais equitativa da riqueza gerada e de aumento das margens de sustentabilidade dos recursos da comunidade”. Nessa direção, preocupado com os processos que tendem a desarticular as formas tradicionais de organização da pesca artesanal, esse autor coloca que: “em termos concretos caberia empreender, num primeiro momento, a diversificação do potencial dos recursos existentes em cada micro-região litorânea, em sintonia com a valorização de formas tradicionais detida pelo pescador”. (CUNHA, 2008: p.10)

Portanto é necessário concentrar esforços a fim de extrair contribuições para o processo de validação “formal” do conhecimento tradicional relacionado ao *saber-fazer* patrimonial pesqueiro de populações caiçaras, em uma nova estrutura teórica capaz de proporcionar, em cooperação com a ciência normal⁸⁹, a coexistência “harmoniosa entre a humanidade e a natureza” (FUNTOWICZ e RAVETZ, 2000: p.31, tradução nossa).

A abordagem utilizada pela ciência normal para gerenciar sistemas sociais e biofísicos complexos como se fossem exercícios científicos simples, conduziu-nos para a atual mistura de triunfo intelectual e perigo sócio-ecológico. As ideias e conceitos pertencentes à égide da Ciência Pós-Normal testemunham o surgimento de novas estratégias de solução de problemas em que o papel da ciência é apreciado em seu contexto pleno da complexidade e incerteza dos sistemas naturais e da relevância dos compromissos e valores humanos (FUNTOWICZ e RAVETZ, 2003: p.1, tradução nossa).

3.2. Navegando através da etnociência e da socioantropologia marítimas

⁸⁹ A Ciência Normal, na perspectiva de Thomas Kuhn (2003) é a que está subordinada a um paradigma vigente, ou seja, princípios teóricos e metodológicos que orientam a comunidade científica no desenvolvimento pragmático da ciência em um dado tempo determinado, até que uma revolução científica substitua esse “dogma” paradigmático vigente.

Em 2003, iniciaram-se no Brasil “formulações acerca da etno-oceanografia”, que é “o estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas pelas populações tradicionais a respeito dos processos que a ciência classifica como oceanográficos”, em contraponto “às políticas pesqueiras desenvolvidas para os grandes estoques pesqueiros de interesse industrial, cujo manejo é feito segundo premissas da biologia da conservação” (MOURA e DIEGUES, 2009: p.360).

A “etno-oceanografia” é a ciência que estuda a forma como diferentes povos marítimos entendem e representam o oceano e o ambiente físico-biológico em que trabalham e do qual sobrevivem, relacionando fenômenos ambientais e suas interações com organismos marinhos vivos (GASALLA e DIEGUES, 2008: p.3). É uma ciência apoiada também na “antropologia marítima”, campo especializado na pesquisa etnológica sobre comunidades que vivem principalmente da pesca (DIEGUES, 2004a: p.53), que estuda a forma como os povos do mar, particularmente os pescadores, percebem, conceituam e representam mentalmente os aspectos físicos e biológicos do mar, tais como correntes, ventos, características da água, padrões de ondas, ciclos lunares, bem como o comportamento das espécies, tipos de habitat, alimentação, migração e reprodução (GASALLA e DIEGUES, 2008).

Desse modo,

Os homens têm introduzido diferentes tipos de sistemas técnicos, sociais, religiosos, para ocupar, explorar, gerir e imaginar o mar e seus recursos. [...] Estes sistemas dão à essas propriedades “naturais” do mar, uma dimensão antropológica. As práticas socioculturais das “gentes do mar” reúnem conjuntos de comportamentos que nós designamos como “da” técnica, “do” simbólico, “do” social, “do” econômico, “do” ritual [...] essas práticas são marcadas de maneira original por suas propriedades “naturais” socializadas, pela aplicação desses diferentes sistemas. (GEISTDOERFER, 1989: p.7, grifos da autora, tradução nossa.)

Portanto, à esse particularismo das comunidades marítimas relacionado com o ambiente físico do mar, objeto de estudo das Ciências Naturais (geologia marinha, oceanografia física, biológica, etc.), são acrescidas por Diegues (1995: p.19) as práticas sociais, econômicas e simbólicas da “gente do mar” sobre essa realidade física⁹⁰, fazendo surgir o conceito de “socioantropologia marítima” (DIEGUES, 2004a: p.52-59).

⁹⁰ A construção deste corpo de conceitos e símbolos complexo e detalhado, com base na observação empírica de longo prazo, orienta seu comportamento e estratégias de pesca que são essenciais para a previsão de situações em que a pesca pode ser bem sucedida. Nesse sentido, o **conhecimento tradicional** ajuda aos pescadores locais para produzir os seus próprios mapas mentais que lhes indica onde e como pescar (Diegues, 2001). Como Ruddle (2000) aponta, **os padrões de uso de recursos não são um produto do ambiente físico e os seus recursos *per se*, mas de suas percepções e imagens culturalmente formadas do ambiente e dos seus recursos**”. (GASALLA e DIEGUES, 2008: p.4, grifo nosso)

3.3. O conhecimento tradicional na pesca

Para Diegues (2004a: p.196, grifo do autor) o “*conhecimento tradicional na pesca*” é entendido como “um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber-fazer transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução de seu modo de vida”, ou ainda, pode ser definido como “o saber e o saber-fazer, a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbano-industrial e transmitidos oralmente de geração em geração” (DIEGUES, 2000a: p.30).

Esse tipo particular de conhecimento é produzido por comunidades de pescadores que se caracterizam por: a) relações simbólicas e econômicas intensas com a terra, o mar e seus ciclos, construídas nas práticas de uso de ambientes costeiros e marinhos; b) pela ligação com o território onde o grupo social se reproduz socialmente; c) pela importância das atividades de subsistência, ainda que as relações com o mercado desempenhem um papel importante na reprodução do modo de vida; d) pela acumulação limitada de capital; papel crucial desempenhado pela unidade familiar ou doméstica e as relações sociais baseadas principalmente no parentesco; e) pelo uso de tecnologias patrimoniais relativamente simples, com impacto limitado sobre o meio-ambiente; f) fraco poder político e dependência política e econômica dos centros urbanos; tradição oral responsável pela produção e transmissão dos saberes, símbolos e mitos associados com a pesca artesanal, e em algumas vezes, com a pequena agricultura; g) por um certo nível de identidade social e cultural que distingue essas comunidades das demais pelo modo de vida dos pescadores, por uma visão de mundo e linguagem próprias, distintas daquelas do mundo urbano-industrial. (DIEGUES, 2004a: p.196-197)

O conhecimento tradicional na pesca é constituído por um conjunto de “técnicas patrimoniais” (DIEGUES, 2008: p.63), acumuladas ao longo dos séculos, que desenvolveu sociedades especiais anfíbias, resultantes da interação humana com o ambiente marinho. “A tecnologia, o conhecimento e a organização social, são forjados dentro dos padrões e ritmos complexos da paisagem marinha⁹¹, e ajudam os pescadores a viverem de uma população de peixes que flutua amplamente ao longo do tempo e do espaço” (DAVIDSON-HUNT e BERKES, 2003: p.64, tradução nossa).

Encantando o seu cotidiano com fogueiras, santos e fagulhas, estas pessoas manifestam sua forma particular e mais completa de saber. Unindo sua experiência pessoal com a de seus ancestrais (a tradição), permeando-as com a tentativa de decifrar e domar as imprevisibilidades características da pesca e da própria natureza. (RIBARIC, 1997: p.214)

⁹¹ Paisagem “texturizada por padrões e ritmos”, dos quais emergem dos meios de subsistência dos pescadores (Davidson-Hunt e Berkes, 2003: p.64, tradução nossa).

Definido como um conjunto cumulativo empírico de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas (*saber-fazer*), transmitidos oralmente entre os pescadores artesanais “com a função de assegurar a reprodução de seu modo de vida”, esse conhecimento combina e sistematiza informações sobre comportamento e classificações de espécies e habitats, que muitas vezes asseguram a captura regular e “a sustentabilidade, a longo prazo, das atividades pesqueiras” (DIEGUES, 2004a: p.195-196) tradicionais.

A vitalidade da tradicional organização social da pesca constitui o resultado de uma tática de vida e não a sobrevivência de uma técnica de trabalho do passado. Trata-se de uma realidade dinâmica e coletivamente concebida, a partir das possibilidades objetivas, tendo sempre por referência um sistema de valores determinado. (BRITTO, 1992: p.181).

Para Davidson-Hunt e Berkes (2003), uma “abordagem ecológica” ⁹² (INGOLD, 2000: p.19) é necessária para entender como as habilidades para viver dentro de um ecossistema são construídas. Segundo esses autores, analisando a questão sob o ponto de vista formulado por Tim Ingold (2000) no livro *The perception of the environment*, as habilidades não são propriedades de indivíduos, mas do “campo total das relações constituídas pela presença do organismo-pessoa, indissolúveis corpo e mente, em um ambiente ricamente estruturado (Ingold, 2000:353)”. (DAVIDSON-HUNT e BERKES, 2003: p.69, tradução nossa).

O conhecimento do ambiente, nesta perspectiva, é “... não de um tipo formal, autorizado, transmissível em contextos fora aqueles de sua aplicação prática. Pelo contrário, baseia-se no sentimento, que consiste nas habilidades, sensibilidades e orientações que se desenvolveram através da longa experiência de conduzir a vida em um ambiente particular” (Ingold, 2000:25) [...] Aprendizagem, ou *enskillling*, é um processo que pode ser descrito como a “educação da atenção”, assim, anciãos criam contextos estruturados através dos quais o iniciante pode construir as suas próprias habilidades de percepção em relação ao meio ambiente total, biofísico e social. (DAVIDSON-HUNT e BERKES, 2003: p.68-69, tradução nossa)

Assim, o conhecimento tradicional se estabelece como uma cultura dinâmica, resiliente, que traz em sua essência a capacidade de agregar novos valores que lhes sejam úteis em certo momento, não por isso, rompendo com suas características originais.

Essa dinâmica na verdade é o que proporciona a extrema adaptabilidade da cultura tradicional à um meio natural líquido e imprevisível, em constante mutação, onde o saber e a

⁹² “Uma abordagem ecológica apropriada, ao contrário, é a que tem como ponto de partida, o *organismo-integral-em-seu-ambiente*. Em outras palavras, “organismo mais ambiente” deveria denotar não um componente de duas coisas, mas uma indivisível totalidade” (INGOLD, 2000: p.19, tradução nossa).

técnica passados de geração em geração são garantias fundamentais de sobrevivência material e simbólica do grupo (GEISTDOERFER, 1974; BERKES et al., 2003; DIEGUES, 2004a).

As comunidades tradicionais aprendem de forma cumulativa, no decorrer dos tempos, em um processo contínuo de aprimoramento e revalidação de suas práticas. Faz parte de sua cultura a “atividade inventiva” como denominou Claval (2002). Não existem regras para o sucesso de uma prática sem que essa se submeta a tentativa de acerto e de erro. É dessa forma que essas comunidades acompanham os padrões oferecidos pela natureza e é assim que respondem progressivamente aos obstáculos encontrados (LEONEL, 1998). A cada geração o conhecimento se renova e novos valores são incorporados, apesar de se constatar mudanças e conflitos, muitas práticas permanecem, assim como os traços tradicionais característicos de cada cultura. (SALDANHA, 2005: p.36).

3.4. O Patrimônio Haliêutico Tradicional (PHT)

Portanto, ao aspecto de transmissão desse conhecimento, que carrega a palavra tradicional, ainda pode ser acrescida a noção de herança intergeracional (GEISTDOERFER, 1974: p.177; BERKES et al., 2006: p.55) dos códigos culturais do “saber-pescar” (CUNHA, 2000: p.107), viés que também comporta a palavra “patrimônio” (DIEGUES, 2006: p.13; 2008: p.63; MOURA, 2013: p.49-50).

Na verdade, é pelo conhecimento que se apropriam do mar. [...] Torna-se o proprietário de uma zona de pesca, uma (ou mais), aquele que a tem familiarmente conservada, sabendo onde e como encontrar e explorar essa área. Quando um homem transmite a seu filho seus bens marítimos, dá-lhe os seus petrechos, embarcações e marcas para encontrar seus bancos de pesca. O conhecimento é o fio condutor que conecta: as condições naturais, os pescadores, as técnicas, e a produção. Mas antes de se tornar rei do mar, é preciso aprender a observar, analisar e relacionar. É deste longo aprendizado, constantemente renovado, que nas comunidades de pescadores surgem os mestres do mar (GEISTDOERFER, 1974: p.177, tradução nossa).

Diegues (1983: p.198), caracteriza o pescador artesanal não é só pelo “viver da pesca”, mas acima de tudo pela apropriação real dos meios de produção, em suma, “o controle da arte de pesca”, ou seja, do como, e, do que, pescar.

Geistdoerfer (1982) demonstra como as artes de pesca e suas singularidades técnicas, sociais e econômicas proporcionam a apropriação dos “territórios pesqueiros”, dentro de um modo de produção que a autora caracteriza como “haliêutico”⁹³:

⁹³ Do grego *halieutikós*, diz-se das práticas relacionadas às artes de pesca (FERREIRA, 2004).

Apenas a prática da pesca e sua transmissão tornam possível a aquisição de um direito de uso. Como esta prática advém da especialidade de um grupo -os pescadores- dando acesso aos territórios pesqueiros, pode-se entender porque as técnicas de pesca realizam funções especiais na produção haliêutica e porque a frase “*Metier de la Mer*”⁹⁴ não é mais do que uma representação, mas que pode cumprir uma função econômica. O modo de “apropriação” dos territórios de pesca será determinado por formas técnicas, sociais e econômicas da produção haliêutica. Esta, em adição, tanto em quantidade quanto em qualidade, será quase inteiramente dependente dos meios técnicos utilizados. (GEISTDOERFER, 1982: p.87-88, grifo da autora, tradução nossa)

Todos esses processos contribuem para a caracterização do que chamaremos de Patrimônio Haliêutico Tradicional (PHT), repositório fundamental de saberes e fazeres que fundamentam o modo de vida livre e autônomo do pescador artesanal caiçara tradicional. Assim incorporamos também o esforço de Lúcia Helena Cunha (2007: p.95) em evidenciar na cultura do pescador artesanal, a importância do conhecimento tradicional para a “construção de uma cultura marítima desenvolvida ao longo do tempo em consonância com os movimentos naturais”, trazendo também o “saber-pescar” (CUNHA, 2000: p.107) característico do modo de vida dos homens do mar, para dentro do nosso conceito de PHT.

A pesca artesanal não depende apenas da posse de condições materiais para sua realização. O ato de saber-pescar envolve um conjunto de conhecimentos, experiências e códigos culturais transmitidos de pai para filho, recriados individual ou socialmente, através dos quais a parceria se realiza. (CUNHA, 2000: p.107)

Essas *técnicas-habilidades* de construir, manejar e operar os aparelhos ou petrechos de pesca, adaptadas ao ambiente e às espécies locais, constituirão o patrimônio haliêutico: repositório cultural técnico e tático das artes de pesca, “instrumento intelectual” capaz de fazer com que “a atividade pesqueira se converta em um trabalho produtivo” (ALLUT, 2000: p.104), “o conhecer” (DUARTE, 1978: p.65), aqui entendido também como um “meio de produção”.

O domínio da arte exige dele uma série de qualidades físicas e intelectuais que foram conseguidas pelo aprendizado na experiência, que lhe permitem apropriar-se também dos segredos da profissão. É fundamental nessa caracterização a unidade entre a força de trabalho e os instrumentos de trabalho. Esses são adaptados ao corpo humano, e sua utilização exige uma técnica especial que é o apanágio do artesão. (DIEGUES, 1983: p.198)

⁹⁴ Significando “Ofício do Mar”; misteres marítimos, misteriosa profissão marítima, segredos do mar.

“Pois o desempenho da obrigação através do trabalho só é possível com o domínio do completo acervo de conhecimentos indispensável à condução do processo produtivo na pesca: a arte” (DUARTE, 1978: p.60, grifos do autor).

Se para Diegues (1983: p.248), na pesca artesanal, o pescador está unido a sua profissão e aos meios de produção como um “caracol à sua casca”, por essa ótica também não se pode separar o seu domínio cultural e suas práticas haliêuticas, da morfologia singular *bio-geo-física* marítima, o “organismo-integral-em-seu-ambiente” (INGOLD, 2000: p.19, tradução nossa), fonte retroalimentadora do próprio aprendizado local.

Assim, fecha-se um círculo virtuoso “simbiótico” (DIEGUES, 2008: p.63) entre o homem e o seu ambiente territorial natural.

Moura (2013) compila da literatura científica diversas sinonímias deste conjunto de saberes e fazeres definidos como “conhecimento tradicional”:

Além de *conhecimento tradicional*, tem-se *conhecimento ecológico tradicional* (USHER, 2000), *tradição oral*, *conhecimento nativo*, *conhecimento local*, *conhecimento comunitário* (JOHANNES, 1989), *conhecimento ecológico local* (GILCHRIST et al., 2005), *conhecimento ambiental tradicional*, *direito consuetudinário*, *conhecimento da terra* (JOHNSON, 1992) e *ciência do concreto* (LÉVI-STRAUSS, 1976). (MOURA, 2013: p.48, grifos do autor)

Dessa análise, Moura (2013) escolhe o termo forjado por Fikret Berkes, “Conhecimento Ecológico Tradicional (CET)⁹⁵”, pois para o autor, esse saber é considerado como parte integral do mundo natural e “resultado de um testemunho histórico autêntico transmitido pela oralidade de geração a geração”. O CET também é ligado a práticas e técnicas especiais investigativas da natureza relacionadas com as ciências ecológicas, mas no entanto, frequentemente usado como contraponto à “dicotomia natureza/cultura” que caracteriza o paradigma do conhecimento científico moderno (MOURA, 2013: p.49-50). Segundo Friket Berkes (et al., 2006), O CET,

[...] evolui por processos adaptativos e é repassado através das gerações por transmissão cultural, que diz respeito à relação entre os seres vivos (incluindo os seres humanos) entre si e com o seu ambiente [...] é cumulativo e dinâmico, construindo-se a partir da experiência e adaptando-se às mudanças. É um atributo de sociedades com continuidade histórica de uso de recursos em um determinado ambiente. (BERKES et al., 2006: p.55)

⁹⁵ Traduzido do inglês *Traditional Ecological Knowledge (TEK)* (BERKES, 1993).

Entretanto, para este nosso trabalho, essas nomenclaturas que dão ênfase apenas à relação do conhecimento tradicional com as ciências “ecológicas” não são suficientes para abarcar todo o *saber-fazer* necessário para o exercício técnico-operacional da atividade pesqueira. Para tanto, entemos a necessidade premente de ser adicionada a noção de “arte” (DUARTE, 1978: p.60; DIEGUES, 1983: p.198; CUNHA, 2000: p.107; MALDONADO, 2000: p.63; ALMEIDA, 2005: p.51; RAMALHO, 2006: p.107; 2007), ou seja, a manifestação de alguma técnica ou habilidade especial do pescador.

Ramalho (2006: p.107) aponta, apoiado em depoimentos de *mestres* pescadores de Itapissuma, Pernambuco, que “pescar é uma arte e é caso de sabedoria”, pois é necessário o domínio da cadeia de fatores que “compõe o universo de um bom pescador”, tais como, construir e consertar a rede, navegar até o pescado e atirar a rede na hora certa.

“Assim sendo, o artista-pescador tem que ser mais engenhoso, mais hábil, mais criativo e mais perspicaz para capturar o também engenhoso, capaz e muito hábil peixe” (RAMALHO, 2006: p.107-108), caracterizando “o trabalho pesqueiro como beleza, arte e liberdade” (RAMALHO, 2007: p.13).

De fato, ser pescador artesanal é tornar-se portador de um conhecimento e de um patrimônio sociocultural, que lhe permite conduzir-se, ao saber o que vai fazer nos caminhos e segredos das águas, e amparar seus atos em uma complexa cadeia de inter-relações ambientais típicas dos recursos naturais aquáticos. (RAMALHO, 2006: p.52)

Lévi-Strauss, em seu livro *O Pensamento Selvagem*, buscando compreender as relações entre a noção de ciência e o conhecimento das sociedades ditas primitivas⁹⁶, aborda “o problema da arte” e “como a arte se insere a meio caminho entre o conhecimento científico e o pensamento mítico” (LÉVI-STRAUSS, 1989: p.38).

Este mesmo autor, ao descrever uma clava haida⁹⁷ de matar peixes, finamente esculpida em cedro, que estava em sua estante enquanto escrevia esta argumentação, conclui:

Assim tudo parece estrutural nesse utensílio, que é também uma maravilhosa obra de arte: tanto seu simbolismo mítico quanto sua função prática. Mais exatamente o objeto, sua função e seu símbolo parecem dobrados um sobre o outro, formando um sistema fechado em que o fato não tem nenhuma chance de se introduzir. (LÉVI-STRAUSS, 1989: p.42)

⁹⁶ Que o autor prefere chamar de “primeira”. (LÉVI-STRAUSS, 1989: p.32).

⁹⁷ “Haida” é um povo aborígene que tradicionalmente ocupa as baías costeiras e enseadas de *Haida Gwaii* em *British Columbia* no Canadá.

O “saber-pescar” (CUNHA, 2000: p.107), é também uma refinada forma de arte indissociável de sua “função prática”, tal como a clava haida de Lévi-Strauss (1989: p.42).

Portanto, dessa nossa análise ampliada, emerge a definição mais útil aos objetivos do presente estudo, por abarcar todos os relevantes aspectos já elencados, constituintes do conhecimento tradicional das comunidades pesqueiras, em sua estreita relação com o ambiente natural marinho: o Patrimônio Haliêutico Tradicional, de agora em diante, PHT.

3.5. A diversidade de “visões de mundo”

Convém para esse trabalho, pensar na gênese do saber dentro de uma “dinâmica espaço-temporal” (FISHER, 2009: p.648, tradução nossa) própria, já que a utilidade do conhecimento tradicional varia de acordo com as tensões simultâneas entre diversas “visões de mundo”, e diferentes noções de “tempo”, que se sobrepõem sobre um mesmo *espaço-tempo* territorial.

Mas o tempo assim concebido compreende as dimensões do tempo social e da natureza. A técnica é produto do trabalho humano e isto torna fundamental a análise de como o trabalho humano realizado em cada época criou a materialidade do espaço. Para a natureza no entanto o tempo transcende esse tempo. A natureza para “realizar-se” independe do trabalho humano. A reflexão sobre os tempos sociais e os tempos da natureza colaboraram na construção do ideário conservacionista que concebeu o mundo a partir de um emaranhado de equívocos sobre o próprio sentido que o tempo pode ter. Fundamentalmente alimentou a visão reducionista da relação entre sociedade e natureza. (ANGELO FURLAN, 2000, p.87).

Tim Ingold (2000) considera lamentável essa divisão entre as considerações “naturalísticas” e “culturalógicas”, na medida em que pressupõe precisamente a separação entre o “naturalmente real” e o “culturalmente imaginado”. Para Ingold é necessário colocar esse ponto em questão se quisermos chegar ao fundo da própria percepção de mundo das pessoas (INGOLD, 2000: p.9). Para Sueli Angelo Furlan, é “o espaço uma espécie de ‘texto’, onde as formas são portadoras de significados e sentidos”, havendo segundo essa interpretação “uma escrita das coisas do espaço” (ANGELO FURLAN, 2000: p.20).

À essas considerações, acrescentamos a perspectiva de que o território é um espaço de produção de “conhecimento” (MALDONADO, 1994: p.105; MOURA, 2013: p.83) para inferir que existam culturas estruturadas à partir de um espaço específico⁹⁸.

⁹⁸ Moura (2013: p.83-91) aprofunda a questão apoiado em Nietschmann (1989), Cordell (1989), Maldonado (1993), Chauí (1986), Haesbaert (2006), Laschefski (2011) e outros.

Não queremos aqui retomar o superado debate entre o determinismo ambiental e o possibilismo histórico, já que: “as ‘comunidades litorâneas’ de pescadores não existem em fatalismo geográfico, mas enquanto forma alternativa possível de vida coletiva e, talvez, a única desejada” (BRITTO, 1992: p.181, grifo da autora).

O problema não consiste em saber se é a natureza, ou o homem, quem comanda. É antes compreender como os homens levam em consideração a dimensão ecológica de sua existência. E é graças a esta que eles tomam consciência das dinâmicas que eles não comandam, mas das quais dependem. (CLAVAL, 2014: p.128)

No entanto, nos alerta Claval, “nem todas as águas são piscosas [...] Devemos acrescentar às práticas, às habilidades e às técnicas relativas ao domínio do meio ambiente, os usos e regras que tratam dos direitos de uso ou propriedade pois têm uma dimensão geográfica” (CLAVAL, 2014: p.25).

Estas premissas compõe a base de instrumentos de gestão que reconhecem o papel das comunidades, suas formas de organização, apropriação do espaço e construção de territórios, como modelos para serem implantados na gestão dos recursos naturais. Revelam ainda a necessidade de se reconhecer a propriedade comunitária dos recursos naturais e de suas distintas formas de apropriação. (CARDOSO, 2001: p.60)

Todos esses conceitos serão fundamentais à consecução dos objetivos do nosso trabalho, pois, ao identificarmos os pescadores detentores, e que se auto reconhecem como naturais depositários, ou ainda, guardiões, dessa cultura tradicional local, estaremos também determinando de qual “território usado” essa cultura singular e específica provém (GEISTDOERFER, 1974: p.177). Assim cristaliza-se, esse “espaço geográfico”, como parte interdependente, indissociável e inseparável dessa população (Santos e Silveira, 2001 apud MORAES, 2013: p.105).

Assim, “Se diferentes modos de conhecer definem a base epistêmica dos territórios, os sistemas de manejo de recursos naturais requerem uma modalidade de produção do espaço dos respectivos conhecimentos” (MOURA, 2013: p.19).

Neste sentido, “particularmente na política de gestão de áreas protegidas no Brasil, as concepções de natureza, de lugar, de território, foram fundamentais na construção dos paradigmas de planejamento da conservação ambiental” (ANGELO FURLAN, 2000: p.1) que marginalizaram o pequeno pescador tradicional.

Portanto, a representação cartográfica dos “mapas mentais” caiçaras, constituídos por um corpo imaterial de saberes, complexos e detalhados, que orienta o comportamento e as

estratégias tradicionais de pesca, passa a ser fundamental na disputa político-econômica que envolve o uso e o manejo eficaz desses territórios pesqueiros, e dos recursos naturais que neles ocorrem.

John Cordell (2000: p.5) fala em “re-mapeamento” de áreas marinhas protegidas, na linha do mapeamento cultural e social dos territórios costeiros dos pescadores artesanais, aspectos raramente considerados e reconhecidos pelos planos oficiais de manejo costeiro.

Entender o que está acoplado na paisagem nesse tempo acumulado, unindo a morfologia biofísica com a percepção subjetiva que os pescadores caiçaras constroem sobre essa paisagem é hoje um grande esforço da Cartografia Social que procura trabalhar mapas que tenham expressos ao mesmo tempo, em sua representação gráfica, tanto a parte morfológica quanto os valores subjetivos da paisagem. Todos esses aspectos formam o sistema territorial que envolve os subsistemas biofísicos e o socioeconômico-cultural, amalgamados. (ANGELO FURLAN, 2013, comunicação pessoal)

O que permite experienciar “um mundo real e material”, são as ações humanas, que, combinando tempos sociais e naturais, modificam as paisagens. No caso das rotinas de trabalho dos pescadores, que dependem dos ciclos naturais conhecidos pela vivência empírica e cultural, “é possível dizer que os pescadores vivenciam, no seu trabalho articuladamente: tempos sociais e da natureza” (ANGELO FURLAN, 2000: p.91).

3.6. A questão dos “tempos”

Hoje, entre os pescadores caiçaras, coexistem dicotomicamente à um mesmo “tempo”, a lógica comunitária associada ao “tempo tradicional” (MOURA, 2013: p.94-98) e a lógica urbano-industrial do “tempo do relógio” (CUNHA, 2009).

Antigamente, não tinha esse negócio de temporada... de vendê... pra nós, nem sabia o que era isso. Pra nós a vida era... sabe... era... nunca teve isso aí de temporada, ah... é... férias... pra nós num existia, aqui num existia isso. Pra nós o mundo... o *tempo*⁹⁹ era *corrido* (contínuo), num tinha esse negócio... (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal)

Nesse aspecto temporal, Lúcia Helena Cunha (2009) constata a contraposição do “tempo natural” (o ritmo das sociedades tradicionais) e o “tempo do relógio” (o ritmo nas

⁹⁹ Em itálico diferenciaremos o *tempo* que não é o “do relógio”. Em itálico, iniciando com maiúscula, será o *Tempo* como “entidade” meteorológica ou das *épocas* sazonais dos peixes.

sociedades capitalistas industriais); duas ordens temporais que estão presentes, de forma simultânea e contraditória, no ritmo de vida do pescador artesanal, quer no universo produtivo, quer em suas representações simbólicas.

O que eu falo pra você, de ser caçara, até um tempo... depois da luz e da água (contas) que tinha que pagá, o caçara também teve que corrê sabe? Num deu pra ficá muito sossegado... Eu falei pra você, os caçara memo, ia matá um peixe, trazia, limpava, comia e dormia depois do almoço né? Dormia... descansava... ia trabalhá na roça de tarde... O *tempo* era assim, mas depois mudou, não tinha mais isso não... [...] Aí as coisa mudou, aí tinha que mudá, você pescava de noite e pescava de dia, você trabalhava de dia e pescava de noite, qué dizê, pegava um serviço de servente de pedreiro, mas à tarde você ia matá uma tainha, à tarde você ia largá uma rede na costeira, pra ajudá (no orçamento)... Antes (passado pós “luz e água”), de manhã cedo, você tirava a rede, vendia o peixe e ia trabalhá de servente ou cortá grama, alguma coisa que fosse... que nem hoje ainda tá, hoje ainda tá assim né? A gente pesca, vai aparecendo coisa a gente vai fazendo... (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal)

Segundo Cunha (2009), o ritmo de trabalho dos pescadores é regulado pelo “tempo natural” em contraposição ao “tempo do relógio”. Esse ritmo está integrado à atividade pesqueira, marcada pelos movimentos próprios da natureza, “compondo ricas e variadas formas de temporalidade, contrapostas ao tempo quantitativo, cronometrado e mecânico dos tempos modernos”. Desse modo, dependendo dos atores sociais, “a exploração dos espaços mar e terra, adquire significações diferenciadas e até opostas”. O mar para o veranista é “objeto de contemplação e consumo; para as empresas pesqueiras e atravessadores o mar é apenas mercadoria [...]; para o pescador artesanal é lugar de trabalho e vida” (CUNHA, 2009: p.62).

Um modo de conhecer é, ao mesmo tempo, um modo de produzir o tempo. O tempo tradicional está, portanto, inscrito em um espaço epistêmico tradicional que emerge enquanto quarta dimensão do território tradicional. O tempo tradicional produzido socialmente e (i)materializado conforma um *continuum* (homem)espaço-tempo e confere o que Moura (2009; 2012) denomina *dinâmica territorial*. (MOURA, 2013: p.96, grifos do autor)

Sobre cada diferente “visão de mundo”, ou significação atribuída a um mesmo território por culturas distintas, Tim Ingold (2000: p.9, tradução nossa), partindo da premissa “que modos de agir no ambiente natural são também modos de percebê-lo”, sugere que, nem inatas, nem adquiridas, “as habilidades práticas são cultivadas, incorporadas ao organismo humano através do treino e da prática associados à um ambiente”. Habilidades práticas são, portanto, tanto biológicas quanto culturais.

“Assim, a náutica e a arte de pescar são constructos sociais que surgem e se desenvolvem num espaço prático, o espaço marítimo, onde se expressam outras noções que informam a visão de mundo e a organização produtiva dos pescadores simples” (MALDONADO, 2000: p.63).

[...] não se tratam somente de técnicas, mas saberes, conhecimentos transmitidos de geração a geração, que levam consigo não só “modos de fazer”, mas modos de ver, significar e estar no mundo. Um saber que é também aquele da existência, que transcende o ofício e a própria técnica. São saberes que se reinventam, que se transformam em função das experiências vividas e das mudanças de contexto, mas que permanecem, apesar das situações adversas, como dotadas de valor e sentido, como elemento articulador entre o presente e o passado, sejam as pessoas mestres no ofício, aprendizes, consumidores, ou mesmo aquelas que simplesmente reconhecem, como parte da sua vida, as referências que o universo da pesca traz consigo. (IPHAN, 2012: p.9, grifo do autor)

“Sem dúvida, a especificidade da organização social da pesca é moldada por concepções bem particulares sobre o tempo e o espaço” (BRITTO, 1992: p.185). Portanto, os vários “tempos” e a “visão de mundo” que são relativas ao universo cultural construído pelos pescadores tradicionais (MANSANO, 2004), dentro do ambiente natural em que eles estão inseridos, tornam-se então fundamentais para avaliar as questões referentes à apropriação social dos espaços territoriais marítimos.

3.7. A apropriação social do ambiente marinho

Ao longo da história, os homens, “ao explorar, gerir e imaginar o mar e seus recursos, elaboraram diversos modos de apropriação social, econômica e cultural, ligados ao ambiente marinho” (DIEGUES, 2004a: p.56).

Falar em espaço nem sempre significa falar de um dado concreto, de uma realidade por assim dizer geográfica da natureza com que o homem se confronta para se reproduzir. A pesca marítima é uma das formas sociais em que a percepção específica do meio físico é da maior relevância, não só para a ordenação dos homens nos espaços sociais como também para a organização da própria produção e para a reprodução da tradição pesqueira, tanto em termos técnicos como em termos simbólicos. (MALDONADO, 2000: p.60)

A apropriação social marítima ou “apropriação consuetudinária marinha”¹⁰⁰, é entendida como um conjunto de complexas e sofisticadas regras locais que organizam o direito

¹⁰⁰ Do inglês *customary marine tenure* (CMT) (JOHANNES e RUDDLE, 1989: p.5, tradução nossa).

de uso e o acesso aos *pesqueiros* de um território, no entanto, sem o amparo legal e frequentemente conflitando com os sistemas oficiais de regulamentação da pesca (CORDELL 2000; JOHANNES e RUDDLE, 1989).

[...] o conhecimento tradicional que os pescadores ilhéus possuem sobre seus recursos marinhos podem também cumprir um importante papel no planejamento de reservas marinhas. Algumas práticas de manejo tradicional dos recursos marinhos na região¹⁰¹ foram erodidas ou abandonadas à força como consequência de uma miríade de pressões associadas ao conflito desigual entre as estratégias de extração de recursos à moda ocidental e as estratégias adaptativas de uso de recursos tradicionais. (JOHANNES e RUDDLE, 1989: p.3, tradução nossa)

O conceito de “apropriação”, desenvolvido por Diegues (2004a), incorpora mais facilmente os aspectos simbólicos que envolvem a relação entre os pescadores e seu meio-ambiente:

A apropriação social do meio marinho (manejo ou gerenciamento), pode ser definida como um conjunto de práticas culturais de intervenção na natureza, baseado na manipulação de componentes orgânicos e inorgânicos, visando a reprodução social das comunidades costeiras de pescadores. (DIEGUES, 2004a: p.203)

A apropriação social e a territorialidade marítimas, comportam amalgamadas portanto, não somente características materiais, ecológicas ou *físico-geográficas*, mas sobretudo, aspectos culturais. Diegues (2004a) ainda faz uma importante distinção quando escolhe usar em sua abordagem:

o termo apropriação tradicional do meio e dos recursos marinhos em vez de manejo ou gerenciamento, pois o conceito de apropriação incorpora mais facilmente os aspectos simbólicos que envolvem a relação entre os pescadores e seu meio-ambiente. Através dessa apropriação social, os pescadores constroem sistemas de “tenência ou posse marítima”, através dos quais são definidos os direitos de acesso aos recursos pesqueiros. (DIEGUES, 2004a: p.203-204, grifos do autor)

3.7.1. Territórios pesqueiros caiçaras

Para Milton Santos (1988 apud MORAES, 2013: p.67-68) o “espaço” é o resultado da geografização da sociedade sobre o conjunto de sistemas naturais, ou seja, a “dinâmica social” associada à “configuração territorial”. Assim, “Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem,

¹⁰¹ O estudo se refere aos pescadores tradicionais das ilhas do Oceano Pacífico, localizadas na Oceania.

a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes” (Santos, 1988:77 apud MORAES, 2013: p.67).

Complementa Milton Santos, que o “espaço” é “uma dimensão irredutível da sociedade”, e, “muito mais do que a materialidade, a extensão física ou a base de manifestação dos fenômenos” (Santos, 1988 apud MORAES, 2013: p.67).

Aproximando-se dessa concepção de “espaço”: “união indissociável de sistema de objetos e sistema de ações”, Santos e Silveira (2001 apud MORAES, 2013: p.105) aprofundam o conceito, definindo o “território” como “um componente básico (instituidor) da sociedade”, destacando a “interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade que inclui a natureza, e o seu uso que inclui a ação humana, isto é, trabalho e política”. Desse modo, afirmam os autores que, para se entender o funcionamento do “território”, como “território usado”, é preciso captar o movimento das ações, passadas e presentes, realizadas sobre a materialidade dos conjuntos de sistemas naturais (Santos e Silveira, 2001 apud MORAES, 2013: p.104).

Segundo Diegues (2004a: p.204-205) é extremamente importante o conhecimento do meio físico “para uma navegação segura, para o uso adequado de instrumentos de pesca e para a identificação das espécies de pescado”. Entretanto, “espaço” e “territorialidade” são categorias definidas também pela atribuição de significados através das atividades de pesca, sobre “os diversos domínios da vida: água, terra e ar”.

Apesar da indivisibilidade, o espaço marinho, marcado por elementos simbólicos, não é homogêneo, indiferenciado; existem os pontos de pesca, as rotas e caminhos influenciados por fenômenos naturais como os ciclos das marés e luas, da reprodução dos peixes e também pela cultura (Maldonado, 2000). Para os pescadores artesanais, portanto, o mar não é somente um espaço físico, mas também é o resultado de práticas culturais, onde os grupos de pescadores artesanais se reproduzem material e simbolicamente. (DIEGUES, 2004a: p.205)

Assim, as práticas socioculturais das “gentes do mar” são marcadas pelas “propriedades naturais socializadas” (GEISTDOERFER, 1989: p.7), dando ao ambiente marítimo uma dimensão antropológica. No entanto, tais práticas “não são generalizáveis e dependentes exclusivamente do meio “natural” socializado, mas também das formas de organização da produção, em particular das formas pré-capitalistas e capitalistas de produção” (DIEGUES, 1995: p.19-20, grifo do autor).

Hasbaert (2001: p.118) identifica na literatura quatro vertentes básicas das várias e polissêmicas noções de “território”: a jurídico-política (espaço delimitado e controlado no qual se exerce um determinado poder); a culturalista (a dimensão simbólico-cultural, produto da

apropriação/valorização simbólica); a economicista (a dimensão espacial no embate entre classes sociais e na relação capita-trabalho) e a naturalista (o território como base nas relações sociedade-natureza no controle e usufruto dos recursos naturais).

Segundo o autor, o território não é simplesmente um “objeto em sua materialidade, tampouco um mero recurso analítico elaborado pelo pesquisador” (HASBAERT, 2001: p.118).

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (Hasbaert, 1997:42 apud HASBAERT, 2001: p.120-121)

Simone Maldonado (1994) e Gustavo Moura (2013) desenvolvem uma abordagem própria de território, a de “território como conhecimento”. Moura formula, apoiado em Nietschmann (1989) que o território é um “espaço epistêmico”, ou seja, um espaço de produção de conhecimentos. Baseado nessa definição, o que difere os territórios entre si são as “lógicas operatórias próprias de cada um dos modos de saber na produção de um espaço” (MOURA, 2013: p.18).

Para Maldonado (1994), os territórios marítimos são mais do que espaços delimitados:

São *lugares* conhecidos, nomeados, usados e defendidos. A familiaridade de cada grupo de pescadores com uma dessas áreas marítimas, cria territórios que são incorporados à sua tradição. Na mesma medida em que é um recurso ou um espaço de subsistência, o território encompassa também a noção de *lugar*, mediante a qual os povos marítimos definem e delimitam o mar. Sob este aspecto, podemos dizer que território é conhecimento [...] (MALDONADO, 1994: p.105, grifos da autora.).

De acordo com Alpina Begossi (2004: p.226), os “pesqueiros” são “pontos de pesca onde há alguma forma de apropriação, regra de uso ou conflito, sendo então um território em seu sentido ecológico”.

“Territórios pesqueiros”, também podem ser percebidos como “espaços conhecidos, nomeados, defendidos, delimitados e manejados pelos pescadores em sua faina pesqueira” (CARDOSO, 2003: p.120).

Nas representações desses grupos sociais, as áreas de pesca não se definem enquanto unidades espaciais delimitadas arbitrariamente com base em acidentes geográficos ou em outros critérios externos aos mesmos, mas como um espaço pensado e construído por eles próprios (Mauss, 1974). (BRITTO, 1992: p.181).

Todo o conhecimento relativo à esses locais de pesca especiais, e à apropriação do mar e de seus recursos, requer o conhecimento de um código de *saber-fazer* que é construído e ritualizado no mar pela “tradição” (DIEGUES 2004: p.198). “Tradição” que de acordo com a definição de Gerd Bornheim, significa precipuamente, entregar, passar algo para outra pessoa, ou passar de uma geração à outra geração. (BORNHEIM, 1987: p.18)

Neste sentido podemos falar em territórios de uso das sociedades pesqueiras, uma vez que estas se apropriam de porções do espaço aquático a partir do trabalho e do conhecimento dos processos naturais que atuam nelas. O território seria então tratado em uma relação ao seu valor de uso para o grupo social. (CARDOSO, 2001: p.54)

Assim, é a transmissão dos processos de memorização e localização dos “territórios pesqueiros”, dentro de uma comunidade através do tempo, o que sustenta a reconstrução contínua desse *espaço-cultura* para a população que dele, e nele, sobrevive tradicionalmente.

A apropriação social do mar ocorre dentro dos limites da territorialidade através da qual os pescadores “marcam” áreas que usam na pesca, algumas das quais são apropriadas de forma comunitária. Ou como afirma Godelier, através da noção do território um grupo social garante aos seus membros o controle ou acesso aos recursos naturais, a reprodução do homem enquanto espécie, seus meios de subsistência, das relações sociais e simbólicas. (DIEGUES, 2004a: p.204, grifo do autor).

Lúcia Helena Cunha (2009) argumenta que:

[...] define-se territorialidade como formas específicas de apropriação de um determinado espaço ou “como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-o em seu território” (LITTLE, 2002, p.2). Na perspectiva de focar a relação que um determinado grupo social possui com seu território, Paul Little se vale do conceito de cosmografia, conceito esse muito valioso para os propósitos da presente reflexão, centrada nas dinâmicas pesqueiras de caráter artesanal. Assim, cosmografia é, segundo esse autor, entendida “como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele” (LITTLE, 2002, p. 4). (CUNHA, 2009: p.61, grifos da autora).

Assim, a apropriação social desses territórios pesqueiros tradicionais, também constituem sistemas comunais de manejo dos recursos naturais de propriedade comum que neles ocorrem, abrangendo “a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de alguma forma” (GRABNER, 2016: p.81).

[...] “propriedade comum” não é o mesmo que “propriedade de todos”. A propriedade comum diz respeito a uma classe de direitos de propriedade, normalmente o direito de usar algo em comum com outras pessoas e um direito de não ser excluído de seu uso. (BERKES et al., 2006: p.235-236, grifo do autor)

Sobre a eficácia do manejo sustentável de recursos sob regimes de propriedade comunal, Feeny (et al., 2001), desmontam a “simplificada e determinista” proposição de Hardin (1968) que “a liberdade em relação a recursos comuns gera a ruína de todos”, e somente a propriedade privada ou o controle estatal salvariam os recursos comuns da destruição (FEENY et al., 2001: p.18-19). Esses autores apontam que as duas principais características que definem os recursos de propriedade comum: a exclusividade (controle de acesso) e a subtração (rivalidade), determinam o tipo de manejo em quatro tipos analíticos ideais: o livre acesso, a propriedade privada, a propriedade comunal e a propriedade estatal. Alertam entretanto que na prática, em muitos casos, existe a variação, a sobreposição e até combinações conflitantes dessas categorias de regime de manejo e que o principal equívoco da “inevitável tragédia da sobre-exploração” proposta por Hardin, é o pressuposto de que propriedade comum equivalha à livre acesso.

“Em muitos casos, a tragédia somente ocorreu depois que condições de livre acesso foram criadas, como consequência da destruição de sistemas comunais pré-existent de direitos de acesso a áreas terrestres e marinhas” (FEENY et al., 2001: p.23).

No litoral norte de São Paulo, com relação ao gerenciamento dos recursos marinhos pelo Estado, ainda hoje prevalece a retórica argumentativa da “Tragédia dos Comuns” de Hardin (1968). E mesmo com todas as evidências de que a destruição dos estoques pesqueiros continua em franco progresso, a administração estatal considera as populações tradicionais locais incapazes de organizar, monitorar e alocar direitos de uso que poderiam contribuir para o uso sustentável dos recursos naturais locais.

Uma política conservacionista equivocada que transforma esses lugares em não-lugares, com a expulsão das populações tradicionais, pode estar abrindo espaço para que esses não-lugares se tornem o domínio de pesquisa das multinacionais ou de convênios entre entidades de pesquisa nacionais e internacionais, e, ao final, “privatizados”, como manda o manual neoliberal¹⁰². Talvez seja por isso que as grandes entidades conservacionistas internacionais associem de forma tão íntima a conservação da biodiversidade e as áreas protegidas vazias de seus habitantes tradicionais e de sua cultura”. (DIEGUES, 2000a: p.32, grifos do autor).

¹⁰² Em junho de 2016, confirma-se esta visão do Prof. Diegues, com a privatização de 25 parques estaduais através da LEI Nº 16.260, de 29 de junho de 2016.

Todos esses conceitos são hoje ferramentas fundamentais na busca de alternativas para o planejamento e manejo de áreas marinhas protegidas, contribuindo para minimizar as contradições e conflitos causados pela criação de unidades de conservação sem a efetiva participação das populações tradicionais locais (CORDELL, 2000; DIEGUES, 2004a; BERKES et al., 2006, GRABNER, 2016).

3.8. Modo de vida: a unidade indissociável, *pescador-meio de produção-território*

Conforme visto anteriormente, é o território um componente instituidor básico da sociedade, no qual se destaca a “interdependência e a inseparabilidade” entre a Natureza, “e o seu uso que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” realizados sobre a materialidade do “conjunto de sistemas naturais” (Santos e Silveira, 2001 apud MORAES, 2013: p.104-105).

Você vinha de trabalhá no *cerco* (flutuante), *matava* espada pra caramba no *cerco*, vendia pro Eduardinho. Deixava uma espada pra isca e ia *pescá de linha* a noite, *matá* uma espada no Boqueirão... Pra que aquilo? Era divertimento né, era divertimento... Tem vez que num *matava* nada, você voltava contente... num pegô né... Então é isso que era (diversão). A pescaria pra nós antes e pra nós hoje é assim... é tudo... é meio de vida, é divertimento, é lazer, é a vida... era né... agora num é mais, a gente *anda assustado* aí (com a fiscalização), feito bobo aí (sem liberdade)... (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal)

A indivisão entre trabalho e modo de vida leva os pescadores locais à construção de “visões de mundo” (ROUÉ, 2000: p.77) muito particulares, que conflitam diretamente com a visão de mundo *urbano-industrial* do sistema econômico hegemônico circundante, acarretando a marginalização desses pescadores tradicionais pela não compreensão ou aceitação de seus valores *econômico-culturais* próprios (DIEGUES, 1983, 2000; MOURA, 2013).

Na prática, em nome de valores supostamente universais, como trabalho, progresso e outros, essa percepção promove o que Geertz (1988) designa, com propriedade, de ‘desconstrução da alteridade’. Isso acontece em geral, nos processos de intervenção que se verificam em determinados segmentos, quase sempre tomados como conjuntos vazais ou marginais à modernização da sociedade. (BRITTO, 1992: p.182, grifo da autora).

3.8.1. Os pescadores artesanais locais

Segundo Diegues (1983: p. 197-198), o que caracteriza o “pescador artesanal” não é só “o viver da pesca”, mas é acima de tudo “a apropriação real dos meios de produção”, em suma,

“o controle da arte de pesca”, ou seja: do como, e, do que, pescar. Exigindo “dele uma série de qualidades físicas e intelectuais que foram conseguidas pelo aprendizado na experiência, que lhe permitem apropriar-se também dos segredos da profissão”.

O mesmo autor (1983: p.148) ainda ressalta a importância de uma análise das formas de organização na pesca que considere o recorte do momento histórico e geográfico em que essas formas se articulam, “tendo em vista as diversas combinações dos fatores produtivos em relações sociais de produção”.

Para aquele momento histórico, Diegues (1983: p.148-156) identificou três categorias tipológicas ideais que cobririam as situações existentes especificamente na pesca do litoral norte do Estado de São Paulo:

- 1- Pesca de auto-subsistência ou primitiva, praticamente desaparecida do litoral;
- 2- Pesca realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil;
- 3- Pesca realizada dentro da forma de organização social capitalista de produção.

Portanto, a categoria de principal interesse para caracterizar o tipo de universo pesqueiro da nossa pesquisa é, segundo essa classificação seminal, a da “pequena produção mercantil”, que ainda segundo o autor pode comportar dois subtipos (DIEGUES, 1983: p.150):

- a- Pequena produção familiar dos pescadores-lavradores;
- b- Pequena produção dos pescadores artesanais.

Assim, no presente trabalho de pesquisa, quando nos referirmos à pesca artesanal local, esta deve ser compreendida dentro destas premissas tipológicas originais colocadas por Diegues, mas também incorporando os processos de mudança sociocultural referentes ao local pesquisado, e ao recorte temporal, atualizados por esta nossa investigação.

Berkes (et al., 2006: p.26-28), ressalta que quanto à “diversidade de tipos e tamanhos das pescarias”, para uma descrição mais abrangente é preciso levar em consideração que “uma pescaria tem dimensões biológicas, tecnológicas, econômicas, sociais, culturais e políticas”¹⁰³.

Deste modo, os reflexos das grandes transformações causadas pela abertura da rodovia BR 101 durante os anos 1960, que incrementaram a exploração imobiliária, turística e náutica,

¹⁰³ Berkes (et al., 2006: p.27-28) reproduz uma tabela com as categorias e dimensões das pescarias mundiais, que demonstra a complexidade da tentativa de “congelar” uma definição de pesca artesanal de pequena escala. Nessa tabela existe uma coluna que “flutua” na fronteira entre as definições de pequena escala, subsistência, industrial e artesanal, refletindo de modo exato o aspecto resiliente intrínseco à pequena pesca artesanal.

desarticulando todo um “modo de vida” do “pescador-lavrador”, devem ser re-contextualizados para a realidade atual, após 45 anos de transformações¹⁰⁴ que impactaram e transformaram essa categoria ideal construída originalmente em Diegues (1983).

Localmente, as 3 grandes transformações que alteraram a caracterização original das duas subformas da pequena produção mercantil, definidos por Diegues (1983: p.148-155), fundindo características dos “pescadores-lavradores”, à dos “artesanais”:

- 1- O desaparecimento das roças e lavouras locais e o aumento de renda proporcionado pelos biscates¹⁰⁵ turísticos, facilitando o acesso aos produtos industrializados;
- 2- O barateamento dos meios de produção, cuja “apropriação real” foi um dos principais critérios de distinção entre os “pescadores-lavradores” e os “pescadores artesanais” utilizados por Diegues (1983), mas que hoje estão acessíveis à praticamente todos os pequenos pescadores;
- 3- O efetivo auto-reconhecimento como “corporação de ofício”, já que hoje, embora muitos pescadores artesanais locais não façam da pesca seu principal ou único meio de vida, todos eles se reconhecem como possuidores do “domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas que lhes permite subsistir e se reproduzir enquanto pescador”, percebendo-se pertencentes à um grupo especial “que domina os segredos do mar” (DIEGUES, 1983: p.197-198).

Identificamos outros 3 importantes aspectos do “pescador artesanal” (DIEGUES, 1983: p.148-155), que sofreram alterações, na Praia da Enseada:

- 1- A propulsão das embarcações, é: majoritariamente à remo ou com utilização de pequenos motores, únicos, estacionários, com até 33 *hp* de potência, ou motores, únicos, de popa, com até 25 *hp* de potência¹⁰⁶;

¹⁰⁴ Diegues (1973: p.134-137) testemunhou o início desse processo de desarticulação na região de Ubatuba, sua pesquisa no local ocorreu entre os anos de 1971 e 1972, período em que já se percebiam evidências de importantes mudanças causadas pelo aumento do turismo e pela especulação imobiliária, desencadeados pela abertura da rodovia.

¹⁰⁵ Diegues (1983: p.160) também definiu os “pescadores-lavradores” como “pescadores-biscateiros”, já àquela época identificando a importância do aumento do fluxo turístico como uma nova oportunidade de incremento de renda através dos biscates tais como serviços de caseiro e pequenos comércios, identificados pelo autor, sobretudo no exato local da nossa área de estudo, as praias da Enseada e do Perequê-Mirim.

¹⁰⁶ Foi utilizada apenas a potência de motorização, em *hp* (cavalos de potência), por esta em último caso, ser a responsável efetiva pelo deslocamento de tonelagem máxima de uma embarcação, fator que determina cabalmente o tamanho máximo de uma embarcação motorizada, e em última instância, sua eficiência pesqueira. Em trabalho de campo (05 a 10 de julho de 2016) junto aos pescadores artesanais locais ratificamos estas “potências” como as que traduzem o tipo de motorização mais comumente utilizado na Praia da Enseada entre os anos de 2001 a 2016.

- 2- O uso de instrumentos de produção, é: não mecanizado (não uso de guinchos ou tração mecânica para manejar os petrechos de pesca);
- 3- O calendário complexo das atividades econômicas deixa de ser o agrícola, (onde a terra não é mais o meio de produção mais importante) e o mundo de valores (ideologia) deixa de ser o da agricultura; passa a ser o do mar e suas “épocas de peixes”, combinado com a sazonalidade do turismo de *temporada*.

Não obstante o acréscimo dessas nossas adequações ao tempo histórico atual, continuam “pétrias” todas as outras dez características da “pequena produção mercantil” apontadas por Diegues (1983: p.149-153), ainda fortemente em voga na região estudada¹⁰⁷:

- 1- a produção do valor de troca em maior ou menor intensidade;
- 2- certa divisão social do trabalho em funções mais ou menos especializadas;
- 3- o *savoir-faire* de fonte tradicional utilizado como meio de produção;
- 4- processo de trabalho organizado familiarmente ou entre a vizinhança;
- 5- tecnologia empregada com baixo poder de predação;
- 6- identificação dos cardumes de forma visual ou auditiva;
- 7- nicho ecológico explorado relativamente restrito;
- 8- captura realizada com instrumentos de produção de propriedade familiar ou individual, sendo a apropriação do produto regida pelo sistema de partilha, quinhão ou distribuição *in natura*;
- 9- só o dinheiro gasto com material é considerado como custo de produção;
- 10- mercado periférico/oferta e procura, influenciados por fatores extra-econômicos.

No presente trabalho, passado quase meio século do modelo ideal fundado por Diegues (1983), ainda são estas dez características acima, que compõe ainda hoje o cabedal basilar da organização produtiva pesqueira identificada nesta nossa pesquisa como “artesanal local”.

Estas nossas considerações em nada alteram todos os atributos locais característicos da “pequena produção mercantil” que ainda podem ser observados localmente e apenas recontextualizam a “existência histórica” do “pescador-lavrador” e do “pescador artesanal”

¹⁰⁷ Diegues (1983: p. 150-151 e 162-163) apresenta em duas tabelas, as principais características de cada uma das formas de organização social da produção na pesca, no Litoral Norte de São Paulo e em Ubatuba.

identificados por Diegues (1983: p.148-155), reafirmando como característica fundamental, sua forte ligação com o território específico da região da Enseada do Flamengo e Ilha Anchieta.

Para Britto (1999) o que caracteriza a artesanidade tradicional, é um “modo de perceber o sistema produtivo como tática de vida”, sendo “antes manifestações sociais, que, opções técnicas” determinadas pelo ambiente, tornando-se assim, “um modo particular de viver socialmente”, e não, “uma mera técnica rudimentar de produção” (BRITTO, 1999: p.225).

Cabe salientar que a dinâmica cultural da “tradição” não exclui a ideia de mudança, “mas, ao contrário, ressalta o caráter diferenciado que esta se manifesta no corpo social [...] devido aos valores e idealizações particulares que cultivam seus vários segmentos” (BRITTO, 1999: p.40).

Assim, é a linguagem peculiar e o falar característico (NÉMETH, 2010) utilizados pelos caixaras locais mais antigos, nosso indicador de que são estes pescadores, e não outros, os depositários do PHT local e os especiais detentores do “volume mental” (MAUSS, 1974: p.287-288) dessa cultura pesqueira particular que investigamos.

Para Paul Claval (1999):

A cultura é a soma de comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas [...] é herança transmitida de uma geração à outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos estão enterrados [...] Não é portanto um conjunto fechado e imutável de técnicas e comportamentos. (CLAVAL, 1999: p.63)

Portanto essa identidade sociocultural, exclusiva dos pescadores artesanais locais, está ligada “simbioticamente” à um ambiente natural físico especial, onde “a ecologia original convive com as áreas cultivadas pelo homem, sem prejuízos para ambos” (MARCÍLIO, 1986: p.33), e a partir do qual se constrói um “modo de vida” (DIEGUES, 2008: p.89). Essa relação leva à um estado de “pertencimento” à esse espaço territorial marítimo tradicional, proporcionando a reprodução e o auto-reconhecimento¹⁰⁸ (BRASIL, 2007; DIEGUES, 2008: p.90), dessa identidade pesqueira local.

Em comunidades tradicionais as tradições de apropriação social do mar têm tendência a se basear não em estratégias de subsistência, mas em crenças culturais e valores que

¹⁰⁸ “Um dos critérios mais importantes para definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida, é, sem dúvida, o *reconhecer-se* como pertencente àquele grupo social particular. Esse critério remete à questão fundamental da *identidade*, um dos temas centrais da Antropologia” (DIEGUES, 2008: p.90, grifos do autor).

se relacionam mais com construir e manter a identidade social e um sentido do lugar. (CORDELL, 2000: p.2)

Estabelece-se então um conjunto de práticas econômicas, sociais e simbólicas resultantes da interação humana com um território tão específico que raramente podem ser aplicadas à outras regiões (DIEGUES, 2003: p.1).

Considerando a importância da simbiose homens-ciclos naturais existente nas populações tradicionais, a noção de parques ou áreas naturais protegidas que excluam as populações tradicionais é incompreensível para as culturas portadoras desse pensamento bio-antropomórfico. A disjunção forçada entre a natureza e a cultura tradicional, onde os homens são proibidos pelo Estado de exercer as suas atividades do fazer patrimonial, e também do saber, representa a imposição de um mito moderno: **o da natureza intocada e intocável**, próprio da sociedade urbano-industrial sobre as representações e símbolos das sociedades tradicionais, para os quais o homem está, de certa forma, imerso no mundo natural domesticado. (DIEGUES, 2008: 63, grifos do autor)

3.8.2. No tempo dos antigos

Existe na narrativa dos *mestres* pescadores locais, a referência a um tempo mítico, ancestral e saudoso, denominado “tempo dos antigos” (RIBARIC, 1997: p.215; MANSANO, 2004; CARDOSO, 2001: p.22; SANCHES, 2004: p.62; REZENDE DA SILVA, 2004: p.131; NÉMETH, 2010: p.114).

Acredito que a pesca tem que ser mais valorizada, a pesca artesanal tem que ser defendida. Pescar é fundamental, a melhor parte da alimentação está dentro do mar. Se o homem perder o conhecimento dos “antigos”, vai demorar muitos e muitos anos para aprender de novo. Esse pessoal antigo aprendeu como pegar o peixe, como preservar, como não deixar acabar. Hoje o homem inventou métodos destruidores. (GUERRIERO e XIXICO, 1994: p.67, grifo dos autores)

Sempre que, durante uma conversa, um *mestre* queira dar “peso”, ênfase ou relevância ao conhecimento que está transmitindo ou ensinado, ele inicia a narrativa com a frase: “*No tempo dos antigo...*”; também com a referência temporal: “*De primeiro...*” ou ainda: “*Antigamente...*” (KANT DE LIMA e PEREIRA, 1997: p.321; PAES, 1998: p.60).

Velhas histórias do tempo dos antigos, época indefinível onde ficam reunidos os fatos ocorridos em sua juventude, como os de seus avós e dos avós de seus avós e assim até o “início dos tempos”, até “antes do dilúvio”. Lembranças imaginárias do vivido e do não-vivido, onde Homem e Natureza (natural e sobrenatural, ordinário e extraordinário), fazem parte de uma só unidade ao mesmo tempo cenário e personagem desta saga caíçara. Espécie de arquétipos virtuais, que revelam séries

narrativas onde o que é lembrado são as palavras e não os fatos. Escapam desta forma aos grilhões da memória individual tornando-se como fragmentos depositados no tempo, bricolados pela oralidade, construindo uma narrativa (uma temporalidade), não linear, reversível e, quem sabe, “como reflexos opostos do presente, modelos de exemplaridade para o futuro”¹⁰⁹. (RIBARIC, 1997: p.216, grifos do autor)

Assim o ensinamento transmitido se reveste de uma autoridade mítica, ganhando um caráter de “lei” ou de regra local fundamentada no “respeito”. Desse modo o aprendiz grava a lição dada pelo *mestre* como algo ancestralmente concebido e valorizado, estabelecido pela tradição como costumeiro, verdadeiro, certo e direito.

Outro traço que permite pensar a mestrança no âmbito da dominação carismática é o fato dos mestres serem os intérpretes por excelência e por atribuição da sua sociedade, da regra cultural que constrói territórios no mar e regulamenta o seu usufruto, detendo uma posição de autoridade e de firmeza moral que se engendra na experiência coletiva, que, por sua vez, informa a ação social sob a forma de pré-conhecimentos e expectativas. (MALDONADO, 1994: p.132)

3.8.3. Aprender-fazendo, saber-lembrando, resistir-praticando

Tradicionalmente, misturando trabalho com lazer, a atividade da pesca artesanal possui uma forte “natureza lúdica” (CASCUDO, 1954: p.9; CARDOSO, 2001: p.33;) que se manifesta desde a mais tenra idade entre as crianças caiçaras (RAINHO, 2015: p.86)

Figura 22 - Crianças aprendendo a pescar. Foto: Crianças e a canoa caiçara - Paulo Nogara¹¹⁰.

¹⁰⁹ Aqui, Ribaric (1997) cita Edgard de Assis Carvalho, em *Imagens da Tradição*, 1992.

¹¹⁰ Fonte: <http://www.preservareresistir.org/#!crianças-e-a-canoa-caiçara/zoom/c1ebq/imagearu>.

Mal aprendem a andar, a brincadeira preferida é arremedar os adultos na faina pesqueira (CAMARGO e BEGOSSI: 2006: p.77-78). Primeiro puxando para cima e para baixo pequenos barcos em miniatura e investigando os peixes dentro dos balaies, depois, aventurando-se nas costeiras, capturando as *baratas da pedra* para servirem de isca, *pescando de pindaíba*¹¹¹ de cima das pedras, assobiando para pegar o guaiá. Até que passam ao mar remando em canoas e usando pedaços de redes velhas.

O conhecimento do ambiente, nesta perspectiva, é “[...] não de um tipo formal, autorizado, transmissível em contextos fora aqueles de sua aplicação prática. Pelo contrário, baseia-se no sentimento, que consiste nas habilidades, sensibilidades e orientações que se desenvolveram através da longa experiência de conduzir a vida em um ambiente particular” (Ingold, 2000:25). (DAVIDSON-HUNT e BERKES, 2003: p.68-69, tradução nossa)

Desse modo, naturalmente, as crianças caiçaras através das brincadeiras vão aprendendo o passo-a-passo das artes de pesca, e quando chegam à idade adulta, profissão, modo de vida, trabalho e divertimento compõem aspectos lúdicos indissociáveis de uma única atividade, que é a pesca artesanal.

Isso, o que Cechin (2008: p.180) chamou de “fluxo imaterial de bem estar”, é um dos aspectos fundamentais da cultura caiçara. Sentimento que nos descreve o pescador caiçara Ronaldo, da Praia Mansa na Baía dos Castelhanos, em Ilhabela, São Paulo:

A gente nasce desde pequeno já cum... pequenininho do tamanho do... com cinco anos, a gente já tá no mar pescando com *remo de duas pá*, com canoa, e aí já vem, parece que entra na mente né aquilo, parece que domina a gente, é... A pesca, é... a pesca é uma coisa... é, cê tem... cê pensa... cê *mata* uns peixe te anima sabe, cê fica aquela... a mente da gente fica outra coisa, a mente da gente num fica aquela, sobrecarregada... a mente leve, tranquila. (BERNARDO e BIANCHI, 2009, transcrição nossa)

3.8.4. Novas influências com a chegada do dinheiro

Sob o ponto de vista do pescador, seu próprio PHT é desprovido de “valor econômico”, já que culturalmente não existe diferenciação entre o tirocínio¹¹² do pescador local e seus meios produtivos (DUARTE, 1978: p.65). Na pesca artesanal o homem está “unido à sua profissão e

¹¹¹ *Pindaíba* é uma vara simples de bambu.

¹¹² Capacidade de percepção que vai além dos cinco sentidos habituais; capacidade adquirida pela reiterada prática de uma profissão ou ofício.

aos meios de produção como um caracol à sua casca” (DIEGUES, 1983: p.248), indicando um estágio de produção em que o pescador e seu trabalho se confundem com as condições naturais de produção. Sendo portanto: “fundamental nessa caracterização a unidade entre a força de trabalho e os instrumentos de trabalho” (DIEGUES, 1983: p.198).

“Daí se explica o fato de que na pequena produção mercantil pesqueira o fator trabalho não entrar como capital” (DIEGUES 1979: p.98), o que também leva à não inclusão do tempo de trabalho, nem do “saber-pescar” (CUNHA, 2000: p.107), na “precificação” do valor de uma pescaria. Desse modo, o pescador artesanal vê o seu trabalho como a sua própria vida¹¹³ e não como uma atividade para obter lucro, mas apenas *ganhar o dia*, conforme relatou Seu Ferreira, da Praia do Ubatumirim em Ubatuba, São Paulo: “Fico contente quando a pescaria dá pra pagar o combustível, a prestação do motor e a comida do dia” (DIEGUES, 1983: p.190).

Aqui, pescaria e roça, fazia parte da vida, não era profissão né? O cara pescava pra *mistura* (proteína) e trabalhava na roça pra tê o feijão... arroz num plantava... era feijão, farinha, mandioca, banana, batata... essas coisa, e o peixe. Então todo mundo era pescador e todo mundo trabalhava na roça né? [...] Era o que vivia, a vida era isso aí. (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal).

Entretanto essa percepção de mundo distinta, não torna o pescador artesanal imune às influências de um mercado consumidor que circunda seu sistema socioeconômico próprio (KANT DE LIMA e PEREIRA, 1997: p.211-213; MARCÍLIO, 1986: p.38-39).

O relativo isolamento do caiçara paulista, causado por sucessivos altos e baixos econômicos (VIANNA, 2008: p.258) do litoral sudeste brasileiro¹¹⁴, deve ser visto não como um isolamento de fato. Sempre que necessário essas pequenas comunidades litorâneas, “aproveitando-se das menores condições que pudessem ser favoráveis ao homem”, gravitaram economicamente em torno dos grandes centros comerciais, “enviando-lhes sua parca produção - farinha de mandioca, peixe, algum café” e aguardente em canoas de voga. Viagens que proporcionaram a “oportunidade de se ganhar um excedente que complementasse a produção doméstica em comunidades relativamente auto-suficientes”. (MUSSOLINI, 1980: p.221-226).

¹¹³ “Não me parece que possamos mesmo fazer uma distinção entre essas coisas (a vida do pescador e a pesca)”. (KANT DE LIMA e PEREIRA, 1997: p.287). “Assim, o pescador feito é o resultado de um fazer paulatino que vai ao mesmo tempo fazendo quem faz”. (DUARTE, 1978: p.65, grifos do autor).

¹¹⁴ Principalmente após “o terrível edito” de 1787, por ordem do capitão-general Bernardo José de Lorena, que monopolizava o comércio e remessa de gêneros para o porto de Santos, em detrimento das “vilas da marinha” do litoral de São Paulo. O fim da liberdade de comércio mergulhou as vilas do litoral em “brusca decadência”, estado que durou até a chegada da família real no ano de 1808 e o melhoramento do serviço de cabotagem com a volta do livre comércio para outros portos (ALMEIDA, 1946).

Foi esse isolamento relativo que garantiu a tenência de saberes e fazeres culturalmente diferenciados por essas comunidades, e que de certo modo manteve o patrimônio cultural tradicional protegido até meados dos anos 30, quando por pressão de um novo mercado emergente consumidor de pescado, essas comunidades caiçaras passaram a se dedicar mais intensivamente à pesca e ao universo marítimo (DIEGUES, 1973;1983; ADAMS, 2000).

Essa mudança fez surgir entre os caiçaras o que Mourão chamou de “ideologia da pesca”, além de uma nova noção de trabalho: Em vista disso, atualmente, os antigos caiçaras paulistas, hoje em parte convertidos em pescadores exclusivos, reordenam seu modo de vida e seu referencial cultural, os quais passam a se articular mais intensamente, ao contrário do passado, com o universo marítimo. (ADAMS, 2000: p.155).

O PHT caiçara passou então a agregar novos valores externos, como pescar além das necessidades de “subsistência”, gerando excedente suficiente para comprar pequenos motores e redes de nylon que melhoravam os resultados da pesca, alimentando o círculo vicioso de exploração e dependência econômica que culminou na crise de sobrepesca dos anos 1970.

A renda na pescaria é meio fraca né... antes Alemão, prá começá: num tinha água, num tinha luz, essas coisa pra pagá (contas), você andava sossegado. Adepois, também, claro, as coisa foram mudando, que tinha água e luz, você tinha que se daná porque no fim do mês você tinha que tê o dinheiro né? Você tava devendo... então mudô muito... (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal)

A princípio essas novas visões de mundo e valores não tradicionais, agregados pelos pescadores locais, geraram um grande impacto sociocultural, o da sobrepesca estimulada pelo aumento do consumo urbano de pescados. Pescar muito além do volume consumido localmente, causou a *sobre-exploração* dos estoques pesqueiros através do uso de técnicas mais agressivas (ALMEIDA, 2005: p.58), tais como o *arrasto de porta* motorizado, e as *parelhas*.

A sobrepesca resulta da erosão das normas de autocontrole, da prudência e da solidariedade comunitária. Ela ocorre quando os pescadores não se preocupam com o recurso, com sua comunidade e com os outros. Então sua capacidade de se comunicarem entre si, de concordarem e cooperarem se perde. (Jentoft, 2000 apud BERKES et al., 2006: p.251)

Outra característica observada localmente foi a do peixe capturado ser considerado pelos pescadores locais, como “dinheiro em caixa”. Chegando à praia, o balaio de peixes se transforma imediatamente em “dinheiro vivo” (DIEGUES, 1983: p.152), pois a venda é feita diretamente ao consumidor (Figura 23), que muitas vezes está aguardando a chegada do pescador (KANT DE LIMA e PEREIRA, 1997: p.238).

Assim, o pescador garante o sustento certo de sua família, proporcionando a experiencição de um grau de “liberdade” e “autonomia” extremamente elevados (DIEGUES, 1983: p.195; MALDONADO, 1986: p.33; CUNHA, 2000: p.108; RAMALHO, 2006: p.97; NÉMETH, 2010: p.14; BRANDÃO, 2015: p.75).

Figura 23 - Pescador Ascendino (agregado do Perequê-Mirim) vendendo peixe na praia. Foto: Peter Santos Németh, Praia da Enseada, janeiro de 2014.

Conforme visto anteriormente, esse aspecto de transformar através do PHT do *mestre* pescador, o pescado em valor econômico, é o mais precioso para a manutenção da sua liberdade e autonomia. Assim, funcionam o meio natural e os estoques pesqueiros quase que como uma “despesa” ou um “caixa eletrônico de banco”, nos quais o pescador pode, a qualquer momento, baseado em seu PHT, conseguir o dinheiro suficiente, ou, na pior das hipóteses, o alimento suficiente para a “subsistência” familiar.

Meu pai pescava garoupa e eu pescava os *peixe miúdo* pra pagá as despesa sabe... que nem, marimbá, peixe pequeno, pra pagá o bonito (isca para garoupa), porque a gente comprava o bonito no Maciel (comerciante local), ia pescá e depois pagava né... comprava fiado pra pagá... então, era como ele (o pai) dizia... pra num deixá *empenhado* (devendo) sabe, sempre tinha peixe... que as vezes não pegava garoupa mas eu enchia uma caixa de marimbá, enchia uma caixa de jangolengo, um vermelho... eu pescava com *linha fina*, nem sabia pescá com *linha grossa*. (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal).

A relação especial dos pequenos pescadores com um território pesqueiro específico, e a utilização dos recursos naturais de acordo com as suas necessidades do momento, lhes permite manejar os estoques pesqueiros de modo planejado e parcimonioso ao longo do tempo, para

que nunca lhes falte o recurso. Diferentemente da pesca industrial capitalista de grande escala, através da qual essa resiliência¹¹⁵ local pode ficar ameaçada “por um ritmo de exploração definido apenas pela taxa de lucro de capital e levando em conta custos que não precificam danos ambientais futuros” (DUPAS, 2008: p.56). “Essa destruição, que se reflete em cascata sobre outros recursos naturais [...], não é considerada como custo de produção. Indiretamente são as gerações futuras dos homens que são exploradas, na medida em que podem perder o acesso à essas riquezas naturais” (DIEGUES, 1983: p.263).

E também esse negócio de rede muito grande, que nem esses barco de curvineiro, que larga aí num sei quantos quilômetro de rede... Então é isso aí que estraga (acaba com o peixe). Porque é o seguinte, você vê... você imagina... você larga uma rede aí, que nem eu largava aí, as vez aí 200 braça de rede, né, você chega de manhã, vai colhê, com a água quente já tem peixe podre né? Então esses cara que vão colhê isso tudo de rede, quando eles chega a matá aí 1000 quilo de curvina boa, eles jogô 2000 quilo fora na água... e isso aí vai espantando né? Então é o que eu digo, é mais antes você pegá 100 quilo, 200 quilo, todo dia, mas tê (peixe), porque isso aí (a pesca industrial) espanta, porque vai jogando peixe, ele vai matando e os outro peixe vai fugindo dali¹¹⁶... (OLIVEIRA FILHO, 2015, comunicação pessoal)

Diegues (1995: p.92) ainda ressalta ser uma falácia reforçada pelo lobby da indústria pesqueira que “os pescadores artesanais são indolentes e não trabalham com regularidade”, pois a pesca artesanal é uma atividade baseada nos ciclos naturais e condições do mar, intercalando horas de espera com extenuante esforço físico.

Vivemo na pescaria a vida toda Alemão, todo dia, quatro hora da manhã, três hora, ele saia do *Portinho*, toda hora remano e ia embora... nós num tinha nada de lua, num tinha nada, só o que nós olhava era o *Tempo* (condição meteorológica). [...] Eu pescava cum meu pai numa canoinha, tamanho da... daquela branca, aquela do *Lagarto* de lá... Rapaz, a onda batia molhava nós, sabe assim? A gente rodava aquelas *Palma* (Ilha das Palmas) de madrugada né rapaz... aquela *Ponta de Sul das Palma* é fundo pra caramba... Nós entrava aqui pelo Leste e saía pelo Sul todo dia (uma volta completa na Ilha Anchieta)... Quanta tormenta peguemo, ficamo lá pra cima da *Praia do Leste*, pra *Praia do Sul*... que num dava pra passa (navegar). E que num tinha comido num tinha nada, ficava assim na seca memo, fudido Alemão... (DOS SANTOS, 2014, comunicação pessoal)

Outra diferença entre o artesanato e a indústria é que, na medida em que o barco se torna mais possante e os equipamentos mais produtivos, a sorte cede seu lugar de responsável pelo sucesso da pescaria, ao resultado do trabalho constante, amparado pelo “capital técnico”

¹¹⁵ Capacidade de um sistema sofrer um transtorno sem mudar de estado, ou com condições de retomar seu estado original. (DUPAS, 2008: p.56).

¹¹⁶ Existe uma regra tácita local que não permite jogar peixes mortos ou restos de peixe no local do pesqueiro. Os pescadores dizem que isso afugenta os peixes e estraga o pesqueiro.

(DIEGUES, 1983). Nesse caso, uma motorização com potência suficiente para proporcionar o arrasto de porta, é um sério fator de ruptura, pois se trata de uma pesca muito mais predatória “que varre a costa à procura do camarão sempre mais escasso”, e denomina “lixo”, as toneladas de pescado não aproveitáveis industrialmente, que são descartadas¹¹⁷. “Nesse ecossistema limitado e explorado pela comunidade dos pequenos pescadores, até alguns anos, era impensável o arrasto do camarão-legítimo, pois essa técnica estaria destruindo as bases mesmas da subsistência da irmandade” (DIEGUES, 1983: p.193).

Ainda hoje, mais de trinta anos depois desta observação feita por Diegues (1983), a matança feita pelo *arrasto de porta* (Figura 24) continua destruindo as bases materiais e simbólicas dos pequenos pescadores locais. “Pra dizê a verdade, a pescaria que eu acho que *estraga*, é o *arrastão* (arrasto de porta). Na minha opinião é o *arrastão*, porque pescaria de anzol num *estraga* né? (OLIVEIRA FILHO, 2015, comunicação pessoal).

É o *arrastão* (arrasto de porta), hoje é o *arrastão* né... de matá camarão, é o que mais *estraga*... isso todo mundo sabe né, todo mundo sabe... Camarão, *mata* camarão, *mata* peixe, *mata* caramujo, *mata* siri, *mata* memo. Adepois que jogou no convés, só já vai pra água morto né, tudo, é, esmigalhado... [...] É a única pescaria que destrói mais, mata tudo! E cada vez pior porque vão aproveitando, vão aproveitando o pequeno... cada vez que vão aproveitando o pequeno, vai matando o menor né... (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal)

Figura 24 - Arrastão do Chico; motor 18 hp com guincho. No horizonte a Ilhabela e outro camaroeiro arrastando na altura do Canal da Ilha Anchieta. Foto: Peter S. Németh, Praia da Enseada, raíar do dia, julho de 2015.

¹¹⁷ De acordo com o nossa Tabela 2 (JACQUET e PAULY, 2008), entre 8.000.000 a 20.000.000 de toneladas de pescados não comerciais e outras formas de vida marinha, são descartadas mundialmente pela pesca industrial.

Esta influência econômica externa gerou em um primeiro momento o rompimento cultural com o as “leis do respeito”, ou seja, convenções sociais tácitas características destas populações (FORMAN, 1970; MARCÍLIO, 1986: P.33; CORDELL, 1989; JOHANNES e RUDDLE, 1989: p.8; MALDONADO, 1994: p.122; FEENY et al., 2001: p.23; DIEGUES, 2004a: p.205; BEGOSSI, 2004: p.239), de modo que os recursos que antes eram explorados de modo a garantir a subsistência local, passaram a ser intensamente utilizados antes que se esgotassem. A técnica industrial conhecida por “depleção serial” dos estoques pesqueiros¹¹⁸ e a consequente queda da produção da pequena pesca, é um sério fator que ameaça a própria existência material desses pescadores locais.

“Entretanto, para que haja manejo intencional, é necessário que haja percepção de que o recurso em questão poderá ser exaurido” (BEGOSSI, 2004: p.320). Assim, a “consciência ambiental” adquirida, de que os recursos pesqueiros são finitos, em contraponto à fartura aparentemente infinita do *tempo dos antigos*, preparou o caixara para outra grande influência cultural do início dos anos 1980, a do ambientalismo. Então, noções e conceitos relacionados com a ideia de “preservação ambiental” também passaram a fazer parte do vocabulário pesqueiro tradicional, predominando entretanto, o enfoque preservacionista que os exclui do ecossistema a ser protegido e injustamente os culpa pela degradação ambiental.

Na concepção de Toledo (1998), a diversidade cultural deve ser protegida da mesma forma que a diversidade biológica. Para ele, salvar a herança natural do país sem resguardar as culturas que lhe tem dado vida, é reduzir a natureza a algo sem reconhecimento, estático, distante, quase morto. Destaca-se, então, que a sociodiversidade constitui uma dimensão tão importante quanto a biodiversidade. (Berkes, 1989; Diegues; Arruda, 2001 apud SALDANHA, 2005: p.36)

A “existência de *áreas de alta biodiversidade decorrente do conhecimento e do manejo tradicional ou etnomanejo*, realizado pelas populações tradicionais e as interações positivas que possam existir entre essas populações [...] e a natureza, em parte, domesticada por elas”, pode proporcionar que esses saberes sejam valorizados e recompensados (DIEGUES, 2000a: p.33, grifo do autor).

¹¹⁸ “À medida que os estoques entram em depleção, o poder de pesca tende a aumentar para fazer frente à redução das capturas e manter os rendimentos. São feitos novos investimentos, a partir de empréstimos e subsídios, gerando a “sobrecapitalização” do setor pesqueiro, um maior esforço de pesca e, em consequência, um maior impacto sobre os estoques. A “espiral” gerada induz à busca de novas tecnologias, visando à competição pelos recursos agora mais escassos, levando, em última instância, à “depleção serial” dos estoques pesqueiros, ao longo das diversas regiões de ocorrência” (JABLONSKI, 2005: p.915, grifos do autor).

Para ser efetiva, a gestão pesqueira deve ser feita em uma escala ecológica pequena. Deve-se prestar atenção aos fatores ecológicos locais, como habitats e populações locais, essenciais à saúde de todo o ecossistema biológico e humano. A gestão pesqueira deve ser projetada para se encaixar nessa escala menor, concentrando-se na gestão em âmbito local, na descentralização da autoridade e responsabilidade pela gestão e no uso do conhecimento dos pescadores. (BERKES et al., 2006: p.272)

Resgatados, ponderados e valorizados, os saberes que compõe o PHT local e sustentam a simbiose *homem-natureza* em um ambiente tão dinâmico e imprevisível quanto os mares da Ilha Anchieta, estes poderão contribuir “como meio para lograr tomadas de decisões racionais e efetivas com respeito ao ambiente” (FUNTOWICZ e RAVETZ, 2000: p.57, tradução nossa).

Quando rejeitamos a ideia de “controlar” a natureza, que vem do Iluminismo, podemos chegar a um acordo, como muitas culturas pesqueiras antigas fizeram, sobre como podemos gerir recursos por meio de uma abordagem de se aprender fazendo. [...] Isso não significa rejeitar a ciência, mas reconhecer limites do conhecimento e apreciar o conhecimento dos próprio pescadores. (BERKES et al., 2006: p.47)

3.9. Populações tradicionais e seus direitos socioambientais

Segundo Diegues (2008),

A criação de áreas naturais protegidas em territórios ocupados por sociedades pré-industriais ou tradicionais é vista por essas populações locais como uma usurpação de seus direitos sagrados à terra onde viveram seus antepassados, o espaço coletivo no qual se realiza seu modo de vida distinto do urbano-industrial (DIEGUES, 2008: p.67).

Essa usurpação torna-se ainda mais grave quando a justificativa para a criação dessas Unidades de Conservação é o benefício de uso futuro para as populações urbano-industriais. Isso é visto “pelos moradores locais como um roubo de seu território que significa uma porção da natureza sobre o qual eles reivindicam direitos estáveis de acesso, controle ou uso da totalidade ou parte dos recursos aí existentes” (DIEGUES, 2008: p.67).

A expulsão de suas terras implica a impossibilidade de continuar existindo como grupo portador de determinada cultura, de uma relação específica com o mundo natural domesticado. As populações tradicionais transferidas por força da criação de uma área natural de conservação exprimem esse desassossego de várias formas, também a sobre-exploração “ilegal” dos recursos naturais sobre os quais antes tinham domínio. Em muitos casos, consideram seu território, após a criação do parque, pertencente à polícia florestal ou aos administradores do parque. (DIEGUES, 2008: p.67)

Desse modo desarticula-se toda uma cadeia intrincada entre “os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção” e as representações simbólicas desses espaços naturais, impossibilitando a existência de uma cultura própria do grupo social (DIEGUES: 2008: p.67)

No Brasil, a Constituição Federal promulgada em 1988, em sua seção sobre Cultura, artigo 215, estabelece que: “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (BRASIL, 1988), também considerando tanto os bens de natureza material como imaterial como parte do patrimônio cultural brasileiro:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Parágrafo 1. O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de registros, vigilâncias, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, 1988)

Em recente publicação, O Ministério Público Federal (2014) lançou o manual de atuação “Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e as Unidades de Conservação de Proteção Integral: Alternativas para o Asseguramento de Direitos Socioambientais”.

O documento é um esforço interdisciplinar de sistematização e aplicação de sugestões práticas baseados na perspectiva de conciliação de interesses, apontando estratégias para garantir maior emancipação das comunidades com relação à gestão dos territórios tradicionais, trazendo importante contribuição técnico jurídica para a mediação de conflitos e o reconhecimento de direitos das populações tradicionais em unidades de conservação restritivas.

Redigem o Manual, as especialistas na mediação de conflitos socioambientais, Eliane Simões e Deborah Stucci, sob coordenação e orientação da Procuradora Regional da República do MPF, Maria Luiza Grabner, frente às reações críticas por parte dos órgãos ambientais, “em grande parte dos estados brasileiros, a repelir ou dificultar a presença desses povos tradicionais em áreas protegidas e a relevância dessas mesmas áreas para a perspectiva de futuro dessas comunidades” (MPF, 2014: p.3-4).

A presença humana em espaços especialmente protegidos representa atualmente, para os gestores, os especialistas, os juristas, os atores sociais e, sobretudo, para o Ministério Público Federal, o desafio de transformar conflitos em oportunidades. Tais questões colocam em evidência e aparente contraposição dois blocos de valores considerados patrimônio da humanidade pelos sistemas universal e regional das

normas do direito internacional dos direitos humanos, quais sejam, a proteção da diversidade biológica e da diversidade cultural. A sintonia entre os sistemas jurídicos internacional e nacional, nesse ponto, é maior do que faria crer uma interpretação singela. Portanto, mais do que simplesmente interpretar as normas como roteiro básico de regras, evoca-se a necessidade de compreendê-las em direção à prática. Com base nessa perspectiva, devem ser tomados os tratados internacionais sobre os direitos humanos que, por orientação predominante do Supremo Tribunal Federal, são detentores de força supralegal, embora infraconstitucional. Para outros autores, tratados internacionais ingressam diretamente no bloco da constitucionalidade por força do artigo 5º e parágrafos. (MPF, 2014: p.16)

3.9.3. A sabedoria como ferramenta de Etnoconservação¹¹⁹

Independentemente da dificuldade que a ciência reducionista e cartesiana tem de delimitar, prever, controlar e compreender os fenômenos naturais marinhos dentro da dimensão complexa da propriedade comunal na fluidez do mar, certas sociedades humanas conseguem este intento através de sistemas de uso tradicionais (DIEGUES, 2004a, 2008).

A emergência da questão ambiental nos últimos anos jogou ainda uma outra luz sobre esses modos “arcaicos” de produção. Ao deslocar o eixo de análise do critério da produtividade para o do manejo sustentado dos recursos naturais, evidenciou a positividade relativa dos modelos indígenas de exploração dos recursos naturais e desse modelo da cultura rústica, parente mais pobre, mas valioso, dos modelos indígenas. (ARRUDA, 2000: p.278, grifo do autor)

É o tal negócio Alemão... o estudo (pesquisa) é muito bom, mas tem hora que atrapalha a Natureza, essa é a verdade, entendeu... não é verdade? Porque eles vão descobrindo coisas da Natureza que... acaba eles estudando, aprendendo e devastando a Natureza, essa é a pura verdade né? Essa é a pura verdade. [...] Então é isso que eu digo pra você, que o estudo é tão forte, os humano aprende tanta coisa e acaba prejudicando a Natureza... e vai prejudicá (ainda mais)... entendeu... que nem você vê, que nem esse negócio da garoupa aí... isso aí, na vida toda minha, eu nunca ia sabê isso (o processo de inversão sexual) né? (DE GÓIS, 2014, comunicação pessoal)

No entanto a complexidade das interações humanas com a natureza, “fez com que os ecólogos tenham preferido deixar o homem de fora dos ecossistemas, sem considerar as relações mais respeitadas das populações tradicionais com o ambiente natural”, criando uma “visão misantrópica no discurso conservacionista ao considerar toda ação humana como destruidora da natureza” (DIEGUES, 2003: p.8).

¹¹⁹ “Dentro de possíveis novos parâmetros de uma *etnoconservação* poder-se-ia pensar em critérios decorrentes das interações positivas que possam existir entre as populações tradicionais e a natureza, em parte, domesticada por elas. Um dos critérios a ser incorporado é o da existência de *áreas de alta biodiversidade decorrente do conhecimento e do manejo* tradicional ou etnomanejo realizado pelas populações tradicionais indígenas e não indígenas”. (DIEGUES, 2000a: p.33, grifos do autor)

Víctor Toledo (1992), etnoecólogo mexicano considera que os sistemas de produção pertencentes às culturas tradicionais (tribais ou camponesas, diz ele) são mais apropriados ecologicamente do que os sistemas modernos, orientados para a produção, para o mercado. Acrescenta que os povos pertencentes às culturas tradicionais começam a ser considerados herdeiros do saber, das visões do mundo, das técnicas e estratégias de produção, que nos vão permitir encontrar modelos de produção rural ecologicamente benéficos, dos quais precisamos urgentemente. (ROUÉ, 2000: p.77)

A estreita associação entre a biodiversidade e as populações tradicionais, sobretudo nas zonas tropicais do planeta, nunca foi tema do modelo de “biologia da conservação” desenvolvido nos E.U.A., e adotado pelo Brasil. Isso explica, em parte, a limitada capacidade dos programas de conservação da natureza brasileiros em “integrar o homem” nesses projetos (DIEGUES, 2000a: p.11-12).

As populações tradicionais não só convivem com a biodiversidade, mas nomeiam e classificam as espécies vivas segundo suas próprias categorias e nomes. Uma importante diferença, no entanto, é que essa natureza diversa não é vista necessariamente como selvagem em sua totalidade; ela foi, e é, domesticada, manipulada. Uma outra diferença é que essa diversidade da vida não é vista como “recurso natural”, mas sim como um conjunto de seres vivos que tem um valor de uso e um valor simbólico, integrado numa complexa cosmologia. Nesse sentido, pode-se falar numa *etnobiodiversidade*, isto é, a riqueza da natureza da qual participam os humanos, nomeando-a, classificando-a, domesticando-a, mas de nenhuma maneira nomeando-a selvagem e intocada. Pode-se concluir que a biodiversidade *pertence tanto ao domínio do natural e do cultural*, mas é a cultura como conhecimento que permite que as populações tradicionais possam entendê-la, representá-la mentalmente, manuseá-la e, freqüentemente, enriquecê-la, como se viu anteriormente. Nesse sentido, os seres vivos, em sua diversidade, participam de alguma forma do espaço, se não domesticado, pelo menos identificado ou conhecido. Eles pertencem a um *lugar*, um território como *locus* em que se produzem as relações sociais e simbólicas. (DIEGUES, 2000a: p. 31-32, grifos do autor)

A importância do PHT quanto à forma de conhecer e classificar¹²⁰ os recursos ambientais, reside justamente nos critérios utilizados para esse sistema tradicional de classificação; “modos diferentes de encarar essas relações produzem classificações diferentes” (BEGOSSI, 1989: p.247).

¹²⁰ “De modo bastante trivial, se pode dizer que a cultura afeta o pensamento determinando os “conteúdos” representados nos sistemas cognitivos, mas isso não significa que os saberes manejados no âmbito da pesca não sejam guiados às vezes por estratégias de pensamento, às vezes tão complexos como no caso do pensamento científico. Tudo isso surge de um processo que pressupõe um sujeito cognitivo em constante interação entre o trabalho mental e manual, e entre este e seu entorno. E é precisamente por isso que se justifica a afirmação: os pescadores são os que melhor conhecem o entorno ecológico e social de cada uma das comunidades, e, não obstante, quem planifica as políticas pesqueiras e a gestão dos recursos são os funcionários, com a assessoria de biólogos e economistas. E o fazem unilateralmente, prescindindo totalmente do saber que os pescadores têm de seu âmbito de experiência”. (ALLUT, 2000: p.113-114, grifo do autor)

Para Lucia Helena Cunha (2008):

[...] foi possível perceber que, embora por lógicas distintas, *os* pescadores detêm um conhecimento fundado em operações mentais semelhantes ao conhecimento científico formal mediante a observação, classificação e experimentação de suas práticas produtivas derivadas da inter-relação com o ambiente natural ao longo do tempo. Assim, os saberes dos pescadores artesanais acumulado secularmente para fazer face aos imperativos da vida do mar – principalmente às desordens naturais – revelaram não só ser elemento mediador da inter-relação cultura e natureza, como condição *sine qua non* para a viabilidade da pesca artesanal em seus componentes materiais e imateriais. (CUNHA, 2008: p.5)

Segundo Antonio Allut (2000: p.106) “só um conhecimento metuculoso dos fatores dinâmicos relacionados com a pesca permite ao pescador ter certo controle sobre o meio, de modo que pode, até certo ponto, fazer previsões”.

O conhecimento sobre a potencialidade de certos nichos deve ser reatualizado, com base em sua própria experiência, como na dos demais pescadores e que circula o interior do grupo social. Dessa forma, os dados se convertem em informação significativa e a imagem do meio marinho, em uma estrutura informativa de caráter antecipatório, destinada a planificar e organizar a pesca. (ALLUT, 2000: p.112-113)

Esse “modo classificatório” baseado “em observações e experiências acumuladas de geração em geração e que permite ser aplicado com uma infinidade de matizes e combinações em todas as atividades pesqueiras e que somente nela adquire significado” (ALLUT, 2000: p.108), nos permite concluir que o PHT é um tipo de conhecimento estruturalmente análogo ao conhecimento científico, passível de verificação da sua eficácia/verdade pelo sucesso das pescarias e pela aprovação de seus pares no reconhecimento da “mestrança” (CASCUDO, 1954: p.13; LÉVI-STRAUSS, 2008: p.15; CUNHA, 2008: p.5; DIEGUES, 1989: p.8; 2004: p.203; KANT DE LIMA e PEREIRA, 1997: p.100; CARDOSO, 2001: p.38; MALDONADO, 1994: p.132; IPHAN, 2012: p. 101-104).

É... é o que eu falo rapaiz... pros outro... se eu fosse estudá pra mim sê um advogado, um médico, o que eu sei de pescaria eu devia ser o melhor... porque o que eu sei, eu sei muito! Mas isso aí, pra eles (instituições), não vale nada... É isso aí, o pescador é vagabundo [...] Isso aí (a ciência), Alemão, é... o cara estuda, sabe... num aprende, ele estuda... No estudo é fácil, você fica ali numa escola, ensinando pra você ir aprendendo, aí é fácil... Pega e vai fazê lá procê vê, se é como você escrevê? É bem diferente... (DOS SANTOS, 2014, comunicação pessoal)

O PHT é um tipo de conhecimento que cumpre, “não apenas todas as etapas” do método científico, mas vai além, podendo ainda ser mais complexo devido ao empirismo sensorial cotidiano¹²¹, praticado diuturnamente dentro da própria natureza (RAINHO, 2015: p.158).

Ainda que mais detalhado, não se defende que o conhecimento tradicional dos pescadores seja aceito pronta e irrestritamente, mas que seja utilizado no entendimento de categorias ou processos ainda não decifrados pelo conhecimento científico e na proposição e geração de hipóteses testadas a partir dos conceitos nativos¹²². (MOURA e DIEGUES, 2009: p.370)

3.9.4. A pesca como repositório técnico de uma existência livre e autônoma

No caso da pesca artesanal o recurso pesqueiro só pode ser materializado em bem econômico, através do uso do PHT associado à atividade operacional da pesca.

Certamente peixes, crustáceos, moluscos, ventos, águas, marés, correntes, não são produzidos pelo trabalho humano, ainda que possam sofrer interferências da sociedade. Entretanto peixe somente é peixe e maré somente é maré a partir do momento que a humanidade assim os classificou. Consistiram em fenômenos sentidos, observados, recriados pela linguagem, pela cultura, enfim, apropriados socialmente. Pescadores classificam espécies de peixes e fenômenos naturais. Ciclos de tempo, da atmosfera, das marés, possuem significados precisos na atividade pesqueira. A apropriação do objeto de trabalho se faz pelo trabalho traduzido em conhecimento numa primeira instância. E conhecimento na pesca é ancestral, perpassando diversos momentos da história da humanidade e permanecendo ainda hoje muito próximo da primeira lança que fise o peixe ou do primeiro gesto que extraiu e se alimentou de uma ostra. (CARDOSO, 2001: p.26-27)

Partindo dessa análise, é somente através da operação (sociocultural/humana) do PHT, que os recursos pesqueiros são transformados em recurso econômico.

Embora outras modalidades de pesca, como a pesca industrial capitalista de larga escala, também produzam o mesmo resultado, é o PHT, aplicado à pesca de pequena escala, que pode proporcionar a exploração “não excludente” (FISHER et al., 2009: p.647, tradução nossa) do estoque pesqueiro, de modo que esse estoque continue acessível para as futuras gerações.

¹²¹ “Essa percepção sensorial da comunidade amplia o conhecimento a todos os sentidos, pois os moradores passam a aprender olhando, escutando, cheirando e sentindo a natureza” (RAINHO, 2015: p.92).

¹²² Nosso trabalho de mestrado e a essência das suas proposições iniciais, visando a testar os pesqueiros a partir dos conceitos dominados pelos caiçaras locais, obteve do ICMBio, a autorização para exercer pesca científica dentro do Polígono de Interdição à Pesca da Ilha Anchieta.

Alguns bens podem ser **não rivais** em níveis de utilização baixos. A pesca costeira em níveis baixos ou de uso sustentável pode ser considerada **não rival**, ou seja, o **meu uso** não impede o **seu uso**. No entanto, à medida que aumentamos **nosso uso**, ou extração dos benefícios da pesca (por exemplo, peixe), eles movem-se no sentido de serem **bens rivais**. Em níveis insustentáveis, **meu uso** da pesca deixa menos para você. [...] processo conhecido como *congestibility* (Farley e Daly, 2004). (FISHER et al., 2009: p.647, grifo nosso, tradução nossa)

De acordo com a Tabela 2 (JACQUET e PAULY, 2008), podemos facilmente perceber as diferenças socioeconômicas e/ou ambientais, entre os dois principais modos produtivos da pesca: a larga e a pequena escala, na maioria dos países em todo o mundo.

Tabela 2 – Comparativa entre modos de produção na pesca. Traduzida de Jaquet e Pauly (2008).

PESCARIA BENEFÍCIOS	LARGA ESCALA	PEQUENA ESCALA
SUBSÍDIOS	\$\$\$\$\$ 25 - 27 BILHÕES	\$ 5 - 7 BILHÕES
NÚMERO DE PESCADORES EMPREGADOS	CERCA DE 0,5 MILHÃO	MAIS DE 12 MILHÕES
CAPTURA ANUAL PARA CONSUMO HUMANO	CERCA DE 30 MILHÕES DE t.	IGUAL: CERCA DE 30 MILHÕES DE t.
CAPTURA ANUAL TRANSFORMADA EM FARINHA DE PEIXE E ÓLEO	35 MILHÕES DE t.	QUASE NADA
CONSUMO ANUAL DE ÓLEO COMBUSTÍVEL	QUASE 37 MILHÕES DE t.	QUASE 5 MILHÕES DE t.
CAPTURA POR TONELADA DE ÓLEO CONSUMIDO	= 1 - 2 t.	= 4 - 8 t.
PEIXE E OUTRAS FORMAS DE VIDA MARINHA DESCARTADAS NO MAR	8 - 20 MILHÕES DE TONELADAS	MUITO POUCO

O esquema gráfico anterior, baseado em estatísticas globais da pesca mundial para o ano de 2006, mostra também a desproporcionalidade dos subsídios governamentais que beneficiam a pesca industrial¹²³.

No Brasil não foi diferente, a partir da década de 1960 essa política de incentivos fiscais destinou recursos através da SUDEPE “para a criação e reprodução de uma estrutura industrial para o setor pesqueiro”, entre outras ações que “visavam o fortalecimento de uma pesca moderna” (CARDOSO, 2001: p.14). Segundo Cardoso (2001) somente para os anos de 1968, 1969 e 1970, a produção pesqueira de 134 projetos industriais beneficiados com incentivos fiscais, produziram apenas 75% do valor total investido pelo governo. Além desse escândalo financeiro jamais investigado, essa política baseada no uso intensivo de capital e tecnologia também contribuiu para a depleção serial dos estoques de pescado junto à costa, “acarretando a diminuição da oferta de pescado para os pescadores artesanais” e “acirrando disputas pela apropriação destes espaços” marinhos e dos peixes que neles ocorre (CARDOSO, 2001: p.18).

Deste modo, essa expropriação territorial marítima trata-se de uma “operação estratégica” (MOURA, 2013: p.65-72) de apropriação capitalista dos territórios de propriedade comum, que beneficia a muito poucos, fundando “corporações maximizadoras de lucro fora de controle” (BARNES, 2006: p.15-32).

Não é difícil perceber que a mesma atitude etnocêntrica que desconsidera um sistema produtivo como uma verdadeira tática de vida para encará-lo como simples técnica de produção, também contamina a ordem jurídica que diferencia os espaços para deles excluir as formas de organização social que, de fato, são diferenciadas e estranhas às práticas dominantes de apropriação dos mesmos. (BRITTO, 1992: p.185)

Para Moura (2013) “a conquista dos mares e oceanos pela modernidade¹²⁴, incluindo as ciências modernas”, são parte de um “projeto colonial” no qual:

[...] força-se a modernidade ao setor pesqueiro na conquista de territórios marinhos de pesca pelos Estados Modernos em favor das indústrias de pesca nascentes e em

¹²³ Segundo Jacquet e Pauly (2008), os subsídios mantém artificialmente a competitividade da pesca de larga escala sobre a pesca de pequena escala, sob a falsa alegação de que a pesca industrial entrega mais volume de peixe para o mercado, resultando em ainda mais “marginalização” (DIEGUES, 1973; FISHER et al., 2009: p.651.) para os pescadores de pequena escala e maiores impactos para a biodiversidade marinha, do que se o mercado fosse verdadeiramente competitivo.

¹²⁴ “A lógica implícita nessas análises reside na noção de uma determinação comum, onde, por um lado, as diferentes formas de produção são reduzidas a meros estágios de desenvolvimento e, por outro, funda-se uma hierarquização do espaço que supõe a superioridade do moderno sobre o tradicional, do industrial sobre o artesanal e, finalmente, do urbano sobre o rural” (BRITTO, 1992: p.182).

prejuízo da pesca artesanal, que passa a ser desvalorizada culturalmente e pilhada em seus recursos materiais. Esta conquista de territórios marinhos de pesca tem sido chamado de *modernização capitalista da pesca* em diversos países, inclusive no Brasil, conforme relatado em McGoodwin (1990), Pálsson (1991), Lalli e Parson (1993), Vandergeest e Peluso (1995), Parsons (2002) e Roberts (2007). (MOURA, 2013: p.13-14, grifos do autor)

No entanto, Breton e Estrada (1989, apud CARDOSO, 2001) apontam que o Capitalismo ao invés de conseguir dominar o conjunto dos fatores da produção pesqueira, como fez com “todo o plano da tecnologia; há que conformar-se com um controle e planejamento parciais dos outros elementos constitutivos das forças produtivas, ou seja, os recursos haliêuticos como objeto de trabalho e os pescadores como força de trabalho” (CARDOSO, 2001: p.14-15). Assim, a extrema especialização necessária para exercer a atividade pesqueira, ainda garante certa “liberdade” (DIEGUES, 1983: p.195; RAMALHO, 2006: p.97; 2007: p.36) e autonomia ao pescador artesanal, “pois à beira-mar não se passa fome, por isso nunca vai haver pescador amansado” (NÉMETH, 2010: p.14).

Era bom demais rapaiz... meu Deus do céu... eu, sinceramente... antigamente era melhor do que hoje, só que o que mudô é que tem muito mais coisa agora né... comida é fácil, tudo, tudo em casa, tudo é bom, mas... era melhor antigamente. Você vivia mais... muito melhor, eu tenho até dó de falá disso... [...] (tinha mais) Liberdade... conta (água, luz, etc.) num existia, e você vivia mais gostoso, dormia mais, trabalhava mais, e tudo que fazia (produzia) era pra você... só que num tinha dinheiro, era difícil, você tinha que trabalhá pra você comê... (GIRAUD, 2014, comunicação pessoal)

Para Luiz Fernando Duarte (1978) que estudou os pescadores de Jurujuba, Niterói, essa é também uma “percepção do trabalho”,

[...] típica de uma relação de apropriação real, ou seja, daquela em que os meios de trabalho encontram-se ainda na medida dos portadores da força de trabalho, dependentes desse instrumento subjetivo da produção que é o domínio “*intelectual*” sobre a ferramenta e, portanto, sobre o processo de trabalho. (DUARTE, 1978: p.60, grifo do autor)

O antropólogo Viveiros de Castro em entrevista concedida à revista Piauí (CARIELLO, 2014), conta que: nos anos 1970, o norte-americano Marshall Sahlins, estudou a dimensão econômica de sociedades mais “pobres” que conseguiam assegurar a própria subsistência com técnicas “tradicionais” de baixa produtividade.

Segundo Viveiros de Castro, Sahlins demonstrou é que não fazia sentido, para esses grupos, acumular bens, “colocando em questão a santíssima trindade do homem moderno: o

Estado, o Mercado e a Razão, que são como o Pai, o Filho e o Espírito Santo da teologia capitalista” (CARIELLO, 2014)¹²⁵.

É o que eu falo pra você, antigamente, se você ia pescá... se matava, se num matava... era a mesma coisa, porque você num tinha que pagá água, num tinha que pagá luz, num tinha nada... Né? Que se dane. Num tem peixe? Pega, corta uma banana, faz outra coisa. Mas hoje não... hoje você tem que se arreventá, porque se você num *matá* (pescar), vai tê que pagá luz, vai tê que pagá água, né? **Mesmo que você queira usá (viver)** sem a água, sem a luz: da onde você vai fazê? Um poço? Água da cachoeira? Num tem mais, num tem mais aonde fazê... Lamparina? Claro que você num vai usá isso mais né, num tem nem onde comprá... ó o preço que tá! Então **você tem que seguí memo o povo aí** (a Modernidade¹²⁶)... (DOS SANTOS, 2015, grifo nosso)

“A liberdade acaba sendo, desse modo, uma característica inerente à pescaria para muitos que a fazem de meio primordial do seu existir; ser livre representa, dentre outras coisas, uma autonomia possível num contexto social de intensa opressão e submissão” (RAMALHO, 2006: p.97).

Mas é Seu Alemão... é o que eu falo... *Antigamente* os cara ia pescá com o vento assim, pegava um *samburazinho*, uma *linhada*, uma *linhada* com anzol amarrado e a vara sem nada, ia lá ele *catava barata* com bambu né... *baratinha da pedra* (*Lygia sp.*)... com uma folha de banana (bananeira) né... *catava barata*, pegava 5, 6 barata daquela numa pedra, *matava* um gudião verde, um peixe porco da pedra, uma sinhá-rosa, *qualqué porcaria* daquela, *matava*... já punha no *samburá* e vinha embora... Chegava no *caminho* amarrava uma faca na ponta da vara, pra não dirrubá o pé, pra num dá trabalho de tirá a folha, aquelas porcaria “dá muito trabalho” (ironia) né? Então amarrava a faca na ponta da vara e dirrubava *uma penca de banana* só, do cacho, pra num (cortar tudo)... sabe... Aí ia cortando, caía *uma penca* aí de 6, 8 banana, ele descascava... No *caminho* dele já passava um riozinho, ali tinha uma tábua atravessada que ele limpava o peixe ali memo, limpava o peixe, descascava a banana e ia embora pra casa... Demorava aí... uma hora, você chegava, ele tava dormindo né... já tinha almoçado, e, dormindo... tava descansando do almoço né... descansando do almoço... era facinho... era costume... hoje é difícil... (DOS SANTOS, 2014, comunicação pessoal)

Esse valor libertário intrínseco que o domínio ancestral do PHT caíçara proporciona ao seu portador, ontem e hoje, está claramente registrado por o *Seu* Pedro Rafael, da Praia

¹²⁵ Ainda segundo Viveiros de Castro, tampouco, era lógico produzir estoques, quando esses estão ao redor, “na própria natureza”. Do ponto de vista dos caçadores-coletores, não lhes faltava nada. Trabalhar pouco era uma escolha, e aqueles grupos constituiriam o que o antropólogo chamou de primeira “sociedade de afluência”. [...] Em vez de símbolo de atraso, a “sociedade primitiva”, escreveu o antropólogo carioca, “é uma das muitas encarnações conceituais da perene tese da esquerda de que um outro mundo é possível: de que há vida fora do capitalismo, como há socialidade fora do Estado. Sempre houve, e – é para isso que lutamos – continuará havendo” (CARIELO, 2014, grifos do entrevistador).

¹²⁶ “A rigor, parece mais adequado falar de modernidade, ao invés de modernização, na medida em que não se trata, neste caso, do processo de transformação de formas antigas de organização em si mesmo, mas da dicotomia que se estabelece no plano ideológico entre sistemas de valores tradicionais, ou seja, transmitidos de geração a geração, e valores novos, isto é, não inscritos na tradição” (BRITTO, 1992: p.182).

Vermelha, em Ilhabela, São Paulo, ao rememorar o que lhe transmitiu, seu finado pai, já em idade de avançada sabedoria:

Eu já estou no fim, estou quase chegando no finzinho do meu caminho, mas vocês têm muita coisa pra frente ainda...você...olha... Eu... dinheiro, não deixo, porque você sabe o dinheiro que nós ganhamo é só pra nós vivê, não deixo dinheiro... mas com o que vocês ganhá eu deixo... Eu criei a vocês com esses *tráfico*¹²⁷, eu criei a vocês... ninguém passô fome, ninguém sentiu nada, e vocês... quando eu morrê, vocês fiquem com esse *tráfico*, só que vocês se une... Se unam! Não se desmanche! Eu vivi nisso aí sem dependê de patrão pra vivê, que o patrão só Deus, e nós na terra num tem que tê patrão, você num tem hora de entrá, num tem hora de saí, num tem que pedir a ninguém. (BERNARDO e BIANCHI, 2009, transcrição nossa)

Figura 25 - Nelson Góis e Dito Grande “espiando o dia”. Foto: Peter Santos Németh, Gurita, Praia da Enseada, julho de 2016. UTM-23K: 491299 E; 7401082 N.

¹²⁷ *Tráfico* é o equipamento usado para ralar e processar a mandioca, para fabricar a farinha.

4. ANÁLISE DOS DADOS DE CAMPO ¹²⁸

Figura 26 - O mestre pescador caçara, Antenor dos Santos, voltando de uma pescaria com a *Turma do Cerco*. Foto: Peter Santos Németh, Saco Grande, Enseada do Flamengo, novembro de 2009.

Já existem problemas suficientes sem o pecado. Também não compreendo o que são os pecados. Talvez tenha sido um pecado matar o peixe. Suponho que sim, mesmo que o tenha feito para conservar-me a vida e alimentar muita gente. Mas então tudo é pecado. Não pense sobre o pecado. É demasiado tarde para isso e há pessoas que são pagas para fazer isso. Deixe que elas pensem sobre pecar. Você nasceu para ser um pescador, tal como o peixe nasceu para ser peixe. São Pedro era pescador, assim como o era o pai do grande DiMaggio¹²⁹. Mas o velho gostava de pensar em tudo o que se envolvia e, como não tinha nada para ler e nem sequer havia a um aparelho de rádio, ele pensou muito, e continuou a pensar nos pecados. Mas você não matou o peixe apenas para conservar-se vivo e o vender para alimento, ele pensou. Matou-o por orgulho e porque é um pescador. Amava o peixe quando estava vivo, afinal ainda o ama morto. Se o ama, não foi pecado matá-lo. Ou será ainda pior? “Você pensa demais, velho”, ele disse em voz alta. Mas sentiu prazer em matar o *dentuso*, pensou. Ele sobrevive dos peixes vivos, tal como você faz. Não é um peixe que se alimenta de carne estragada, nem mata por capricho, como certos tubarões fazem. É belo e nobre, e em tudo desconhece o medo. (HEMINGWAY, 1952: p.105-106, grifos do autor, tradução nossa; 2000: p.106)

¹²⁸ O Prof. Diegues (2016, orientação pessoal) costuma dizer que em “trabalho de campo” não existem “discussão” nem “resultados”, e sim “análise dos dados de campo”.

¹²⁹ Giuseppe DiMaggio era um jovem pescador de uma pequena ilha siciliana da Itália. Imigrou para os E.U.A. no início do século XX onde continuou a exercer sua profissão em São Francisco, Califórnia. Foi pai do astro do *baseball* Joe DiMaggio. Após a onda de xenofobia desencadeada pela Segunda Guerra Mundial, Giuseppe foi proibido de acessar o cais do ancoradouro de onde tirava seu sustento. Ironicamente essa proibição aconteceu apenas seis meses depois de seu filho tornar-se um *american hero* por conseguir *hits*, em 56 partidas consecutivas (PBS, sem data, site eletrônico)

4.1. Os pescadores da Enseada do Flamengo, Toninhas e Ilha Anchieta

Ser pescador implica “em pertencer a um sistema social definido no tempo e no espaço, no qual se inscrevem valores, símbolos e história de vida comuns” (BRITTO, 1992: p.181).

Eu sô pescador... eu sô por que... eu sô pescador... a gente faz essas outras coisa (“biscates”) mas o meu forte memo é a pescaria, a vida toda foi pescá [...] Eu trabalhei embarcado bastante tempo né... [...] Pescaria memo, desde criança, com 12 ano pescava com meu pai de canoa, é na... remava aí pra Ilha (Anchieta) toda... minha vida foi sempre assim... eu acompanhava meu pai né, ele saía, eu saía com ele pra pescá. Desde o quê... os 12 ano. (DOS SANTOS, 2015)

Portanto, analisado o conhecimento tradicional e seus valores locais, relacionados com a territorialidade marítima e/ou artes de pesca, apura-se, geografiza-se, reterritorializa-se todo um acervo secular de conhecimento, existente apenas no saber dos *mestres* pescadores caiçaras locais, que ainda os guardam. Um arcabouço epistêmico também associado aos tipos e/ou técnicas artesanais de pesca, exercidas em pequenas embarcações e canoas à remo por mais de 300 anos nos mesmos pesqueiros ancestrais.

Algumas destas técnicas de pesca que vieram de um passado recente¹³⁰, embora ainda muito vivas na memória dos *mestres* mais antigos, hoje estão localmente em desuso por inviabilidade econômica, técnico-operacional ou proibição legal. Entre as artes de pesca em desuso destacam-se: o *arrasto de praia*, o *espinhel* (*fino* e *grosso*), o *arrasto de porta* e o *picaré*.

Já as principais artes de pesca locais ainda praticadas com maior frequência são: o *cerco flutuante*, a *pesca de tróia*¹³¹, a *rede de fundo*, a *rede de caceio*, o *tresmalho de costeira*¹³², a *pesca de jugada* (anzol e linha de mão), a *linhada* de garoupa, a *pesca de corrico*¹³³ e a *pescaria de lula* (linha de mão com *zagarelho*). Vale destacar que o cultivo marinho de mexilhões,

¹³⁰ MUSSOLINI, 1980: pp.227-239, SCHMIDT, 1948: pp.14-22.

¹³¹ O nome desta arte de pesca deriva da palavra *trolha* e não do épico cerco à cidade de Tróia descrito por Homero. (Damásio, 2005, comunicação pessoal.).

¹³² Essas versões locais de *tresmalho* são fiéis à descrição de MUSSOLINI, 1980: p.232, (que o diferencia do tresmalho português de três panagens sobrepostas), e são em geral confeccionados com apenas um *pano de rede* de nylon transparente *malha 10* (dez centímetros entre nós opostos) e *fio 0,40* com 45 *braças de comprido* e 6 *braças de alto*. Este é o modelo padrão local, que varia apenas em seu tamanho de malha, comprimento ou altura, de acordo com a espécie alvo e local de pesca.

¹³³ A pesca de corrico consiste em arrastar uma isca artificial com a embarcação em movimento, podendo ser à remo ou motorizada. “Ainda lembro a gente fazia até... quando num tinha isca... ele (o pai) pegava aquele coisa branco do *craguatá* (o pé da folha da bromélia) né, desenhava que nem um peixinho assim, enfiava no anzol pra *curricá*, pegá cavala ali no *Largo*...” (OLIVEIRA FILHO, 2015, comunicação pessoal).

iniciado localmente desde o ano de 1968¹³⁴, vem ganhando importância cada vez maior como alternativa de renda complementar à pesca¹³⁵. Hoje são 6 maricultores locais, cada um com sua fazenda marinha demarcada dentro de um Parque Aquícola especialmente delimitado para o uso preferencial desta comunidade tradicional.

Todas estas artes de pesca citadas, são praticadas dentro do território pesqueiro que é de domínio patrimonial consuetudinário da comunidade de pescadores da Praia da Enseada, e que abrange: a Enseada do Flamengo, a Ponta das Toninhas, o *Largo da Praia de Fora*, a *Ponta do Espia*, a *Ponta Grossa*, o *Leste da Ilha Anchieta*, o *Largo Sul da Ilha Anchieta*, a Ilha e o *Baixio do Mar Virado*, todo o perímetro costeiro da Ilha Anchieta incluindo o Ilhote das Cabras, a Ilha das Palmas e suas lajes próximas (Figura 27).

Figura 27 - Mapa geral das comunidades de pescadores do entorno e principais locais de pesca.

Outras comunidades de pescadores localizadas neste mesmo entorno costeiro, principalmente as do Perequê-Mirim, Saco da Ribeira, Flamengo, Lázaro, Sete Fontes e

¹³⁴ A mitilicultura local teve início com uma pequena balsa experimental instalada na Ilha Anchieta pelos amigos Roberto Prochaska e Enrique Casallerrey. Este tema integra uma pesquisa paralela que mantemos já bem desenvolvida e com vasto material documental já compilado.

¹³⁵ Vídeos de campo sobre as fazendas marinhas disponíveis na playlist disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLBpXFzQ1-RIN8a6R41a45KoyP-Uou6ewd>

Toninhas, também compartilham o mesmo território marítimo (Figura 27) alvo da nossa pesquisa. No entanto, cada comunidade é mais especializada em determinados *pesqueiros* e/ou artes de pesca, de acordo com o PHT específico que possuem sobre seus próprios *pesqueiros* tradicionais, os quais denominam *lugá* (lugar)¹³⁶.

Tem *lugá* (*pesqueiro*) que eles (pescadores da vizinha Praia do Perequê-Mirim) num conhece né? É num conhece... Que nem nós (pescadores da Praia da Enseada) pra cá num conhecemo né? Tem *lugá* aqui, eu moro aqui no Perequê agora, e tem lugar (*pesqueiro*) que eu não sei... Eles vão lá (nos *pesqueiros* deles) e pescam tudo, eu num... num confio... num acho graça pescá sabe... Eu olho pra costeira (do Perequê-Mirim) falo: Aqui num tem nada... Eu nem pesco, eu venho embora né? [...] Eu vô lá pra Enseada pescá garoupa... tem até uns bonito (isca) guardado aqui que eu vô pescá lá naquele *pesqueiro* que eu falei pra você, que falei, que tá livre que num tá (dentro ou fora do Polígono da Ilha Anchieta)? É então, o meu *pesqueiro* é lá! Aqui eles (pescadores do Perequê-Mirim) saem aí, o Nicolau, o Júlio, saem e matam garoupa de 2 quilo, de 3 quilo, mas aonde? [...] Tem (o segredo), o *lugá* (*pesqueiro*) que você conhece... tudo... né? A gente conhece, mudou (de lugar, de praia), você vai, mas sabe... sem confiança... sabe? Mas lá (no *pesqueiro* conhecido) mesmo que você não pegue (peixe), mas é o *pesqueiro* que você sabe que pega, pescô sempre ali... conhece... (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal)

Esta característica diminui possíveis conflitos decorrentes do compartilhamento de um mesmo território marítimo por diferentes comunidades de pescadores, muito embora o principal conflito local ocorra justamente dentro da Enseada do Flamengo, entre os arrastões de porta e as canoas à remo, na disputa pelo *lugá* do camarão branco.

Hoje as comunidades do Perequê-Mirim, Saco da Ribeira e Lázaro são mais especializadas na arte do *arrasto de porta*. No passado, quando o camarão era um recurso mais abundante, vários pescadores da comunidade da Enseada possuíam *barcos de arrasto*, hoje, apenas um pescador local¹³⁷ trabalha nesta arte de pesca, mesmo assim como “parceiro” em um barco de um empresário da cidade de Ubatuba. Também por serem embarcações motorizadas, os *barcos de arrasto* de outros locais distantes, tais como da cidade de Ubatuba, da Praia da Maranduba e até de outros municípios, conseguem deslocar-se facilmente até a Enseada do Flamengo, aumentando ainda mais o conflito local dentro deste território marítimo, durante a safra do camarão branco.

¹³⁶ Moura (2013) identifica as “andainas” ou “lugá certo de pescá” como sendo territórios comunitários, *pesqueiros* (Cordell, 1974; 1989) ou “*fishing grounds*” (Nietschmann, 1989: p.85) que integrados, compõem a *coletividade regional* (Bourgoinie, 1976: p.138), da Lagoa dos Patos, Rio Grande do Sul (MOURA, 2013: p.84-85, grifos do autor). Durante nossas entrevistas ou conversas informais, os pescadores locais sempre mencionaram a palavra *lugá* associada às descrições de suas artes e técnicas de pesca ou à localização dos seus *pesqueiros* tradicionais.

¹³⁷ Dois pescadores agregados aos locais, Pedro Costa e Sandro, pai e filho ilhéus da Vitória, são especialistas no arrasto do camarão rosa. Hoje eles também moram com suas famílias na Praia da Enseada, mas vivem mesmo é no mar aberto de onde pouca terra se vê.

Atualmente a legislação mais incidente sobre o espaço territorial marítimo dos pescadores artesanais locais é o Decreto Estadual 49.215, de 7 de dezembro de 2004, que institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do Setor do Litoral Norte (GERCO). Neste zoneamento encontramos, além das definições legais de “comunidades tradicionais”¹³⁸ e de “pesca artesanal”, um mapeamento completo que inclui diversas zonas de exclusão de pesca. Na Enseada do Flamengo existe demarcada uma Zona 2 Marinha Especial (Z2ME), dentro da qual é proibido qualquer tipo de arrasto¹³⁹ e de caça submarina. Esta proibição, no entanto, não é respeitada por ambas as modalidades, constituindo hoje um dos principais conflitos territoriais locais.

Além do GERCO, toda esta área do nosso estudo, desde o ano de 2008, está sob administração da APA Marinha do Litoral Norte, outra unidade de conservação que foi, em um primeiro momento, proposta de maneira arbitrária pelo Estado, “através de um decreto construído sem nenhuma consulta pública e desconectado da realidade social da região” (LEIVA, 2014: p.137).

Fora estes decretos principais, ainda incidem sobre a pesca local todo um “pesado” ementário legal, estadual e federal. Este conjunto de normas é construído com base na atividade da pesca industrial, mas quando aplicado aos “pequenos”, atropela completamente as características peculiares da pesca artesanal local. Hoje existem proibições que, se “cobradas” à risca, tornam ilegais e criminosas as principais artes de pesca tradicionais praticadas localmente (IBAMA, 2007; MPA/MMA, 2012).

Trata-se de um emaranhado normativo tão confuso que o próprio Estado comete erros grosseiros, aplicando portarias revogadas para prender e humilhar pescadores honestos (Figura 28). Estes pescadores, por sua vez, mesmo com a cristalina presença de requisitos legais “*fumus boni iuris*”, perdem suas “questões” em instâncias jurídicas tão despreparadas para julgar as peculiaridades da pesca, que confundem *tróia* com *caceio* (SÃO PAULO, 2010).

“*Caceio* pra nós Alemão... *caceio* pra nós, é quando você larga a rede sem âncora, pra água levá... Isso chama *caceio*, você tá *caceano*...” (DA GRAÇA, 2014, comunicação pessoal).

¹³⁸ Em 2007, o Decreto Federal 6.040 define mais precisamente como “Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. (BRASIL, 2007).

¹³⁹ Equivocadamente abarcando as artes de pesca do picaré e do arrastão de praia, quando apenas o arrasto de porta motorizado foi a arte que se objetivou proibir.

Figura 28 - Pescadores locais *Paulinho* e *Sidnei* (primo agregado das *Toninhas*), pescando *parati de tróia*, e sendo presos por “crime ambiental” (SÃO PAULO, 2010), a menos de 300 metros de sua moradia. Foto: Peter Santos Németh, Praia da Enseada, setembro de 2009.

4.1.1. A *Turma da Enseada*

Os integrantes da comunidade dos pescadores locais da Praia da Enseada, costumam referir-se a si próprios como “turma”. Existe por exemplo referências à *Turma do Cerco*, composta pelos camaradas que trabalham no cerco flutuante¹⁴⁰. Os pescadores locais também assim se referem aos grupos compostas pelos pescadores de cada comunidade praiana, como a *Turma da Enseada*, a *Turma do Perequê-Mirim*, a *Turma do Lázaro*, etc.

Hoje, os homens pescadores artesanais tradicionais pertencentes à *Turma da Enseada* são cerca de 10 indivíduos que pescam individualmente ou em regime de parceria. Quando é formada uma parceria para pescarem em dupla, o escolhido para dividir a faina da pesca é chamado de “*companheiro*”¹⁴¹ *de pesca*”. Essa associação tem caráter precário, podendo ser desfeita ou refeita a qualquer momento. A perenidade da dupla depende principalmente do entrosamento e confiança entre os pescadores, da disponibilidade dos cardumes, ou da necessidade econômica de fazer algum dinheiro imediatamente. Caso os companheiros de pesca

¹⁴⁰ Quando existem vários cercos flutuantes numa mesma área, as turmas são batizadas com o nome do local do ponto do cerco. Por exemplo, Turma do Leste, Turma do Sul, Turma da Aroeira, Turma do Parcézinho, Turma do Espia, esse último, o único cerco ainda em funcionamento nos mares próximos à Ilha Anchieta.

¹⁴¹ “[...] parece igualmente significativo o fato de categorias como ‘companheiro’ e ‘camarada’, que expressam o sentimento de uma sociedade de iguais, serem frequentemente empregadas pelos membros dos grupos de trabalho na pesca. Enquanto representações paradigmáticas das relações sociais que neles se estabelecem, essas categorias têm, sem dúvida sua própria eficácia política. É esse sentido que devem ser apreendidas. Desse ponto de vista, o conceito de ‘comunidade’, ao invés de uma entidade sociológica anacrônica, descortina um universo social dinâmico, complexo e diversificado que se desloca de contornos estritamente fisiográficos e rejeita uma noção homogeneizadora dos aglomerados humanos” (BRITTO, 1992: p.180, grifos da autora).

sejam sócios proprietários da rede ou da canoa em que pescam, essa parceria geralmente é mais constante e duradoura. Todos da *Turma da Enseada* ajudam-se e cooperam mutuamente entre si, sem a necessidade de pagamento em dinheiro, quando surge a necessidade de se realizar um trabalho de maior monta, que necessite de muitos homens para ser feito. Esse é um resquício da tradicional instituição do *mutirão*, tão comum entre os caiçaras do passado e hoje praticamente em desuso pelo desaparecimento das roças e dos *arrastões de praia*.

Outro resquício do *tempo antigo*, é a participação dos “agregados” (MARCÍLIO, 1986: p.35) na faina pesqueira. Os agregados geralmente são parentes ou amigos que pertencem a outras comunidades caiçaras de praias vizinhas, podendo ser, ou não, pescadores de profissão, mas que sempre estão juntos com os pescadores locais da Praia da Enseada, trocando informações e “notícias de peixe” (Figuras 29 e 30), ou ajudando nas pescarias. Os principais agregados dos pescadores da Praia da Enseada são provenientes das praias do Perequê-Mirim, Toninhas, Lázaro, Saco da Ribeira, Flamengo, Sete Fontes, Itaguá, Perequê-Açú e Barra-Seca.

Figura 29 - Turma da Enseada ontem: abril de 1954, Venda do Maciel as 11 da manhã. Foto: Paulo Florençano. Fonte: MISTAU - Shirley Santos.

Figura 30 - Turma da Enseada hoje. Em meio à poeira do Tempo Frio, os pescadores Lucas, Jaime, Lagarto e Ico, observam a “poeira” úmida se dissipar para então encontrarem suas redes. Foto: Peter Santos Németh, Gurita, Praia da Enseada, julho de 2016. UTM-23K: 491299 E; 7401082 N.

Nenhum dos filhos destes 10 pescadores locais está seguindo a profissão do pai. Alguns até aprenderam a pescar tradicionalmente, ajudando ao pai quando crianças, mas já adultos, escolheram outras profissões. Hoje seus filhos pescam apenas por lazer.

A história de vida dos entrevistados nos permite compreender o contexto sócio-histórico da trajetória pessoal e familiar dos pescadores locais, proporcionando a reconstrução do uso e ocupação que esta comunidade fazia do território analisado (Figura 32).

Antenor dos Santos

Nascido em março de 1952 na Praia da Enseada, é um dos principais e mais respeitados *mestres* pescadores locais. Profundo conhecedor da região é um especialista em várias artes de pesca, destacando-se a pesca de tróia, o cerco flutuante, o tresmalho de costeira e a pesca de garoupa. Possui uma didática especial para ensinar jovens aprendizes e ensinou boa parte dos pescadores locais mais jovens. É um excelente construtor de redes de pesca. Começou a pescar aos 12 anos com o pai na pesca de garoupa. Aos 13 começou a trabalhar no cerco flutuante ganhando “meia parte” e aos 18 anos já era dono de um cerco flutuante na Ilha Anchieta e pressionado pelo dono do outro cerco, abandonou a armadilha e foi para Santos onde embarcou em algumas *traineiras de sardinha*, onde de cozinheiro chegou até a *patrão de pesca*. Voltando da pesca embarcada por volta dos 25 anos de idade, integrou por muitos anos a *Turma do Cerco da Ilha Anchieta* e conhece aquele território insular profundamente.

Bisneto de “negro escravo que veio de fora”, descende diretamente das famílias originais¹⁴² que foram expulsas da Ilha Anchieta, para a instalação da colônia correcional. Seu avô, Daniel Gil, está listado (Figura 31) entre os expropriados nos anos de 1905 e 1906 (SÃO PAULO, 1965). Após sua expulsão, a família mudou-se para o Saco Grande localizado no Morro do Espia na costeira leste da Praia da Enseada (Figura 32). Lá mantinham um modo de vida caçara típico do *tempo antigo*, possuindo pequenas roças de feijão, mandioca, banana e batata, mas exercendo a pesca como atividade principal. No final dos anos 1940, uma tragédia familiar fez com que seu avô “perdesse o juízo” e sucumbisse aos constantes assédios pela

¹⁴² *Mestre* Antenor conta que seu pai nasceu na Ilha das Couves e foi criado na Ilha Anchieta. Além de sangue negro, a família também possui parentesco com os Grace (Graça), inglês “a serviço de Sua Majestade Britânica para explorar madeira de lei” no litoral norte de São Paulo. Em Ubatuba tornaram grandes comerciantes e senhores de terras no início do século XIX (MARCÍLIO, 1986: p.55-56).

território como poucos. É um dos últimos *mestres* que domina a arte de confecção do cerco flutuante sendo ele o responsável pelas informações técnicas utilizadas para a elaboração de um importante trabalho científico que descreve este tipo de petrecho de pesca caiçara (SECKENDORFF et al., 2009: p.3). O *Tião Giró* também desenvolveu uma arte de pesca *sui generis*, na qual mesclava o seu conhecimento tradicional com as técnicas de caça submarina. Esta arte, consistia em mergulhar com máscara de mergulho nos *pesqueiros de garoupa* que ele bem conhecia, munido de anzol e linha, atados à uma pequena âncora. Assim, ele ia posicionando as iscas exatamente em frente das tocas de garoupa e depois passava para recolher os peixes fígados. Gosta de pescar garoupa e peixes de fundo com linha. Teve barco de arrasto de camarão e trabalhou por muitos anos na peixaria local.

Sebastião Lourenço de Oliveira Filho

O *mestre Tião Lourenço* também nasceu no *Porto Velho*, na costeira leste da Praia da Enseada, em agosto de 1945. Sua família tinha várias posses espalhadas pelo *Morro do Espia*: na Praia de Fora (Figura 32) e próximo ao *Os Cafés*. Seu avô, “ele falava que ele era inglês, parente, descendente, não sei o que... tem uma história aí”. No Porto Velho possuíam um bananal cuja produção comercializavam para Santos e também uma “rocinha assim, cana, café, essas coisinha assim só pra mantê eles memo... no mais era o peixe”. Começou a pescar com o pai aos 8 anos na pesca de garoupa. Gostava muito de pescar com *rede de fundo*, *rede boiada* e *arrasto de camarão*. Foi um exímio carpinteiro sendo sempre solicitado por todos da comunidade para reparos em canoas e barcos¹⁴³. Também aprendeu a arte de *cortar pedra* para extração do granito verde. Possuía um imenso conhecimento sobre o *tempo antigo* relacionado a nomes de pessoas, linhagem familiar e locais de moradia, lendas, fatos verídicos, causos místicos e simpatias. Faleceu recentemente e assim perdemos além de um grande amigo, um vastíssimo conhecimento local.

Nelson de Góis

Nascido em maio de 1949, na *Prainha*, localizada na costeira leste da Praia da Enseada, seu avô era filho de francês e sua avó era filha de português e ele se reconhece como um “caiçara de sangue”. Sua mãe era irmã da mãe do *Tião Lourenço* e morou na *Praia do Tapiá* e depois

¹⁴³ Vídeos de campo mostrando esta arte do *mestre* Tião Lourenço disponíveis em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLBpXFzQ1-RIPqDAGPEIm7wz8ULOK59B8C> (REFORMA DE CANOA CAIÇARA).

mudou-se para a *Prainha* onde ali plantavam uma rocinha de cana e abacaxi. Na *Ponta do Espia* tinham roça de abóbora, café, mandioca e um local de fazer farinha (Figura 32). Inicialmente viviam mais da roça e depois com o aumento gradativo da procura pelo peixe todos os irmãos dedicaram-se integralmente à pesca. É um *mestre* que conhece muito da história local e da atividade pesqueira como um todo. Também é um excelente pedreiro, muito requisitado. Trabalhou muitos anos com peixaria própria na cidade de Ubatuba, comercializando peixes de norte a sul do município, período em que adquiriu grande conhecimento sobre o calendário das épocas das espécies locais de peixes. Esse seu conhecimento abarca as épocas do ano em que o peixe está gordo (bom para comer), com ovas (época reprodutiva), ou é capturado em maior quantidade. Hoje pesca mais com o tresmalho de costeira e rede de fundo. Também é maricultor, produzindo mexilhões *Perna perna* em sua fazenda marinha.

James Jardim da Graça

Jaime, como é conhecido, é irmão do *mestre* Antenor. Embora os sobrenomes sejam distintos¹⁴⁴, ambos são filhos do renomado *espia de tainhas* José Gil dos Santos. Nascido em julho de 1950, iniciou-se também na arte pesqueira desde criança, no entanto profissionalmente enveredou por caminhos diferentes. Foi por muitos anos salva-vidas na Praia Grande, profissão que muitos caíçaras alcançavam devido à sua grande intimidade e conhecimento do mar. Depois, mudou-se para Resende no estado do Rio de Janeiro onde trabalhou como soldador em uma metalúrgica, até aposentar-se cedo por insalubridade. Voltando para Ubatuba, passou a dedicar-se intensamente à pesca, sua verdadeira paixão. É um especialista na pesca de tainha à tróia e gosta de pescar de tudo: garoupa de linha, espada, corvina, lula, anchova, sororoca, etc. É também o principal guia de pesca local, sempre saindo com grupos de turistas para pescarias ou passeios na região. Também é um excelente caçador submarino e se ele pudesse, moraria dentro do mar.

Benedito Lourenço de Oliveira

O *Dito Grande* como é chamado, é irmão do *Tião Lourenço* e “primo legítimo” do Nelson. Nasceu no *Porto Velho* em julho de 1942. É um típico caíçara em todos os aspectos,

¹⁴⁴ Seus pais eram primos e o sobrenome diferente pode ser uma homenagem aos seus parentes ingleses mais próximos, os Graça ou *Grace*, família de prósperos comerciantes e exportadores da Ilha Anchieta (FRANCO, 2005: p.79). O nome da avó paterna do James era Maria da Graça Gil (Figura 31).

principalmente no modo de falar, difícilimo de compreender. Aprendeu a pescar com o pai aos 8 anos de idade. Conhece muito de todas as artes de pesca, principalmente a do cerco flutuante, na qual ainda trabalha. Faz parte da *Turma do Cerco do Espia* cujos donos são o *Ico* e o *Paulinho*. Dedicar-se à este trabalho diariamente seja *remendendo a rede* do cerco, seja colocando o cerco na *tinta* ou *visitando* o cerco de duas a três vezes por dia. Por ser o *mestre* mais experiente da *Turma do Cerco* é ele o responsável por repartir os *quinhões*, oportunidade em que usa sua sabedoria para dividir os peixes de acordo com o “valor” de cada espécie, em *partes* iguais¹⁴⁵.

João Batista de Jesus

Integrante da nova geração de pescadores, o *Ico*, como é conhecido, faz parte dos pescadores que já “nasceram na Santa Casa” de Ubatuba. Nasceu em agosto de 1963. É o mais velho de 7 irmãos homens que foram criados na costeira leste da *Ponta do Espia* da Praia da Enseada, no local antigamente chamado de *Os Cafés*. Sua avó, dona *Maria Paru*, pescadora conhecida na região, era descendente de escravos oriundos da Ilha Anchieta. Seu Pai, o *João Paru*, era o encarregado por tomar conta do *Morro do Espia* para o novo “proprietário” da terra, depois que todos os caiçaras locais foram tirados de suas antigas posses naquela costeira. Aprendeu a pescar com os *mestres* locais mais antigos e com o pai, que os fazia trabalhar sem descanso, tanto nas roças ou cuidando do gado, quanto pescando na *ardentia* das madrugadas frias. O *Ico* sempre morou na Enseada e hoje é dono de um *cerco flutuante* em atividade no *Saco do Espia*. Dedicar-se à pesca todos os dias do ano, seja no *cerco flutuante*, com *tresmalho de costeira*, com *rede de fundo*, *linha de mão* ou sua *boia de marisco* (fazenda marinha de mexilhões), que atualmente passou a ser uma importante fonte de renda local.

Pedro Paulo Salomé de Jesus

Conhecido como *Lagarto*, é irmão do *Ico* e também nasceu na cidade em maio de 1969. Passou pelo mesmo duro aprendizado *pesqueiro-lavrador* dos irmãos, no *Morro do Espia*. Hoje mora no Perequê-Mirim. Muito inteligente para os negócios, rapidamente conseguiu sua independência financeira quando se especializou na manutenção e conservação de casas de veraneio. Embora focado em outras atividades, como a construção civil, nunca deixou de

¹⁴⁵ Vídeo de campo mostrando o *mestre Dito Grande* repartindo os *quinhões* disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-2b4SVsQ-wc> (O QUINHÃO, UMA INSTITUIÇÃO CAIÇARA).

possuir uma canoa caiçara e uma rede de pesca sempre a postos na Praia da Enseada. Todos os dias ele está na praia ao amanhecer, cuidando das suas casas. Também está sempre com “um olho no mar” e a qualquer *sinhal de peixe*, deixa a “grama” de lado e vai pescar. É um especialista na pesca de tainha e de parati à tróia, na captura do camarão branco com tresmalho e na pesca de garoupa com linha de mão. Também produz mexilhões em sua fazenda marinha.

Paulo Luiz de Jesus

Outro irmão da “família *Paru*”, o *Paulinho* nasceu em abril de 1968 e ainda mora no *Morro do Espia*, na antiga casa de seu pai, e “herdou” a função de guardar o Sítio Ponta do Boqueirão para o dono especulador de terras. Conhece tudo o que se passa, de dia ou de noite, no “seu território”. De sua casa, no alto, tem uma visão privilegiada da Enseada do Flamengo o que facilita a visualização dos cardumes. Por este motivo está sempre com duas canoas “armadas” com redes de tróia no rancho, uma para a tainha e outra para o parati. Apareceu o peixe ele já corre para a água. Possui várias canoas e diversos tipos de rede para qualquer situação. Pescar é a sua vida desde criança. É sócio e trabalha com irmão *Ico* no cerco flutuante do *Saco do Espia*. Também possui uma fazenda de mexilhões de onde tira uma relevante renda complementar à pesca.

Olímpio Salomé de Jesus

Chico, como é conhecido na praia, é mais um integrante da “*Turma do Paru*”. Nasceu em agosto de 1966 e também mora no *Morro do Espia*, vizinho “de muro” do *Paulinho* é o caseiro da propriedade ao lado. Foi por muitos anos companheiro de pesca do *Jaime* em uma *canoa de tainha* da qual eram sócios. É um especialista na pesca de tainha à tróia, principalmente durante a noite. Hoje trabalha “de ameia” em um barco de arrasto de camarão de um empresário da cidade, empregando parte de seu tempo também à construção civil.

Figura 32 - Mapa das antigas roças, pesqueiros e locais de moradia e trabalho no Morro do Espia. Neste mesmo morro, hoje se pretende construir um “resort de luxo” (CANOA CAIÇARA, 2016).

4.1.2. A comercialização do pescado e outras fontes de renda

Todos os pescadores da Turma da Enseada, comercializam parte do peixe que capturam em suas próprias casas. O excedente, quando a captura é maior, é oferecido para comerciantes locais que já têm um contato prévio com os pescadores. Estes comerciantes podem ser donos de pousadas, hotéis ou restaurantes e que costumam sempre comprar determinadas espécies diretamente, evitando os intermediários e conseguindo assim um peixe de preço e qualidade melhores. Caso ainda sobre algum peixe, ou os comerciantes locais não precisem comprar, o peixe é oferecido para a peixaria local que dificilmente refuga a compra, mas em compensação, paga muito menos pelo pescado. Uma figura importante neste contexto do comércio de peixes local, é um vendedor ambulante conhecido como Piau. O Piau possui um *carrinho de mão* com uma caixa de isopor em cima e é um importante canal de vendas da *Turma da Enseada*.

mantendo uma grande clientela, vendendo de porta em porta, da Praia da Enseada até o Perequê-Mirim. Sua reputação é excelente e todos gostam de negociar com ele¹⁴⁶.

Além da pesca, todos os 10 pescadores da *Turma da Enseada* entrevistados fazem algum tipo de “bico”, em maior ou menor grau, para complementar a renda familiar. Dessa atividade paralela, as esposas participam com maior destaque, sendo delas também a responsabilidade de gerenciar as finanças da família. As atividades complementares mais comuns são: a manutenção de jardins e limpeza de casas, serviços de pedreiro e de pintura de residências, viagens guiadas de pesca e passeio com turistas, marinharia e limpeza de veleiros ancorados no Saco da Ribeira e eventualmente o rolo, ou seja, a compra, venda ou troca de materiais de pesca e embarcações.

4.1.3. Tabu, imprevisibilidade e sorte, no jogo da pesca

Existem alguns tabus ligados à crenças e/ou religiosidade locais, que embora hoje já não mais interfiram tanto nas relações sociais fundamentadas no “*respeito*”, até um passado recente, era algo a ser respeitado pelos *antigos* sob “pena” de serem malvistas pela comunidade.

Por influência do catolicismo, nunca se trabalhava ou pescava em um “*dia santo*”, como por exemplo, na sexta-feira da paixão. Os *antigos* consideravam uma falta de respeito para com a religião, e nesses dias não se permitia trabalhar na roça ou pescar, sequer a casa era varrida.

Outras crenças ainda hoje podem ser observadas em uso, como as que se supõe atraíam má sorte à pescaria. Uma delas é deixar os rolos da canoa cruzados na areia, (o certo é deixá-los paralelos), outra é deixar a cuia da canoa de cabeça para baixo durante a pescaria ou mesmo depois dela. Certos nomes de peixes também não podem ser pronunciados durante a pescaria, sob risco do cardume desaparecer. É o caso do *jangolengo*, quando então o pescador se refere a ele chamando-o de “*aquele peixe*”. Cuidar mal da canoa e das tralhas de pesca é também motivo de repreensão por parte dos pescadores mais antigos. A canoa deve estar sempre limpa e seca e aquele que a deixa cheia de água ou com peixe podre na rede é visto como um “relaxado”. É de muito bom tom *esgotar* a água de qualquer canoa que se encontre nesse estado, seja após uma chuva ou depois da pescaria, é um sinal de “*respeito*” para com a canoa, que garante o sustento do pescador. Muitas vezes *esgotar* a canoa e manter a tralha asseada

¹⁴⁶ Vídeo de campo de 16 de julho de 2014 disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=g8_pzuWksYI&index=46&list=PLBpXFzQ1-RIOk64pA42ktdsglnuaKmu41 (VENDE-SE PEIXE, 2014).

demonstra também reverência do aprendiz para com o *mestre*, sinalizando que ele compreende e reproduz aquilo que lhe foi ensinado.

Outro aspecto interessante observado durante nossa pesquisa de campo entre os pescadores artesanais da Praia da Enseada, foi o fato de muitos deles encararem a atividade da pesca como um “jogo de loteria”. Existe sempre a esperança, sobretudo entre os pescadores mais simples, de que mais cedo ou mais tarde um grande cardume será capturado. “Pescaria é um jogo, tem dia que você ganha 500, tem dia que você num ganha nada...” (DOS SANTOS, 2014, comunicação pessoal). Esta é quase uma “febre” que aflige o pescador, uma esperança que nunca esmorece, e que sempre se renova já que a imprevisibilidade da pesca é uma de suas características basilares.

A pescaria é um vício né? Você sabe disso né? A pescaria é um vício pior do que qualquer droga né? Então, todo mundo que você vai pescá... Porque é igual um jogador, essas coisa né? Você vai, porque é aquela ilusão de você achá o peixe né? Então é um vício, você tá engalfinhado naquilo alí, na pesca... principalmente quem nasceu na beira da praia que nem nós... e viu como é que era (a fatura)... entendeu? (DE GÓIS, 2014, comunicação pessoal).

Geralmente, quando interrogado sobre o prognóstico de uma pescaria, o pescador caixara responde: “Rede em terra não mata peixe”; ou então: “É a rede quem sabe”. Acreditam também que traz má sorte ao resultado da pesca “contar com o peixe na caixa” antes de realmente captura-lo.

É importante afirmar-se, no entanto, que ao contrário da agricultura, onde os fatores naturais são mais controláveis (irrigação, fertilizantes, etc.), na pesca marítima há um alto grau de imponderabilidade, de risco pela própria natureza dos recursos naturais, de um lado, e pelo fato do mar ser um bem “comum”, de outro, de livre acesso. Mesmo nos inúmeros casos em que há certos mecanismos de controle sobre o “território marítimo” por transmissão hereditária ou comunitária de “loais de pesca”, a atividade pesqueira é sempre oscilante e imprevisível. (DIEGUES, 1995: p.19-20)

Sobre esse aspecto, Antonio Carlos Diegues (1980: p.195) nos ensina: “No entanto, para uma boa pescaria não é suficiente o conhecer. É preciso ter sorte. A sorte traduz o outro lado da medalha: a existência móvel dos cardumes, o seu aparecimento nem sempre previsível”. Para Simone Maldonado (1994),

[...] a noção de *sorte*, que é apanágio dos bons pescadores e sobretudo uma qualidade pessoal dos mestres [...] está também associada à territorialidade, através das medidas de regulamentação do usufruto dos recursos do mar, que se expressam de maneira diferente em cada tradição (MALDONADO, 1994: p.163).

4.1.4. A Canoa e o Caiçara

A canoa é o símbolo maior dessa cultura litorânea anfíbia, chamada Caiçara. Ícone máximo de uma população pesqueira tradicional que resiste à intervenção arbitrária do Estado em seu modo de vida secular. Wanda Maldonado (2001) argumenta que a construção da canoa é uma das principais manifestações da resistência cultural de defesa do território caiçara e o elemento cultural que carrega em si a essência da identidade caiçara, sendo que através da canoa, as naturezas da terra e do mar se mesclam permitindo a plena expressão do “ser caiçara” (MALDONADO, 2001: p.137).

Resultado da ininterrupta integração entre populações humanas e o ambiente natural local, por possivelmente mais de dois mil anos¹⁴⁷, a canoa caiçara é o veículo primordial. “Veículo”, nas acepções principais que esta palavra carrega. A canoa é veículo de transporte, de pesca, e mais importante, ela é veículo e meio de comunicação, que proporciona a transmissão cultural do PHT caiçara local, do *mestre* para o aprendiz.

Para Verschleisser (1990: p.4-5), há pelo menos 300 anos a canoa, pelas suas qualidades marinheiras, robustez e durabilidade, é o “suporte material central” e o “veículo ideal e insubstituível”, da pesca artesanal, integrando toda a comunidade no seu fazer e usar. A grande maioria das atividades pesqueiras tradicionais acontecem à volta de uma canoa caiçara, envolvendo sua construção, seu manejo durante a pescaria, sua conservação e conserto. Assim, a relação entre o pescador e a sua canoa proporciona a manutenção da continuidade de todas essas atividades que fundamentam e transmitem o PHT de geração em geração.

É que essas canoas, todas, têm histórias, vinculadas à história de seus proprietários anteriores e atuais, aos lugares de procedência, às condições específicas de sua aquisição e transporte, tornando-se quase que expressões não só das histórias das pescarias de Itaipu, como de todos os grupos de pescadores que com elas mantêm ou mantiveram relações. [...] Essas canoas são, assim, mais do que objetos artesanais, **verdadeiras memórias sociais**. (KANT DE LIMA e PEREIRA, 1997: p.114, grifo nosso.)

¹⁴⁷ Os sambaquieiros foram povos que habitaram a região por um período ininterrupto de aproximadamente 1.000 anos. Iniciando a ocupação por volta de 620 anos a.C. , até 550 anos d.C.. (UCHÔA, 1993; BENDAZOLLI, 2014). “A canoa era o seu meio de locomoção, de circulação, seu referencial de visualização da paisagem para a escolha do local de enterramento e seus rituais, isto é, o seu meio de vida, sem a qual esses grupos não conseguiriam ocupar áreas tão distantes do continente e áreas costeiras tão recortadas” (Amenomori 2005: 141 apud CALLIPO, 2011: p.46).

Na praia onde existe uma canoa caiçara, está o dono dela, que conhece toda sua história. Este pescador sabe onde ela foi feita, quem a fez, com qual madeira, onde, quando e por que.

Ele pesca com esta canoa e conhece os segredos das artes de pesca, os diferentes peixes e seus hábitos. Conhece os pesqueiros por nomes antigos, as correntes de água, as marés, os ventos mansos e bravos, e quando não pode pescar conhece as trilhas, as roças, as “cavas de casas” que já não existem mais, os bichos do mato e as plantas. Ele possui e cultiva estes conhecimentos diariamente por simplesmente “saber fazer” e para “ensinar como” sobreviver aos seus descendentes. (NÉMETH, 2012: p.19, grifos do autor)

Verschleisser (1990) ensina que o contexto físico de um espécimen etnológico pode incluir outros tipos de objeto que com ele se relacionam, seja na manufatura e uso ou no entorno cultural, “sendo ideal estudar o objeto inserido no seu local de origem, sua relação com o meio, seu processo de fabricação e uso, o seu significado e a sua significância” (Reynolds & Stott 1987:18 apud VERSCHLEISSER, 1990: p.16-17).

Wanda Maldonado (2001) demonstra que para a compreensão do significado da canoa caiçara para o grupo social que a produz e a utiliza, é necessário entender a própria concepção de cultura e suas particularidades, “ou seja, em que medida a canoa, tal como é construída nos dias de hoje, reflete uma sociedade, sua organização, suas representações e como aparece como marca registrada deste grupo” (MALDONADO, 2001: p.8-9).

Hoje, a quase totalidade das atividades pesqueiras realizadas pelos pescadores artesanais locais da Praia da Enseada, continuam sendo executadas a bordo de legítimas canoas caiçaras, esculpidas em um só tronco de árvore (Figura 33).

Figura 33 - A turma do cerco e agregados levando a rede para tingir. Foto: Peter Santos Németh, *Rancho do Paulinho, Canoa da Ivete (1.5 tonelada de carga)*, setembro de 2010.

4.2. Os *pesqueiros*

Para os *mestres* pescadores locais, definir o que é um *pesqueiro* envolve conceitos variados e complexos que serão estruturados neste tópico.

É o *lugá* que tem mais pedra... como é que chama... assim... esses... *buraco* (*toca*) né. Porque se você põe uma pedra chata ou outra coisa lá, outra lá, outra aqui, num pega nada pô! E é por isso que os cara tem esse *lugá* que é chamado de *pesqueiro*, é isso. É a mesma coisa quando eu saio com o Elder (filho dele) aí, a gente sabe onde que é bom (pra pescar), onde que não é bom, que você sabe onde que tem mais *buraco*. (GIRAUD, 2015, comunicação pessoal)

Ao investigarmos como os pescadores locais definem e conceituam um *pesqueiro*, detectamos uma importante modalidade de manejo tradicional, denominada *engodo*.

Um *pesqueiro*... pra nós o *pesqueiro* é o lugar que você acostuma pescá e matá peixe. Então é como se fosse uma plantação, você tira um pé de batata mas planta a *tralha*, deixa lá prá... você tira a batata e deixa o pé plantado de novo, o *pesqueiro* é isso... você vai lá, você escolhe o peixe que você qué, né, uma garoupa maior, a menor você solta, e o resto da isca que sobra você joga ali, *engoda* pra amanhã você pescá de novo, então ali é o *pesqueiro*. Você já vai certo naquele *pesqueiro*, você pesca hoje... aí você *engoda*, joga o restinho da isca que sobrô, as coisa você joga tudo lá, fora... e amanhã, você vai, depois você vai direto ali, que ali é o *pesqueiro*... é isso que é o *pesqueiro*. (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal)

Também existe uma clara convergência de entendimentos locais que apontam uma relação direta entre respeitar o manejo correto do *pesqueiro* através da tradicional técnica do *engodo*, e a manutenção da sua produtividade pesqueira.

Pesqueiro... eu penso assim, é que o cara pesca e ceva sempre, né? Conserva ele, alí, o *pesqueiro*, por que... a gente quando ia pescá, de primeiro tinha muita garoupa por causa disso, porque você ia num *pesqueiro* aqui, você *engodava*, você pegava um bocado de... de... cabeça de peixe, ou bonito, ou o que tinha, sardinha, ali você... [...] e jogava lá dentro (da *toca*), jogava lá e deixava... né? Daí você ia no outro *pesqueiro* e deixava. Quando pegava uns oito dia, você vinha pescano... né? Daí o peixe tava comendo aquilo alí... e... depois você vinha pescando ali... então conservava o *pesqueiro* ali. Que hoje não, hoje a turma vai e já pega a isca e joga pro meio do mato, joga não sei pra onde e não coisa (*engoda*) né? (OLIVEIRA FILHO, 2015, comunicação pessoal)

Pesqueiro é um lugar que sempre tem peixe... *pesqueiro* é um lugar ali... é uma *toca* boa que... lugar bom de você largá a rede, que você sabe que passa peixe... um *pesqueiro de linha*, você sabe que ali sempre tem um peixe bom, você vai lá, *engoda*, joga uma isca, você vai fazendo um *pesqueiro*, entendeu? [...] Sempre no mesmo lugar... *pesqueiro* é sempre no mesmo lugar... igual à Ilha Anchieta, a Ilha Anchieta é um grande *pesqueiro*, em todo o lado da Ilha é *pesqueiro*... porque tem peixe... [...] e tem nome... entendeu? (DE GÓIS, 2014, comunicação pessoal)

Este surpreendente conceito de *pesqueiro*, identificado como um *lugá* (lugar) sistematicamente manejado, cultivado, construído e conservado através da técnica do *engodo*, merece destaque especial. O *engodo*, além de beneficiar o peixe através da oferta extra de alimento, também estabelece um tipo de direito individual de uso, garantindo ao “dono do *engodo*” a preferência temporária no uso daquele *pesqueiro* por ele *engodado*.

É... isso aí é uma coisa que o pescadô *de primeiro* usava muito isso né? Ele ia lá no *pesqueiro*, matava o peixe, ele já num ia contá pra você que pesco naquele lugar, ele já ia fala que pescô em outro lado... né? Porque ele pescava ali e já deixava a ceva (o *engodo*) dele ali, então ele num ia contá pro outro. [...] Então o segredo do pescador era esse, porque vamo supor, eu chegava aqui e pescava, daí quando eu ia embora, o resto da isca que sobrava eu já jogava ali né... *engodava* ali. Então eu num ia chegá pra você e falá: Não... peguei ali. As vezes o cara ia (no *pesqueiro engodado*) sem sabê né? O cara ia sem sabê... ia lá no *pesqueiro* do outro, pescava, parava lá, o outro já ficava nervoso né: “Já foi na minha *toca*, já foi no meu *lugá*!” (risos) Os cara guardava esses segredo... (OLIVEIRA FILHO, 2015, comunicação pessoal)

Para os pescadores, “o mar apresenta marcas de propriedade, geralmente em *pesqueiros* produtivos descobertos e guardados em segredo” (DIEGUES, 2004a: p.204), assim a territorialidade marinha depende também das relações sociais estabelecidas entre aqueles que conhecem, usam e manejam os *pesqueiros*.

Antigamente... é... o... falava: “Pescô garoupa aonde?” (Ele) Enchia a canoa de garoupa... “Ah, foi no Leste”. É claro que ele num dizia que era no Sul (outro *pesqueiro* da Ilha Anchieta)... Meu pai era um homem, que ele pescava garoupa, e ele chegava na sua canoa, se você matava garoupa, ele falava: “Já foi no meu *engodo*!” Ele já sabia que o cara foi no *engodo* dele... Ele ficava tão puto, arrancava o chapéu da cabeça e batia na canoa... “porque não faz que nem eu (*engoda o pesqueiro*)!? Foi no meu *engodo*!” E quem é que dizia que não era (no *engodo* dele)? E era memo... Tinha o Erundino aqui, ficava bravo... brigava com o Erundino, com o Bráulio, tinha muito pescador aqui... (DOS SANTOS, 2014, comunicação pessoal)

O *engodo* é um tipo especial de manejo que constrói um vínculo pode-se dizer simbiótico, no sentido proposto por DIEGUES (2008: p.89), ou mesmo uma “simbiose biológica, social e cultural” (MARCÍLIO, 1986: p.40) entre pescador, *pesqueiro* e peixe. Essa integração natural reforça os laços indissolúveis entre o conhecimento tradicional local, os recursos naturais e o território, garantindo a manutenção e a continuidade do PHT caiçara.

A territorialidade se desenvolve através do tempo, passando de uma geração à outra nos processos de socialização e de transmissão da tradição como uma relevante dimensão da capacidade que o homem tem de conferir significado simbólico ao espaço, inclusive ao espaço social em que ocorrem as suas relações, construindo *lugares*. (MALDONADO, 1994: p.35, grifo da autora)

Destes lugares especiais, mais de 60 *lugá* estão localizados dentro de áreas de exclusão à pesca¹⁴⁹ e 91 foram georreferenciados durante incursões reais em campo guiadas pelos pescadores locais Antenor, Nelson, *Tião Lourenço*, *Tião Giró*, *Ico*, *Jaime* e *Lagarto*¹⁵⁰.

4.2.1. Localizando os *pesqueiros*

Os *pesqueiros* utilizados pelos pescadores da Enseada, através de diferentes técnicas e/ou artes de pesca, são divididos basicamente em dois tipos: os *pesqueiros de costeira* e os *pesqueiros de largo*.

Para localizar os *pesqueiros de costeira*, que são praticamente grudados na faixa rochosa do costão, a característica física da pedra mais próxima é usada para memorizar o nome de “batismo” daquele *pesqueiro* e marcar o seu local, como por exemplo: *Boca da Arraia*, *Oratório*, *Cu Empinado*, *Mesa Pobre*, *Gamela Grande*, *Pedra Branca*, *Coroa Preta*, *Castelinho*, *Cadeira*, *Saco da Pedra Miúda*, *Cava da Casa*, *Pedra do Covo*, *Itapecerica Preta*, *Pedra da Baleia*, *Costão Quebrado*, *Pedra Rachada*, *Alçapão*.

Também referências à algum antigo morador próximo ou usuário assíduo do *pesqueiro*, são utilizadas na identificação do ponto: *Pesqueiro do Velho Bento*, *Laje Antônio Inácio*, *Pedra da Idália*, *Porto da Maria do Paulo*, ou então a alusão a alguma árvore ou vegetação do local do *pesqueiro*: *Saco da Guanxuma*, *Saco da Piteira*, *Figueirinha*, *As Caianas*, *Saco do Guacá*, *Saco da Aroeira*, *Saco do Patieiro*.

Antigos usos do local ou ainda algum evento ali acontecido servem também como referência: *Portinho*, *Os Cafés*, *Porto Velho*, *Pedra do Desembarque*, *Ponta do Espia*, *Estiva*, *Saco do Soldado*, *Saco do Barco*, *Ponta da Cruz*, *Pedra do Navio*.

Esses *pesqueiros de costeira* são geralmente os de nomes mais antigos e os mais utilizados sistematicamente de forma compartilhada pelos pescadores locais. Isso torna possível a gravação, na memória coletiva desta comunidade tradicional, de detalhados *mapas-mentais* capazes de registrar toda a complexidade dos seus territórios *pesqueiros*.

¹⁴⁹ Portaria SUDEPE N° 8 (BRASIL, 1979), Portaria SUDEPE N° N-53 (BRASIL, 1983), Decreto 94.656 (SÃO PAULO, 1987).

¹⁵⁰ Exemplo da metodologia utilizada registrado no vídeo de campo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Mh56x4M5Rb0&index=41&list=PLBpXFzQ1-RIOk64pA42ktdsglnuaKmu41> (PESCA DE TRÓIA COM GPS – Parati, 2014).

Segundo a cartografia tradicional caiçara de “*marcá o lugá na pedra*” (DOS SANTOS, 2014, comunicação pessoal), o mapa da Figura 36, indica os logradouros de um roteiro mental descrito durante uma de nossas entrevistas de campo.

Neste impressionante relato, o *mestre* Antenor e o *mestre* James nos dão uma amostra de como os pescadores locais dominam um detalhado e ancestral “mapa mental” (DIEGUES, 2004a: p.201) que atravessa os principais pesqueiros tradicionais de garoupas da Ilha Anchieta.

Percorrendo “de memória” esses lugares, os *companheiros de pesca* (Figura 35), ambos netos de um ilhéu nativo daqueles mares, partem “remando” uma canoa imaginária. Tendo o *mestre* Antenor *de popeiro*, e o irmão *mestre* James *de proeiro*, os dois iniciam recitando mentalmente os seus principais logradouros e *pesqueiros*; do *Catimbau* (1) para o *Saco Grande da Ilha* (3), e de lá, retomando pela *Ponta de Leste* (2), até o *Saco da Guanxuma*:

Eu já tô, tem muitos que eu já vô esquecê já, sabe... tem uma porrada de, de... eu olhano assim, que a gente vê assim no lugá, assim, ainda marca, na pedra sabe. Eu vejo assim, eu vejo a pedra, o lugá que eu pescava como é que é o nome. [...] O *Catimbau* é depois do *Carén Carén*, cê passa o *Carén Carén* tem um saco, tu vai pegá quase no *Saco Grande* né, que chama *Sítio Velho*, *Saco Grande da Ilha*, aí cê vai tem uma pedra redonda assim cá... redonda no meio da água, aí é bem boleada, chama *Cu Empinado*. Aí cê vem, cê passa, ói, a *Ponta de Leste de Fora*, aí tem o *Saco do Morcego* aquele saquinho pequeninho, aí cê vira, virano no *Saco do Morcego* vem uma ponta, é a Ponta da Jamanta, a *Ponta da Jamanta* cê vai é o *Saco da Guanxuma*. (DOS SANTOS e DA GRAÇA, 2014, comunicação pessoal, grifo nosso)

Figura 35 - Mestre Antenor e mestre James falando de peixe. Foto: Peter Santos Németh, Praia da Enseada, setembro de 2012¹⁵¹.

¹⁵¹ Conversa disponível no vídeo de campo em: <https://www.youtube.com/watch?v=dmOjEFFyih0>.

Figura 36 - Mapa temático do “volume mental” dos *mestres* pescadores locais (DOS SANTOS e DA GRAÇA, 2014, comunicação pessoal); e também indicando as “casinh” e pessoas expropriadas da Ilha Anchieta em 1905 e 1906 (SÃO PAULO, 1965).

Continuando a partir do *Saco da Guanxuma*, em rumo sudoeste, pelo *Lado de Trás da Ilha*, e, retomando de novo pelo *Saco Grande da Ilha* (3), até o *Ilhote do Sul* (4):

Aí cê vai o *Saco da Guanxuma* vem uma pedra comprida, chama é, a *Pedra do Oratório*, aí cê passa o *Oratório*, tem otro saquinho aí vem a *Coroa Preta*, uma pedra redonda que tem a cabeça em cima, a pedra redondinha assim em cima, chama *Coroa Preta*, aí cê passa a *Coroa Preta* vai indo, vem uma ponta, uma pedra dentro d’água comprida, chama *Carén Carén*, né, uma pedra dentro d’água, aí cê passa por lado dela vai o *Saco do Carén Carén*, vira, aí vem o *Cu Empinado* essa pedra redonda, aí cê pega o *Cu Empinado*, passa, faz aquele saco começa a pegá o *Saco Grande*... Aí vem o *Saco Grande da Ilha*, cê vai, aí tem o *Parcel de Fora*, o *Pesquero Grosso*, né, tem uma porção de parcel pra fora, ele é de largo fora da costeira, aí tu vai embora, passa o *Costão do Saco Grande*, já pega o *Focinhudo*, a *Ponta da Focinhuda*... (James: Antes da *Focinhuda* tem a... como que é... a... onde o coisa fala... a *Laje do Cajueiro*, aquele *parcelado*, sabe?) Por fora, por fora do parcel... (James: É.) Aí cê pega tem o *Parcel da Focinhuda* lá no largo, que é longe, aí cê vem andando *pra terra*, da *Focinhuda* prá terra ali tem o Saco do... do... *Pesquero Grosso*, lugá... *Saco do Corrido*, sabe, tem que nem uma bica assim no morro, o morro faz que nem um coiso... é o *Saco do Corrido*... aí vem... *Andorinha*, vem a *Boca da Arraia*, vem sabe aquelas... até chegá no *Ilhote do Sul* de novo (James: *Sete Garoupa*...)... (DOS SANTOS e DA GRAÇA, 2014, comunicação pessoal, grifo nosso)

Contornando o *Ilhote de Sul* (4) “por fora” e entrando, a partir do *Canal do Ilhote*, pela face *Sul da Ilha* até a *Ponta do Boqueirão* (5), passando pela *Praia do Sul*:

No *Ilhote de Sul* tu vira, tem o *Parcel de Leste*, **não entrei no Canal...** da *Andorinha* já virei pro *Ilhote de Sul*, aí já pego, *Parcel de Leste*, *Gamela Grande*, né? Aí cê vai, *Saco do Sul*, aí já vai, *Pedra Alta*, e vira passando pra cá de novo. Aí cê vira por terra, a *Pedra da Mesa*, aí passa pra coisa... pra *Ponta do Sul*, é... o *Cavalinho*, *Pedra do Mandacarú*, a *Baleia*, *Saco da Mesa Pobre*, a *Ponta da Mesa Pobre*, *Saco do Calhéu*, a *Tapecerica*, aí vem *Saco da Tapecerica*, a *Tapecerica Preta*, a *Contena*, né, *Saco da Contena*, aí pega a *Praia do Sul*... tem a *Cabinha*, aquela pedra antes da *Praia do Sul* chama *Cabinha*, aí cê vai, pega a *Praia do Sul* e sai, aí tem a *Ponta de Terra da Praia do Sul*, aí cê já vira tem a *Laje*, tem o *Saco do Bambueiro*, aí vai de novo... *Pedra Miúda*, *Pedra do Covo*, *Saco da Pedra do Covo*, *Saco da Aroeira*, e vai embora... vai até... chega no *Parcel do Velho Bento* que é ali... aí *Parcel do Velho Bento*... tem a *Pedra da Cruz*... não é a *Ponta da Cruz*, é a *Pedra da Cruz*, que é aquela pedra que tem uma cruz encima, a *Pedra da Cruz*, aí cê vem, a *Eulália*, aí passou a *Ponta do Boqueirão*... (DOS SANTOS e DA GRAÇA, 2014, comunicação pessoal, grifo nosso)

Então, dobrando a leste o *Canal do Boqueirão* (5) para dentro da Enseada das Palmas (6), até aportar em segurança (VIANNA, 1986: p.65-66) para um merecido descanso no rio do cantinho da *Praia Grande da Ilha*:

Aí cê passa pra terra... e é isso... Virando de novo, *Saco do Barco*, *Ponta do Moleque*, né, *Pedra Branca*, aí vai... [...] Ainda tem assim, sabe olhando cê lembra bastante pelo nome que eu pescava com meu pai, daqui ali é, pescando aqui, já passava ali já era outro *pesqueiro*, outro nome. (DOS SANTOS e DA GRAÇA, 2014, comunicação pessoal, grifo nosso)

Já para os *pesqueiros de largo*, que são aqueles situados bem mais distantes do costão rochoso, localiza-los com exatidão, demanda a utilização de uma técnica local especializada, tradicionalmente denominada *marcação*.

4.2.1.1. A pesca de marcação

Existe um sistema tradicional de orientação espacial que serve para o pescador gravar mentalmente a localização de um *pesqueiro*, de um *pegador*¹⁵², ou para marcar um ponto sobre o leito marinho, com a intenção específica de poder reencontrar este ponto marcado sempre que for necessário.

A “*marcação*”, como é comumente chamada essa técnica tradicional no litoral brasileiro, trata-se de um método simples e eficiente de determinar e memorizar a localização

¹⁵² Pegador é um ponto no fundo do mar onde as redes se enroscam, geralmente um barco afundado, um tronco de árvore ou outros objetos perdidos. (Németh, 2010: p.95).

de um ponto específico no espaço fluido do mar, através do processo de “triangulação”, baseado em “pontos referenciais fixos em terra” que sejam visíveis do mar (CASCUDO, 1954: p.22; FORMAN, 1970: p.65; MALDONADO, 1994: p.94; DIEGUES, 2000b, 2004; CARDOSO, 2001: p.46; PLANTE & BRETON, 2005: p.44; CAMARGO e BEGOSSI: 2006: p.70-71).

Eduardo Cardoso (2001) entrevistando o *mestre* Genésio de Ilha Grande no litoral sul do Rio de Janeiro, pergunta como ele conheceu o fundo para não engastalhar a rede e obtém a explicação:

Então tu tá arrastando naquele caminho, não demora pega parô, aí parô tu vai botar em cima, agarrô, pedra, então tu olha se é de dia, se é de noite né? Olha a luz do lugar, do outro e faz a marcação. Aí tu já sabe que naquela posição ali, naquele lugar tem pedra. Então dali tu sai pra outra, se tu pegar noutro lugar, a mesma coisa, tu faz aquela marcação. E assim tu descobre o fundo todinho. (CARDOSO, 2001: p.48)

Esses pontos de referência são escolhidos de forma a determinarem duas linhas retas distintas que se cruzam exatamente sobre o *ponto de visada*, estabelecendo assim uma *marcação*.

Velejando para o pesqueiro o mestre vai perguntando ao proeiro: O caminho vai ‘enchendo’? Encher é um morro aproximar-se ou montar a gameleira, o cajueiro, as malhas juntarem-se no cabeça de uma duna escolhida como referência [...] Como vai o assento? O assento dará sua figura esperada. Quando o Caminho e o Assento estiverem no ponto aguardado, firmes nas situações previstas, o pesqueiro estará ao alcance das linhas de pesca. Estará justamente no vértice do ângulo em que o Caminho e Assento são os lados [...]. (CASCUDO, 1954: p.23-24, grifo do autor)

Curiosamente, o sistema de registro espacial da *marcação*, embora recorrente entre diversas comunidades pesqueiras brasileiras, não havia ainda sido detalhado no Estado de São Paulo. Apenas uma breve descrição foi registrada no diário de campo de Alpina Begossi durante sua pesquisa junto aos ilhéus de Búzios em março de 1987:

Quando eu digo que não há nenhuma aferição geográfica talvez deva dizer que não há marcação em cartas ou equipamentos modernos, mas os pescadores possuem um sistema de orientação segura para marcar seus pontos de pesca, mesmo que se encontrem bem longe do continente. Eles usam pontos de referência na costa que, quando se alinham, determinam o pesqueiro. Conferem o local com o quarto ponto, que é a profundidade estimada pela quantidade de linha lançada até o fundo. Mais tarde pude constatar que esta prática de orientação é comum entre muitos pescadores, como os de Valença na Bahia, de Itaipu no Rio de Janeiro ou de Bertioga em São Paulo. (CAMARGO e BEGOSSI: 2006: p.70-71)

A importância do sistema de *marcação* pode ser percebida individual ou coletivamente dentro da comunidade pesqueira. Para o pescador, conhecer o “segredo” de uma *marcação* garante a ele maior eficiência e acurácia em seu esforço de pesca, o que lhe proporciona distinção e “respeito” entre seus pares.

Como já vimos, o domínio dessa arte “exige uma série de qualidades físicas e intelectuais” conseguidas “pelo aprendizado na experiência”, que permitem “apropriar-se também dos segredos da profissão” (DIEGUES, 1983: p.198).

Para a comunidade local, esse processo contribui para estabelecer regras locais de uso e facilitar o manejo ordenado dos recursos pesqueiros que sistematicamente ocorrem naquele ponto especial do mar (FORMAN, 1970: p.65). “Mesmo regras de uso incipientes como “respeito” já significam a apropriação no uso de um espaço marinho, ou seja, de um pesqueiro” (BEGOSSI, 2004: p.236).

Assim, o PHT local relacionado às *marcações* dos *pesqueiros* também funciona, para a comunidade detentora desse conhecimento, como que um atestado patrimonial consuetudinário sobre aquele espaço marítimo específico, o que atesta a preferência na apropriação social e também a consciência dominial em seu usufruto tradicional.

4.2.1.2. As características da *marcação* em Ubatuba

Devido às características geológicas peculiares do litoral norte de São Paulo, em que se destacam as costeiras intensamente recortadas e os esporões da Serra do Mar que adentram ao oceano, uma das referências básicas em quase todas as *marcações* da região de Ubatuba são as pontas das penínsulas, localmente denominadas *pontas*.

Para que os pescadores locais possam estabelecer uma *marcação*, associados com as *pontas*, são utilizadas ilhas, cumes de morros, pedras, cantos de praias e até prédios que se destaquem na paisagem.

É... tem que tê *marcação*... E a *marcação* você sabe como faz né? É ponta de morro... canto de praia... Você já sabe o que é uma *marcação* né? Isso que a turma num faz, que a maioria pesca hoje com *marcação* (de GPS)... A nossa é essa antiga ainda... a nossa *marcação* é essa antiga ainda. (DOS SANTOS, 2014, comunicação pessoal)

O critério para a escolha desses pontos de referência é que, não só, eles sejam bem visíveis, de fácil identificação e memorização, mas que, principalmente, constituam duas linhas

retas atingindo o *ponto de visada*, que é onde essas duas linhas da *marcação* obrigatoriamente se cruzam, determinando por triangulação o ponto escolhido. O *mestre* Antenor dos Santos conta, como descobriu o *Cascalho do Boqueirão da Ilha Anchieta*:

Pra começá, eu com o Sérgio *larguemo* a rede... eu tirei com o Alemão a rede... o barco era do Alemão e a rede era do Sérgio. Eu fui lá, a rede *agarrou na pedra* cara, *agarrou na pedra*... veio salema, veio marimbá (*peixes de pedra*), veio tudo... eu fiz a *marcação*, sabe? E de tarde eu fui com o Sérgio lá de novo, *larguemo* a rede... Aí que *soquemo* memo na pedra e rasgô a rede! Aí ele falô: Porra meu! Tu sabia que tem pedra, por que largô a rede aí!? Mas falô assim (bravo), por causa da rede (que rasgou)... Mas olhou bem (e falou): Vamo marcá bem essa pedra aqui porque eu não sabia que tinha essa pedra... Aí ficou essa pedra (marcada). Tem umas cinco pedra ali... tudo pedra... quase ninguém sabe... tem pedra grande... laça a rede, rasga a rede... e tem *tapecerica* também, costão né, (lugar) que você joga a âncora e nem areia traz sabe... tem vez que *entoca* a âncora memo, fica lá (perde)... (DOS SANTOS, 2014, com. pessoal).

Assim cada *pesqueiro* ganha um memorial descritivo através do qual sua posição pode ser memorizada, transmitida e sempre reencontrada; essa passa a ser então a sua *marcação*. O mapa a seguir (Figura 37) ilustra a forma de se encontrar o *pesqueiro* denominado *Cascalho do Boqueirão da Ilha Anchieta*.

Portanto, o memorial descritivo para localizar a sua *marcação*¹⁵³ é o seguinte:

Partindo da Praia da Enseada no rumo do *Sul da Ilha Anchieta*, quando o *Ilhote das Cabras* começar a aparecer pela *Ponta do Espia*, guine à *boreste*¹⁵⁴ deixando o *Ilhote das Cabras* pela popa do barco (1). Continue navegando devagarinho nesse rumo, com o *Ilhote das Cabras* escondido pela *Ponta do Espia* até que a “pontinha” do *Ilhote do Sul* comece a aparecer pelo *Calhéu da Ilha Anchieta* (2), então pare. É só jogar o *ferro*¹⁵⁵, que já vai sentir o cascalho no fundo, já matei até garoupa de três quilos lá; tem pedra grande *visse*? (DOS SANTOS, 2004, comunicação pessoal).

¹⁵³ Embora o nome do *pesqueiro* seja real, alguns pontos da sua *marcação* foram alterados a fim de preservar seu “segredo”. (DIEGUES, 1979: p.210; MALDONADO, 1994: p.155).

¹⁵⁴ O lado da embarcação situado à direita da proa.

¹⁵⁵ O mesmo que âncora.

Figura 37 - Esquema de marcação do *Cascalho do Boqueirão* da Ilha Anchieta, com pontos modificados para preservar o “segredo” de como encontrar sua localização exata.

Além do *pesqueiro* mencionado acima, existem, dentro da nossa área de estudo, vários outros que são possíveis de localizar através da *marcação* por triangulação, tais como: o *Parcel de Sueste*; *Inferninho*; *Parcel da Ponta Grossa*; *Parcel de Fora*; e *Cascalho da Praia de Fora*. Todos estes *pesqueiros* hoje, com seus “segredos” de *marcação* ameaçados pelos aparelhos de G.P.S.¹⁵⁶.

Outras características que também integram e enriquecem a descrição da *marcação* do *pesqueiro* são as principais espécies que ocorrem no ponto marcado e as condições de correnteza, temperatura, cor de água e época do ano, mais favoráveis ao sucesso da pescaria naquele local específico. (SCHMIDT, 1948: p.12-14; FORMAN, 1970: p.68; MALDONADO, 1994: p.112; DIEGUES, 2004a: p.216; BEGOSSI, 2004: p.224; CUNHA, 2008: p.5).

Ainda sobre o *Cascalho do Boqueirão*, o *mestre* Antenor e o *mestre* James especificam as principais espécies de peixe que lá já pescaram:

¹⁵⁶ *Global positioning system*, um sistema global de localização por satélites.

(Antenor) -Ah, dá vermelho, é... pampo, pampo grandão memo, dá garoupa, aquela *garoupa São Tomé*, aquela garoupa vermelha... todo peixe...
 (James) -*Matei* um bocado de garoupa no *tresmalho* lá...
 (Antenor) -Dá garoupa, dá corvina, dá espada, é um *lugá* pra todo peixe, tem tudo, dá marimbá, dá cocoroca, todo peixe...
 (James) -Perdi um bocado de peixe grande naquele *lugá*... marimbá dá muito lá...
 (DOS SANTOS e DA GRAÇA, 2014, comunicação pessoal)

4.2.1.3. O domínio das *marcações* determinando o território pesqueiro

Dominar um *pesqueiro* não no sentido da posse física, mas, do conhecimento empírico acumulado sobre as espécies de ocorrência, correntes favoráveis, tipo de fundo marinho, características físicas da água, (transparência, temperatura, turbidez, coloração), proporcionam ao pescador aumentar a chance de sucesso da sua pescaria. O oceano, por ser um ambiente fluido em constante mudança e sujeito a rápidas alterações físicas, exige do pescador um tipo de conhecimento “análogo ao científico”, forjado na experiência da faina diária, transmitido oralmente entre gerações e validado pela comprovação do êxito na pescaria pelos outros pescadores. (LÉVI-STRAUSS, 2008: p.15; CUNHA, 2008: p.5; RAINHO, 2015: p.158),

É mediante esse saber que os pescadores definem estratégias adaptativas às flutuações do ecossistema marítimo para assegurar a sua reprodução social no tempo. E, é nesse processo de adaptação inteligente diante das condições bioclimáticas e naturais, que esse sujeito social constrói o espaço marítimo como um espaço sociocultural próprio. (CUNHA, 2008: p.5)

O conhecimento tradicional dos pescadores locais, relativo ao seu território pesqueiro e a essas *marcações*, garante ao pescador uma gama maior de opções de escolha do melhor *pesqueiro*, de acordo com a análise das condições físicas daquele dia em que se fará a pescaria. Entre as dezenas de pontos que compõe o seu rol de *pesqueiros*, ele pode determinar aquele que seu conhecimento acumulado indica ser o mais adequado naquele momento de acordo com os *sinais* disponíveis e ao tipo de arte de pesca exercido.

Esse conhecer é constituído por um conjunto de ideias sobre o navegar, o movimento das marés, os tipos de fundo propícios à vida de certas espécies de pescado, noções empíricas sobre os hábitos dos diferentes peixes, etc. O importante não é conhecer um ou outro aspecto do segredo, mas saber relacionar os fenômenos naturais e tomar as decisões relativas à captura. (DIEGUES, 1979: p.210)

Todo esse inventário, constituinte do Patrimônio Haliêutico Tradicional (PHT), possibilita através das marcas, encontrar e reencontrar através do tempo esses lugares especiais, ou *pesqueiros*. Este processo garante não só a subsistência material e simbólica dessas comunidades, mas também alcança determinar, delimitar e materializar a “apropriação dos territórios pesqueiros” (GEISTDOERFER, 1974: p.177; 1982: p.87-88) pelos pescadores detentores desse PHT local.

4.3. Os tipos de peixes e artes de pesca, relacionados aos *pesqueiros*

Quando questionado se, pela escolha do *lugar* e/ou tipo de *pesqueiro*, é possível determinar o tipo de peixe que se pretenda pescar, o *mestre* Nelson de Góis responde:

Ah escolhia... pelos *pesqueiro* escolhia... Igual vamo supor, saía daqui, saía daqui pra *matá* um parati na Ilha (Anchieta), aonde você ia: Na *Praia Grande*, na *Praia do Sapateiro*, na *Prainha de Fora da Ilha*, que lá era o *lugar* que ele ficava, parati, tainha, esses peixe aí... Você queria *matá* uma sororoca... *matá* uma sororoca, você saía aqui: *Praia de Fora* né, pro lado do *Boqueirão*... então esses era os *pesqueiro* desses tipo de peixe, dessas espécie... Qué *matá* uma garoupa, então você ia na costeira que tinha os *toquêro* da garoupa... Queria *matá* curvina, vamo supor né, curvina você saía por fora do *Ilhote do Sul*, largava uma rede, no outro dia você ia lá: curvina, cação... Chegava no mês de agosto assim, tempo de cação de espinhel, você ia pro *Mar Virado*, lá no *Mar Virado* você largava... Hoje se você largá uma rede lá, você no outro dia, você num acha, que o barco carregô... entendeu? Então tem os *pesqueiro* certo sim. (DE GÓIS, 2014, comunicação pessoal).

Assim, de acordo com as características físico-biológicas locais de cada tipo de *pesqueiro*, os peixes que neles ocorrem podem ser classificados basicamente em: *peixes de fundo*; “*peixes de pedra*” (WILLEMS, 2003: p.66) ou *de costeira*; e *peixes de passagem*.

Os *peixes de fundo*, são aqueles que podem ser frequentemente capturados na coluna d’água mais próxima ao fundo do oceano. Localmente, este “fundo” pode ser de três tipos principais: *fundo de areia*; *fundo de lama*; e *cascalho*. A localização dos *peixes de fundo* é mais frequente nos *pesqueiros de largo*, ou seja, aqueles mais distantes da costeira. Os petrechos mais comuns usados no largo são: o *tresmalho de fundo* e a *linhada de mão*. As principais espécies *de fundo* são: a corvina; a betara; o bagre; o vermelho e o cação.

Os *peixes de passagem* são aquelas espécies que possuem hábitos migratórios sazonais bem definidos em *épocas*, que ocorrem sincronizadas com as estações do ano, e ou, condições atmosféricas do *Tempo*. Assim existem os *peixes de passagem* característicos do *Tempo Frio* e os de maior ocorrência durante o *Tempo Quente*. Os *pesqueiros* para os *peixes de passagem*

podem estar localizados tanto na própria *costeira* quanto nos locais mais distantes da linha de costa, pois estas espécies são de hábitos variados dentro da coluna d'água.

Os petrechos de pesca mais utilizados para os *peixes de passagem* são o *cerco flutuante*; a *rede boiada*; o *tresmalho de costeira*; o *corríco*; o *zagarelho*; a *rede de tróia*; e a *rede de caceio*. No *Tempo Frio*, os principais *peixes de passagem* são: a tainha; a sororoca; a anchova. No *Tempo Quente*, as principais espécies capturadas são: o carapau; a lula; a anchova; o peixe-galo; o olho de boi; o parati; a sardinha e o *comedio*. A corvina é capturada o ano todo.

Os *peixes de pedra* ou *de costeira* são basicamente aqueles que só podem ser capturados junto de pedras da costeira ou nos parcéis submersos, além de outras poucas espécies que eventualmente dividem-se entre a areia e as pedras como o vermelho; o robalo; o badejo; a lula; e a carapeva. Os principais *peixes de pedra* são: a garoupa; o jangolengo; o jaguaruçá; o marimbá; a piragica; a salema; o sargo; e eventualmente alguns crustáceos como a lagosta; a santola; o guaiá.

A garoupa tem a *toca* de moradia dela, que nem o robalo. A *toca* do robalo você pode ir lá todo dia que tem 1, tem 2, tem 3 tem um cardume, a garoupa também. Ela tem a *toca* de moradia (dela) que tem um montão dentro daquele buraco ali, tem um montão [...] Tem bastante numa *toca* só... Alemão... num precisa mais, aqui no Saco Grande tem uma pedra redonda alí assim, rentinha à pedra (costeira), você mata 5, 6 garoupa deste tamanho (faz gesto de 45 cm) rapidinho, ali perto da (suprimido/segredo). Então ali na *Boca da Arraia* é assim, um buracão muito grande e tem muito peixe ali dentro... não é só garoupa, é badejo, é vermelho, é jaguaruçá, é selema... numa *toca* só, é que nem um salãozão. E nunca acaba porque a casa (a *toca*) é grande, é muito peixe... (DOS SANTOS, 2012, comunicação pessoal)

Existe ainda uma outra classificação local, não tão utilizada mas marcante, que é a dos *peixes do lugá* (lugar). Os pescadores locais referem-se a estas espécies como: “peixe que cria por aí mesmo”. O exemplo mais significativo de *peixe do lugá* é o dos paratis e das *tainhas de rio*, peixes que desovam nos rios e mangues da região.

Se generalizarmos a aplicação desse conceito, outros peixes de grande ocorrência no território pesqueiro local também podem integrar esse critério, tais como principalmente: o baiacu; a corvina; a betara; a corvina-sava; a maria-luiza; o cangoá; a ubeba; o carapicu; a caratinga; o robalo; a piragica; o parati-barbudo; o mero; a garoupa; o cação; e a lagosta.

O comportamento dos peixes locais também possui uma classificação de acordo com o hábito de cada uma. Essa análise comportamental também é fonte de subsídios para a escolha das estratégias de pesca mais eficientes. Assim os peixes ou cardumes: *urram, espanam, pulam, comem lama, ficam galhando, correm, dormem, mariscam, saem pra comer, fazem comilação, fecham a boca, abrem a boca, vomitam, relampeiam, sentem a rede e cantam*.

4.3.1. O arrasto de praia

O *arrasto de praia* foi uma das mais emblemáticas artes de pesca praticadas na região da Ilha Anchieta e Praia da Enseada, e sem dúvida, a técnica pesqueira que mais representa o *tempo dos antigos*. Nem mesmo durante o funcionamento do presídio esta arte de pesca deixou de ser praticada na Ilha Anchieta, sendo responsável inclusive pela alimentação quase que diária de cerca de 500 prisioneiros. “E assim, a pesca nas suas águas não era permitida - proibida mesmo para qualquer outro pescador, salvo com ordem da Diretoria, e assim mesmo respeitando as normas existentes entre os pescadores, - a repartição equitativamente o pescado” (VIANNA, 1987: p.203).

No Presídio, o Encarregado da Pesca era o JOÃO BALBINO. Caboclo forte, de vista apurada, conhecendo todas as manhas do mar. Seus pés tinham os artemãos bem separados – esparramados – dando idéia de leque, de tanto fixa-los na areia puxando a rede. Era o mestre da canoa e, como tal, o seu timoneiro. Em pé, na popa, remava e guiava a embarcação; dois presos, treinados por ele, sentados, devagarinho no banco da proa, e dois outros no banco da popa. E quando recebiam ordem de lançar a rede, o faziam obedecendo as instruções do mestre BALBINO – “muito silêncio, sem barulho algum, para não espantar o peixe”. (VIANNA, 1987: p.206, grifos do autor)

Para sua plena realização, o *arrasto de praia* mobilizava toda a comunidade tradicional local. O *mutirão* reunia desde idosos, mulheres, até as crianças, principalmente durante o *Tempo Frio* quando o alvo eram os imensos cardumes compostos por milhares e milhares de tainhas (SCHMIDT, 1948; MUSSOLINI, 1980; MARCÍLIO, 1986: p.35). Figura central desta arte de pesca, o *espia* era o *mestre* pescador responsável por localizar e seguir o cardume, às vezes por dias e noites, até que os peixes ficassem ao alcance das redes, ou seja, *entrassem no lanço*.

Entre os camaradas da rêde existe um cujo papel sobreleva-se aos demais. É uma espécie de superior, chefe-de-estado-maior, conselheiro dos pescadores de prol. Sua responsabilidade é grande, e de sua capacidade, seu instinto, sua acuidade e visão, depende o resultado da empreza: é o *espia*. Ele constata a presença do cardume, fareja-o. Nota seus movimentos, quando ninguém ainda deles se apercebe. Prenuncia sua aproximação. Calcula seu número. Dá o alarme. Ao seu sinal acodem os pescadores. Nessa hora decisiva, é, estratégica e taticamente, o chefe supremo. (SCHMIDT, 1948: p.25)

O pai do *mestre* Antenor dos Santos, o *mestre* Zé Gil, foi um grande *espia* local,

Porque ele tinha coragem... era bom né? Tinha coragem... A negada tava dormindo, ele tava lá pro Leste (da Ilha Anchieta), lá pra Praia do Sul, de noite... sabe... Ele (seu pai, José Gil dos Santos), o Silvério, era *espia*... O Silvério andava (espiava) aqui pro lado do Flamengo... de noite... sabe... Saía pra procurá (tainha), é... Saía remando com a canoa e procurando... já pensou... aquele tempo num tinha celular num tinha

nada, tinha que vim lá da Ilha (Anchieta) chamá a turma aqui, embarcá a rede pra ir lá... ele (o *espia*) continuá indo lá pra trás ainda... Tinha vez que deixava (não ficava lá), a turma cercava e dava o *terço* (*quinhão* que cabia como pagamento ao *espia*) e ele num ia mais né... Sabá (nome de outro *espia* local)... (DOS SANTOS, 2014, comunicação pessoal)

Figura 38 - Puxando o lance (ou lance). Pescadores do Perequê-Mirim puxam, enquanto as canoas de apara estão atracadas à rede do arrastão de praia. Foto: detalhe extraído de Schmidt (1948: pr.XV).

Além da importante coesão social que o *mutirão* do *arrasto de praia* proporcionava (SCHMIDT, 1948: p.25), esta atividade era também para as crianças e os jovens (Figuras 39 e 40), uma grande oportunidade de iniciação “profissional” como pescador, seja divertindo-se nas pequenas *canoas de apara* (SCHMIDT, 1948: p.27, VIANNA, 1987: p.186) ou na difícil tarefa de *empeçar* os pesados e ásperos *cabos de pita* ou de *cipó imbé*, do *arrastão de praia* (MUSSOLINI, 1980: p.267).

Antigamente a rede era de algodão, né, fio de algodão, a corda era *pita* (sisal), o *chumbero* era *chumbero* de barro, né, feito no forno, queimado no forno, *cortiça do mato* né, do *corticeiro* né, tirado debaixo do chão (raiz do corticeiro), serrado, furado... então, pesado pra caramba aquilo (a rede toda, ainda mais molhada)... Pra ganhá um *terço* (*quinhão*, parte), você tinha que *rufá o remo*, tem que tê força né... *rufava o remo* (risos)... É, mas pelo menos sabê colhê a *peça de cabo* (cordas), que era difícil né? Fazê rodinha assim (faz gesto), pra ela caí, pra não embaraçá, se você joga uma (volta) maior do que a outra, ela laça (enrosca), (tem que) caí uma (volta) em cima da outra que nem uma mola sabe, pra canoa sair “correndo” e aquilo não embaraçá... Era difícil Alemão! Difícil... *Chumbereiro* tinha que ser *chumbereiro* (responsável pela tralha do chumbo), *corticeiro*, quem embarca cabo, o cabo ficava aí (na praia), cada lugar um bocado daquelas vorta, sabe, aquelas peça, aí vinha com um pau né, levantando e botando nas costa né, aí chegava na canoa e arriava tudo direitinho de novo, caía tudo aquelas (voltas de corda)... era difícil cara... difícil... Nunca que acontecia embaraçá, quando embaraçava era um briguêro danado! Aquele (que errou) num ia mais (pescar), né... é... (DOS SANTOS, 2014, comunicação pessoal)

Figura 39 - Menino e sua *canoas de apara*. Os dois “mastrinhos” sustentam a *rede de apara*. Quando as tainhas saltam para escapar do arrastão, batem nesta rede e caem dentro da canoa¹⁵⁷. Foto: detalhe extraído de Schmidt (1948, pr.XIV). Praia do Perequê-Mirim, Enseada do Flamengo.

Durante a pescaria do *arrastão de praia*, que por vezes demandavam um dia inteiro de intenso e estafante trabalho, aqueles meninos mais dedicados ao trabalho e que se sobressaíssem passavam a ser mais valorizados como pescadores. “Tinha a rede do João Vitório aí, que era 12 pessoa pra puxá, 6 em cada *cabo*. Então eu era moleque também, as vezes ia ajudá a puxá, *colhia cabo...*” (OLIVEIRA FILHO, 2015, comunicação pessoal).

Figura 40 - Meninos ajudando com os peixes. A rede e as “voltas” ou *peças de cabo* na areia. Foto: detalhe extraído de Schmidt (1948, pr.VI). Praia da Barra Seca, Enseada de Ubatuba.

¹⁵⁷ Aos aparadores, geralmente meninos, instituíam-se um acordo tácito baseado no “respeito” pelo qual “pagava-se” ao *dono da rede*, um terço de todas as tainhas capturadas por eles, o tradicionalmente conhecido como: *terço da rede* (DOS SANTOS, 2014, comunicação pessoal).

Hoje você “brinca”, antigamente, prá você *pescá no cerco* (cerco flutuante) ou entrá numa canoa daquela (arrasto de praia), tu tinha que ser bom, qualqué um não ia lá não! Prá tá numa *canoa de tainha*, ou trabalhá no cerco, você tinha que sabê (saber-fazer), que era um “emprego” sabe... coisa (séria) sabe... Hoje ninguém dá valor, mas antigamente você tinha que sabê bastante... É... quem entendia (era valorizado)... Tinha que sabê... Antigamente num queria nem sabê se sabia nadar, nada: Você sabe remá, *embarcá a rede*, é bom, você vai... (DOS SANTOS, 2014, comunicação pessoal)

A dimensão dos cardumes de tainhas era tamanho, que muitas vezes havia a necessidade de mobilizar vários proprietários de rede, de todas as praias da Enseada do Flamengo. Essa mobilização era feita com a utilização de *buzinas* ou sinais de fumaça (SCHMIDT, 1948: p.26-27; MUSSOLINI, 1980: p.235; VIANNA, 1987: p.188). Existe um *pesqueiro* local chamado de Pedra da Fumaça, por ter sido este o local onde ficavam preparadas as fogueiras com as quais chamavam as outras *canoas de rede*.

Chifre de boi, que fala o *buzo*, a turma tocava, como fosse um berrante cara... era uma buzina, tocava a buzina e a negada descia... quem que matava tainha, os pescador, tinha que descê todos eles... aí saía remando aí... [...] A fumaça era em quantidade do peixe que tinha né... fazia fogueira pra chamá a turma pra cá... [...] a fumaça, se tinha bastante né, bastante fumaça... pouca fumaça... né? Num vê que a turma fala: onde há fumaça, há fogo? Onde tem fumaça, tem peixe, sabe? O que marcava (a mobilização) era isso aí... [...] Mema coisa o *buzo* né? O *buzo* começava a repicá muito, descia todo mundo, que era muita (tainha). *Pú, pú, pú* (imita o som do *buzo*), todo mundo correndo, que era muita coisa (muito peixe). (DOS SANTOS, 2014, comunicação pessoal)

A fartura proporcionada por estas capturas, coincidia com as principais festividades religiosas locais, as festas juninas e a Folia do Divino Espírito Santo. Era durante estas festividades que os rapazes e moças podiam se conhecer, trocar olhares e até dançarem juntos durante a *cana-verde* que só acontecia após os mais velhos dançarem o *xiba* ou *bate-pé* (DE GÓIS, 2016, comunicação pessoal).

Ainda hoje, os pescadores locais tratam destas redes de “*fio*” com imersões periódicas em uma infusão fervente (Figura 41) de casca do *jacatirão de tinta* (quaresmeira), podendo ser “*aroeira*” ou ainda “*mangue*” (SCHMIDT, 1948: p.21-22). Desse modo os fios tingem-se de marrom-vermelho escuro, adquirindo maior resistência e durabilidade.

Figura 41 - Preparo da *tinta de jacatirão*, já em ponto de fervura para ser aplicada na rede do cerco. Foto: Peter Santos Németh, Praia da Enseada, julho de 2016.

Já não é mais possível de se praticar esta arte de pesca na Enseada, por diversos impedimentos:

- 1- Os principais *cardumes-alvo* específicos desta arte de pesca já não aparecem com a mesma frequência e densidade do passado;
- 2- Hoje existem nas praias muitas *poitas* de embarcações que impedem o arrasto da rede no fundo de areia, nos antigos *lugá de lanço*¹⁵⁸;
- 3- Esta arte de pesca é proibida em diversas zonas marinhas demarcadas pelo GERCO no litoral norte de São Paulo, inclusive nas praias da Enseada e do Perequê-Mirim.

4.3.2. O *tresmalho de costeira*

A pesca com o *tresmalho de costeira* é uma das mais tradicionalmente praticadas pelos pescadores locais. Nos *pesqueiros* destinados ao *tresmalho de costeira* as “espécies” alvo são divididas entre dois tipos, denominados localmente de *peixes de pedra* e *peixes de passagem*. Os *peixes de pedra* são as espécies que têm seu ciclo de vida adaptado e desenvolvido nas pedras do costão local, como a garoupa (*Epinephelus marginatus*), o robalo (*Centropomus undecimalis*), a piragica (*Kyphosus incisor*), o sargo de dente (*Anisotremus surinamensis*) e até alguns crustáceos como a *santola*, o *guaiá* e a lagosta. Os *peixes de passagem* são aquelas

¹⁵⁸ Tinham vários lugares de lanço para puxar “rede à cabo na costeira”. Os lanços do: Arpoador; do Porto Velho; do Porto da Cruz e da Prainha (OLIVEIRA FILHO, 2015, comunicação pessoal).

espécies sazonais migratórias que não necessariamente criam-se no local como a sororoca (*Scomberomorus brasiliensis*), a cavala (*Scomberomorus cavalla*), o bonito (*Euthynnus alletteratus*), a anchova (*Pomatomus saltatrix*) e a tainha (*Mugil platannus*) principalmente.

Esses *tresmalhos de costeira* são em geral confeccionados com redes de nylon transparente *malha 10* (dez centímetros entre nós opostos) e *fio 0,40* com *45 braças de comprimento* e *6 braças de alto*, esse é o modelo padrão local. Os *panos de rede* são *entrelhados* entre dois cabos de polietileno trançado azul com cerca de dois centímetros de espessura. As *arcalas* que são as laçadas que prendem as malhas da rede aos cabos de polietileno, seguem o padrão de *2 e 1*, ou seja, intercalando duas malhas numa *arcala*, e uma na outra até acabar o *pano*. O cabo de cima é chamado de *tralha da cortiça* e é onde são presas as boias de isopor *entrelhadas* uma a cada 10 ou 12 *arcalas* de acordo com o gosto do pescador. O cabo de baixo é chamado de *tralha do chumbo* e é onde pequenos pedaços de chumbo parecidos com um toco de lápis são inseridos dentro do cabo. Desse modo a rede fica com uma parte afundada e outra *boiada*, formando uma parede desde o fundo até a superfície e quando um peixe encosta nas malhas da rede fica preso. Malhas maiores como 11 e 12, vez por outra podem ser utilizadas para aproveitar algum *pano de rede* velho na tentativa de capturar peixes maiores.

Os *tresmalhos de costeira* são fundeados nos *pesqueiros de costeira* (Figura 42), fixos e nomeados, conforme descrito nos itens 4.2.1. e 4.5.1.. O uso do *tresmalho de costeira* nestes *pesqueiros* está atualmente ameaçado pela aplicação da Instrução Normativa IBAMA Nº 166 (IBAMA, 2007) e da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA Nº 12 (MPA/MMA, 2012), regras estas claramente formuladas para aplicação junto à pesca industrial.

4.3.3. O *tresmalho de fundo*

Os *tresmalhos de fundo* são usados nos *pesqueiros do largo* que ficam distantes da costeira. As espécies alvo são aquelas denominadas *peixes de fundo*, que principalmente se alimentam no leito marinho como o vermelho (*Lutjanus synagris*), o cação (*Selachimorpha*), a embetara (*Menticirrhus americanus*), a pescada (*Cynoscion spp*), o bagre e principalmente a corvina (*Micropogonias furnieri*). Essas redes também são confeccionadas com a mesma padronagem do *tresmalho de costeira* somente diferindo a altura e o comprimento da *panagem*. Nesse caso, como os peixes alvo habitam o fundo do mar, a rede tem apenas um *pano de altura* (duas *braças*), e o comprimento pode chegar a trezentas, até quinhentas *braças* dependendo do tamanho da canoa (Figuras 43 e 44).

Figura 42 - Mapa geral do território pesqueiro onde é utilizado o tresmalho de fundo e de costeira.

Existe um *tresmalho de fundo* especialmente confeccionado para a captura do camarão branco¹⁵⁹ (*Litopenaeus schmitti*), utilizado somente durante a safra¹⁶⁰ nos meses do *Tempo Frio* (maio a julho). Essa rede é confeccionada com *malha 6* (seis centímetros entre nós opostos), *fio 0,30* e entre um e dois *panos de altura* com duzentas *braças* ou mais *de comprimento*. As *arcalas*, *tralhas*, *chumbo* e *cortiça* seguem o padrão local. O uso do *tresmalho de fundo* também está localmente ameaçado, pela aplicação da Instrução Normativa IBAMA N° 166 (IBAMA, 2007) e da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA N° 12 (MPA/MMA, 2012).

¹⁵⁹ Cuja pesca detalharemos no item 4.6.1. Arrasto de Porta.

¹⁶⁰ Vídeo de campo disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=K6EUB7N2DF0&index=1&list=PLBpXFzQ1-RIORCnduYkMMvIJw71fVo7_3 (CAMPO ENSEADA MAIO DE 2015).

Figura 43 - João Batista pegou uma sororoquinha no *tresmalho de fundo*! No horizonte está a Ilha Anchieta. Foto: Peter Santos Németh, *Largo do Saco Grande*, Enseada, julho de 2015.

Figura 44 - João Batista dando “carona” ao Paulinho na canoa para largarem o *tresmalho de fundo* no *Largo da Praia de Fora*. Ao fundo o Boqueirão e a Itapeva. Foto: Peter Santos Németh, abril de 2011.

4.3.4. O cerco flutuante

A pesca com o cerco flutuante (Figura 45) chegou ao Brasil trazida por imigrantes japoneses que os instalaram em São Paulo, inicialmente na Ilhabela, por volta dos anos 1920 (MUSSOLINI, 1980: p.282). A relação da nossa comunidade da Praia da Enseada com esta arte de pesca começou quando um desses japoneses veio residir nesta praia e ensinou aos pescadores locais os segredos do *entralhe*¹⁶¹ desta armadilha de pesca. Os caiçaras da Enseada o chamavam de “*Seu Amável*” (MUSSOLINI, 1980: p.282; GIRAUD, 2009, comunicação pessoal). Na verdade, seu nome nipônico verdadeiro era Kuzi Hamab e foi ele o grande responsável pela difusão cultural desta arte de pesca desde o Cabo Frio até o litoral sul de São Paulo (MUSSOLINI, 1980).

¹⁶¹ O *entralhe* consiste em atar a *panagem da rede* à *tralha* ou corda da rede.

Figura 45 - Visitando o Cerco do Espia. Ico, Dito Grande, Paulinho e Antenor. Foto: Peter Santos Németh, Saco do Espia, Ponta do Espia, Enseada do Flamengo, novembro de 2009.

Rapidamente os *mestres* redeiros da Praia da Enseada aprenderam a complicada técnica de construção e instalação do cerco flutuante e naturalmente a Ilha Anchieta mostrou-se o melhor e mais produtivo pesqueiro para este tipo de armadilha.

Por muitas décadas, o cerco flutuante teve importância socioeconômica relevante no cenário local. Além de ser a porta de entrada para um tipo de pesca mais “profissional” no sentido da garantia de um “salário” semanal é também um dos primeiros canais de valorização do pescador pelo seu nível de conhecimento prático fundamentado no PHT.

A pescaria do cerco (flutuante) é o começo da vida né, era... Quem trabalhava no cerco antigamente era um emprego... Quem tinha uma vaga no cerco era um emprego... era um emprego. Porque veja uma coisa Alemão, a pescaria, antes (antigamente) num tinha serviço (emprego)... Você no cerco, o dono do cerco tinha um pouquinho mais de dinheiro, então ele mantinha você. Não dava (capturasse) peixe, ele dava um vale né... Então sempre você defendia o pão de cada dia. (DOS SANTOS: 2015, comunicação pessoal)

Figura 46 - Dito Grande remendando o cerco flutuante. Foto: Peter Santos Németh, Rancho do Paulinho, Praia da Enseada, julho de 2016.

A pescaria que eu mais fazia, melhor da vida, é o cerco (flutuante) na Ilha (Anchieta) né, o cerco na Praia do Sul é uma pescaria melhor (prazerosa) né. [...] Trabalhava em união bastante, era rapaz... No *tempo de novo* (juventude) né, eu pescava, eu fazia festa né. Mesmo com pouco peixe, com pouco dinheiro, você era novo sabe, você fazia aquilo com gosto, tranquilo, sossegado sabe? (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal)

Das *partes* (divisão do ganho financeiro) entre os *camaradas do cerco*, o aprendiz que não sabia remendar a rede começava ganhando “*meia parte*”, e partir disso, com o aprendizado dos segredos da arte de pesca, se ia galgando posições na hierarquia da *turma do cerco*.

Quem sabia *remendar e visitar o cerco*, já ganhava “*parte e meia*” (DOS SANTOS, 2012). Hoje são dois, os últimos *mestres redeiros* da Praia da Enseada que dominam completamente a arte do *entralhe* e arquitetura de construção do cerco flutuante, o *mestre Tião Giró* e o *mestre Eduardo Graça*, este último, proprietário da maior peixaria local e antigamente o dono de diversos cercos flutuantes da Ilha Anchieta e Enseada do Flamengo. O *Eduardinho* como é conhecido, é o principal empresário comprador local de pescado e a ele recorrem a maioria dos pescadores locais quando precisam escoar o excedente de peixe capturado.

Atualmente apenas um único cerco flutuante está em operação na Praia da Enseada. O *Cerco do Espia* como é chamado está *arriado* no *Saco do Espia*, bem no limite da divisa com o Polígono de Exclusão à Pesca da Ilha Anchieta (Figura 47). É o último remanescente desta arte de pesca utilizado pelos pescadores locais que hoje são os proprietários do equipamento e o operam exatamente do mesmo modo tradicional (SECKENDORFF et al., 2009). Um modo de vida que resiste no mesmo lugar por gerações.

Figura 47 - Localização de todos os pontos de cercos flutuantes, no passado e no presente.

4.3.5. A pesca de tróia

A pesca de tainhas e paratis (Família *Mugilidae*) é de grande valor socioeconômico e seus primeiros registros no litoral sudeste brasileiro datam de meados do século XVI. Ainda hoje, a arte de pesca denominada *pesca de tróia* e os petrechos utilizados nesse tipo de técnica pesqueira tradicional é uma das artes mais praticadas localmente. Culturalmente, essa técnica de pesca é de extrema importância para a transmissão dos saberes tradicionais relacionados às artes de pesca praticadas em canoas à remo e uma das principais responsáveis pela manutenção do tirocínio caiçara local.

Para capturar um grande cardume de uma só vez, com uma rede de pesca especialmente confeccionada para este fim, surgiu essa arte de pesca que mescla as técnicas e petrechos do *arrastão de praia*, da *traina* e do *emalhe*.

Cercar à tróia, *pescar de tróia*, ou simplesmente *troiar*, é o nome que se dá no litoral norte de São Paulo à essa modalidade de pesca com *rede de emalhe*, embora o nome *tróia*,

derive da palavra trolha (que significa bater) e não do épico cerco à cidade de Tróia, descrito por Homero.

A pesca dos mugilídeos (tainhas e paratis) desempenha um papel de grande importância sociocultural desde o período colonial para as comunidades litorâneas do sudeste brasileiro (STADEN, 1557; LÉRY, 1961; SCHMIDT, 1948; MUSSOLINI, 1980; DIEGUES, 2004a; SECKENDORFF e AZEVEDO, 2007; MIRANDA et al., 2011).

Hans Staden, cidadão alemão que viveu como prisioneiro durante nove meses entre os Tupinambás no ano de 1554, é o autor de um dos relatos mais impressionantes e antigos da prática pesqueira brasileira associada aos mugilídeos. Por coincidência, sua obra é, também, uma das primeiras publicações sobre o Brasil contendo informações de interesse socioantropológico, linguístico, iconográfico e cultural, sobre os usos, costumes e as crenças dos Tupinambás (antepassados dos atuais caiçaras), que habitavam o litoral sudeste brasileiro na primeira metade do século XVI.

O relato de Staden faz referências à importância da pesca dos mugilídeos para o universo material e simbólico Tupinambá, descrevendo os hábitos indígenas durante a pesca do *bratti*, a importância estratégica da espécie (por sua abundância) para o provisionamento de suas expedições de guerra, as artes de pesca empregadas na sua captura e as formas de conservação e consumo desse pescado.

Quando iniciámos a partida para a guerra, era no anno de 1554, cerca de XIII de Agosto, neste mez (como já foi referido aqui) uma espécie de peixe, que se chama em portuguez doynges (tainha), em espanhol liesses, e na língua dos selvagens bratti (parati) sahem do mar para as águas doces, para desovar.[...] Elles tem tambem pequenas redes, feitas de fibras, que tiram de umas folhas pontudas e cumpridas chamadas Tackaun (tocum), e quando querem pescar com redes, reúnem-se alguns e cada um ocupa um logar na agua. Quando a água não é funda, entram alguns, formam um circulo e batem na agua para o peixe afundar; é então cai na rede. Quem apanha mais divide com os outros. Muitas vezes vem à pescaria aquelles que moram longe do mar. Apanham muito peixe, secam-no ao fogo e moem-no num pilão, fazendo uma farinha que se conserva por muito tempo. Levam esta comsigo e comem com farinha de raiz. (STADEN, 1900)

Jean de Léry, também em meados do século XVI, registra a importância da pesca do *kurema* e do parati entre os Tupinambás:

Primeiramente, a fim de começar pelo gênero, os Selvagens chamam à todos os peixes de *Pira*: mas quanto às espécies eles têm duas sortes de tainhas prateadas¹⁶² que eles nomeiam *Kurema*, e *Parati*, os quais à noite fervidos ou assados (e ainda mais o último que o primeiro) são excelentemente bons para comer. (Léry apud NEIVA, 1940: p.160-161, grifos do autor, tradução nossa)

Algumas dessas estratégias básicas de captura desenvolvidas pelos Tupinambás e observadas no século XVI ainda permanecem em prática nos dias atuais, como o uso de redes especiais para cercar um cardume, o que se chama hoje de *pesca de tróia*.

Quase quatrocentos anos depois do relato de Staden (1557), Emilio Willems (2003), pesquisando a Ilha de Búzios e o litoral entre Ubatuba e Caraguatatuba nos anos 1947 e 1948, escreveu sobre os três tipos de redes diferentes utilizados pelos ilhéus, a “menjoada”, o “tresmalho” e o “picaré”, e suas técnicas de uso. Sobre a “pesca de tróia” ele especifica:

O tresmalho é muito parecido com a menjoada. É uma rede de guelra, que pode ser usada como rede de arrastão ou para a pesca de tróia, uma antiga técnica indígena de pescar. Quando um cardume é localizado, os homens saem em canoas e tentam cercá-lo com um tresmalho. Algumas canoas entram na área dentro da rede e os homens batem na água com varas para assustar os peixes, que fogem para a periferia da área e se emaranham na malha. (WILLEMS, 2003: p.64-65)

Willems, em sua pesquisa, recebeu colaboração de Gioconda Mussolini, que, desde o ano 1945, havia iniciado uma série de viagens de campo à Ilha de São Sebastião, hoje Ilhabela em São Paulo. Essas viagens de Mussolini resultaram em um rico material que registrou de forma extensa e detalhada os saberes e fazeres dos pescadores artesanais caiçaras locais.

Mussolini teve a capacidade pormenorizar cada aspecto da faina pesqueira diária local, oferecendo uma narrativa que nos permite mergulhar profundamente no universo haliêutico dos caiçaras. Sua descrição das práticas pesqueiras contempla técnicas construtivas e de uso dos petrechos, artes de pesca, comportamentos das espécies, táticas de captura e práticas socioeconômicas relacionadas com a cultura local da pesca da tainha. O texto é elaborado de forma tão viva, que quase se é possível sentir o cheiro dos montes de tainha empilhados na areia

¹⁶² Léry no original escreve “*francs mulets*”, Miliet traduz equivocadamente em Léry (1961) para “verdadeiros sargos”, mas é no estudo de Arthur Neiva, Estudos da Língua Nacional (1940: p.153-164), sobre a origem do nome “parati”, onde podemos perceber como os esforços sucessivos de tradução através dos séculos podem criar distorções no significado do vocábulo original. No nosso caso decidimos traduzir do original transcrito por Neiva (1940: p.160-161), acompanhando a característica mais marcantes do peixe, que é sua cor prateada e mantendo-nos estritamente fiéis à sinonímia: *franc*, *argenté*, significando: prateado.

da praia, enquanto os *quinhões* eram repartidos. Quanto aos “aparelhos de pesca”, a pesquisadora os classifica em:

1) os destinados a *ferrar o peixe* (arpão, fiska, anzol, espinhel); 2) *rede*, divididas em duas categorias essenciais: as de emalhar e as de envolver; 3) *armadilhas*, fixas ou flutuantes. Todos estes tipos se encontram no percurso de toda a costa brasileira, com predominâncias variáveis embora. (MUSSOLINI, 1980: p.230-231, grifos da autora)

Mussolini (1980) identificou e descreveu, talvez, o mesmo conjunto de práticas e saberes observados por Staden ([1557]1900), que atravessaram quatro séculos. Essa ciência empírica, restrita ao exercício prático da pesca, conservou intacta parte da cultura Tupinambá dentro da memória pesqueira caiçara. Desse modo, o livro dessa autora, *Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara* também reconhece, embora com cautela, as mesmas táticas pesqueiras indígenas, no emprego da rede de emalhar:

O princípio de emalhar o peixe, empregado principalmente nas redes destinadas aos que, como a tainha, dispõem do salto como defesa, de sorte que dificilmente são captadas por redes de envolver, é tão divulgado pelo mundo que não vamos atribuir à influência indígena esta prática adotada no Brasil, uma vez que as redes portuguesas também o põe em uso; **também creio ser muito comum o hábito de bater n'água para assustar a tainha, característica de um tipo especial de pescaria que se chama “pesca de abalo” na Bahia e de “pesca de tróia” em S. Paulo. Não deixa de ser interessante, porém, ressaltar que os índios já utilizavam estas duas técnicas importantes na captura do peixe.** (MUSSOLINI, 1980: p.227, grifo nosso)

E mais adiante, ainda sobre a “pesca de tróia” especifica:

Contudo, por certas condições da costa, como também por características de certos peixes, nem sempre é possível o emprego dos “arrastões de praia”, tornando-se, então, mais comum as “redes de emalhar” nas quais o peixe, cercado distante da praia, fica preso ou enforcado nas malhas. [...] Digno de nota é que aqui esta rede se simplificou em relação ao antigo modelo português. Conservou aproximadamente a mesma forma de manejo em Portugal e também a sua característica de “rede de emalhar”, destinando-se, aqui como lá, especialmente à pesca da tainha. [...] O que se conhece hoje como tresmalho é uma rede de forma retangular e de comprimento aproximado de 90 metros, composta de uma única parede de malhas uniformes, de tamanho que permita prender o peixe pela cabeça, e que, portanto, é ditado pelo porte do peixe a que se destina¹⁶³. (MUSSOLINI, 1980: p.232-233, grifo nosso)

¹⁶³ Nesse ponto Mussolini (1980: p.233) completa: “No tresmalho brasileiro, o fazedor de rede já conhece o tamanho padrão a ser empregado como bitola das malhas, bastando que se diga o peixe a que se destina”. Esse aspecto do petrecho é primordial para a compreensão de que o protagonista desse tipo especial de pescaria não é o pescador ou a rede e sim o cardume, seja ele de tainhas ou de paratis. Toda a arte de pesca, incluindo táticas e petrechos, é construída em torno do comportamento, hábitos e estrutura física dos mugilídeos.

Sobre as formas de uso do *tresmalho*, e, de como o tipo de uso implica em mudança de denominação do petrecho pelos pescadores locais, a autora explicita cabalmente:

É empregado de três maneiras diferentes: **1) Deixando-se a rede em posição transversal à correnteza. Ela se transforma, então em “rede de espera”,** como se diz no litoral, sendo visitada em intervalos regulares de algumas horas para a “despesca”. As visitas se amiúdam quando dá muito peixe; **2) Na pescaria conhecida nas costas paulistas como “pesca de caceio”.** Neste caso, a rede é lançada na água da maneira acima descrita, com a diferença, porém, de que o pescador, de dentro de uma canoa, mantém seguro na mão um cabo que se prende à tralha da cortiça, de sorte que a rede vai acompanhando o movimento da canoa que se desloca. Pelo movimento do peixe ao bater no tresmalho, o pescador pode calcular o vulto de sua pescaria e mudar de rumo em busca dos cardumes; **3) Finalmente, ainda se usa o tresmalho para fazer o “cerco” em pleno mar.** Neste caso, emprega-se como se diz, “um terno de tresmalhos” e duas canoas, descrevendo-se um círculo completo ao redor do cardume. (Cf. Gioconda Mussolini, 1945). **Detenhamos, porém, um pouco mais nessa rede pelo fato de ela estar, principalmente no último caso, essencialmente ligada a tainha, peixe cuja pescaria, além de constituir denominador comum na cultura litorânea, tem atrás de si toda uma série de práticas tradicionais que ilustram o tipo de organização da pesca caracteristicamente local**¹⁶⁴. (MUSSOLINI, 1980: p.233-234, grifo nosso)

Vale ressaltar que o mergulho da pesquisadora foi tão íntimo e profundo na cultura pesqueira local, que a veracidade de seus levantamentos materializa-se em seu texto, pelo registro do linguajar, termos e locuções exclusivas do patrimônio vernacular dos pescadores caiçaras locais. Esse vocabulário caiçara é tão peculiar que se assemelha a um dialeto próprio, ininteligível aos não iniciados, “recheado de arcaísmos, palavras e expressões forjadas no linguajar ibérico e tupi” (NÉMETH, 2010: p.11).

Schmidt (1948) é outro pesquisador importante que deixa registrado, no texto de sua obra, esse vocabulário *sui-generis* característico dos pescadores caiçaras. Contemporâneo de Mussolini e Willems, Carlos Borges Schmidt também revisita Staden e Léry para estabelecer uma conexão entre as técnicas da cultura pesqueira Tupinambá e a caiçara atual.

Hans Staden, o mais antigo e um dos mais sérios cronistas do primeiro século, deixou-nos, com Jean de Lery e outros, o relato dos seus usos e suas técnicas. As flechas e **as rêdes**, além da linha e do timbó, eram os seus processos e os seus recursos, dos quais ainda hoje não nos afastamos muito, em especial do segundo, o mais útil e mais precioso, **empregado sob as mais diversas formas e com as técnicas as mais diferentes e sagazes.** [...] Desta técnica teria sobrevivido até os nossos dias seu aspecto substancial [...]. (SCHMIDT, 1948: p.3, grifo nosso)

¹⁶⁴ Aqui a autora enfatiza que usa o termo “pesca local” em oposição à “pesca de maior vulto, realizada por barcos a motor, dispondo de aparelhamento dispendioso e assalariando os trabalhadores”, sendo, a pesca de maior vulto, responsável pela “progressiva decadência da pesca local” (Mussolini, 1980: p.234).

Em meio a uma extensa descrição sobre os mais variados aspectos da pesca tradicional caiçara, como espécies capturadas, épocas de captura, hábitos socioeconômicos locais, técnicas e petrechos utilizados, além de um impressionante registro fotográfico dos pescadores caiçaras em ação, o autor finalmente descreve os petrechos de emalhar, que para ele, “Com a maneira de pescar dos Tupinambá muita semelhança possui o sistema chamado “de troia”, dos atuais litorâneos” (SCHMIDT, 1948: p.5).

O “tresmalho” é uma rede de 40 a 60 braças¹⁶⁵ de comprido, usada para a pesca de “espera” ou “de troia”. [...] Para a pesca de troia, a rêde é levada para o mar e ali lançada ao redor de um cardume, formando como que um cercado, as pontas transpassadas. As canoas atracam nas boias da rêde, ou dentro do cercado. Começam a bater na água com a “poita”. Esta é ainda um dos muitos resíduos da idade da pedra na cultura atual. Um pedrouço de regular tamanho, aí com palmo e meio de diâmetro, com um arame, corda ou cipó ou pedaço de rede velha passado ao redor, é amarrado a um cabo. Está feita a poita. Com ela batem na água, espantando o peixe, fazendo com que êle, tentando fugir, prenda-se às malhas, fique emalhado. Depois levantam a rêde, no mar mesmo, retiram o peixe, jogam-no nos balaies no fundo da canoa, e soltam a rêde novamente. [...] Uma pesca de troia, com 40 a 60 braças de rêde, exige 6 homens para o trabalho, em duas canoas. (SCHMIDT, 1948: p.19)

Figura 48 - Pescadores de tainha: Déco (agregado do Perequê-Açú) e Chico Paru, trespassando a rede para fechar o lanço. Foto: Peter Santos Németh, Enseada do Flamengo, junho de 2008.

¹⁶⁵ A *braça* é uma unidade tradicional de medida cujo comprimento varia de acordo com a altura de cada pescador (DOS SANTOS, 2015). A medida da *braça* é feita com os braços abertos indo de uma mão à outra. Corresponde ao comprimento total da envergadura de um homem (seus braços abertos horizontalmente) e equivale à aproximadamente 1,72 metro (VIANNA, 1987: p.204. NÉMETH, 2010: p.31; DOS SANTOS, 2015).

A canoa também é específica para cada espécie, pois cada rede depois de *entralhada*, adquire um volume próprio ao ser embarcada, existindo duas classificações, a *canoa de tainha* (maior) e a *canoa de parati* (menor)¹⁶⁸.

Na região, não se utiliza mais o arrastão-de-praia, tanto pela pouca disponibilidade dos cardumes como pela dificuldade de conseguir a mobilização do grande contingente humano necessário para a pescaria, decorrente de alterações na organização social das comunidades. Assim, tainhas e paratis são capturados, atualmente, quase que exclusivamente pela pesca com rede-de-entalhe. Para que sejam eficientes, é importante que as redes destinadas à captura de tainhas e paratis tenham sua tralha de chumbo encostada ao fundo e a tralha de bóias na superfície. As características da região levaram ao uso de redes para tainha com 3 a 4 panos de altura (até 14,0 m) e malha acima de 10 cm entre nós opostos e redes para parati com 3 a 4 panos de altura (até 8,5 m) e malha 6 cm entre nós opostos, por serem tais dimensões consideradas adequadas para o fim a que se destinam. (SECKENDORFF e AZEVEDO, 2007: p.7)

O *mestre* Antenor dos Santos, pescador local da Praia da Enseada, é um grande construtor de redes de *tróia*, sendo esse tipo de pescaria sua especialidade e a que mais gosta de praticar, segundo ele, pela dificuldade “esportiva” da captura, que requer habilidade e paciência:

Ah rapaiz, pescaria que... vô dizê pra você... de verdade memo é *cercá parati*... é... *cercá* é a melhor coisa (risos). Negócio de *pescá de linha* essas coisa, já enjoou né, você perde tempo né... O parati, *pescá* assim de parati tu rema um bocado, *cerca*, é uma canseira, como se fosse um jogo. Então... cê tá vendo o peixe na sua frente, cê não pode pegá, cê *cerca*, perde, sabe... uma canseira... tem vez que cê mata um poquinho, cê vem embora contente... uma coisa assim... é gostoso. [...] Você tá sempre trabalhando né... então você vê o cardume, cê *cerca* aqui, perde, tá lá na frente, quer dizer sempre né... até que mata um bocado, vem embora, uma coisa facinho, pertinho da praia, é gostoso, é uma pescaria que eu gosto. (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal)

Segundo esse mesmo *mestre* pescador, a dimensão ideal de uma *rede de parati* para *cercar à tróia*, *malha 6* (60 milímetros entre nós opostos) e *fio 0.30*, é de “4 panos de comprimento por 3 panos de altura”, o que equivale à aproximadamente 250 metros de comprimento por 10 metros de altura.

¹⁶⁸ Uma “canoa de tainha” mede em média 6,4 metros de comprimento por 0,8 metro de boca, e uma “canoa de parati” mede 4,8 metros de comprimento por 0,6 metro de boca. Suas capacidades de carga são de aproximados 1.000 quilos e 500 quilos, respectivamente.

Já uma *rede de tainha* ideal, *malha 10* (100 milímetros entre nós opostos) e *fio 0.40*, deve ter “5 panos de comprimento por 3 panos de altura”, o que equivale à aproximadamente 360 metros (210 braças) de comprimento por até 15 metros (de altura). Sobre a *braça*, o *mestre Antenor* explica:

Vô fala uma coisa pra você, a *braça*, eu te avisei, num é a medida, é um cálculo... minha *braça*, se eu fazê uma rede, ela fica cum trinta e cinco (35) *braça*, é porque eu tenho um metro e setenta e dois de altura (1,72 m), então cem (100) metro dividido pra isso (não por 1.72 metro, mas sim dividido pelo tipo de *entralhe* de cada pescador) dá a medida que eu fiz. Se você for uma pessoa mais alta, a *braça* é maior. (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal)

Nas lojas, os *panos de rede* são vendidos em seções com 100 metros de comprimento cada. Convém explicar que o *entralhe* é a amarração do *pano de rede* à *tralha da rede*. Cada laçada chama-se *arcala* e a *bitola da arcala do entralhe* é cerca de 2 centímetros menor do que o *tamanho da malha* do *pano* a ser *entralhado*.

Esse plissado que o *entralhe* produz é o principal fator que reduz o comprimento final da rede pronta, em contrapartida aumentando sua eficiência pesqueira.

Tem uma coisa, a rede, você vai pegá a *bitola*, você pega uma tabinha que é o tamanho da *malha*, adepois que você faz o *tamanho da malha*, você põe o dedo polegar em cima e corta o tamanho da cabeça do dedo num é?... Então cê vai tirá aí um centímetro e meio quase dois... sabe... então é a diferença pra rede não ficá esticada. Se você estica muito o *pano da rede* ela fica igual uma cerca, o peixe num *malha*. (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal)

No entanto, a técnica da *tróia* pode ser executada com outros tipos de rede. Certa vez, o *mestre Antenor* dos Santos não tendo uma *rede de tainha*, emprestou uma *rede boiada de matar sororoca* (tresmalho de caceio¹⁶⁹) com 180 *braças* de comprimento e 2 *panos de alto* (sete *braças*), *malha 11* (110 milímetros entre nós opostos) e *fio 0.40*. Com essa rede capturamos quatro *caixas chapadas* (cerca de 100 kg) de tainhas.

Lembra Alemão... naquela noite que nós matemo aquela *tainhada* aí no lagamar? A turma foi atrás da tainha lá pra Ilha e nós saímo aqui *por terra* memo porque a rede do Zé Luiz num *dava pé* lá fora... Achemo o peixe aí memo, perto das *boia de marisco*... mansinho... Ai ai ai que *trancada*... nós esquecemo a pedra pra batê... mas o peixe já tava tudo *malhando*... aquele *incêndio* dentro do *lanço* com a *ardentia* (bioluminescência)... nós fomo até a costeira pegar uma pedra, mas nem precisava... a *cortiça* já tava tudo no fundo. Matemo quatro *caixa chapadinha* de tainha de *malha 11*, só daquela *de ova*... (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal)

¹⁶⁹ Tecnicamente classificado como emalhe de superfície.

Essa adaptabilidade também se reflete nas espécies alvo da *pesca de tróia*. Embora a tainha e o parati sejam as espécies mais características dessa arte, qualquer cardume de outras “espécies” pode ser capturado (intencionalmente ou por engano). Os mais comuns são: ubeba, caratinga, taperá (guaivira miúda), corvina, robalinho, bagre, xaréu e o carapau (Figura 50). No entanto algumas dessas “espécies”, devido ao seu comportamento, morfologia ou força, podem danificar muito a rede, o que as coloca sempre como uma segunda opção em relação aos mugilídeos.

Figura 50 - Antenor, Pedro Paulo e James, desmalhando um lanço de carapau, capturados com uma rede de parati malha 6. Foto: Peter Santos Németh, Praia da Enseada, setembro de 2010.

O preço de custo de uma *rede de parati* nova, com cerca de 170 *braças*, sem a inclusão dos aproximados 7 (sete) dias de mão de obra para sua confecção, gira por volta de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e o de uma *rede de tainha* nova, com cerca de 210 *braças*, pode custar cerca de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais¹⁷⁰), também sem a mão de obra de aproximados 10 (dez) dias para sua confecção incluída (DOS SANTOS, 2015; DE JESUS, P.L., 2015).

O valor de uma *canoa de tainha* usada, incluída uma *rede malha 10* e *fio 0.40* com 280 *braças* de comprimento por 3 *panos de altura*, gira por volta de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (DA GRAÇA, 2015). Já uma *canoa de tainha* usada, sem a rede, pode custar por volta de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e uma *canoa de parati* usada, também sem a rede, até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), dependendo do estado de conservação (DE JESUS, P.L., 2015).

¹⁷⁰ Cotação do dólar em maio de 2015, por volta de R\$ 3,00.

O pescador Paulo Luiz de Jesus, que possui os dois tipos de petrechos e também as respectivas canoas, nos informou que costuma colocar um pedaço de *pano de rede malha 11* na ponta da *rede de tainha* para capturar algumas tainhas *escolhidas* (maiores) e que a sua *rede de parati* possui 200 braças de comprimento por 3 *panos de altura*, sendo feita com *panagens* de rede *malha 7*, o que também proporciona a captura de paratis de tamanho maior, embora em menor quantidade. Segundo ele, seu recorde máximo de captura de tainhas em canoa à remo, em um único *lanço* com *rede de tróia*, foi de aproximados 500 quilos, já o de paratis (Figura 51), “foi mais ou menos umas *dez caixa*”¹⁷¹ (200 quilos) daquela vez... lembra? (DE JESUS, P.L., 2015).

Figura 51 - “Daquela vez... lembra?”. Paulo Luiz de Jesus (sentado) e seu irmão Olímpio, vindo *desmalhar na praia* após capturarem cerca de 200 quilos de paratis em um único *lanço* com *rede de tróia*. Foto: Peter Santos Németh, Praia da Enseada, abril de 2007.

Outros relatos de pescadores locais informam que o recorde máximo de captura de tainhas em canoas à remo, em um único *lanço*, foi entre 500 e 1.200 quilos, e o de paratis ficou entre 200 e 400 quilos (DOS SANTOS, 2015; DA GRAÇA, 2015; SALOMÉ DE JESUS, P.L., 2015; DE GÓIS, 2015). Vale destacar que no citado *lanço* de 1.200 quilos de tainhas, cerca de 30% dos peixes capturados tiveram que ser remanejados para outra embarcação pois “mais que uma tonelada, a *canoa de tainha* num pega” (DOS SANTOS, 2015; DA GRAÇA, 2015; MARANDUBA NEWS, 2016: p.5).

¹⁷¹ A *caixa* ou *tabuleiro* comporta de 20 a 25 quilos de peixe.

Portanto, a capacidade de carga de cada tipo de canoa, limita tanto o tamanho da rede (SCHMIDT, 1948: p.22), que precisa caber dentro da mesma, assegurando a navegabilidade, quanto a quantidade de peixe que pode ser capturada durante a pescaria.

Certa vez, ao capturarmos cerca de 400 quilos de paratis em um só *lanço*, e, após a proa e a popa ficarem completamente cheias de peixe já *desmalhado*, tivemos que interromper o *desmalhe* e distribuir a rede ainda cheia de peixes uniformemente dentro da canoa, para evitar que afundássemos. Viemos embora para *desmalhar* o restante do peixe na praia, faltando menos que cinco centímetros para a água entrar dentro da canoa pelos bordos. “Quase que *se alaguemo* num foi Alemão?” (DE GÓIS, 2014, comunicação pessoal).

Figura 52 - Desmalhando o parati na praia. Todos que ajudam ganham *peixe pra comer*. Mesma pescaria da Figura 51. Fotos: Peter Santos Németh, Praia da Enseada, abril de 2007. Intervalo entre as duas imagens da Figura 52 acima: 1 hora e 48 minutos.

Desmalhar na praia é um evento que remete aos antigos mutirões. Ele acontece quando a captura é tanta, que o enorme tempo gasto para tirar todos os peixes presos nas malhas e voltar a pescar, não compensa que este trabalho seja feito na água, sob o sol quente. Então os *companheiros* achegam à terra e logo a *turma da praia* já vêm para junto da canoa e começam a ajudar a tirar os peixes da malha. Todos que ajudam a *desmalhar*, ganham *peixe pra comer*. Esta é uma das regras tácitas e costumeiras do “respeito” local, mais representativas do modo de vida praiano caiçara tradicional.

4.3.5.1. A ética local na *pesca de tróia*

A *pesca de tróia* é a que demanda maior habilidade e experiência da dupla que tripula a canoa. O objetivo principal desta arte é localizar, monitorar, perseguir e capturar uma família de peixe que é considerada a mais “esperta” e arisca do nosso litoral, a *Mugilidae*, que engloba as tainhas e os paratis (DIEGUES, 2004a: 270; MUSSOLINI, 1980: 270). Conhecer os hábitos, as reações, a velocidade e os movimentos que os cardumes possuem é fundamental para o sucesso deste tipo de pescaria.

A habilidade conjunta dos companheiros dentro da canoa, tanto para remar sem ruído durante as manobras, escutar ao longe o barulho do cardume na água, enxergar durante o dia o *cinzeiro* na superfície da água, ou no escuro localizar visualmente a ardentia “acendendo” o mar, é fator crucial de sucesso ou fracasso.

O entrosamento da dupla deve ser perfeito, os comandos dados pelo *popeiro* (*mestre* com maior experiência) devem ser rapidamente executados pelo *proeiro* sem exitação, sob pena de perderem o *lanço* (MUSSOLINI, 1980: 261-273); embora a decisão de largar ou não a rede para iniciar o cerco seja tomada pelos dois, em consenso. A pesca da tainha e sua forte ligação com o modo de vida, com a cultura e o universo simbólico do caiçara (DIEGUES, 2004a: 260-296; SECKENDORFF e AZEVEDO, 2007: 7; MIRANDA et al., 2011: p.17-19) deixa a comunidade imersa num estranho “frenesi” durante a safra que vai de maio a julho.

Nesse período do *Tempo Frio*, não é raro a mentira, as “brigas” e discussões acaloradas entre os pescadores durante as disputas pelos cardumes. Mas a regra geral é a de quem “chegar primeiro” ao cardume, ter a preferência. Se outras canoas chegam ao local onde uma já *está no peixe*, elas podem ficar próximas, mas não tanto a ponto de atrapalharem o *lanço* uma da outra. Caso a primeira canoa *largue a rede*, mas o peixe escape do cerco, a outra pode se posicionar para tentar capturar o cardume que escapou, e assim por diante.

É... quando você vê que passa um peixe (um cardume)... que você muitas veiz, você vai e encontra aqui no *Porto Velho* (*pesqueiro*), mas como você tá sozinho (não tem outras canoas concorrentes), você vai até o *Saco Grande* (procurar mais adiante um cardume melhor), e quando você vem (volta ao primeiro *pesqueiro* porque não achou cardume melhor), vê que vem uma canoa *por terra*, então se ele (a canoa concorrente) vê aquela tainha *pulá* (o primeiro cardume que foi localizado), ele vai pará ali (no cardume do *Porto Velho*, ficando com o direito de chegar primeiro). Então você faz (finge) que tem (um cardume) ali (mais adiante do *Porto Velho*) né? Então ele (a canoa concorrente) não olha, não presta atenção *pra terra* (no lugar onde está o cardume), ele vai olhá *pra fora*, pra olhá pra você, aí ele passa (não vê o primeiro cardume), aí

passa...e aí você volta pra trás (para o *Porto Velho* e fica com o “direito” sobre o peixe). É (a técnica de enganar) pra ele (a canoa concorrente) num pará e olhá ali onde que tava o peixe que nós¹⁷² deixamo pra trás... (DOS SANTOS, 2014, comunicação pessoal)

Mesmo que o proprietário da *rede de tainha* ou de parati não participe diretamente do trabalho da pescaria, o *terço da rede*, que equivale a 1/3 do resultado total capturado pela canoa, lhe será reservado (SCHMIDT, 1948: p.29; MUSSOLINI, 1980: p.236; VIANNA, 1987: p.191). No entanto, se o dono da rede participa da pesca, lhe é facultado decidir entre dividir o resultado da pesca “meio a meio” ou em duas partes para ele e uma para o companheiro. Mas esta retirada do *terço*, antes da divisão “meio a meio”, embora um direito tácito do dono da rede, é vista pela comunidade como muita *esfamação* por peixe, assim, muito raramente ocorre nos dias atuais.

Figura 53 - Tião Lourenço dividindo o lanço de paratis meio a meio. Foto: Peter Santos Németh, Rancho Meu Chamêgo, Praia da Enseada, julho de 2014.

Outra regra de ouro da “etiqueta caiçara” é sempre oferecer um *peixe pra comer* aos companheiros que sempre cooperam para tirar a canoa da água, ou que vez por outra pescam juntos (SCHMIDT, 1948; NÉMETH, 2010), atitude que reforça os laços comunitários e promove a manutenção dos valores tradicionais locais.

¹⁷² Este pesquisador estava junto com o *mestre* Antenor quando ele utilizou este artifício para enganar a canoa concorrente e conseguir a preferência sobre o cardume, através da regra tácita de chegar primeiro. Este depoimento foi dado quando, ao lembrar do caso, nós lhe indagamos o motivo da “encenação” testemunhada durante aquela pescaria de tainha.

4.3.5.2. O sumiço da tainha

Vimos que a Enseada do Flamengo era chamada, na virada do século XIX, de Enseada dos Tubarões (p. 26). Ao extermínio dos cações pela frota pesqueira industrial, os *mestres* locais costumam referir-se, como sendo fator causal importante no sumiço da tainha. Esta possível interação trófica entre os cações e as tainhas é recorrentemente citada.

É que de primeiro, o cação, o boto, *tocava* (espantava para perto da costa). Hoje ela (a tainha) num vem mais *pra terra*. É como eu digo, porque hoje tem muita traineira né, muita traineira... Então o peixe num entra (para perto da costa). Quando (a tainha) se chega aí, a traineira já pega aquela quantidade (muito peixe) lá fora... a traineira... [...] A traineira lá fora mata toneladas e toneladas, (a tainha) num chega aqui. (OLIVEIRA FILHO, 2015, comunicação pessoal)

O cação, há 30, 40 anos atrás, dava muito ali por fora da... porque tinha muita sardinha por fora da Ilha Anchieta, dava muito. Ilha Anchieta, Mar Virado, entendeu, aqui as Couve, o Cambury, dava muito cação (galha preta). Agora esse cação sumiu. (DE GÓIS, 2015, comunicação pessoal)

O papai contava que aqui na Praia (da Enseada), na Laje Grande ali, o papai falô que pegava (cação) demais ali. E não é do *meu tempo* né, mas o papai contava isso aí, eles pegavam (o cação) de *fisga*. E tinha muito, você vê, pro cara pegá isso é porque tinha muito né? O papai fala que ele pegô um *cação martelo* na Praia da Toninhas, ele matô com enxada! É que o peixe... tinha muito peixe (tainha), então o *bicho* (cação) vinha pra (pegar) a tainha (e encalhava)... Ele matô com a enxada! (GIRAUD, 2015, comunicação pessoal)

Alertam Seckendorff e Azevedo (2007: p.6-7) que “a frota industrial de traineiras do sul e do sudeste do Brasil passou a dirigir suas capturas para espécies antes consideradas acessórias, entre elas, a tainha”. Assim, esses autores recomendam:

Os mugilídeos, particularmente a tainha, são recursos tradicionalmente explorados pela pesca costeira, tendo sido incorporada a diversas manifestações culturais. A tainha é capturada, ao longo de sua área de ocorrência, por diversas modalidades de pesca, predominantemente durante sua migração reprodutiva, o que a torna um recurso vulnerável, podendo, se explorada de forma indevida, acarretar prejuízos para as pescarias futuras. Recomenda-se monitorar as capturas de tais espécies e baseado no acompanhamento de tal cenário, adotar medidas de ordenamento que levem em consideração as características biológicas das espécies e as particularidades de cada região onde este recurso pesqueiro é explorado. (SECKENDORFF e AZEVEDO, 2007: p.7)

Miranda (et al., 2011: p.17-19) defendem a total suspensão da pesca de tainha pela frota de traineiras. Citam que em julho de 2010, apenas uma única traineira *matou* mais tainhas do

que o total capturado neste mesmo mês em catorze (14) municípios paulistas, pela pequena pesca.

Alertam que nos meses de junho e julho deste mesmo ano de 2010, apenas 1,1% das unidades produtivas envolvidas na pesca da tainha em São Paulo, eram de traineiras. Mesmo assim foram responsáveis, realizando apenas 0,4% das descargas, por 50,1% da captura total de tainhas.

Demonstram os autores, cabalmente, a imensa desproporcionalidade entre a frota de traineiras e a pequena pesca (Figura 54), resultando em competição desigual, menor disponibilidade da espécie para as populações tradicionais e maiores custos socioeconômicos e culturais para os usuários desse recurso pesqueiro.

Figura 54 - Canoa de tróia e o peixe na praia. Foto: Leila Anunciação, Trindade-RJ, junho de 2016. À direita, traineira Velho Pocho I¹⁷³ e 130 toneladas de tainha. Foto: Tiago Santos, junho de 2007.

A safra da “tainha artesanal” deste junho do ano de 2016, para os nossos pescadores locais está sendo de muito maior atividade e produtividade do que as safras dos anos de 2014 e 2015. A captura de tainhas pelo método tradicional da tróia¹⁷⁴ está acontecendo em todo o litoral norte de São Paulo com resultados excelentes, muito acima da média percebida pelos pescadores locais, nos últimos 10 anos (DA GRAÇA, 2016; DOS SANTOS, 2016; DE JESUS, J.B., 2016; DE JESUS, P.L., 2016; DE JESUS, P.P., 2016, MARANDUBA NEWS, 2016: p.5).

¹⁷³ A traineira de cerco industrial Velho Pocho I, (134 TAB), foi uma das 50 embarcações que não puderam pescar tainha na safra deste ano de 2016, por ter pescado em área de exclusão à pesca em 2015 (MAPA, 2016). Fonte da imagem: <http://barcovelhopocho.blogspot.com.br/>, acesso em 26 jun. 2016.

¹⁷⁴ Hoje a arte da *pescagem de tróia* inexistente nos relatórios estatísticos oficiais do “Programa de Monitoramento” (PROPESQ, sem data) da pesca marítima em São Paulo, fator que não contribui para o reconhecimento desta arte.

Figura 55 - Turma da Toninhas. Flávio, Sidnei, Heider, embarcando a rede que a tainha tá grossa! Foto: Osiane Fernando, Praia das Toninhas, junho de 2016.

Se não por algum reflexo do *El Niño*, ou de condições especiais oceanográficas (BAKUN, 1996), coincidentemente, para a safra de 2016, até meados de junho, nenhuma das 50 traineiras de cerco industrial que atuaram em 2015, foi autorizada a sair para matar tainhas¹⁷⁵. O Governo Federal apontou que 100% destas traineiras pescaram ilegalmente dentro de área de exclusão na safra passada (MAPA, 2016). No entanto, também a nossa *pesca de tróia*, praticada do mesmo modo por mais de cinquenta anos, pode ser hoje considerada uma prática ilegal. É classificada como crime ambiental, com a recente aplicação discricionária de um tipo de legislação que claramente deveria regulamentar apenas a pesca industrial (IBAMA, 2007; MPA/MMA, 2012), já que não considera as peculiaridades endêmicas da *pesca de tróia*.

Em julho de 2016, ainda houve muita pesca de tainha nos territórios pesqueiros da Enseada do Flamengo (Figura 56), Ilha Anchieta e Toninhas (Figura 55).

Figura 56 - Paulinho e Emídio espiando a tainha pular no Largo da Enseada. Foto: Peter Santos Németh, Enseada do Flamengo, 6 de julho de 2016.

¹⁷⁵ Esta relação aparente entre o sucesso da pesca artesanal de tainhas no litoral norte paulista coincidir com a não operação da frota de cerco industrial durante uma mesma safra, merece ser investigada com maior profundidade. Pode estar neste “acidente” do acaso, a semente de um melhor manejo e gestão da espécie.

4.3.6. Pesca de linha de mão: a *linhada de garoupa* e a *jugada*¹⁷⁶

Nos *pesqueiros de costeira*, a espécie alvo principal para a *pesca de linha de mão* é a *garoupa legítima* (*Epinephelus marginatus*). A grande maioria dos *pesqueiros de costeira* marcados usados e nomeados pelos pescadores da Enseada do Flamengo, principalmente na costeira da Ilha Anchieta, estão relacionados historicamente à pesca desta espécie de serranídeo.

Hoje esta arte pesqueira local tradicionalíssima está proibida pela portaria nº 445 de 17/12/2016¹⁷⁷, colocando em grave risco a manutenção do PHT relacionado com a garoupa.

Ah, eu comecei a pescá com meu pai... com 8 ano... a gente, quando eu ia, eu ia pescá mais pro lado aqui da, do *Boqueirão, Praia de Fora*, por ali... pescava na garoupa... é, garoupa de linha... É, meu pai pescava muito pra lá (Ilha Anchieta), meu pai, meu avô... meu avô pescava muito com o Daniel Gil, com o avô do Antenor né? Pescava muito os dois lá. Tinha muita gente que pescava lá pra Ilha Anchieta, o João Pedro, o *Pequeno*, né, essa turma toda... o *Zé Gil*, (pai) do Antenor... (OLIVEIRA FILHO, 2015, comunicação pessoal)

Figura 57 - Tião Manquinho, pai do mestre Sebastião Lourenço, pesando uma garoupa prestes a ser vendida. Foto: Arquivo de família, Praia da Enseada, Costeira do Júlio, por volta do ano de 1950.

Eu saía todo dia com meu pai numa canoinha tão pequena que sentado no fundo o joelho ficava assim... sabe... pra cima do bordo. Nós ia pescá de linha lá atrás da Ilha (Anchieta), *nas Palma*. Saía de madrugada, meia noite, uma hora, no escuro ainda, e ia remando até lá no *pesqueiro* onde tinha feito o *engodo*. Se matava alguma garoupa trazia pra terra e já trocava na venda do Maciel por um bocado de querosene, uns anzol novo, essas coisa que num tinha por aqui. (DOS SANTOS, 2004, comunicação pessoal)

¹⁷⁶ Pescar de *jugada* é como localmente se denomina, pelos mais antigos, a pesca com *linha de mão* para a captura de *peixes de fundo*. A *jugada* é preparada com pelo menos dois anzóis e uma chumbada.

¹⁷⁷ Durante o correr de nossa pesquisa, a pesca da *garoupa verdadeira* (*Epinephelus marginatus*) foi proibida pela portaria nº 445, de 17/12/2014 do MMA. Esta proibição foi suspensa liminarmente em 8 de junho de 2015, voltando essa pesca a ser permitida. Então em 22 de junho de 2016, pescar garoupas tornou-se crime ambiental.

A pescaria da garoupa necessita de refinada técnica e um grande conhecimento do pescador sobre o local exato em que a linha deve ser lançada, pois a garoupa habita grandes buracos entre as pedras do fundo, denominados de “*tocas*”. “O sucesso da pesca com a *linha de fundo* depende muito da localização dos parciais que os *peixes de pedra* escolhem para se esconder” (WILLEMS, 2003: p.66, grifo nosso).

É difícil, é difícil... é difícil pegá uma garoupa (grande) nisso aí, a garoupa é um peixe mais de profundidade... num é um peixe que fica aí em costeira rasa não... fica, pra criá, que ela vem (pro raso) né, só pra criá... é muito raro. A garoupa é peixe de profundidade... é o peixe mais raro (de se pescar uma grande com linha) que tem, é a garoupa, a garoupa é um peixe tão raro que só produz uma *perna de ova*, a garoupa só tem *uma perna de ova*, dessa grossura assim (mostra). (DE GÓIS, 2014, comunicação pessoal)

Em 16 de julho de 2015, mesmo enfrentando um *mar grosso*, fizemos um levantamento de campo junto ao *mestre* Antenor dos Santos, marcando com um aparelho de *GPS* vários *lugá* da Ilha Anchieta¹⁷⁸. Entre logradouros de referência espacial (“endereços”) e *pesqueiros* específicos de garoupa, marcamos só neste dia 70 lugares tradicionais (*lugá*) relacionados ao PHT dos pescadores locais da Praia da Enseada.

4.3.6.1. Pescaria de garoupa não é para qualquer um

Eu pescava com *linha fina* que era pra *mantê a despesa*, sabe, *pagá a isca*, matava marimbá, vermelho, jaguaruçá, garupinha miúda, e ele (o pai) na *linha grossa*, um dia falei: Pai, dá uma linha dessa grossa pra mim mata um garoupão desse aí... Ele me deu uma linha quase da grossura daquele negócio da bicicleta (0,5 cm.), mas era linha de algodão Alemão, você fazia assim... tava pesada... jogava pra baixo... fazia assim... tava pesada... fiquei só com a ponta da linha na mão... (risos) Aí passô uma onda, dei uma *ferrada*... ele (o pai) *juntou a linha* e foi *colhendo linha* da minha mão... dobrou aquilo e bateu na minha cara com a linha, “Cê num sabe pescá cum essa merda, num pesca!”... (risos). Porque a *linha fina* cê sente, agora a *grossa*... fica aquele peso... corda de algodão cara... eu joguei a linha dentro da *toca da pedra*, ele ficou puto comigo... (DOS SANTOS, 2014, comunicação pessoal)

Uma das habilidades requeridas para a pesca da garoupa com *linhada de mão*, é a capacidade de manter a canoa sobre o ponto exato da *toca* e jogar a linha de modo que o anzol

¹⁷⁸ Utilizamos para marcar estes logradouros tradicionais um *GPS Garmin Etrex Legend C* e uma câmera *Sony Cyber-shot DSC-H20*. Um dos vídeos registrados nesta saída de campo está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xX0WIRS39fQ&list=PLBpXFzQ1-RIMNRG5r_rQECUAMhhXSPpiw&index=11 (CONTORNANDO O ILHOTE DO SUL, 2015).

iscado penetre pelas frestas da pedra e atraia a mordida do peixe. Muitas vezes o pescador mantém a posição da canoa remando apenas com uma das mãos, enquanto com a outra ele domina a linha e o anzol.

Acho que 22 quilo, mais ou meno assim (faz um gesto)... *na mão né, na linha...* no Catimbau... é difícil pegá... a garoupa é um peixe que você tem que tê *manha*, que se não tem... Você num pode pegá a linha assim (faz um gesto), num pega! [...] tem que [...] é que é pra ela caí assim (faz gesto)... porque se ficá toda hora (faz um gesto)... ela (a garoupa) sabe (percebe). Isso é *manha*, se não tive isso aí, se não sabê, num pega memo [...] as grande não! As grande num é assim não... e hoje num tem mais gente que tem essas *manha*. (GIRAUD, 2015, comunicação pessoal)

A melhor isca é o bonito (*Euthynnus alletteratus*), depois vem o parati (*Mugil curema*) e a sardinha (*Sardinella brasiliensis*), todas são mais eficientes quando “*ardidas*”, ou seja, deixadas a apodrecer de um dia para o outro (DOS SANTOS, 2015, c.p.; OLIVEIRA FILHO, 2015, c.p.). Um ensinamento caiçara local dita: “Peixe grande: anzol grande, isca grande” (DOS SANTOS, 2004, comunicação pessoal).

Ah, pra garoupa sempre era bonito, sardinha né? À bem dizer, come quase tudo né? Que nem meu pai, meu pai pegava a isca, ele enterrava na areia, né, o bonito ou a sardinha, enterrava na areia, deixava de um dia pro outro, daí no outro dia ele ia tirá pra pescá... que era pra dar o cheiro né, pra garoupa sentir o cheiro... Que você vê, que cê vai pescá com a isca gelada o peixe já quase não pega né, se vai com peixe podre, a isca podre, a garoupa pega... Ah, meu pai pescava que quando chegava com a canoa quase que num dava gosto de chega perto da canoa, o fedô! As vez tava com bicho, aquele bicho coisa, ele enfiava com aquilo... e olha, eu vô dizê procê, era difícil meu pai saí que num trouxesse garoupa... mas só que ele também, ele era assim, saía de manhã, esperava... se não pegou com a maré vazando, ele esperava a maré enchê, e ele sempre trazia garoupa... ficava quase o dia inteiro, mas sempre a garoupa dele era garoupa assim ó (faz gesto com 50 centímetros), nunca trazia essas garoupa miúda, num trazia não. (OLIVEIRA FILHO, 2015, comunicação pessoal)

Geralmente é usado um anzol “reto” com cerca de cinco centímetros de comprimento e linha de nylon entre 120 e 140, sem chumbada, minimizando assim a possibilidade da linhada “*entocar*”, ou seja, ficar presa nas frestas das pedras. Em alguns casos pode ser usada uma chumbada fina e tubular acima do anzol. Se a linha *entocar*, o que é muito comum, esta é deixada amarrada em um dos bancos da canoa e outra linhada é lançada enquanto o pescador vai checando a primeira linha, pois muitas vezes o próprio peixe de tanto *beliscar* a isca consegue desentocá-la. O pescador também consegue perceber através das vibrações da linha se a “*beliscada*” é de peixe miúdo, chamado de *papa isca*, ou da desejada *beijuda*¹⁷⁹. “Quando o *papa isca* para de *beliscar* a isca, há que ficar atento pois é o peixe grande que está por perto,

¹⁷⁹ Uma das denominações locais da garoupa.

então quando ele *carregar a linha com tudo*, tem que *ferrar* forte se não a garoupa *entoca* na pedra, aí é mais difícil de tirar ela de lá” (DOS SANTOS, 2004, comunicação pessoal).

A maré ideal para a pesca da garoupa é a cheia (preamar), “tanto é que você vê quando você mergulha, você vê, quando a maré tá cheia, aparece tudo quanto é peixe... Quando a maré tá baixa você num vê quase nada né... É assim que funciona a coisa” (GIRAUD, 2015, comunicação pessoal). A água muito fria, muito barrenta de chuva ou muito transparente, também dificultam esse tipo de pescaria (DA GRAÇA, 2015, c.p.; DOS SANTOS, 2015, c.p.; OLIVEIRA FILHO, 2015, c.p.). A cor da água que favorece a captura da garoupa, é uma água “bem *azuladinha*, meio *arroxeada*” (DE JESUS, P.P., 2015, comunicação pessoal)¹⁸⁰.

4.3.6.2. Pescando garoupas tradicionalmente

A essência objetiva do nosso projeto de mestrado, ilumina uma imensa lacuna de informações sobre o território-ambiente marinho da Ilha Anchieta e região.

Existe hoje uma necessidade premente de informações sobre a eficiência do modelo de “proteção” marinha representado pelo Polígono de Interdição da Ilha Anchieta. Esta carência de dados científicos locais foi uma das três maiores lacunas de conhecimento apontadas pela APA Marinha do LN, ao concluir o escopo dos trabalhos participativos do plano de manejo, em outubro de 2013 (VIANNA, 2016, comunicação pessoal).

Analizado este nosso projeto de pesquisa que procura testar a eficiência do PHT local quanto ao uso das técnicas pesqueiras exercidas pelos caiçaras locais em seus *pesqueiros* tradicionais, o ICMBio nos concedeu autorização (Anexo A) para exercermos o tipo local de pesca tradicional de garoupas dentro do Polígono de Interdição à Pesca da Ilha Anchieta, onde só é permitida a “pesca científica regularmente autorizada” (BRASIL, 1983).

No entanto, os pescadores locais, ressabiados e com o temor de serem presos mesmo com a tal “autorização” em mãos, por várias vezes desistiram de ir pescar conosco na Ilha Anchieta. Mesmo assim, eles nos ajudaram com a confecção das linhaças e também nos passaram informações detalhadas de como localizar os *pesqueiros* que eles acreditavam, poderiam dar alguma garoupa, nos ensinando técnicas de pesca especiais para cada *lugá*.

¹⁸⁰ Depoimento completo do pescador Pedro Paulo (*Lagarto*) colhido em campo, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GHoMluTy3Q> (PESCARIA DE GAROUPA – LAGARTO).

Isso ocorreu em todas as duas pescarias científicas que fizemos, dias 8 e 14 de julho de 2015, todas no lado abrigado do *Sul da Ilha* porque o mar estava *grosso* nos pesqueiros do “*Lado de Trás da Ilha*”. Para estas pescarias e também no mapeamento dos *pesqueiros de garoupa* da Iha Anchieta, utilizamos uma legítima canoa caíçara de nome Marvada, medindo 6,5 metros *de comprimento* por 0,8 metro *de boca*, utilizando um motor de popa Mercury de 5 *hp* para propulsão (Figura 58). Esta configuração garantiu uma navegação extremamente ágil e segura mesmo quando enfrentamos condições de mar mais turbulentas lá “*Atrás da Ilha*”.

Figura 58 - Marvada, a nossa canoa de pesquisa. “Pra mim, essa canoa vale mais que uma Ferretti” (KLINK, 2010, comunicação pessoal). Foto: Peter Santos Németh, Praia do Leste, julho de 2015.

Durante as três pescarias realizadas, fomos abordados apenas uma vez, pelo vigilante do Parque Estadual que gentilmente analisou e fotografou nossa documentação, permitindo que imediatamente prosseguíssemos com nossa pesquisa.

Fazia também parte da nossa investigação a eficiência da fiscalização quanto à pesca irregular dentro do Polígono de Interdição, portanto não informamos nem à gestora do PEIA, nem à polícia ambiental sobre a realização das nossas incursões de pesca¹⁸¹.

¹⁸¹ Após a abordagem do “*guarda da Ilha*”, fui na manhã seguinte ao escritório localizado no Saco da Ribeira apresentar à gestora do PEIA nosso trabalho de pesquisa. Ela me convidou a participar da reunião do conselho gestor do PEIA, naquela tarde dia 15 de julho de 2015, cuja pauta tratou de algumas devolutivas sobre uso público e licitações, participação no Festival da Mata Atlântica, GT capacitação, credenciamento de embarcações, também houveram duas apresentações, uma do Sistema Integrado de Monitoramento Marítimo (SIMMar) proferida por Gabriele Sant’Anna, da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (CFA) e outra sobre o cadastro de projetos de pesquisa junto à Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal (COTEC) feita por Humberto Gallo Junior.

Figura 59 - Momento da abordagem feita com muita cordialidade pelo “*guarda da Ilha*” (Isaque), próximo ao *Calhéu*. Foto: Peter Santos Németh, Sul da Ilha Anchieta, 14 de julho de 2015.

Após termos sido “pegos” e “liberados”, os *mestres* locais ficaram um pouco mais confiantes, entretanto não houve mais tempo hábil para uma nova incursão de pescaria.

Figura 60 - Primeira isca, primeira garoupa. Capturada através de técnica tradicional no *pesqueiro* denominado *Pedra da Baleia*. Faca = 33 cm. Foto: Peter Santos Németh, Ilha Anchieta, 8 de julho de 2015.

Baseado nas instruções técnicas que nos foram transmitidas pelos pescadores locais, capturamos e soltamos três garoupas nos *pesqueiros* indicados pelos pescadores locais¹⁸², confirmando a ocorrência da espécie nos *pesqueiros* tradicionalmente conhecidos e nomeados.

¹⁸² Capturamos duas garoupas dia 8 e uma dia 14. As capturas e solturas podem ser visualizadas através do vídeo-diário de campo disponível em formato de *playlist* na plataforma do *Youtube* em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLBpXFzQ1-RIMNRG5r_rQECUAMhhXSPpiw (CAMPO ENSEADA JULHO DE 2015).

Também foi detectada uma grande ameaça local às garoupas, a caça submarina. Mesmo ilegalmente, caçadores submarinos “profissionais” sistematicamente caçam garoupas nos costões da Ilha Anchieta (SÃO PAULO, 2015b). Essa modalidade é praticada principalmente durante o *raiar do dia* e no lusco-fusco do *serãozinho*, em uma técnica de “assalto”. Uma pequena lancha de alumínio, lança 2 ou 3 caçadores em determinados pontos do costão e depois fica esperando *de largo*, fora do Polígono de exclusão de pesca. Após uma espera de 20 ou 30 minutos, a lancha retorna e resgata os caçadores e os peixes capturados ilegalmente. A grande ameaça da caça submarina é que quase sempre só os grandes exemplares de garoupas, entre 10 e 25 quilos é que são capturados, e justamente são estes os indivíduos “sobreviventes”, que passaram por todo um longo e complicado processo de seleção natural.

Lá pra trás (sul da ilha Anchieta), pra Baleia, depois da Baleia... ali naquela virada lá do Saco Grande (7 Garoupas) lá... atrás, naquele saco que chama Saco Grande da Ilha, que é muito bom também... Sempre gostei de pescá praquele lado de lá... Lá dá muita garoupa... Não digo... nunca matei garoupa assim de 20 quilo, nunca peguei, mas garoupa de 5 quilo, 10 quilo, sempre peguei lá. (OLIVEIRA FILHO, 2015, comunicação pessoal)

“E garoupa pra mim, eu vô falá a verdade pra você Alemão, garoupa boa eu acho que á até 5 quilo, passou de 5 quilo num... num tem mais gosto (sabor)... Vai ficando duro (a carne), uma coisa esquisita...” (OLIVEIRA FILHO, 2015, comunicação pessoal). “A garoupa maior que eu matei de linha, até hoje... com meu pai... 11 quilo... no Parcelzinho (pesqueiro na Ilha Anchieta)...” (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal).

Todas as garoupas nascem fêmeas e apenas os exemplares acima de 9 quilos podem transformar-se, de fêmeas em machos. É um complexo e delicado processo de inversão sexual (além da seleção natural), que envolve também a ocorrência de juvenis, estimulando a maior fêmea do grupo a mudar de sexo e formar “haréns” reprodutivos (SANCHES, 2008: p.8).

Assim, qualquer grande macho capturado fácil e covardemente através da caça submarina, causa um imenso desequilíbrio local para o acasalamento e reprodução desta espécie.

Olha, a garoupa é um peixe que raramente você pega uma ovada, é muito difícil. De cada 100 garoupa, você vai pegá uma *ovada*, mas é raro, raro, raro. É a mesma coisa que você, num garimpo, acha uma pedra de ouro, é muito raro. Ela procria o mínimo, o mínimo mesmo, ela procria muito pouco. É por isso que, você vê, que você num acha um cardume de garoupa, né, você num vê uma *comilação* de garoupa, né, é difícil... Você vai pescá ali horas e horas pra pegá uma garoupa... É um peixe muito diferente. (DE GÓIS, 2015, comunicação pessoal)

4.4. O calendário local de pesca

Nosso levantamento inicial de campo, realizado em julho do ano de 2014, identificou diversas informações à respeito do regime climático local e da ocorrência sazonal de certas variedades de peixes. O conjunto dessas informações climatológicas e sua distribuição ao longo dos meses do ano, bem como suas relações com o comportamento das marés e dos peixes, nos levou à sistematização de um “calendário” tradicional de pesca local.

Este calendário ao ser representado graficamente, na tentativa de combinarmos aspectos do “tempo natural” que regem o PHT, com aspectos do “tempo do relógio” (CUNHA, 2009), adquiriu o formato de uma “Roda do *Tempo*” (Figura 61).

Assim, sobrepostos estes diferentes “tempos”, distribuímos as informações das ocorrências climático-ambientais mais relevantes ao longo dos meses e “estações” do ano¹⁸³, combinando-as com os relatos locais das ocorrências das principais espécies de peixes.

Trabalhando diariamente com os peixes, tanto na captura, quanto na sua evisceração para a venda, os pescadores adquirem conhecimentos empíricos detalhados sobre as condições biofísicas dos pescados. O tipo de dieta que eles comem, época em que estão *ovados*, quando estão *gordos* ou *magros*, fornecem valiosos subsídios para a composição de um quadro sazonal geral das *épocas de peixe*.

O parati, ele é do verão ao frio, á aquela época de outono pra inverno, né, então é o (essa a época do) parati. E aí depois, acabando o parati já vem a tainha, acabando a tainha vem a sororoca, acabando a sororoca já tem a espada, acabando a espada já vem os outro peixe... É o ano todo, é que nem fruta. O peixe é que nem fruta, tem a época de pegá ele, tem a época de comê. Se você comê um peixe na época dele, ele é gostoso, é que nem fruta né? Se você comê uma fruta fora de época, ela tá ruim, tá seca, a mema coisa é o peixe. (DE GÓIS, 2015, comunicação pessoal)

4.4.1. A classificação do *Tempo*¹⁸⁴: *Tempo Quente e Tempo Frio*

Os relatos baseados no PHT local que obtivemos, sobre as condições e temperatura do mar; intensidade e frequência de ventos, chuvas, trovoadas; espécies e safras de peixes e suas implicações nas práticas sociais das famílias tradicionais locais, e na sazonalidade das diversas

¹⁸³ Também observamos os eventos astronômicos que marcam estas estações, os solstícios e equinócios.

¹⁸⁴ Com “T” maiúsculo e itálico, assinalaremos o *Tempo* relacionado com aspectos meteorológicos, climáticos sazonais e/ou das “*Épocas*”: de peixes, animais ou plantas.

artes de pesca, evidenciaram que os pescadores percebem a distinção clara entre apenas duas “estações”: o *Tempo Quente* e o *Tempo Frio* (MOURÃO, 1971; PAES, 1998: p.63; REZENDE DA SILVA, 2004: p.136).

Porque geralmente, nós aqui (os caiçaras locais), nós temos duas estação do ano... A turma (a sociedade em geral) fala que nós temos quatro estação, mas pra nós, pra nós aqui, sempre foi assim: *Tempo Quente* e *Tempo Frio*. O *Tempo Quente* pra nós é depois de setembro, então, setembro, outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, aí março, março, já vai começa no final de março o *Tempo Frio*. Aí vem maio, junho, julho, agosto, setembro, aí é *Tempo Frio* pra nós. Mas geralmente, é, nós (a sociedade em geral) temos quatro estação, mas a gente (os caiçaras locais) sempre foi acostumado assim: *Tempo Quente* e *Tempo Frio*. (DE GÓIS, 2015, comunicação pessoal)

Figura 61 - A Roda do Tempo, o calendário sazonal baseado no PHT dos pescadores da Praia da Enseada. Desenho: Peter Santos Németh, em coautoria com os pescadores locais.

4.4.2. A sazonalidade “tradicional” das *Épocas* e espécies-chave locais

A variação sazonal de ocorrência local das espécies de peixes depende de como os fatores climáticos se encadeiam ao longo das estações do ano, proporcionando, ou não, as condições ideais para que os cardumes apareçam no *Tempo* certo.

A tainha memo, dependendo da época do ano Alemão... a tainha é o seguinte, eu já *matei* muita tainha em abril e maio... é então... e em junho, eu já não *matei* tainha... Então isso depende muito da época que *corre o Tempo*, quando venta sudoeste, que dá aquela maresia e tal. É igual ao camarão branco, o camarão branco é abril e maio, né, que dá... tem vez que não dá abril e maio, vai dá junho e julho, tem... (Eu: Varia de acordo como “encaixa” a maré o vento, essas coisas?) Varia conforme... isso memo, isso memo... varia muito... Igual o carapau... o carapau, tainha, tainha vem do sul... sororoca, tainha, anchova... vem tudo do sul, e os outro, tainha, parati, sororoca, cavala, anchova... tem mais... eles vêm do sul prá norte... (Eu: Peixe de corrida?) Peixe de corrida... isso memo... (DE GÓIS, 2014, comunicação pessoal)

Os pescadores locais também utilizam alguns sinais da natureza para verificar se o *Tempo* está correndo de acordo com a tradição. “Quando o ipê do *Saco Grande* dá flor, é hora de *arriar o cerco* (flutuante) para o verão”. (DE JESUS, J.B., 2014, comunicação pessoal).

O cação, quando a gente pescava de tresmalho, aí no *Baixio do Mar Virado*, que largava a rede por fora da Ilha Anchieta, o tresmalho a gente pegava o cação muito de agosto à setembro. Começava o *Tempo* a enfumaçá, ficava aquele *Tempo* enfumaçado que a gente só via aquele Noroeste já correndo prá... então dava muito cação nessa época. (DE GÓIS, 2015)

Tabela 3- *Tempo Quente*, meses de primavera-verão: características do *Tempo* tradicional.

“TEMPO QUENTE” (PRIMAVERA-VERÃO)			
SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Início do “ <i>Tempo Quente</i> ”, preparação para a pesca do “ <i>Tempo Quente</i> ”; Grande desova de mexilhões, época de instalar os coletores artificiais de sementes de mexilhões.	Pesca do “ <i>Tempo Quente</i> ”, época de tranquilidade “pré-Temporada”, maior liberdade para atividades tradicionais.	Início da transição: Tempo Natural X Temporada. Aumentam os “bicos pré-Temporada” e o fluxo de dinheiro, ainda prevalece a “liberdade” tradicional (“sossego”). Reforma de barcos para a Temporada.	Tempo de preparação para a Temporada. Tempo de “correria” para aprontar as casas dos turistas para o verão (pinturas, reformas, jardins, cama mesa e banho). Início da Temporada de Verão. Fim da “liberdade” tradicional.
CARACTERÍSTICAS CLIMÁTICAS e “ÁGUAS”			
Equinócio de Primavera. Ocorrência de “ <i>fumaça</i> ”. Início da “ <i>Água Quente</i> ”. Ventos: <i>Noroeste, Sueste, La Sueste</i> . Início das chuvas.	Época de chuvas e ventanias. Ventos: <i>Noroeste, Sudoeste, Sueste, La Sueste</i> .	Início da “ <i>Água Clara</i> ”. O mar começa a amansar. Começam as <i>Trovoadas</i> e as chuvas de verão.	Solstício de Verão. Mar manso, águas quentes e claras. Aumento de <i>Trovoadas</i> e <i>Aguaceiros</i> (chuvas de verão).
Época de desova de peixes.	Época de desova de peixes.	Época de desova de peixes.	Época de desova de peixes.

Tabela 4- *Tempo Quente*, meses de verão-outono: características do *Tempo* tradicional.

“TEMPO QUENTE” (VERÃO-OUTONO)			
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL
Alta Temporada, tempo de estresse socioambiental, invasão territorial, poluição ambiental, tráfego e ruído de lanchas que prejudicam a pesca. Pesca-se mais durante a noite e nos horários mais tranquilos (das 17 às 9 da manhã). Grande interferência sociocultural, fim do “sossego”. Época de ganhar dinheiro com os “turistas”.		Início da transição: Temporada X Tempo Natural. Retomada do território, normalização da pesca e das atividades cotidianas locais. Compra e reforma de embarcações para aguentar o <i>Tempo Frio</i> .	Tempo Social volta a ser igual ao Tempo Natural. Início da preparação para a pesca do “ <i>Tempo Frio</i> ”; ocorrência maior de atividades tradicionais, retomada da coesão sociocultural; compra e reforma de embarcações.
CARACTERÍSTICAS CLIMÁTICAS e “ÁGUAS”			
Mar manso, águas quentes e claras. Muito calor. Trovoadas e chuvas de verão quase todas as tardes. A <i>Lestada</i> começa de manhã e termina de tarde, enquanto ela venta, não chove.	Vento <i>Norte</i> pode cair com força (“ <i>se é Norte, é pouco, mas é forte</i> ”).	Equinócio de Outono. Chuvas.	Início da “ <i>Água Fria</i> ”.

Tabela 5- *Tempo Quente*, meses de primavera-verão: características do *Tempo* tradicional.

“TEMPO FRIO” (OUTONO-PRIMAVERA)			
MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO
Fim da preparação da pesca do <i>Tempo Frio</i> e Início do “ <i>Tempo Frio</i> ”. Início do tempo de provisionamento. Tempo de “reflexão” (avaliação e planejamento do “futuro”).	Tempo de grande coesão sociocultural, festas juninas, auge da pesca da tainha (intensa pesca noturna em busca da tainha), reativação da memória cultural tradicional, tempo de não interferência “turística” nas atividades tradicionais.	Início da “Férias de Julho”, fluxo de “turistas” bem mais integrados à comunidade local. Forte coesão social durante a Folia do Divino Espírito Santo. Intensa pesca noturna em busca da tainha.	O “ <i>mês da fome</i> ”. Tempo de escassez e de espera pelo “ <i>Tempo Quente</i> ”, que trará a fartura. Época de manutenção de embarcações.
CARACTERÍSTICAS CLIMÁTICAS e “ÁGUAS”			
Ventos: Fim das chuvas e início da estiagem (meses sem a letra “R”). Podem ocorrer “maresias” desde o fim de abril até agosto.	Solstício de Inverno. Época de chuvas e ventanias. Ventos: <i>Oeste</i> (“vento frio”), <i>Lestada</i> , <i>Noroeste</i> (vento quente e “sem rumo”), <i>Sueste</i> , <i>La Sueste</i> . Podem ocorrer “maresias”. Junho e julho é tempo de “ <i>Terralão</i> ”, (“ <i>terralão de boca de barra</i> ”, vento frio que sopra na madrugada).	Época do vento <i>Oeste</i> (muito frio) e também de fortes e constantes <i>Lestadas</i> , intercalados com o <i>Noroeste</i> que precede viradas de tempo (chuvas ou “maresias”). Pode ocorrer a “ <i>poeira</i> ”, um tipo de neblina densa que chega a molhar (vide Figura 30, à página 110).	Ocorrência de “ <i>fumaça</i> ” (nevoeiro).

4.4.3. A estatística pesqueira oficial e a pesca de subsistência cultural

Tivemos acesso também aos dados estatísticos oficiais, dos Relatórios de Produção Pesqueira, coletados pelo Instituto de Pesca dentro do Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira Marinha e Estuarina (PMAP), referentes aos três pescadores artesanais locais da Praia da Enseada¹⁸⁵ que participam desse monitoramento. Estes três pescadores, no período de junho de 2010 até outubro de 2015, relataram a captura total de 21,9 toneladas de peixes, de 48 espécies diferentes, divididas em 548 descargas. Estas capturas representaram uma média de 39,9 quilos por desembarque, envolvendo as seguintes técnicas/artes/petrechos: *cerco flutuante*; *rede de espera* (*tresmalho de costeira* e *tresmalho de fundo*); *rede de tróia*; *linhada de mão* (*anzol*, *zagarelo* e *corrico*) e *rede boiada*.

Estas técnicas/artes/petrechos de pesca configuram uma modalidade resiliente e adaptativa de pesca que pode ser chamada de *multi-artes*. Elas são praticadas combinando, de acordo com as condições sazonais do local, o uso de três canoas à remo, uma canoa à motor e um barco de pesca motorizado.

Os pequenos pescadores locais e suas estratégias de pescaria *multi-artes* características, estavam “invisíveis” (SECKENDORFF e AZEVEDO, 2007: p.6-7) perante as informações estatísticas disponíveis, até 2010, quando só então passaram a ser monitorados pelo Instituto de Pesca (PROPESQ, sem data, site da internet).

Portanto, estes dados estatísticos oficiais auferidos¹⁸⁶ são especialmente valiosos para o nosso estudo pois referem-se estritamente ao microuniverso pesqueiro artesanal local. Assim, o conjunto das espécies consideradas “locais” (LEITE, 2011: p.12-13), diferenciam-se em muito das estatísticas globais baseadas nos dados das descargas da grande pesca industrial que são realizadas no mesmo corpo d’água, a Enseada do Flamengo. Deste modo, apura-se os resultados verdadeiramente locais, excluindo-se as espécies, artes de pesca, esforço e volume

¹⁸⁵ Segundo a política do PMAP, os relatórios individualizados apenas podem ser solicitados pelo próprio pescador (PROPESQ, sem data, site da internet). No nosso caso, tivemos acesso aos relatórios mediante a entrega de procurações específicas para uso dos dados neste estudo (Anexo C), assinada pelos próprios pescadores, mais cópia dos documentos de identificação pessoal dos mesmos e carta de apresentação do pesquisador (Anexo B).

¹⁸⁶ Os dados estatísticos locais a nós fornecidos, correspondem à quantidade de cada espécie de peixe capturada, em cada mês do ano, entre os anos de 2010 a 2015. Foram-nos cedidos no formato de tabela, listando: município; local de descarga; data de descarga; unidade produtiva (pescador ou embarcação); categoria de pescado (espécie); aparelho de pesca (arte ou petrecho); captura em quilos; latitude; longitude; dias de pesca; referência área pesca (*pesqueiro*); profundidade mínima e profundidade máxima.

de captura, que são na realidade provenientes da consolidação dos dados estatísticos da grande pesca industrial, e apenas descarregados no Saco da Ribeira.

Esta nossa pequena pesca artesanal local, “invisível” por sua pouca relevância econômica dentro do universo estatístico global da pesca, é no entanto, um tipo de pescaria que envolve não apenas os serviços de provisionamento, ou seja, a sobrevivência material do grupo, mas também os serviços culturais, responsáveis pela perpetuação de um modo de vida através da transmissão dos valores imateriais de sua própria cultura (MEA, 2003). Assim podemos destacar que, mais do que gerar riqueza, o grande valor intrínseco da pesca artesanal local é ser, acima de tudo, uma pesca de subsistência cultural.

A fim de sistematizar a sazonalidade pesqueira das principais espécies de peixes locais, esboçados na nossa Roda do *Tempo* (Figura 61), elaboramos três tabelas comparativas, divididas de acordo com a classificação tradicional entre *Tempo Frio* e *Tempo Quente*.

A partir desta sistematização dos dados estatísticos oficiais e das informações de campo, podemos analisar a ocorrência local, ao longo do ano, das espécies “dignas de nota”¹⁸⁷ “oficiais”, com as informações “culturais” da sazonalidade pesqueira tradicional, obtidas através do acesso ao PHT local, durante nosso trabalho de campo.

Alertamos, entretanto, que alguns reportes fornecidos ao Instituto de Pesca podem estar subdimensionados pois detectamos um certo “receio” dos pescadores locais em relatar grandes capturas. Esta precaução se deve ao temor de que o “governo” cobre taxas relacionadas à produção pesqueira ou imponha mais restrições ambientais à pesca local.

Nos relata um dos pescadores locais mais experientes:

Isso aí (a estatística pesqueira) eles fazem, é pra você... que nem o mapa de bordo... você faz, é pra vê o quanto que você mata... é pra você pagá, se você passá de uma conta você tem que pagá... então é isso... [...] Se você matá poquinho não, mas se você passá da conta você tem que pagá... você paga uma taxa, é isso que eles querem. [...] A gente num fala a verdade, porque os cara que mexe com a gente são mintiroso... são mintiroso... eles num jogam limpo com a gente não... se eles avisasse: Olha, se você matá 100 quilo, você num vai pagá nada, se você matá 150 quilo, você vai pagá um poquinho... Não, eles vem, é, enrola você, você num sabe de nada, você dá uma bobeira, um poquinho, aí você paga uma multa do caramba, você dá até vontade de pará de pescá... Por quê!? São mintiroso com o povo... se fosse direito com o pescador, verdadeiro com o pescador... o pescador, é... o *mestre*, é... fora a mintira dele, que é de um pescador com o outro, mas é “direito” (honesto) mas aqui em terra é que tem,

¹⁸⁷ Portanto, são estas as “espécies” que os pescadores locais julgaram relevantes a ponto de relatarem a quantidade capturada, ao Instituto de Pesca. Essa relevância, de alguma maneira também se relaciona com o PHT já que foi obtida através de entrevistas regulares com os pescadores locais e também reflete a avaliação do próprio pescador sobre quais são as espécies “dignas de nota”, seja comercialmente, seja “culturalmente” (QUEIROZ, 1988: p.18).

a mentira é aqui, engana a gente [...] Num vê os cara da tartaruga (Projeto Tamar¹⁸⁸), essa frescura toda, ó aí o que tá fazendo!? Qué dê!? Agora num pode pescá cum rede, cum nada... fica aí essa “bondade” (sarcasmo) que eles trouxeram cum nós aí, né!? “Amigo” (ironia), a gente pegando as tartaruga, fazendo as coisa pra eles... aí... num pode pescá cum rede boiada! E nós na maior moleza né... fazendo tudo pra ajudá eles... então a gente tem que contá mentira memo, tem que contá mentira... (*Mestre pescador local, mantido em anonimato, 2014, comunicação pessoal*)

Outras considerações locais, necessárias à uma correta avaliação das estatísticas oficiais, são: a distorção causada pela arte do cerco flutuante, tanto no volume de captura (Figura 62) quanto nas espécies-alvo¹⁸⁹; e também algumas variedades de alto valor comercial como a anchova, a cavala, a sororoca, a tainha, a lula e a garoupa, que têm seu nível de captura impactado, já que seus principais *pesqueiros* tradicionais estão localizados em áreas proibidas à pesca no entorno da Ilha Anchieta e da Ilha das Palmas.

Isto posto, podemos comparar mês a mês, as épocas de ocorrência das “espécies” citadas durante as entrevistas de campo, com as espécies “dignas de nota” aferidas pelo controle estatístico oficial feito pelo Instituto de Pesca junto aos mesmos pescadores locais.

¹⁸⁸ O Projeto Tamar é visto pelos pescadores locais como um “braço” governamental o que gera um sentimento de desconfiança permanente. Essa confusão quanto às suas reais atribuições institucionais, transfere ao Tamar a “culpa” pela aplicação de algumas restrições de pesca, como a descrita nesse relato de 2014. Na verdade, a “culpa” pela restrição à pesca com rede boiada, vem da aplicação “literal” da Instrução Normativa IBAMA nº 166, de 18 de julho de 2007, claramente formulada para regular a pesca industrial. Esta IN 166/2007 passou a ser intensamente aplicada, agora no ano de 2016, pela discricionariedade valorativa de decisão do novo comandante da polícia ambiental, criminalizando as práticas pesqueiras tradicionais dos pequenos pescadores artesanais do litoral paulista. Esta atitude arbitrária do Estado coloca hoje em risco extremo a reprodução sociocultural do PHT local, principalmente quanto às artes de pesca realizadas em canoas caiçaras.

¹⁸⁹ Por exemplo: em apenas uma semana de novembro de 2010, o cerco flutuante da Enseada, capturou “oficialmente” duas toneladas só de peixe-galo (dados do PROPESQ). Além do peixe-galo, a espada, o carapau, o bonito e a sardinha-verdadeira, são espécies culturalmente valorizadas, as quais o cerco flutuante é tradicionalmente o principal responsável pelos grandes volumes de captura. Outras espécies listadas “oficialmente”, como a bicuda, o panaguaiú (peixe-voador) o timbale e a savelha, são peixes considerados “sem valor” pela tradição local, e que não despertam interesse de captura através das outras artes de pesca além do cerco flutuante.

Figura 62 - Mil e duzentos quilos de “bonito legítimo” (*Euthynnus alletteratus*), capturados pelo ainda ativo *Cerco do Espia* e pelo “extinto” *Cerco do Sul* (localizado na Ilha Anchieta). Foto: Peter Santos Németh, Praia da Enseada, janeiro de 2010.

Tabela 6- *Tempo Frio*, meses de outono-primavera: PHT local e Estatística oficial¹⁹⁰.

“TEMPO FRIO” (outono-primavera)			
MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO
“ESPÉCIES” DE PEIXES LOCAIS - PHT LOCAL (2013 a 2015)			
Sororoca, Caçãozinho, Banana-Verde, Tainha, Camarão Branco, “Mistura”, Manjubinha.	Sororoca, Tainha, Anchova, Camarão Branco, “Mistura”, Espada, Pirajica.	Sororoca, Tainha, Anchova, Camarão Branco, “Mistura”, Espada, Pirajica, Vermelho, Parati, Jangolengo, Carapau rabo-azedo, Ubeba, Corvina, Palombeta, Porco, Caçãozinho.	Sororoca, Anchova, Vermelho, Cação Galha Preta.
“ESPÉCIES” DE PEIXES LOCAIS - ESTATÍSTICA I.P. (2010 a 2015)			
Bagre, Betara, Cação , Camarão Branco, Carapau, Corvina, Espada, Garoupa, Lula, Mistura , Oveva, Pampo, Pescada-amarela, Pescada-branca, Pirajica, Sororoca , Vermelho.	Betara, Camarão Branco, Corvina, Olho de cão, Oveva, Pescada-branca, Pirajica , Sororoca , Tainha, Vermelho.	Cação , Camarão Branco, Corvina, Espada, Mistura , Parati, Pescada-branca, Pescada-cambucu, Pirabiju, Pirajica , Salema, Sargo, Savelha, Sororoca , Tainha, Vermelho.	Bagre, Betara, Bicuda, Cação , Cação-rolador, Camarão Branco, Carapau, Corvina, Enchova , Espada, Guaivira, Mistura, Oveva, Parati, Pescada-branca, Pirajica, Porco, Sororoca , Tainha.

¹⁹⁰ Em negrito as espécies recorrentes em ambas as listagens, a do PHT local e a Estatística oficial.

Tabela 7- *Tempo Quente*, meses de primavera-verão: PHT local e Estatística oficial.

“TEMPO QUENTE” (primavera-verão)			
SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
“ESPÉCIES” DE PEIXES LOCAIS - PHT LOCAL (2013 a 2015)			
Sororoca, Anchova, Vermelho, Galha Preta , Peixe-Galo, Sardinha, Espada .	Vermelho, Peixe-Galo , Sardinha , Corvina , Robalinho , Pampo.	Sardinha e “Comedio”.	Sardinha, Robalo , Parati, Jangolengo , Pampo , Cavala, Lula, Carapau , Vermelho.
Época de desova.	Época de desova.	Época de desova.	Época de desova.
“ESPÉCIES” DE PEIXES LOCAIS - ESTATÍSTICA I.P. (2010 a 2015)			
Betara, Bicuda, Cação , Carapau, Corvina, Espada , Mistura, Oveva, Pampo, Parati, Pescada-amarela, Pescada-branca, Pescada-cambucu, Pirajica, Porco, Raia, Robalo, Savelha, Sororoca , Tainha, Ubarana.	Bagre, Betara, Bicuda, Bonito, Cação, Carapau, Corvina , Enchova, Espada, Galo , Lula, Mistura, Parati, Pescada-amarela, Pescada-cambucu, Pirajica, Porco, Robalo, Robalo-peva , Sardinha-verdadeira , Savelha, Sororoca, Sororoca, Tainha, Vermelho , Xaréu.	Bagre, Betara, Bonito, Cação, Carapau, Cavala, Corvina, Espada, Galo, Mistura, Olho de cão, Oveva, Parati, Pescada-amarela, Pescada-branca, Pirajica, Raia, Savelha, Siri, Sororoca, Xaréu-branco.	Bagre, Betara, Bicuda, Bonito, Cação-rolador, Carapau , Corvina, Espada, Galo, Mistura, Olho de cão , Pampo , Paru, Pescada-amarela, Pirajica, Robalo , Robalo-peva, Siri, Sororoca.

Tabela 8- *Tempo Quente*, meses de verão-outono: PHT local e Estatística oficial.

“TEMPO QUENTE” (verão-outono)			
“ESPÉCIES” DE PEIXES LOCAIS - PHT LOCAL (2013 a 2015)			
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL
Cavala, Robalo, Parati , Lula , Vermelho , Corvina , Carapeva, Caçãozinho , Porquinho, Bonito , Bagre , Pescada, Jangolengo, Espada .	Cavala, Robalo, Parati , Corvina , Betara, Carapau , Lula , Espada , Bonito .	Cavala, Corvina , Betara, Carapau , Lula , Peixe-Galo , Olho de Boi.	Cavala, Carapau , Peixe-Galo , Olho de Boi, Sororoca , Caçãozinho, Banana-Verde
“ESPÉCIES” DE PEIXES LOCAIS - ESTATÍSTICA I.P. (2010 a 2015)			
Bagre , Bicuda, Bonito , Carapau, Corvina , Espada , Galo, Lula , Machote , Mistura, Olhudo, Pampo, Panaguaiú, Parati , Paru, Pirajica, Sororoca, Timbale, Vermelho .	Bicuda, Bonito , Carapau , Corvina , Espada , Galo, Lula , Parati , Paru, Roncador, Sororoca, Timbale, Vermelho.	Albacora, Bicuda, Bijupirá, Bonito, Cação, Carapau , Corvina , Espada, Galo , Goete, Lula , Mistura, Olhudo, Pampo, Parati, Paru, Pescada-cambucu, Pirajica, Porco, Robalo, Salema, Sardinha-verdadeira, Sororoca, Tainha, Vermelho.	Bonito, Bicuda, Carapau , Corvina, Espada, Galo , Guaivira, Lula, Olho de cão, Pampo, Parati, Pescada-amarela, Pescada-cambucu, Pirajica, Porco, Savelha, Sororoca , Vermelho.

Os pescadores locais também costumam classificar uma mesma “espécie” de pescado com nomes diferentes, variando sua denominação, principalmente, de acordo com o tamanho do peixe. Por exemplo: o parati miúdo, é chamado de *pissango*, já o grande, *parati-guassú*; a guaivira pequena, é *taperá*; a sororoca pequena é *sororoca de bicho*¹⁹¹; o carapau miúdo, é *rabo-azedo*, já o grandão é *guarassuma*; a espada grande, é *cara-preta*; a lula grande, é *canudo*; o camarão sete-barbas grande, é *cabeça-verde*; e a maior tainha de cada *quinhão* é chamada *tara*, que antigamente eram ofertadas aos santos da igreja para serem leiloadas nas quermesses juninas. Outros nomes de peixes locais invocam denominações de herança indígena: o camarão branco, é *pititinga*; o pampo-do-alto, é *guarabebê*; a garoupa-brava, é *mamangava*; e o parati-barbudo, é *parati-puã*.

Dentre as mais de 70 variedades de peixes identificadas junto aos pescadores locais durante nosso levantamento de campo, escolhemos as 34 mais representativas econômica e/ou culturalmente, sendo elas: a garoupa; a tainha; o parati; a corvina; a betara; o vermelho; a piragica; o robalo; a espada; o baiacu; o peixe-porco; a lula; o bonito; o carapau; a cavala; a sororoca; o galo; a sardinha; o cação; o bagre; a guaivira; a cocoroca; o marimbá; o jangolengo; o jaguaruçá; o camarão branco; o camarão sete-barbas; a mistura; a santola; o guaiá; a lagosta; o siri candeia; o polvo; e o mexilhão de cultivo.

Destas espécies, fizemos um recorte, de acordo com os relatos colhidos em campo, destacando as 20 mais importantes dentro da economia local. São elas: a garoupa; a tainha; o parati; a corvina; o vermelho; a piragica; o robalo; a espada; o baiacu; o peixe-porco; a lula; o bonito; o carapau; a cavala; a sororoca; o camarão branco; a “mistura”; o cação; a lagosta e o mexilhão de cultivo

4.4.4. A cara do Tempo¹⁹²

Localmente, os prognósticos meteorológicos são elaborados com base na *cara do Tempo*. Diversos são os sinais do *Tempo* utilizados para a realização deste tipo de previsão que irá influenciar a escolha da estratégia de pesca que será empregada. A expressão utilizada é que “o *Tempo* num presta”, ou então, que “o *Tempo* vai arruinar”.

¹⁹¹ Referência a um tipo de verme parasita que se apresenta com frequência nas sororocas juvenis.

¹⁹² Novamente grafamos o *Tempo* com maiúscula e itálico quando falamos das condições meteorológicas. Também os ventos, enquanto “entidade”, serão grafados com maiúsculas e os pontos cardeais em minúscula.

Eu cheguei lá ontem eu vi... um correr de maré do cacete! Eu falei, essa porra de *Tempo num presta*... Eu ia pro lado da Praia de Fora largá minha rede, fui até no Boqueirão, voltei... Não, num vô largá não, esse *Tempo num presta*... Um *correr de maré*, um *correr de maré* tão grande que fazia até *resfolho* cara... Falei, ah! Num vô largá minha rede aí não! [...] A água *corria à leste* com uma força do caralho! Vai dá *Tempo* ruim no mar... voltei pra trás e larguei minha rede lá no Saco do Espia. Num vô largá minha rede lá que vai ser foda. (DE JESUS, J.B., 2014, comunicação pessoal)

A arte de ler a “*cara do Tempo*” leva em consideração diversos “sinais do *Tempo*” tais como: o formato e o comportamento das nuvens; a cor e a nitidez do horizonte; a direção e a temperatura do vento; a textura e a cor da superfície do mar; o “*correr d’água*” (a força da maré); a intensidade do sereno; a fase da lua e a época do ano; e até o comportamento dos insetos e das aves (PAES, 1998: p.62; ALMEIDA, 2005: p.57).

Quanto às nuvens, existe o “*rabo de galo*”, um tipo de nuvem (*cirrus uncinus*) que indica o prenúncio de o *Tempo arruinar* em cerca de 3 ou 4 dias, trazendo mudança abrupta, geralmente com vento Sudoeste¹⁹³. Caso também surja um “*babado de nuvens*” por sobre as montanhas da Ilhabela¹⁹⁴, isso é sinal de que o Sudoeste já alcançou aquela ilha e já está chegando na Praia da Enseada, ou seja, é *tempo* de correr e procurar abrigo imediatamente. A validade deste prognóstico é confirmada quando aparecem à frente do vento que vai entrar, pequenas nuvens correndo no céu, que aparecem e somem rapidamente¹⁹⁵.

E quando você tá pescando né, olha pra aquele risco no céu, esse que a turma (chama de) *rabo de galo*, que a turma fala... tem vez que fica daqui né, do lado do noroeste (ponto cardeal), assim de comprido... esse que fica riscado assim... E ficá sempre olhando a nuvem né? Quando a nuvem vem correndo, ela vem correndo, derrepente que rasga né? Tem vez que ela vem e de repente solta uma ponta e rasga, aí tem vento aí (chegando)... Saí correndo né? Prestá atenção... só isso... (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal)

Nestas mesmas montanhas da Ilhabela, existe uma formação rochosa que na Praia da Enseada é conhecida como Oratório. Quando as nuvens fazem aparecer o Oratório¹⁹⁶, é sinal de que o *Tempo* realmente vai ficar ruim.

¹⁹³ Vídeo de campo em: <https://www.youtube.com/watch?v=f-7CT03iDqo&list=PLBpXFzQ1-RIOk64pA42ktdsglnuaKmu41&index=81> (E O TEMPO ARRUINOU MESMO, 2014).

¹⁹⁴ Vídeo de campo em: <https://www.youtube.com/watch?v=HG0ubU959qg&list=PLBpXFzQ1-RIOk64pA42ktdsglnuaKmu41&index=57> (BABADO DE NUVEM NA ILHABELA, 2014).

¹⁹⁵ Vídeo de campo em: <https://www.youtube.com/watch?v=7RIEhndmTC0&list=PLBpXFzQ1-RIOk64pA42ktdsglnuaKmu41&index=78> (O TEMPO VAI ARRUINÁ, 2014).

¹⁹⁶ Vídeo de campo em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xynj-LPmZZk&list=PLBpXFzQ1-RIOk64pA42ktdsglnuaKmu41&index=85> (ARRELÁ..., 2014).

Se por acaso, ao entardecer, o horizonte apresenta um coloração cinza-alaranjada, como se fosse um tipo de nevoeiro distante, diz-se que “*o Tempo está queimado de Noroeste*”, o que é o prenúncio de ventos quentes que iniciam soprando sem rumo definido, chamados localmente de *Noroeste*, e que antecedem um forte *Sudoeste* (MUSSOLINI, 1980: p.266), e em seguida a chuva.

O *Noroeste* tem uma coisa, quando ele vem, que num chove, ele vem outro (*Noroeste*)... né? É o tar velho ditado que a turma diz: o *Noroeste* não deixa a mãe morrer de sede, né? Então, quando dá um *Noroeste* que num dá chuva, pode esperar outro *Noroeste*. [...] O *Noroeste*, ele procura o rumo né? Porque o *noroeste* ele sempre tem uma coisa, a vazante da maré, a enchente da maré, saída de lua né? Sempre... (OLIVEIRA FILHO, 2015, comunicação pessoal)

Também é um *signal do Tempo*, quando o horizonte fica extremamente nítido a ponto de poderem ser observadas com clareza as pedras e matas da Ilhabela, isso é sinal de que “*o Tempo vai arruinar*”. A observação da quantidade de sereno depositada sobre as canoas ou plantas, também é um indicativo de mudança de tempo. Se amanhece com muito sereno, é sinal de *Tempo* firme e bom, mas caso amanheça tudo seco, é sinal de que “*o Tempo vai arruinar*”.

E quando, pra vê o *Tempo*, né Alemão... de manhã, as coisa que eu falei (ensinei) pra você, a canoa e o sereno né? O sereno da manhã. Se tivé serenando, o *Tempo* tá bom, é. Se tivé muito ressecado, a noite ressecada, tem vez que faz noite clara, mas tá tudo seco, o *Tempo* tá ruim né... tá ruim... Pode ventá né... ventá... Então ficá sempre de olho... [...] Nós ia pescá, passava a mão na proa da canoa, no banco da canoa, na folha da banana né... tava seca, ressecada assim né, ficava meio assustado (precavido)... (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal)

Também quando a superfície do mar fica extremamente calma e parada como um espelho, os pescadores locais dizem que “*o mar está ligado*”, isso é sinal de que em breve haverá uma “*revolta de mar*”. A coloração do mar também indica a aproximação do vento, quando próximo à linha do horizonte aparece uma fina “*risca escura*”, e esta *risca* vai se alargando, e alargando mais, é sinal de que o vento *Sudoeste* está se aproximando da praia.

Vento Leste ou a *Lestada* é sinal de *Tempo* bom e firme, sem chuvas. “É, pra nós aqui é, o *Tempo tando Leste* tá bom, pra nós aqui, porque nós tá pro lado daqui e num atrapalha, é bom, e num chove né? É *Tempo* bom.” (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal). “É, o *Leste* é *Tempo* bom... mais no *Tempo Quente* né... memo no inverno, que tá aquela *Lestada* mansa, é *Tempo* bom, que dá aquele ventinho (leste) assim, que vai e volta...” (OLIVEIRA FILHO, 2015, comunicação pessoal).

4.4.5. A influência da lua

A lua, pode-se dizer que é uma companheira permanente das pescarias. A observação constante dos efeitos que suas quatro fases causam no movimento das marés e no comportamento dos peixes, animais e plantas, faz com que a lua seja uma referência constante para o processo decisório e elaboração das estratégias do trabalho tradicional.

Tradicionalmente, o *Tempo* da lua é dividido entre *claro*, *lua de quarto* e *escuro*. Cada uma destas fases dura sete dias, contados da seguinte forma, três dias antes e três dias depois do *dia certo da lua*. O *claro* corresponde aos dias de lua cheia, o *escuro*, aos dias de lua nova e os *quartos*, ao quarto crescente e ao quarto minguante.

Talvez, pelo motivo de a observação da lua estar tão naturalmente arraigada ao modo de vida tradicional caiçara, a percepção da sua influência direta sobre o resultado produtivo da pesca não seja consenso firmemente estabelecido entre os pescadores locais (RAINHO, 2015: p.56). A necessidade de buscar o peixe para o sustento diário, independentemente da fase da lua na qual se esteja pescando é um dos fatores locais que leva a este entendimento por parte de alguns *mestres* caiçaras.

Lua boa pra pescá... todas! Todas é boa, sabe Alemão... Porque a gente depende do dinheiro, depende do peixe todo dia... Então não adianta ficá olhando pra lua. Não vou ficá, esperá a lua nova... E aí? Vô comê o que? Né? Maré cheia? Num interessa de maré cheia (melhor momento para pescar), eu vô pescá, sabe? Se pegá, pegô, eu tô lá pescando, a maré enche e vaza e eu tô ali pescando... Então, eu nunca olhei pra essas coisa (influência da lua). (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal)

No entanto, apesar dessas controvérsias naturais do pensamento tradicional, o PHT local nos revela que os pescadores reconhecem a lua como influenciadora direta nas alterações das marés, dos ventos e até do comportamento de certos peixes, moluscos e crustáceos. Portanto, não seria prudente dizer que a lua determina diretamente o resultado da pesca, mas sim, que a lua influencia a escolha da estratégia pesqueira que será adotada de acordo com a fase da lua (RAINHO, 2015: p.57).

Por exemplo: Com a lua cheia, é muito mais difícil localizar um cardume de tainhas, pois o excesso de luz não permite ao pescador enxergar a *ardentia* que o cardume produz e que denuncia a sua localização exata no mar, bem como o tamanho do cardume. Assim, é muito mais eficaz a pesca de tainha durante o *escuro* (as noites de lua nova). Desta observação da

realidade advém o provérbio local que dita a seguinte regra: “Lua em pé (cheia), marinheiro deitado; lua deitada (nova), marinheiro em pé” (DE GÓIS, 2004, comunicação pessoal).

Outro exemplo diz respeito ao comportamento das lulas e dos camarões brancos. Nos ensinam os *mestres* locais que é “*no sair da lua*” (quando a lua nasce no horizonte), que a lula começa a “*abrir a boca*”¹⁹⁷, e também, que os camarões brancos sobem à superfície nas noites de lua cheia. Esse comportamento diferenciado, permite aos pescadores ajustarem suas pescarias de acordo com estes comportamentos previstos, ou seja, começar a pescar a lula de acordo com o horário da saída da lua, e utilizar uma rede com *panagem* mais alta para o camarão branco, durante as noites do “*claro da lua*”.

As marés mais “mortas” das noites de “*lua de quarto*”, também são consideradas mais seguras para as redes de pesca, sendo menos provável portanto, durante a “*maré de quarto*”, que estes petrechos sejam arrastados por fortes marés (SCHMIDT, 1948: p.14; RAINHO, 2015: p.56). Assim, durante o quarto minguante ou o quarto crescente da lua, os pescadores locais podem arriscar em largar suas redes nos *pesqueiros* localizados nas áreas menos abrigadas.

Esse *Tempo* filha da puta é trovoada que tá parada aí memo viu? [...] Ah, larguei a rede ontem (segundo dia da lua cheia) até desanimei... a maré, um *correr d'água*... num sei não se vai vim peixe viu? Tá loco! Me arrependi até de largá a rede... um *correr de maré*... [...] A rede fica esticada em cima da água né... num presta... uma parede... a rede num presta pra peixe¹⁹⁸. (DE GÓIS, 2014, comunicação pessoal)

Naquele *tempo*, naquele *tempo* no Boqueirão (da Ilha Anchieta) memo, você largava o espinhel ali, você matava cada garoupa assim (faz gesto de 70 centímetros)... Cherne, mero, que matemo muito ali. Chegemo a pegá mero ali no Boqueirão de 200 quilo, no espinhel... [...] No canal do Boqueirão... É, quando a correnteza muito, muito (forte) num presta né, daí a água levanta num tem jeito. Mas quando o mar tava mansinho, que num tinha correnteza, largava... Quando não dava pra largá, a gente já largava aos contrário, era assim... (OLIVEIRA FILHO, 2015: comunicação pessoal)

4.4.6. Mudanças do *Tempo*, “o mar foi ficando civilizado”

Além das grandes mudanças no modo de vida tradicional causadas pelo aumento do fluxo turístico e da consequente alteração territorial causada pela especulação imobiliária,

¹⁹⁷ Comportamento, comprovado pela nossa pesquisa de campo, que marca o início da predação, ou seja, a fase mais propícia para o pescado morder o anzol e portanto o momento mais favorável para a sua captura.

¹⁹⁸ Neste dia, nesta rede, realmente não capturamos nenhum peixe. Registro de campo em vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=2YDHE3ibSRY&list=PLBpXFzQ1-RIOk64pA42ktdsglnuaKmu41&index=18> (NENHUM PEIXE, MAS QUE AULA!, 2014).

vários *mestres* locais também relataram drásticas mudanças no comportamento do *Tempo* e nas condições climáticas que, segundo eles, poderiam também ser fator determinante do “sumiço do peixe”.

Segundo os pescadores mais antigos, o mar “*amansou*” demais e talvez isso explique o porquê dos cardumes de peixe não procurarem mais a Enseada para se “abrigarem” das tempestuosas “*maresias*”.

Hoje num produz mais (peixe)... entendeu... Por que num produz mais? Porque o mar, na verdade, ficô civilizado com o povo... então... mas num é verdade? Você vê, igual nós tava conversando, cadê a maresia no mês de junho? Cadê?! Entendeu? A população Alemão... Eu, quando era criança... Quando nós mudamo pra cá, que viemo da *Prainha*, que mudamo pra cá nos anos 50, entendeu... era um silêncio, era um silêncio... você num via um carro passando na estrada... você só via o cantar do galo memo, então, quando o mar ficava bravo nas Toninhas (praia vizinha, localizada atrás de um morro alto) você quase não conseguia dormir aqui, com o barulho do mar, entendeu? Então, o que aconteceu... quando dava maresia, a maresia invadia tudo, então num tinha casa nenhuma na beira da praia, as casa dos caiçara sempre foi lá pra cima... Hoje o que? Invadiram, fizeram muro na praia, fizeram barraca (quiosques) na praia, fizeram... que nem na Praia Grande, quiosque, muro, o cacete à quatro, e foi afastando... o mar foi ficando civilizado. [...] Olha, a Praia Grande, eu alcancei (testemunhei), a Praia Grande, Alemão, juro por Deus, num tô contando mentira não, olha, quando o mar ficava bravo, bravo na Praia Grande, você se molhava até chegá na cidade... você chegava lá, com a poeira do mar e o vento que vinha, entendeu... agora não, civilizou tudo, o mar tá civilizado, num produz mais nada, os peixe afugentaro, entendeu... Por que os peixe afugentaro? Porque a população invadiro... hoje se você fica ali, hoje, na *Ponta do Boqueirão* com uma caneta marcando, até o fim do dia você enche um caderno de quantas gente passou... (DE GÓIS, 2014, comunicação pessoal)

Agora eu pergunto pra você, por que o mar mudou? Do jeito que era (bravo), que eu conheci, pra vê hoje! Eu tô falando pra você! Pergunta pro Nelson, o Dito (os mais velhos)... Escutá o barulho do mar da Praia Grande (*Largo das Toninhas*) aqui (da Enseada)! Aqui! Aonde foi isso (como acabou)? O mar assim (bravo)? Por quê? [...] Quem que ia na Praia Grande pra pescá? Num chegava! Tsc, tsc, tsc... Lá em baixo assim o mar já tava (quebrando)... mas de jeito nenhum! Num ia (pescar) mesmo! Eu não sei fala o porquê isso... eu num sei... Vento! Dava 3, 4 dia de maresia... hoje é, de manhã choveu, daqui a pouco tá limpo já... mudou muito viu... Mas viu Peter, mudou tudo... mudou... (o mar amansou) muito, muito, muito... Quem que ia nessa época (julho) lá na Ilha (Anchieta) à remo? Ventava pra caramba... (GIRAUD, 2014, comunicação pessoal)

Hoje em dia num dá mais *Tempo bravo*... Hoje em dia... Você vê, essa maresia, dá um dia, dois, já acabô. De primeiro era a semana inteira de maresia, né. Batia aquele (vento) Oeste, puta que pariu! Você ficava com isso aqui do beço assim (mostra) arrebetava tudo... [Quando?] Era agora, nessa época de *Tempo Frio*, junho, julho, essa época agora. [...] O beço ficava tudo estorado assim... Amarelava tudo o mar, aquelas traneira, aqueles barco tudo vinha, corria e ficava tudo aí, o pessoal entrava tudo pro Saco da Ribeira. (OLIVEIRA FILHO, 2015, comunicação pessoal)

O *mestre* Sebastião Giró comenta, sobre as mudanças nos rios:

Eu acho que a poluição é o começo... rio, num existe mais, tá tudo podre... e o arrastão (de camarão) também arregaça com tudo... e por aí vai... [...] No *Tempo* das tainha, elas iam tudo pro rio desová... e num tem mais rio, num tem mais! O único lugar que tem (rio) aqui hoje é a Itamambuca, que tem tainha (no rio) ainda... Agora você vai daqui até Santos, você vê o que tá aí... num tem mais rio, num tem mais nada! Entendeu? Aqui (na Enseada), você num conheceu, mas aqui era um rio que vinha peixe pra caramba... Aqui, aqui dentro (no local exato da casa¹⁹⁹ onde estamos conversando e que foi aterrado para fazer o loteamento) tinha muito peixe... Ali na casa do Rubens, nas Toninhas, eu peguei muito peixe ali, robalo grande assim (faz gesto de 50 centímetros)... tinha cerco de madeira (cerco fixo para pesca), ali pegava muito peixe²⁰⁰... [...] Quê isso rapaiz! Era um rio memo! É um rio memo! Se você caía na água (cobria a cabeça)! Peixe pra cacete tinha ali rapaiz! Demais, demais, demais... Então... tô falando pra você rapaiz. Eu num sei explica pra você por que (essa água sumiu), mas que num tem, num tem (mais água nem rio)... E isso aí é do meu *tempo* ainda, eu já tô de uns 70 e cacetada já (idade), agora imagina atrás (no passado) como é que tava isso aí (de peixe e água)... O papai contava pra mim que o barco, a canoa entrava pra carregá por aqui e saía aqui, era aqui, aí (mostra o antigo caminho do rio e aponta à menos de 3 metros de distância), o rio passava por aqui (Rua Luzia Maciel Leite nº 97)... pra levar banana, coisa (mercadorias) que levava pra Santos. Então... tudo mudou... agora num sei dizê por que... Por que tá assim? Mas cadê a água que tinha aqui, pra onde foi? Me explica? (GIRAUD, 2014, comunicação pessoal)

4.5. Regramento tácito local, a instituição do “respeito”

O “respeito” é baseado em complexas relações sociais que levam em consideração diversos aspectos da convivência social comunitária. Senso de reciprocidade, justiça, habilidades manuais, força física, sabedoria, sucesso na pesca, capacidade colaborativa, didática, honestidade, humildade, tudo isso é constantemente avaliado pela comunidade durante as atividades em grupo. Neste processo, a verdadeira natureza humana da pessoa é posta à prova, diante de toda a *Turma*, durante as diversas situações da árdua faina diária. Assim, o pescador que vai passando gradualmente pelas “provas”, passa a ocupar um espaço bem definido na hierarquia social tácita daquele grupo, conquistando gradualmente o seu “respeito”. (DIEGUES, 2004a: p.205; CORDELL, 1989: p.4; MALDONADO, 1994: p.123). Um *mestre* caíçara é aquele indivíduo que alcançou o reconhecimento máximo da comunidade, dentro desse sistema tradicional. É também observando como os *mestres* locais respeitam um

¹⁹⁹ Ponto plotado no mapa temático do *Google Earth* com o nome de *Porto do Destacamento*. Vianna (1986: p.19, 1987: p.175), confirma a existência de um “Sub-destacamento” na Praia da Enseada.

²⁰⁰ Ponto plotado no mapa temático do *Google Earth* com o nome de *Casa do Rubens*.

determinado “aprendiz” do grupo, que toda a *Turma* considera “abrir”, ou não, para ele, os segredos das artes de pesca ou da localização dos *pesqueiros* tradicionais.

Do uso sistemático e continuado desses *pesqueiros tradicionais*, surgiram regras informais de uso baseadas no “respeito”.

Então, você vai na Ilha (Anchieta), ensina um *pesqueiro* pra um danado daquele (que não respeita as regras locais), ele perde o anzol, entoca a linha, já desce atrás, entoca na garoupa já desce com o arpão, quer dizer... Eu não! Quando entocava, eu amarrava (a linha) na proa da canoa, se ela saísse saía, se não, eu arrebentava e ia embora... Ele não... É assim, é por isso que estraga (o *pesqueiro*)... Aí chega... você vê um punhado de tainha pulando, você num consegue cercá, ele vai lá com a rede e tranca a rede em cima, aí rasga a rede na pedra, estraçalha, espanta... É isso que acabou cum tudo... (DOS SANTOS, 2014, comunicação pessoal)

As regras do “respeito” estão sempre presentes (MARCÍLIO, 1986: p.33) e são uma das características chave da ética pesqueira²⁰¹ na comunidade.

Então... o lugar do *pesqueiro* Alemão, a gente num, num, num jogava pedra sabe... num rebentava linha sabe... num fazia, pra num estragá o lugar, sabe... pra num estragá... pulá dentro d’água sabe... essas coisa assim [...] Respeitava o lugar que pescava. Peixe pequeno, cê jogava de volta [...] a pequenininha (garoupa) cê soltava de volta, peixe que cê... num serve pra comê, num judiá, sabe... tem gente que dá *chuchada* (espeta com faca), bate... (isso) espanta... então você cuida daquilo ali, esse é o *pesqueiro*... esse é o *pesqueiro*. (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal)

A partir do ano de 2002, a atividade da maricultura, principalmente a mitilicultura que é o cultivo de mexilhões (*Perna perna*), ressurgiu como atividade complementar para os pescadores locais. “E quando o peixe escasseava recorriam aos mariscos, ademais, como todos os moradores de beira de praia.” (SCHMIDT, 1948: p.16).

Hoje existe delimitada uma área exclusiva, regulamentada por decreto federal²⁰², onde estão instaladas 7 fazendas marinhas dos pescadores tradicionais locais. A construção territorial deste Parque Aquícola da Enseada do Flamengo deu-se com a participação ativa dos pescadores locais de modo a respeitar os seus próprios *pesqueiros de costeira*. Além de ser uma importante

²⁰¹ Um código de honra que os pescadores chamam “respeito”, intimamente ligado à reciprocidade, forma e controla as relações pessoais na pesca local. A ética associada ao “respeito” vai além de um cerimonial na pesca: ela liga as consciências individuais muito mais fortemente que os regulamentos oficiais. Nas comunidades em que o capital é escasso, o “respeito”, especialmente no que toca ao pagamento de dívidas resultantes de favores, é a medida da dignidade das pessoas. É impossível pescar por muito tempo na área sem o “respeito”. É primariamente no contexto da reciprocidade, no quadro geral da marginalização social, que os direitos ao espaço marítimo e à pesca são estabelecidos e regulamentados. (CORDELL, 1989: p.4)

²⁰² Decreto Nº 4.895 de 25 de novembro de 2003 (Brasil, 2003).

fonte de renda local, a posição de nenhuma fazenda marinha demarcada na Praia da Enseada atrapalha a atividade da *pesca artesanal*, corroborando as regras tácitas locais baseadas no “respeito”.

A aquicultura apresenta-se assim como uma modalidade territorial de uso das águas, cujo ordenamento deverá observar os usos que os pescadores realizam, de modo a não se configurar como mais uma fonte de conflito para o setor da pesca artesanal. Representa também uma possibilidade de incorporação dos pescadores em uma nova atividade, desde que resguardados seus territórios de pesca. (CARDOSO, 2003: p.123).

4.5.1. Regras do “respeito” para os *pesqueiros de costeira*

Para *fundear os tresmalhos de costeira*, normalmente os pescadores se aprontam para deixar a praia em suas canoas, pouco antes do *serão*, por volta das quatro horas da tarde. Antes disso, durante o dia, informalmente os pescadores se reúnem à sombra de uma *amendoeira* (UTM 23K: 491299 E; 7401082 N.) e discutem sobre seus “palpites” para a pesca do dia seguinte. Com base na apuração do que foi pescado pela manhã, somada à análise dos *sinais* meteorológicos do *Tempo* disponíveis até aquele momento, eles coletivamente comparam seus palpites e escolhem o *pesqueiro* que cada um usará naquela tarde.

Mas planejar e organizar a pesca, isto é, quando, como e com que instrumento ir pescar é uma das decisões mais difíceis. A formulação da pergunta marca o início da atividade produtiva, pois a partir dela o pescador constrói um plano organizacional, como veremos, às vezes tão mutável como o próprio meio. Com efeito, chegar a uma decisão definitiva cada dia não é ato automático nem fruto de decisão arbitrária, mas uma das fases mais complexas de todo o processo de pesca e que se encontra condicionada por todas as limitações que assinalamos antes, assim como pela decisão dos outros pescadores. (ALLUT, 2000: p.113)

Não existe na comunidade estudada a noção de propriedade individual de um *pesqueiro*, eles são coletivos e possuem um nome próprio que os identifica. A regra principal é a de *chegar primeiro* (BEGOSSI, 2004: p.238; PLANTE & BRETON, 2005: p.45), depois vem a de quem *escolheu primeiro* e avisou durante o dia o lugar onde irá *largar a rede*, assemelhando-se em parte à regra de *publicar o lanço* citada por Cordell (1989: p.4) e Maldonado (1994: p.122).

Existe outra regra local que dita a distância mínima entre um *tresmalho de costeira* e outro, que é de mais ou menos *trezentas braças*²⁰³. Também o comprimento máximo da rede, ou distância máxima que ele pode ficar das pedras, caso o tresmalho seja *boiado*, é de *quarenta e cinco braças*, para não atrapalhar a navegação dos barcos motorizados que podem ter seus hélices enroscados pelas redes durante a noite.

Ah existe... existe e a gente... se você foi primeiro, na frente, você pode achar ruim né? Pelo menos uns 600 metro, 500 metro longe do outro, pode largá uma rede, é, longe, você tem que ir longe... né... num pode largá na frente (o que é chamado de fechar a rede). É que... eu vô explicá... você tem, ali, o Saco da Espia, larga uma rede ali, um tresmalho lá perto do cerco do Ico (ponta de fora do Saco do Espia). O outro num pode largá na ponta de terra (Pedra do Arpoador), ele tem que largá no Saco da Piteira, por que... deixá livre uma distância pro outro pescá... tem que tê distância pra pescá. Se você largou atrás do outro, o que tá atrás num vai pegá nada. O peixe ele num entra do Canal pra terra, ele entra aqui pela ponta (de largo) e sai pro lado do Canal, quer dizer só entra de terra, pra fora. Cê pode ver uma coisa, que você num larga uma rede de manhã na costeira pra tirá de tarde, cê só larga de tarde pra tirá de manhã, porque de noite o peixe vai entrar na praia e vai sair pra fora (pela costeira), então a saída dele é... né... Então, se você larga na costeira daqui, sempre vai peixe daqui pra lá, de lá pra cá já num volta, então... se você larga na frente, a saída da praia tá sempre na frente. Se você largá uma rede no Porto Velho, ali no Porto Velho, eu largá ali no Porto da Idália, eu vô fechá a sua frente porque o peixe de lá pra cá num vem. [...] Se você largá uma rede no Poço Fundo, né, eu vô largá lá no meio do Saco Grande, lá no meio, porque o peixe vai fazê a curva (desviar da primeira rede, a da frente) e vai entrá lá dentro (do Saco Grande). Se você largá na ponta do Saco Grande (ponta de fora, atrás da primeira rede), cê vai ficá de bobeira, num vai pegá nada porque a outra tá na frente. Então tem que fazê (respeitar) isso aí, se não num adianta pescá. [...] É... (quem chega depois) ou larga bem lá pra frente, ou larga bem lá pra trás né? Agora... se você quisé largá pra trás da minha, até encostado pra trás da minha, você pode sabe. [...] Então, se eu largá no Poço Fundo, você largá na ponta do Saco Grande (ponta de terra), problema seu... pode largá... a minha tá na frente, você largô porque você quis né? Atrás, pro lado de fora, pode largá onde cê quiser... (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal)

Também, caso o pescador já tenha *largado a rede* no dia anterior em um *pesqueiro*, ele tem preferência em largar novamente no mesmo *lugá*. Mas durante o dia ele pode ser questionado se vai manter o ponto ou mudar, caso ele decida mudar, quem o questionou pode escolher usar aquele *pesqueiro*.

Estamos nos referindo ao controle do meio, seus recursos e ao controle dos “outros”, do que dizem e, sobretudo, do que fazem ou podem fazer. As circunstâncias cambiantes que podem intervir nesse espaço de tempo abarcam aspectos pontuais como a meteorologia, a oscilação dos preços, etc., mas, sobretudo, um dos aspectos mais relevantes: a conduta dos outros pescadores. Com base nessas variáveis o pescador determina onde pescar e com que tipo de pesca. Representa também o momento em que se reinicia de novo processo de comparação do saber. (ALLUT, 2000: p.113)

²⁰³ A *braça* é uma unidade de medida tradicional que é feita com os braços abertos indo de uma mão à outra. Equivale à aproximadamente 1,72 metro (VIANNA, 1987: p.204. NÉMETH, 2010: p.31; DOS SANTOS, 2015).

Casos raros ocorrem de uma “corrida” ao *pesqueiro*, quando dois pescadores identificaram os *sinais* favoráveis a determinado lugar de pesca durante aquele dia. Quando isso acontece os dois procuram dissimular seu palpite durante as prosas do dia, mas como entre eles os laços de amizade e companheirismo são longos e fortes, um reconhece o *arremedo* do outro, iniciando-se então a “disputa” velada pelo *pesqueiro*.

Nesse dia um fica vigiando a movimentação do outro e quando fica evidente a intenção de um deles lançar sua canoa ao mar, os dois se apressam na ação, e começa a corrida ao *pesqueiro*. Chega a ser divertida e emocionante a *porfia* e ganha aquele que chegar primeiro e lançar sua *poita* na pedra do costão que marca o local daquele *pesqueiro*.

Desse modo, resta ao perdedor na disputa pelo *pesqueiro* escolher outro *luga da costeira* que respeite uma distância mínima, acima descrita, além de resmungar baixinho “ao vento” que fulano de tal *tem zóio grande* ou *é esfamiado*.

O *respeito* também recaía, no passado, sobre a técnica do *engodo*²⁰⁴. Geralmente após uma pescaria, o excedente de iscas não utilizadas, ou mesmo as sobras da despesca do dia eram “jogadas fora” em *buracos de pedra* onde reconhecidamente existem submersas *tocas de garoupa* (*Epinephelus marginatus*), esse é o *engodo*.

Ah! Vamo matá garoupa lá (suposição)... Leva um danado desse aí (pessoa de fora), ele qué matá garoupa, não consegue, *entoca* (prende o anzol na pedra), já mergulha, já arrebenta, já enche de... num pode! Naquele tempo não... nós acabava de pescá, o resto da isca nós picava tudo e jogava ali pra *engodá*! No outro dia já ia em outro *pesqueiro*, porque aquele ali tava *engodado*, num ia pegá nada, ia no outro *pesqueiro*... com 3 dia é que passava ali (voltava no *engodo*)... (DOS SANTOS, 2014, comunicação pessoal).

Assim, nos dias seguintes esse lugar seria de uso preferencial do pescador que fez o *engodo*, na expectativa de atrair os peixes próximos, aumentando a chance de captura naquele *pesqueiro*.

Quanto à arte do *cerco flutuante*, a distância mínima de trezentas *braças* também deverá ser observada em relação à *boca do cerco*, que é por onde os cardumes entram na armadilha. Caso o *cerco flutuante* não esteja na água, o lugar é liberado para *largar o tresmalho* desde que o proprietário seja consultado previamente. A pesca de linha e anzol e a caça submarina

²⁰⁴ Sobre esse tipo de pesca em rios e lagos, Cardoso (2001: p.55) aponta que a *ceva* pode ser considerada uma forma de territorialidade pesqueira. “Escolhido um determinado ponto, o pescador aporta uma certa quantidade de alimentos para atrair o pescado e ali lançar posteriormente suas redes e anzóis”.

praticada próxima, e muitas vezes dentro do *cerco flutuante*, são consideradas faltas gravíssimas e muito praticadas por *turistas*²⁰⁵ (DE JESUS, J.B., 2015, comunicação pessoal).

Esse conflito é extremamente comum e de difícil solução, pois os *turistas* são os que menos respeitam qualquer tipo de regramento, incluindo a própria lei federal que rege a pesca amadora.

Outra regra informal regula o tempo em que o *tresmalho* pode ficar fundeado no *pesqueiro*. O aceito normalmente é que a rede seja largada no *serãozinho* ou *boca da noite* e recolhida ao raiar do dia, evitando que o peixe apodreça na rede e estrague o *lugá do pesqueiro*.

O certo é isso, largá de tarde e buscá de manhã [...] É porque você deixa uma rede direto [...] você deixa ela pra amanhã, se pegar algum peixe, amanhã já tá podre, num presta né? Esse que morreu, espanta o outro que vai passar porque tá ali apodrecendo [...] Eu acho que o certo é você manter né rapaiz: larga de tarde e tira no outro dia (pela manhã) né? (Sobre como outro pescador local usa o tresmalho) Até que ele é meio paciente, deixa a rede na água, só que num tira a rede dele... noite e dia (fundeada no mesmo lugar), quer dizer, num vai matá. É a mesma coisa você ficá esperando um cara num caminho armado... amanhã ele num passa mais, de ver você (ele) num vem mais... assim é o peixe. Então, uma rede hoje, vem um peixe morto, o outro sai, sai correndo né? Amanhã ele já num... vai espantando o lugar, a rede vai espantando... [...] Tem que dá um tempo, tem que mudá, você largá um poquinho mais pra fora, um poquinho mais pra terra né? Tem peixe, mas num pode espantá. (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal)

Esta estratégia também evita a incidência das tartarugas marinhas²⁰⁶ que no escuro diminuem sua movimentação para descansarem.

Esse tresmalhinho que você larga na beira da costeira também num estraga (destrói) nada, né... Só a tartaruga, mas a tartaruga eu já peguei a malícia dela, eu já peguei a malícia da tartaruga... Porque a tartaruga, se você chegá de *noitinha*, você largá a rede, ela (já) tá dormindo... [...] E você pode ficá de noite no *lugá* que ela tá, que ela bóia no memo *lugá* e desce no memo *lugá* (pra respirar). É ela a cada mais ou menos alí 10, 20 minuto ela sobe em cima e desce no memo *lugá*. É então, você pode *sondá*, ficá no *lugá* que ela tá, que é isso aí. (OLIVEIRA FILHO, 2015, comunicação pessoal)

Caso uma rede fique “abandonada” no *pesqueiro* por mais de um dia, sem a *visita* do dono, um pescador que tenha autoridade reconhecida pelo grupo para tal, pode retirar a rede do

²⁰⁵ Plante & Breton, 2005, p.45, também verificam regras de “costume” muito semelhantes em Trindade – RJ com relação ao *cerco flutuante* e o *tresmalho*.

²⁰⁶ Sob o título de: “Emalhe costeiro e tartarugas marinhas em Ubatuba: ações participativas para a conservação”, o Projeto TAMAR (2013, comunicação pessoal) pesquisou “exemplos de cooperação entre pescadores e pesquisadores na busca de medidas para diminuir a captura/mortalidade de tartarugas marinhas em diversas pescarias”. Esta pesquisa reconheceu cabalmente a eficácia da regra tácita de manejo local baseada no PHT, de largar o *tresmalho* de costeira no *serão* e tirar de madrugada, para a diminuição da captura de tartarugas.

pesqueiro. Se houver peixe podre na rede, ele pode até embolar a rede e jogar em cima da pedra, reforçando a “punição” (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal), ainda mais se a rede for de algum *pescador de fora*.

Estas experiências revelam formas comunitárias de organização e criação de instrumentos de gestão de pescarias, que pressupõe o domínio sobre uma parcela do mar. A presença destes instrumentos de gestão, sugere que a apropriação histórica do território em questão, lhes dá legitimidade para estabelecer normas e princípios de uso desta porção do espaço, reconhecidos pela comunidade e susceptíveis de sanções. Seria a expressão de uma gestão comunitária por sobre um território *pesqueiro*. (CARDOSO, 2001: p.60)

4.5.2. Regras do “respeito” para os *pesqueiros do largo*

Para os *tresmalhos de fundo*, que são fundeados *no largo* (longe de terra), a regra básica é a de *chegar primeiro*. Outras regras complementares a esta podem ocorrer de acordo com cada situação.

Fechar a rede é considerado uma falta grave (DE JESUS, J.B., 2014, comunicação pessoal), isso acontece quando outro pescador larga seu *tresmalho* paralelo e próximo ao que já estava fundeado antes, impedindo que os peixes caiam na primeira rede (PLANTE e BRETON, 2005: p.54; DE JESUS, J.B., 2014, c.p.; DOS SANTOS, 2015, c.p.; OLIVEIRA FILHO, 2015, c.p.).

Largar a rede por cima também vai contra o *respeito* e geralmente ocorre quando outra rede é lançada já no escuro da noite, desse modo as *bandeiras* da primeira rede não estão visíveis e o segundo pescador *larga a rede por cima* da do outro, comprometendo a eficiência do equipamento e estragando a pescaria (DE JESUS, J.B., 2014, comunicação pessoal).

Percebemos portanto, que a falta de *respeito* para com o regramento tácito local estabelecido pela tradição é um relevante fator que alimenta vários conflitos de uso territorial.

Assim, faremos uma breve exposição dos principais conflitos identificados em nossa área de pesquisa relacionados ao uso dos territórios *pesqueiros locais*.

4.6. Conflitos

Nossa área de pesquisa, que abrange a região da Ilha Anchieta e da Enseada do Flamengo, constitui um microcosmo que reúne todas as principais atividades causadoras dos impactos ambientais mais expressivos que hoje ocorrem em todo o litoral norte de São Paulo e os potenciais conflitos sócio ecológicos advindos destas atividades. Alguns dos maiores impactos regionais identificados oficialmente pelo Estado são:

a poluição e contaminação com esgotos domésticos e industriais; a especulação imobiliária e degradação de ambientes; a pesca de arrasto com parelha; desrespeito a defesos; os incêndios criminosos; os bombardeios em Alcatrazes; o furto e pisoteio de ovos de aves marinhas; a captura e morte de tartarugas, petréis, albatrozes e golfinhos; a contaminação com petróleo e lavagem de tanques; a destruição de manguezal e assoreamento de rios e estuários; a caça submarinha de troféu; furto e tráfico para aquariofilia. (SÃO PAULO, 2014b: p.113-117)

Além disso, “há um conjunto de ameaças à biodiversidade marinha, como perda de habitat, contaminação e poluição, espécies invasoras, queda da qualidade da água costeira e declínio do estoque pesqueiro”. Em teoria, o conselho gestor da APA Marinha do LN, é o fórum “representativo dos usuários e interessados pelo mar”, e trabalharia através de um plano de manejo, a “conciliação de diferentes interesses no território marinho para tomadas de decisão” (SÃO PAULO, 2014b: p.113-117).

4.6.1. O arrasto de porta

Este conflito local, envolve as *redes de fundo* e acontece durante a safra do camarão branco (*Litopenaeus schmitti*) entre os meses de junho e julho. Neste período os *tresmalhos de espera* para a pesca do camarão branco ficam fundeados, dia e noite, durante alguns dias, no mesmo lugar, sendo *visitadas* a intervalos regulares para a despesca. A condição de mar ideal para a pesca com esse tipo de *tresmalho* é logo após uma *revolta de mar*, quando a água da Enseada fica mais turva e revolvida. Os pescadores locais dizem então que “o *branco* desenterra do fundo”, movendo-se na coluna d’água.

No entanto, o *arrasto de porta* motorizado compete agressivamente com os *tresmalhos de camarão* das canoas locais. Muitas vezes os pescadores dos arrastões camaroeiros ameaçam aos berros passar por cima dos *tresmalhos* durante a noite, e não raro ao amanhecer, na primeira *visita* do dia, os canoeiros encontram sua rede *cortada de faca* ou mesmo desaparecida por

completo. Esse é um dos conflitos territoriais mais graves e recorrentes da região, não respeitando nem mesmo a Zona 2 Marinha Especial (Z2ME) delimitada pelo Zoneamento Ecológico Econômico ou GERCO, que proíbe o arrasto de camarão nessa área (SÃO PAULO, 2005: p.53). O *arrasto de porta* realizado dentro da Enseada do Flamengo também pode ser considerado ilegal já que as licenças de pesca para o arrasto motorizado são exclusivamente para a captura do camarão *sete-barbas* como alvo permissionado (MPA/MMA, 2011), espécie que não ocorre dentro da Enseada na área permitida pelo GERCO, ao *arrasto de porta* (LEITE, 2011: p.47). Dentro da Enseada do Flamengo os barcos de arrasto estão ilegalmente em busca de capturar o *camarão branco* e o *rosinha* como espécies-alvo. (LEITE, 2011: p.49 e 52; OLIVEIRA FILHO, 2015, c.p.; GIRAUD, 2015, c.p.; DE JESUS, J.B., 2014, c.p.²⁰⁷). Vale destacar que existe uma portaria que proíbe o uso da *malha 6* em redes de pesca no litoral sudeste-sul do país, tornando também essa pescaria ilegal na região. No entanto após um requerimento oficiado em 31 de março de 2008 junto ao IBAMA pela Associação Pescadores da Enseada (A.P.E.)²⁰⁸, foi criado um grupo de trabalho para analisar a questão. Desse grupo surgiu um estudo envolvendo o Instituto de Pesca, a Fundação Pró-Tamar e o IBAMA, que identificou ser essa arte de pesca, culturalmente endêmica na região de Ubatuba e comparativamente menos agressiva ao ambiente marinho, na captura do *camarão branco*, do que o *arrastão de porta*. A partir dessa conclusão prévia, aguarda-se a regulamentação do *tresmalho de camarão*, estando o pedido atualmente já por 8 longos anos em “análise” junto ao órgão competente.

4.6.2. Turismo náutico, pesca amadora e caça submarina

Você vê, domingo eu fui largá a minha rede, eu tive que esperá anoitecê pra largá, porque o *jet ski* e a lancha num dava conta pra passá (atravessar o *Canal do Boqueirão*)... Pô, se não, eu ia me virá minha canoa e eu ia *me alagá* lá né. Então... de primeiro era bom você pescá Alemão... hoje... hoje essas marina que tem aí rapaz... essas garagem náutica que tem aí... Saco da Ribeira, entendeu... *jet ski*, isso aí... você num pesca mais sossegado. Aqui nessa baía (Enseada do Flamengo) num dá mais... (DE GÓIS, 2014, comunicação pessoal)

As estruturas flutuantes das fazendas marinhas locais, cria um habitat ideal para o abrigo, alimentação e acasalamento de várias espécies marinhas. Observamos no local, ao longo

²⁰⁷ Vídeo de campo com depoimento sobre o *arrasto* disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R14IOFbkGsk> (UMA SOLUÇÃO PARA A FALTA DE PEIXE).

²⁰⁸ O.N.G. que congrega e defende os interesses dos pescadores tradicionais e maricultores locais.

da nossa pesquisa, um incremento significativo principalmente de “espécies” de alto valor comercial associadas aos cultivos marinhos que ali existem. São elas: lagostas, polvos, robalos, chernes, prejerebas, peixes-porco e garoupas.

As áreas de cultivo de mexilhões funcionam como um recife artificial, a partir do qual todas estas “espécies” citadas, engordam, acasalam e se multiplicam, espalhando vida marinha por toda a região. Infelizmente os caçadores submarinos também costumam saquear estas “espécies” dentro das nossas fazendas marinhas, principalmente os polvos, as lagostas e os robalos que são o “filé mignon” dos *pescadores-maricultores* locais.

Figura 63 - Caçador submarino flagrado dentro de nossas fazendas marinhas. Leva na cintura nosso robalinho furtado. Foto: Peter Santos Németh, *Figueirinha*, Praia da Enseada, novembro de 2009.

Quando interpelados e avisados “que aquela área tem dono”, estes caçadores submarinos se acham no direito de furtar toda nossa riqueza local e “batem boca” dizendo que “o mar é livre”. No entanto todas as nossas áreas de cultivo estão dentro da Z2ME delimitada pelo GERCO, onde é terminantemente proibida a caça submarina (SÃO PAULO, 2008b, Artigo 14). “Um dia eu vi o cara (caçador submarino) ali na costeira ali, com uma fieira de “coisa” (peixinho) assim... *sinhá-rosa*, *cocoroca*, aquela coisa... *pai-antônio*... Pra que atirá nisso com uma espingarda (arbaletes) pô!” (OLIVEIRA FILHO, 2015, comunicação pessoal).

Para piorar a absoluta falta de controle sobre a caça submarina, qualquer cidadão pode comprar uma *espingarda de mergulho* sem que precise fazer registro algum, enquanto que, todas as fazendas marinhas locais possuem protocolo de instalação junto ao SPU, algumas já com cessão homologada por 20 anos. Também todos os *pescadores-maricultores* cessionários, estão obrigatoriamente registrados junto ao IBAMA e ao MAPA, desde o ano de 2004.

4.6.3. Poluição e saneamento

O saneamento inadequado é uma das principais ameaças ao sistema marítimo local. Hoje as principais ameaças sanitárias à Enseada do Flamengo e aos mares da Ilha Anchieta dizem respeito à:

1- A ocorrência de dezenas de marinas no perímetro da Enseada do Flamengo constitui um grande risco sanitário. São milhares de embarcações que “residem” nesta região, concentrando-se principalmente no Saco da Ribeira, onde existem tanto “vagas” marítimas quanto terrestres. As vagas marítimas, impactam o ambiente marinho através do despejo constante dos resíduos provenientes da limpeza com produtos químicos potentes, tais como cloro, água sanitária, ácido oxálico (*sal azedo*), detergente de cozinha, sabão em pó, etc. (DOS SANTOS, 2004, comunicação pessoal). Os proprietários das embarcações exigem aos *marinheiros* que elas estejam sempre muito limpas e brancas. Daí o abuso de produtos pesados de limpeza, que se repete também nas embarcações que estão em terra, “hospedadas” nas vagas secas das garagens náuticas.

Outro impacto local, é o proveniente das tintas anti-incrustantes (*tinta envenenada*) dos barcos que nunca saem da água. Estas tintas têm em sua formula derivados do cobre e/ou estanho, e são projetadas para não serem aderentes, ou seja, são programadas para se desfazerem com o tempo, para que os organismos marinhos incrustantes (*fowling*) não se fixem ao casco. Assim a contaminação pelo cobre e/ou estanho é um fator muito preocupante tendo em vista que o saco da Ribeira e o Perequê-Mirim são apontados pelo PHT local como territórios onde os peixes *criam* (acasalam) e se desenvolvem.

Mais um problema, este proporcionado pelo trânsito dessas milhares de embarcações, são os resíduos dos óleos diesel e “dois tempos”, proveniente do funcionamento dos motores quando as embarcações circulam por toda a região. Pequenos, mais constantes acidentes de derramamento de óleo diesel também são frequentes onde estão as “marinas” embora não sejam relatados ou fiscalizados oficialmente.

2- Ao emissário submarino local, que lança durante os meses de maior fluxo de turistas cerca de 200 litros diários de cloro puro à uma distância de 70 metros da praia. Além desse perigo de contaminação por organoclorados, destaca-se que a metade oeste do bairro da Enseada não possui a rede de esgoto conectada ao emissário submarino, sendo que todo o esgoto

proveniente de mais da metade das residências desta praia não recebe tratamento adequado e todo ele é lançado *in natura* na Enseada do Flamengo.

Antigamente, na Enseada, Saco da Ribeira, num tinha uma marina... Você jogava uma rede aí, matava um bocado de peixe... Hoje, é óleo, é gasolina, é cloro, é esses produto de limpeza tudo na água! Isso aí tudo mata as larva (de peixes)! O pessoal do *meio ambiente* tem que vê isso aí também... (DE JESUS, J.B., 2016, comunicação pessoal).

4.6.4. Parque, Polígono e o conflito com os pescadores excluídos

Pensar as consequências das políticas públicas de conservação socioambiental e das não políticas públicas de gestão de um parque estadual insular, refletir sobre o modo como os ilhéus constroem a sua própria visão da conservação socioambiental. Da sua ação política a partir das práticas sociais, assim como identificar as consequências disso para a conservação [...] exige percorrer a história desses processos procurando decifrar possíveis interpretações. (ANGELO FURLAN, 2000: p.24-25).

Apesar das dezenas de estudos científicos desenvolvidos após a criação do Parque Estadual da Ilha Anchieta em 1977, o conhecimento tradicional local relacionado aos territórios pesqueiros da Ilha Anchieta, e também o impacto da restrição ao uso desses espaços marítimos sobre a reprodução material e simbólica das comunidades de pescadores tradicionais locais, jamais foram estudados, ou sistematizados. Hoje são pouquíssimos os pescadores do lugar que ainda o detém este conhecimento especial.

Quanto às ações, o Estado não consegue regulamentar os instrumentos que aplica [...] A política de conservação do Estado está diante de um impasse: sem condições de seguir à risca a legislação vigente, desconsidera a realidade das comunidades tradicionais. Estas em muitos casos garantiram a permanência do próprio objeto de conservação, e podem inclusive comprometer esta conservação por sua dinâmica própria se não encaradas adequadamente nos processos de implantação da área protegida. (VIANNA, 1992: p.63-64)

Atualmente, conforme preconiza o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, devem ser consideradas as necessidades das populações locais no desenvolvimento de técnicas de uso sustentáveis, sendo lhes assegurado²⁰⁹: o direito de uso dos recursos naturais necessários à subsistência, valorizados seu conhecimento e cultura, e a sua participação efetiva (BRASIL, 2000).

²⁰⁹ SNUC, Lei 9.985 de 18 de julho de 2000: art. 4, inciso III e art. 5, incisos III e IX.

Convém entretanto salientar que esse posicionamento do SNUC, garantindo a necessidade da participação das comunidades tradicionais, não se trata de uma “benesse”, ele obrigatoriamente atende à Convenção nº 169 de 27 de junho de 1989, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 25 de julho de 2002²¹⁰.

Portanto, a não observância dos requisitos legais e constitucionais na criação de unidades de conservação da natureza, pode levar à invalidação dos atos que a criaram, por vícios no devido procedimento administrativo, *im casu*, na desconsideração da existência de comunidade tradicional na área eleita. (GRABNER, 2016: p.85, grifo da autora)

Esta Convenção 169 da OIT, fixa, conforme entendimento do MPF (2014) que:

Os povos ou comunidades tradicionais são coletividades que possuem relação especial com seus territórios, sujeita à proteção, por ser indissociável das suas respectivas identidades. [...] Quaisquer medidas legislativas ou atividades e empreendimentos a serem desenvolvidos ou implantados por terceiros, no âmbito dos territórios dos povos e comunidades tradicionais, dependem do consentimento prévio e informado desses grupos (cf. art. 13º e 6º da Convenção nº 169 da OIT apud MPF, 2014: p.28)

Também vale ressaltar que:

Em muitos casos, a chamada "participação" das populações tradicionais no estabelecimento dos parques e reservas não passa de cortina de fumaça para responder a certas demandas internacionais que vêm no envolvimento dessas populações um fator positivo para o sucesso do empreendimento. (DIEGUES, 2008: p.6)

Portanto, seguindo em rumo claramente contrário a essas diretrizes que valorizam a “sociobiodiversidade” (DIEGUES, 2005), em 21 de fevereiro de 2013, o último cerco flutuante da Ilha Anchieta, em atividade na Praia do Sul por quase 80 anos, foi removido. E assim publicou um dos fiscais do IBAMA, responsável pela “relevante” operação, em sua página da rede social *Pescaki.com*:

amigos, em ação combinada de ibama/icmbio...na tarde de ontem...dia 21...foram flagradas duas embarcações na estação ecológica tupinambás...ubatuba...a tripulação de uma delas foi conduzida para o departamento de polícia federal...após tentativa de descartar pescado no mar...mas algo muito relevante foi executado...cerco flutuante que operava dentro do polígono de interdição à pesca da ilha anchieta foi **DEFINITIVAMENTE** removido. (IGNACIO-IBAMA, 2013, grifo do autor)

²¹⁰ DECRETO Nº 5.051, DE 19 de abril de 2004.

O que é de se espantar neste caso, não é o fato de um agente do IBAMA, cumprir a norma federal que interdita a pesca em um polígono ao redor da Ilha Anchieta²¹¹. O fato assombroso e incompreensível, é que isso aconteceu mesmo após a lavra da Moção do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Ilha Anchieta Nº 1/2013, DE 14 de janeiro de 2013, referente à permanência da atividade da pesca com cerco flutuante exercida por pescador artesanal. Mais grave ainda, é que esta “forma de uso” está prevista como “atrativo turístico” pelo próprio Plano de Manejo²¹² da Ilha, conforme o trecho abaixo.

Outras incursões são feitas à Praia do Sul ou à Praia do Leste, onde existem pequenos ranchos de caiçaras que os utilizam quando em atividades de pesca. Nesses locais os visitantes tomam conhecimento sobre o método de pesca constituído pelo cerco e seus tratos de manutenção. Essas visitas costumam durar cerca de 30 minutos. [...] Outra forma de uso que se coloca, diz respeito à pesca artesanal, cuja ocorrência remonta à séculos, seja pela aproximação esporádica de canoas, seja pela manutenção de uns poucos cercos próximos a seu litoral. (GUILLAUMON et al., 1989: p.63)

Assim, novamente recorremos ao entendimento do MPF (2014):

Reconhecer o Plano de Manejo como o instrumento de gestão mais importante da Unidade de Conservação, devendo este ser construído considerando o reconhecimento técnico da presença da população tradicional. [...] Reconhecer a importância de elaboração do Plano de Manejo por meio da instauração de processo participativo que permita aprendizagem social e a valorização dos saberes locais/tradicionais sobre o manejo dos recursos naturais. (MPF, 2014: p.28)

4.7. Ilha Anchieta, espaço da *R-existência*²¹³ caiçara

Conceitualmente, uma “interdição” possui caráter provisório, na maioria das vezes em que é instituída. É uma medida de urgência que visa a estancar imediatamente uma situação de risco, até que sejam feitos estudos mais aprofundados que comprovem a necessidade, ou não, da manutenção daquela interdição.

No caso do Polígono de Interdição à Pesca da Ilha Anchieta, passados mais de 35 anos das de a sua criação, nada, absolutamente nada foi feito para justificar a sua manutenção.

²¹¹ Inicialmente idealizado para operar em consonância com os objetivos turístico-educacionais do Parque Estadual da Ilha Anchieta (DOSSIÊ PROCHASKA, 1978-1980).

²¹² “É por meio do necessário Plano de Manejo que será definido o tratamento institucional a ser dado à questão da presença humana em tais áreas”. (GRABNER, 2016: p.85)

²¹³ MOURA, 2013: p.75-76, grifo do autor.

Ou seja, o Polígono até hoje não foi anexado ao PEIA, fato que dificulta e cria grandes contradições administrativas entre o governo federal e o estadual, como no recente caso da retirada forçada dos cercos flutuantes²¹⁴ pelo IBAMA mesmo com uma moção de permanência elaborada pelo PEIA.

Exceto sobre a arte do cerco flutuante, jamais foi elaborado algum estudo científico sério sobre a pesca tradicional no entorno da Ilha Anchieta, principalmente com respeito à garoupa e aos chamados *peixes de passagem*, tais como as tainhas, os paratis, as sororocas, as cavalas, as anchovas, as espadas e as lulas.

Também jamais foi comprovada cientificamente, através de pesquisa específica *in loco*, a eficácia do Polígono de Interdição como instrumento “*no-take*” (ALMUDI e KALIKOSKI: 2010) de conservação marinha local.

Hoje já existe vasta literatura sobre comunidades de pescadores que historicamente têm gerido seus recursos costeiros através de sistemas costumeiros de posse marítima, com os quais exercem direitos exclusivos sobre os seus *pesqueiros* tradicionais.

A apropriação consuetudinária marinha (CMT²¹⁵) é uma prática que envolve a observação de direitos de pesca exclusivos. Esses direitos são geralmente aplicados à áreas específicas, e podem incluir direitos à espécies particulares, ou ao uso de um tipo de petrecho de pesca particular. [...] A importância desse costume para os planejadores de reservas da biosfera marinha, ou ainda qualquer manejo de recursos marinhos nessas áreas, é que, os pescadores com direitos de propriedade marítima são menos propensos à sobrepesca, que aqueles que não os tem. (JOHANNES e RUDDLE, 1989: p.5, tradução nossa)

Existe também a demonstração, em muitos casos estudados, que a interferência governamental sobre estes territórios pesqueiros, enfraqueceram o controle do manejo tradicional sobre seus recursos pesqueiros (FEENY et al., 2001: p.23), e em alguns casos tornaram obsoletos esses sistemas de posse consuetudinária marítima.

Tudo isso surge de um processo que pressupõe um sujeito cognitivo em constante interação entre o trabalho mental e manual, e entre este e seu entorno. E é precisamente por isso que se justifica a afirmação: os pescadores são os que melhor conhecem o entorno ecológico e social de cada uma das comunidades, e, não obstante, quem planifica as políticas pesqueiras e a gestão dos recursos são os funcionários, com a assessoria de biólogos e economistas. E o fazem unilateralmente, prescindindo totalmente do saber que os pescadores têm de seu âmbito de experiência. (ALLUT, 2000: p.113-114)

²¹⁴ Cuja permanência está prevista no Plano de Manejo do PEIA.

²¹⁵ CMT é a abreviação de *Customary marine tenure* (JOHANNES e RUDDLE, 1989: p.5).

Atualmente várias alternativas vêm sendo propostas utilizando gestão baseada em direitos, *RBM*²¹⁶ (EDF, sem data) visando a solucionar estes conflitos entre as áreas marinhas protegidas e os chamados *TURFs*²¹⁷, ou, Direitos Territoriais de Uso para a Pesca (BERKES et al., 2006: p.244; POON e BONZON, 2013). Estas duas abordagens de gestão, (com, ou, sem uso humano), são frequentemente utilizadas de forma isolada, deixando a utilidade potencial de integrá-las, pouco compreendida (AFFLERBACH et al., 2014).

Para nós tradicionais é diferente como vemos as coisas e o que sentimos em relação ao ocorrido nas últimas décadas. A invasão em nossos modos de vida e famílias, a partir da criação dos Parques Estadual e Federal, dentro do nosso território, sem nos consultar, sem dúvida causou uma grande problemática, que se estende até os dias atuais. Um erro muito injusto, ignorando um povo simples, porém sábio, que ali sempre esteve presente, usando e cuidando do que a natureza lhe ofereceu e oferece até hoje. (ALVES JUNIOR, 2016: p.20, caçara tradicional do Sertão do Ubatumirim)

Este erro histórico que levou à expropriação e afastamento forçado dessas comunidades de seus territórios pesqueiros, também justifica proporcionar meios de reinserção sociocultural destes valiosos saberes constituintes do PHT, ao ambiente natural próprio em que foram gerados. A reinserção cultural do PHT dentro do território marítimo tradicional ao qual ele pertence, garante ao longo do tempo a reprodução sociocultural local, ação que só é possível pelo exercício prático e contínuo da pesca naquele território especial.

No entanto, inicialmente é preciso desconstruir a falácia de que a instituição do Polígono de Interdição à Pesca é a causa primordial de uma maior produtividade de biodiversidade marinha que ocorra nos mares ao redor da Ilha Anchieta.

A Ilha Anchieta, por séculos, sempre foi o principal *pesqueiro* das comunidades tradicionais que habitaram aquela região (SCHMIDT, 1948: p.7 e 10; MARCÍLIO, 1986: p.212; VIANNA, 1986, 1987; GUILLAUMON et al., 1989: p.63; DE OLIVEIRA, 1983: p.86; SÃO PAULO, 1965; FERNANDES, 1966; MAWE, 1978: p.77; CHASTAN, 1979: p.26). O peixe ali sempre foi abundante, inclusive antes de instituído o Polígono de Interdição à Pesca. Nem mesmo entre os séculos XIX e meados do século XX, período em que a Ilha foi habitada por centenas de pessoas que alternavam o cultivo de roças com a pesca, a Ilha Anchieta deixou de ser um *pesqueiro* produtivo e disputado (MARCÍLIO, 1986: p.212)

²¹⁶ *Rights-based management* (EDF, sem data).

²¹⁷ *Territorial Use Rights for Fisheries* (AFFLERBACH et al., 2014).

Às vezes iam cercá tainha com a rede do João Vitório lá na Ilha (Anchieta) também, né? No *Tempo* do presídio eles iam muito lá cercá tainha... Inclusive lá, o meu pai, meu avô, tinha muita amizade com o coronel lá, do (presídio)... até ele (o coronel) morou uns tempo aí... Então eles (o pai e o avô) iam pra lá, pescavam garoupa, davam pros caras lá (do presídio) era assim né... Só que num podia tá muito lá, mas passavam, iam lá... Davam o terço pra Ilha (pro presídio) quando pescavam... Davam o terço... (OLIVEIRA FILHO, 2015, comunicação pessoal)

Em 1940, em um relatório apresentado ao presidente Getúlio Vargas (WITTER, 1974), consta a preocupação em se executar na Ilha, com mão de obra dos presos, uma estrada circular de seis metros de largura, que abrangeria toda a circunferência da Ilha. Também cuidava-se do represamento da água potável, se desenvolvia o trabalho em duas olarias, fabricava-se carvão vegetal para uso interno e “desenvolvia-se uma vida comunitária, pois estabelecera-se um serviço regular de pesca (com pesca abundante, no qual se utilizara um número razoável de embarcações)” (WITTER, 1974).

A ilha era o melhor lugar de pescaria de Ubatuba. Peres²¹⁸ trabalhou muito com rede lá, mesmo no *Tempo* do presídio. Nunca houve proibição para os pescadores de lançarem redes na ilha. Tinham porém que dar 30% ou 40% para a alimentação dos presos. (WITTER, 1974)

Em 1948, Carlos Borges Schmidt descreve a Ilha como um dos dois principais *pesqueiros* da região, principalmente quanto à pesca da tainha. Relata este autor que por volta dos anos 1915, existiam quatro (4) “canoas de rede” de tainha na colônia correcional da Ilha Anchieta, seis (6) na praia da Enseada, quatro (4) no Saco da Ribeira (Praia do Lamberto), totalizando catorze (14) “canoas de rede”, cerca de 21% de todas as 66 canoas de rede de tainha de Ubatuba. Segundo Schmidt, este número dava naquela época “uma impressão da importância relativa dos centros de pescaria”, apontando uma drástica redução de aproximadamente 73% no número total destas canoas em Ubatuba, entre 1915 e 1948. (SCHMIDT, 1948: p.12).

Mas depois de 1932, último ano que o peixe apareceu em grande número, a pesca da tainha, e de muitas outras espécies, aquela principalmente, quase chegou a se extinguir. Naquele ano pescaram 20 mil tainhas na Ilha Anchieta e 18 mil na praia da Enseada [...] Em 1938 não houve uma tainha em Ubatuba. Ninguém provou daquele peixe. Que contraste com certas épocas! Como aquela ocasião, por exemplo, em 1917, quando o Virgínio Pedro, na então Ilha dos Porcos, hoje Anchieta, apanhara, num só lance, quarenta e cinco mil tainhas! (SCHMIDT, 1948: p.7 e 10)

²¹⁸ *Mestre* Antonio Peres, natural da Praia do Lázaro cujo pai nasceu na Ilha Anchieta (PERES, 1993).

A atividade pesqueira na Ilha Anchieta sempre foi, portanto, de grande importância socioeconômica local, alternando historicamente períodos de abundância com períodos de escassez de peixes²¹⁹. Estes ciclos ou oscilações naturais se devem também à complexos sistemas²²⁰, não lineares e imprevisíveis (BERKES et al., 2006: p.45), de interação *oceânico-atmosféricos* que atuam sobre sistema *bio-geo-físico* marinho, resultando em melhores ou piores condições de produtividade pesqueira (BAKUN, 1996).

Andrew Bakun (1996) ensina que: tentar conseguir prever estas situações de altos e baixos da produtividade marinha é onde o progresso do conhecimento, pode ser de extrema ajuda,

não apenas para a aumentar a capacidade científica de corretamente inferir os resultados potenciais do desenvolvimento e manejo pesqueiros, mas também para o efeito psicológico em empoderar comunidades e nações em tomarem o controle construtivo do destino local de suas próprias pescarias, sem que precisem ficar se defendendo das percepções e ações, talvez em grande parte irrelevantes, baseadas na “tragédia dos comuns” por parte de entidades distantes da realidade. (BAKUN, 1996: p.91, grifo do autor, tradução nossa).

Bakun (1996) demonstra que em alguns casos, a devastadora sobrepesca feita pela frota industrial, não pode ser isoladamente considerada como fator responsável pelo declínio da produtividade pesqueira. Assim, muito menos a pequena pesca artesanal praticada tradicionalmente em canoas à remo, pode ser apontada como fonte única ou principal, responsável pela diminuição dos estoques pesqueiros na região da Ilha Anchieta.

A cosmovisão reducionista analítica que divide aos sistemas em elementos cada vez menores, estudados por especialidades cada vez mais esotéricas, é substituída por um enfoque sistêmico, sintético e humanístico. Reconhecer aos sistemas naturais reais, como complexos e dinâmicos, implica mover-se para uma ciência cuja base é a imprevisibilidade, o controle incompleto e uma pluralidade de perspectivas legítimas. (FUNTOVICZ e RAVETZ, 2000: p.23, tradução nossa)

É necessário portanto, instituir localmente um programa interdisciplinar de avaliação ambiental integrada que também inclua nas análises e estudos: a poluição sonora e química;

²¹⁹ “A tainha, que por volta de 1950 era responsável por parte considerável da captura, conforme fica claro nos trabalhos de Gioconda Mussolini e Ary França, agora nada mais representa. Em Ubatuba, de 15.450 kg, capturados em 1968, houve uma redução para 2.950, o que representa somente 0,07 sobre o total capturado em 1970. Por esse motivo, desaparece também aquela teia de relações sociais que se formava em torno da pesca da tainha, descrita por Gioconda Mussolini” (DIEGUES, 1973: p.99).

²²⁰ “Os sistemas obedecem a leis não-lineares e exibem um comportamento complexo, na forma de transições abruptas, multiplicidade de estados, auto-organização e imprevisibilidade. Chegamos a uma imagem da natureza e, portanto, de ciência diferente de uma imensa peça de relojoaria.” (MOURA, 2013: p.42-43).

eutrofização; condições sócio ambientais econômicas; acordos de pesca; e o conhecimento tradicional local.

Então, hoje Alemão, hoje é o seguinte, com essa poluição que nós temos no mar, garagem náutica, emissário, esses peixe tudo afugentô, foi... num temos mais esses peixe aqui, é raro, raramente você tem uma safra desse peixe nessa época. (DE GÓIS, 2015, comunicação pessoal)

Até hoje, passados mais de 35 anos da instituição do Polígono de Interdição à Pesca, nenhum estudo existe que comprove cabalmente a relação direta entre a interdição à pesca ao redor da Ilha Anchieta com a variação, positiva ou negativa, do nível de produtividade pesqueira da sua região de influência.

Se antigamente, que todo mundo vivia disso (da pesca), num comeu (acabou) o peixe todo, agora que poucos já vive disso, vai comê (acabar)? Né? Num vai acabá com tudo... É emprego pros outro sabe (a fiscalização e a burocracia na pesca). [...] E assim nós vamo (desaparecendo)... Vai se acabando (a pesca tradicional), já tem poucos... Você num vê quase pescador (de verdade). [...] Pescador que você vê aí no mar aí, é fim de semana, é um pintor, pedreiro, é caseiro, é... sabe... Fim de semana que ele vai pescá, num é pescador definitivo, de segunda a segunda aí. Num tem mais isso aí, que viva disso aí. É nêgo que vai saí (pescar) lá pra quebrá o galho, vai fazê festa, fazê farra. Num tem mais (pescador tradicional), porque aqui num tem mais jeito de pescá... Você num vê ninguém saí de madrugada com canoa à remo né, matá uma garoupa... Ir lá pras Palma à remo, à remo! Canoa à remoa aí... pras Palma... largá espinhel, pescá corvina, *matá* garoupa... Essas coisa, é um serviço triste (difícil) de fazê... Hoje você num faz, num é por que... tem medo... Num pode ir!? Pra onde você vai!? Além de você se daná (sacrificar) todo, sofrer pra caramba, arriscá a ser preso ainda!? (DOS SANTOS, 2014, comunicação pessoal)

Também destacamos que o Polígono de Interdição à Pesca da Ilha Anchieta, nunca efetivamente foi respeitado, seja pelos pescadores tradicionais locais, seja pelo “turismo náutico” ou pela “caça submarinha de troféu” (SÃO PAULO, 2014b: p.113-117).

A pescaria de hoje é bem diferente né. Antes nós pescava de linha, de espinhel, a rede era pequena... Hoje, se deixá a rede cobre a Ilha (Anchieta) toda né. O cara vai lá, é mergulho (caça submarina), é... acaba com tudo! [...] Num vê a tainha Alemão? Aí tem um bocado de tainha, quanta gente saindo atrás na Ilha (Anchieta)... Guarda pega, mesmo sendo proibido, matam, enfrentam, quer dizer... Eu não sou contra pescá, vai pescá né, as vezes eu (é) que tenho medo e fico aqui falando besteira... Não é besteira, eu falo a verdade, se na Ilha a gente pescasse mais pouquinho, né, uma redinha, mesmo que a *florestal* deixasse uma redinha só... Mas só que se deixá, a turma vai cerca a Ilha toda, vai arrancá até pedra... (*Mestre* pescador local, mantido em anonimato, 2015, comunicação pessoal)

A pesca “*dentro da Ilha*”, em 35 anos de “proibição” nunca parou, apenas passou a operar na clandestinidade. Assim o Polígono da Ilha jamais pode ser considerado uma

verdadeira ou clássica área protegida marinha “*no-take*” (ALMUDI e KALIKOSKI: 2010), principalmente devido aos caçadores submarinos “profissionais” que ali promovem massacres sistemáticos das grandes garoupas e meros (SÃO PAULO, 2014; 2015b), estas que são as matrizes reprodutoras mais raras e valiosas²²¹ entre todos os peixes daquela Ilha.

Portanto, argumentar que só existe peixe na Ilha Anchieta, exclusivamente porque lá é proibido pescar, é no mínimo uma falácia de fácil desmonte, pois principalmente a caça submarina é flagrada ocorrendo diariamente “dentro da Ilha Anchieta”, pelos pescadores tradicionais locais que vigiam bem de perto aqueles mares (DE JESUS, J.B., 2014, c.p.; DA GRAÇA, 2015, c.p.; DE JESUS, P.L., 2015, c.p.; OLIVEIRA FILHO, 2015, c.p.).

Ali na Praia Grande da Ilha (Anchieta), antigamente, puta que pariu, era todo dia puxando rede lá (arrastão de praia), muito peixe, muito peixe... tinha muito peixe ali. Todo dia, todo dia, todo dia... Mas tinha peixe pra cacete... e não faltava. Porco, guete, paru, anchova, tudo, tudo... e hoje num tem mais! (GIRAUD, 2015, comunicação pessoal)

4.7.1. O conflito com o “*meio ambiente*”

O pescador caiçara tradicional, não difere, nem percebe distinção, entre a própria vida e o ambiente natural em que ele está inserido, e do qual sobrevive.

Para o caiçara, o conceito de “*meio ambiente*”, possui significado totalmente distinto da concepção *urbano-industrial*.

O “*meio ambiente*”, para ele, significa: a polícia *florestal* e as leis ambientais (MANSANO, 2004: p. 208; DIEGUES, 2008: p.67) que restringem suas atividades tradicionais. É muito comum ouvir entre os caiçaras, expressões como: “O *meio ambiente* prendeu”, “O *meio ambiente* proibiu”, “O pessoal do *meio ambiente*”.

O profundo respeito e admiração pela natureza dos moradores da Barra do Ararapira não os fazem conservacionistas, pois a palavra é uma invenção nossa e que surge da nossa maneira dicotômica de perceber a natureza separada da humanidade. “Conservar” jamais seria uma palavra usada por eles, pois os mesmos não veem uma natureza possível de ser conservada, já que para eles não é algo estável, parada no tempo, imutável. Como se conserva algo que muda constantemente? (RAINHO, 2015: p.140, grifo da autora)

²²¹ “Acima de 9,0 kg a proporção de ocorrência de fêmeas diminui e a de machos aumenta. Esse autor observou que a inversão sexual ocorreria em peixes com 9 a 10 anos de idade e 90 cm de comprimento. As afirmações anteriores foram confirmadas por SPEDICATO et al., (1995) que avaliando um lote composto por 138 garoupas com peso entre 0,4 e 23,0 kg observou a ocorrência de machos somente em peixes com peso superior a 13,0 kg” (SANCHES, 2008: p.6-7).

Esta “névoa” que envolve o conceito local de “*meio ambiente*”, causa uma grande confusão quando o caíçara precisa expressar suas ideias sobre “manejo” ou “conservação ambiental”. O conceito de “conservação da natureza”, envolve práticas tradicionais tão arraigadas ao próprio modo de vida local, que os pescadores precisando explicá-las formalmente, confundem-se, contradizem-se, constrangem-se com a necessidade de dominar palavras, para explicar algo tão óbvio do ponto de vista tradicional prático²²².

Aquele dia da reunião (Oficina do PEIA: SÃO PAULO, 2008a) mostrando... lembra... A placa que tinha (na Ilha Anchieta)... Mostrô o (nome suprimido) caçando né... lata de skol... Aí eu falei pra ela (gestora): -Isso aí a Sra. mostra né? Isso aí, coisa ruim, a Sra. mostra... Mas a Sra. num mostra que lá na Ilha tem aqueles *pé de amendoeira*, que faz sombra na frente do presídio, quem plantô foi pescador! Aquilo num nasceu lá não, a Sra. viu? Foi gente que levou... amendoeira, bananeira, coco da Bahia... Quem plantô? Né? Pescador... Pescador num faz o que ela tava mostrando... [...] Hoje a Ilha, Alemão... o que vem de saco de latinha quando desce lá (no píer do Saco da Ribeira), meu Deus do céu... Enche o cais só de saco preto cheio de latinha de cerveja... E a mulher (gestora do PEIA) filma os pescadô né? Que é os pescadô que (estraga)... Viu o monte de lata e garrafa (mostrados na Praia do Sul pela gestora, ao lado do rancho dos pescadores, para justificar a retirada do rancho daquela praia)? É... Mas o que descarrega (de *lixo de turista*) ninguém filmou, aquele monte de saco preto que só vê barulho, 10, 12 saco, mas assim ó (mostra 1 metro acima do solo) que vem de lá... Isso ninguém filma... É muito (injustiça)... sabe... (DOS SANTOS, 2014, comunicação pessoal)

Se a pressão da formalidade provoca distorção na comunicação, no entanto, suas considerações baseadas na observação empírica do uso da natureza no dia-a-dia da faina pesqueira, são cristalinos quando apontam quem realmente lucra com o “*meio ambiente*”.

O *meio ambiente* foi bom sabe pra quem? Pros... pros, cara... que vieram pra explorá Ubatuba, assim, Caraguatatuba, todo o litoral, é os grileiro. Então isso foi bom. Então o *meio ambiente* ele foi bom, pelos (para os) grileiros que apareceram. Mas pela classe que sempre respeitaram o *meio ambiente*, eles prejudicaram. Que é os pescador... é os *antigo*... é o roceiro, é o cara que sempre criou o filho com farinha e palmito... entendeu? (DE GÓIS, 2016, comunicação pessoal)

²²² “A incapacidade de algumas comunidades registrarem explícita e formalmente seus anseios de forma técnica ou científica leva esta pesquisa a questões relativas à validade desses processos como uma elaboração documental participativa, pois o fato de existirem fóruns de participação popular para a construção destes documentos, não se constitui por si só em processo válido de representação dos anseios populares. Isso porque, se os cidadãos não detêm o domínio do saber sobre as questões que mais lhes afligem não se fazem valer como coadjuvantes na constituição de documentos-chave elaborados no intuito de promover, em tese, o seu próprio desenvolvimento e bem estar social.” (COSSIO, 2011: p.5-6).

Visando a não muito mais do que garantir a continuidade do seu próprio modo de vida, sempre respeitando as regras ancestrais estabelecidas pelo PHT local dentro de um calendário sazonal próprio, os caiçaras também constroem concepções, outras próprias, sobre o significado da expressão: “preservação do meio ambiente”.

Isso aí (preservação do meio ambiente), pra mim Alemão, é emprego. O cara tem um bocado de gente empregado. Porque do jeito que faz, num, num tá resolvendo nada. Dizê que vai melhorar... num vai. É só um bocado de gente empregada e complicando aquele que mais precisa... mais precisa né... (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal)

Olha, de preservação num entendo nada, mas eu acho que... penso assim, que o pessoal deve respeitar a natureza né? Agora... eu num vô dizê, porque, vamo supor, você precisa plantá né? Não digo queimá o mato, queimá o mato eu sô contra isso né? A não ser que você corta o mato aqui, amontoa ali e queime aquela coisa (manejo tradicional de *coivara*), mas não botá fogo no mato... (OLIVEIRA FILHO, 2015, comunicação pessoal)

Desde criança, naquela Ilha (Anchieta), a vida toda foi livre pra todo mundo, você pescava, você brincava... De um tempo pra cá, botaram bóia, cercaram a praia, um pedaço que pode subir, outro pedaço que não pode, num pode nada! Que eu num posso... Pra que isso aí!? E quem que ganha com isso!? Ninguém ganhô! Põe, é, polícia pra tomá conta, *florestal* pra tomá conta, vigia, pra vigiá o que naquele mato!? Parque? Parque não é. Porque se é um parque, não é pra ninguém... não é pra ninguém, é só pra pessoa tomá conta... Como é que tem gente que pode (usar a Ilha) e gente que num pode!? Por que tem uns cara que pode, que bagunça, que faz piquenique, que vai... né!? *Florestal*, bombeiro, fica lá, 300 guarda praquele mato todo né? Por que eles pode e os outro num pode? Acho que Parque num é pra ninguém né? Por que... Botaro bicho que num era de lá, macaco nunca teve na Ilha, cotia nunca teve na Ilha, capivara nunca teve... Acabaram com a Ilha. O que eles botaram lá acabou com tudo, o macaco comeu os passarinho todo, comeu o ovo tudo, o rio que a gente usava, a sujeira né? Você viu a porcaria... Então a Ilha, não sei se um dia vai prestá pra alguma coisa... Da Ilha pra lá num vai prestá pra nada, nem turista vai mais querê aquilo ali... Num é mais coisa que a turma... sabe... queria ver. Vem alunzinho de fora, que pega uma escuna aqui, sem sabê, vai lá, num vem contente não, num tem nada que presta lá, cabô... (Só umas ruínas velhas) Sem história nenhuma... eles nem pode... eles nem sabe... é um bando de mintiroso né, bando de mintiroso... Botaro nome de praia que nunca existiu, lugar que nunca existiu, acabaro com a Ilha. (*Mestre* pescador local, mantido em anonimato, 2015, comunicação pessoal)

Também algumas questões relacionadas ao que nos dias de hoje se entende por “sustentabilidade”, também são aspectos que fazem parte das preocupações que afligem os pescadores locais. O pai do *mestre* Antenor costumava dizer: “É muito rastro e pouco pasto” (DOS SANTOS, 2012, comunicação pessoal), quando queria se referir ao futuro da humanidade em relação à necessidade de produzir alimento para todos.

Sobre este mesmo tema, nos conta o *Ico*, que seu avô costumava reunir os netos em volta de um forno na casa de farinha e certo dia lhes falou que chegaria um *tempo* em que “a

turma ia ter muito dinheiro no bolso, mas num ia ter comida pra comprar... Porque os *roceiro* (cultivadores de roças) tão acabando tudo” (DE JESUS, J.B., 2016, anotação de campo).

Esse negócio de “futuro”, essas coisa aí. É gente que num tem o que fazê, que fica falando bobeira... Porque o estudo (ciência) ficou tão grande, tão... tanta, tanta coisa “fácil”, que a turma vai sabendo coisa que nem era pra eles sabê. Então é nessa loucura aí, sabe? Ninguém sabe o que é a “verdade”... no fim, é tudo passando no mesmo caminho né? Você calcula uma coisa, você estuda uma coisa, o outro estuda uma coisa... e você, o que você aprende hoje, você larga pra lá, vai aprendendo outra, e no fim é tudo a mesma coisa... tudo igual... (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal)

Figura 64 - Ocupação “turística” da Praia da Enseada. Foto: Arquivo da família Prochaska, anos 1940.

Figura 65 - Ocupação “turística” da Praia da Enseada. Foto: Peter Santos Németh, setembro de 2007.

4.7.2. O futuro do peixe e a tradição

“A tradição eu penso assim, é uma coisa que você tem ali, que você faz, e você vai passando de um pra outro, né, de pai pra filho, de filho pra neto... e é essas coisa, eu acho que isso aí que é a tradição da pessoa” (OLIVEIRA FILHO, 2015, comunicação pessoal). Não ter peixe nem lugar para pescar, implica compulsoriamente em perda da tradição.

O negócio é o seguinte, a pescaria tá acabando porque geralmente a gente não pode pescá (mais) né? Num tem peixe, você num pode vivê daquilo mais porque num tem peixe pra você vivê daquilo... Você vai pescá, você num pode, né? Você vai lá no mar pescá, já chega a *florestal* prende você, você num pode pescá né? Precisa isso, precisa aquilo (licença, documentos). Você mata um peixe, já você mata outro, já você vai preso, porque matou aquele que num “coisa” (pode). Você vai pescá, você num sabe o peixe que vai pegá né, você larga uma rede, você num sabe o peixe que vai pegá... Então os cara vai desanimando com isso e vai... partindo pra outra né. (OLIVEIRA FILHO, 2015, comunicação pessoal)

Atualmente existe um grande embate local, no âmbito das disputas territoriais marítimas pelo uso e ocupação da zona costeira (Figuras 64 e 65). Os conflitos envolvem instituições de proteção ambiental, indústrias de exploração capitalista do turismo, da náutica e da pesca amadora, barões da especulação imobiliária e a atividade pesqueira em geral.

Mas é isso aí Alemão... Vai indo, vai indo, acaba. Num vai, num vai continua (a tradição) porque num tem condições... Você vai fazê um canoinha, aí você num pode né, Você vai saí com uma canoinha dessa aí no mar, já prende... Quer dizer, você vai pescá “coisa” (prende)... [...] Num tem condições... É complicado... Então num tem... É até onde que eu digo, acaba, vai acabá... A tradição do pescador, nós caíçara aqui, vai acabá... De tudo lado né? Pesca de canoa, esses coitadinho aí, acaba tudo... Só esses barco de empresa memo (que vão continuar). (OLIVEIRA FILHO, 2015, comunicação pessoal)

O que se percebe é que as atividades de maior poder político e econômico, como o setor náutico, turístico e imobiliário conseguem exercer influência muito maior junto ao Governo e ONGs (PIMBERT e PRETTY, 2000: p.191; LEIVA, 2014: p.137-142) do que o setor produtivo pesqueiro. Particularmente em relação à atividade de micro-escala feita pelos pescadores tradicionais de todo o litoral norte paulista, que compartilham modos de vida e saberes tradicionais pesqueiros semelhantes aos estudados por esta nossa pesquisa.

Hoje, após mais de 10 anos de instituído, o GERCO está em fase final de uma controversa revisão, envolvendo várias denúncias de aparelhamento do grupo setorial que vem

trabalhando para definir o novo mapa²²³. Esse aparelhamento do GERCO pelos interesses “turísticos”, náuticos e imobiliários, que atualmente dominam esses fóruns de discussão do Litoral Norte²²⁴, teve sua gênese justamente no conturbado processo de criação da APA Marinha²²⁵ e nas posteriores articulações para a formação de seu conselho gestor.

No caso específico dos Conselhos Gestores de Unidades de Conservação, apontam-se uma série de problemas relacionados com a legitimidade dos representantes, a representatividade das organizações da sociedade civil, a formação política e técnica dos membros, a limitada área de atuação dos órgãos públicos e o caráter consultivo/deliberativo dos conselhos (MMA, 2004; Macedo, 2008; Macedo et al., 2013 apud LEIVA, 2014: p.146).

Prova cabal desta articulação poderosa está registrada no próprio Decreto 53.525 de 8/10/2008 que cria a APA Marinha do Litoral Norte (SÃO PAULO, 2008b).

O Artigo 14 desse Decreto da APA Marinha do LN, é na verdade um “jabuti” alí inserido cirurgicamente pelo lobby “*náutico-turístico*”, apenas para mudar o Artigo 38 de outro Decreto, o de nº 49.215 de 7/12/2004 que instituiu o GERCO, derrubando a proibição da pesca amadora dentro das Z2ME paulistas.

Assim, o modo de vida do pequeno pescador caiçara ainda carece de efetiva representatividade e proteção, devido à sua fraca pressão política (MALDONADO, 1986: p.45-46), dentro do território da APA Marinha do LN.

Qualquer tipo de Unidade de Conservação é hoje instituída “sob regime especial de administração” (BRASIL, 2000). Este detalhe garante também à APA Marinha do LN, autonomia e prerrogativa jurídica o suficiente para impedir que regras nitidamente criadas para regulamentar a grande pesca industrial²²⁶, sejam aplicadas aos pequenos pescadores

²²³ Uma carta assinada por 18 entidades denuncia que lobistas dos setores náutico e latifundiário, estariam “ocupando cadeiras de outros setores da sociedade civil, como do setor pesqueiro, por exemplo, e tratando de ajustar seus interesses particulares em detrimento do interesse público” (INFORMAR UBATUBA, 2016a).

²²⁴ Durante as discussões de revisão do GERCO em Ubatuba que aconteceram em 5 de julho de 2016 o lobby *náutico-imobiliário* aprovou a liberação do Morro da Espia (Mapa da pág.119) para instalação de um *resort* de luxo (INFORMAR UBATUBA, 2016b). Note-se que este morro é tombado pelo CONDEPHAT e está em zonas de amortecimento do PEIA e da ESEC Tupinambás.

²²⁵ A imposição da APA Marinha pelo Estado gerou um intenso processo de mobilização liderado principalmente pelo setor náutico que encontrou nas lideranças dos pescadores artesanais, aliados estratégicos na consecução de seus objetivos (LEIVA, 2014: p.139-140).

²²⁶ Como por exemplo, a IN IBAMA Nº 166, de 18 de julho de 2007 e a IN MPA/MMA Nº 12, de 22 de agosto de 2012, que aplicadas, praticamente decretam o fim da pequena pesca artesanal tradicional praticada no litoral norte de São Paulo.

tradicionais, pelos agentes do próprio Estado, que têm o dever de proteger a cultura local própria destes pescadores²²⁷.

Enquanto isso, em Ubatuba, os *tresmalhos* continuam sendo apreendidos (Figura 66).

Figura 66 - Policiamento náutico apreende oito redes de emalhe de superfície (*tresmalho de costeira*) dentro da APA Marinha do Litoral Norte, sem a “identificação do proprietário” (IBAMA, 2007). Foto²²⁸: <https://www.facebook.com/PoliciaAmbientalSP/>, Ubatuba, 6 de abril de 2016.

Ah é... é... Úh! Ê! (expressões de lamento profundo) Chega na *Ponta do Boqueirão*, vai *curricá* um peixe, os hómi (a *florestal*) prende, corta linha, corta peixe, humilha, sabe... Isso é uma besteira, uma bobeira rapaiz (indignado). Meu filho memo já num vai mais pescá na Ilha né? Meu neto nem se fala! Lá num vai mais, né? Os meu... e os outro, né? E os outro? E eu, que pesquei a vida toda, num posso pescá!? Não tanto pelo peixe... é o divertimento... Eu posso até pegá o peixe e dá pra eles (a *florestal*) comê... Toma, leva o peixe pra você... leva... É que eu gostava de pescá... Não, memo que num pegue (pesque) nada Alemão, pescando já tá bom... [...] Agora vem, nós tamo pescando, vem uma lancha lá (da *florestal*) com um bocado de gente, e prende... [...] O cara (policial), parece que num é uma obrigação (dele, fiscalizar)... é o divertimento é, autuar você. Eles se divertem em fazê você passá vergonha sabe? É o divertimento deles... (*Mestre* pescador local, mantido em anonimato, 2015, comunicação pessoal)

4.7.3. Uma experiência de planejamento participativo

²²⁷ Artigos 215 e 216 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

²²⁸ Fonte: Perfil oficial da Polícia Ambiental do Estado de São Paulo, disponível em: <https://www.facebook.com/PoliciaAmbientalSP/photos/a.235658223188151.60835.212085678878739/961170620636904/?type=3&theater>. Acesso em 01 jul 2016.

*Antigamente tu olhava pro mar, não saía de medo: Ah, vai ventá... Hoje não, é a florestal (polícia ambiental). Vai fazê uma viagem, carregá um turista, “duro”... querendo ganhá um dinheiro, ó o medo: a Marinha pegá... né, seu barco... num tem documento²²⁹ pra isso (pescaria de turismo)... né? Tá ruim de pesca: quê que vai fazê (que mal teria)? Um barco com 4 pessoa (turistas pescadores amadores), ganhá 200 reais (preço do frete) aí? E quê que vai tê de perigo um barco que a gente tá acostumado, aqui na Ilha (Anchieta) a gente vai à nado, num tem perigo, eu tenho certeza! Mas você num tem documento, você num pode... **Num tem nada a vê, documento com direito né?** Num tem nada a vê uma *carteirinha*, com uma coisa que você entende, que você conhece. Põe uma carteira no bolso aí, e sai sem você conhecê nada! Você (aquele que tem condição de tirar o documento) num sabe nada! A gente num tem (documento), mas entende, sabe o que é. Tem muita coisa que a gente vê, os cara fazê, que tem carteira tem tudo, (que) eu num fazia! Num faço! (DOS SANTOS, 2014, comunicação pessoal, grifo nosso)*

No ano de 2008, o Conselho Consultivo do Parque Estadual da Ilha Anchieta promoveu, nos dias 15, 16 e 17 de julho, Oficinas de Planejamento visando a “subsidiar as ações de planejamento do PEIA”. O objetivo geral dessas oficinas, além de servir como “uma importante ferramenta para a revisão do Plano de Manejo” foi também de realizar um diagnóstico situacional participativo com vistas ao atendimento dos anseios da comunidade local e propor medidas factíveis para sanar as problemáticas diagnosticadas nos temas Áreas Marinhas, Visitação Pública e Infra-Estrutura (SÃO PAULO, 2008a: p.3).

No “GT Áreas Marinhas” a problemática do não reconhecimento pelo Governo Federal dos cercos flutuantes, mas que eram reconhecidos pelo Governo do Estado, foi apresentada. Além desse problema, foram também apresentadas propostas de ações para gestão da área marinha do PEIA, entre as quais se destacaram algumas que trataram da cultura tradicional relacionada à pesca artesanal no entorno da Ilha. Foi duramente criticado o solapamento midiático da histórica cultura pesqueira da Ilha Anchieta²³⁰ pelo evento da “rebelião do presídio”.

Visando a resgatar a importância da cultura pesqueira da Ilha, foi proposta durante a oficina a criação de um “Museu Vivo”, onde os pescadores locais poderiam demonstrar suas atividades tradicionais ligadas à pesca. Também foi assinalada a possibilidade de delimitação e resgate dos territórios pesqueiros tradicionais, atrelada à realização de estudos de monitoramento científico de estoques pesqueiros, para a liberação da pesca de linha de mão e a do cerco flutuante. Assim seria possível com essas contribuições ser criado um roteiro

²²⁹ Pelas regras de inscrição de embarcação junto à Marinha, um barco documentado para a pesca, não pode ser utilizado para turismo, o que torna ilegal essa alternativa de renda importante para os pescadores artesanais.

²³⁰ Essa importante cultura pesqueira, vem sendo registrada na Ilha Anchieta desde o século XIX, ou seja, antes, durante e após o período da Colônia Correcional. E hoje, somente se fala sobre o presídio e a “revolta de presos mais sangrenta do mundo”.

histórico-cultural caíra (SÃO PAULO, 2008a: p.15-16) em consonância com os objetivos do Plano de Manejo do PEIA (GUILLAUMON et al., 1989: p.63).

A efetivação concreta destas proposições das Oficinas (que ficaram apenas “no papel”), pode finalmente integrar os pescadores locais definitivamente na gestão participativa do PEIA, onde eles atuariam como agentes efetivos na produção e coleta de dados científicos referentes ao monitoramento estatístico das suas próprias pescarias²³¹. Pescarias estas que hoje possuem em sua efetiva força cultural como tática de vida sustentável, um valor científico muito maior do que apenas em seu aspecto econômico secundário.

A gente, se tivé “ganhando”, não interessa o peixe, eu posso até pescá e soltá. (Peter: Eles estão valorizando um conhecimento que é seu...) É lógico... é... Então eu falo pra você Alemão: “Aqui é bom pra peixe”. E eu pego uma linha e “mato” um peixe, você vê (estuda), você filma, e eu solto o peixe fora. Num faço questão de trazê o peixe nada, o que manda pra nós é ... é trabalhá. Alemão... a pescaria pra nós, num é porque nós “gostava” de pescá, é que nós vivia, depende daquilo (pra viver), de pescá e vendê, pescá e comê. Agora, se for lá (guiar um pesquisador na Ilha Anchieta) uma pessoa que “compra” o meu peixe e eu posso soltá, eu “vendo” (tiro meu sustento) a mesma coisa né? (DOS SANTOS, 2015, comunicação pessoal)

Todo o protocolo legal que envolve: reuniões técnicas (CAMPOLIM et al., 2008; 2010, comunicação pessoal) com pescadores; levantamento de campo da atividade com o cadastro de pescadores locais e equipamentos; para a posterior liberação de áreas de pesca com determinados petrechos e artes de pesca, já existe, e não é novidade alguma em unidades de conservação (SEIXAS e KALIKOSKI, 2009). O processo de inclusão dos pescadores locais ao PEIA e ao Polígono de Exclusão, pode acontecer nos mesmos moldes propostos pelo Termo de Autorização Para a Pesca na Estação Ecológica de Juréia-Itatins (SMA-CPRN, 1990) e também pela IN IBAMA Nº 49, de 14 de setembro de 2004 que autorizou a pesca de arrasto de praia dentro do Parque Estadual da Ilha Cardoso²³² (BRASIL, 2004)

Outro problema importante que a instituição dessa prática pode solucionar definitivamente é o da fiscalização ineficaz, tão propalada pelos gestores do PEIA

²³¹ Desde o ano de 2005, na bacia do rio Tiquié no noroeste amazônico, os próprios indígenas locais receberam treinamento científico básico e monitoram suas próprias pescarias. Estes agentes indígenas de manejo ambiental (AIMAs) trabalham coletando dados sistemáticos para subsidiar o plano de manejo dos seus peixes e o mapeamento de seu território tradicional próprio (RICARDO e RICARDO, 2011: p.211).

²³² Este processo local de gestão pesqueira participativa da APA-CIP (CAMPOLIM, 2010, comunicação pessoal) regularizou não apenas a pesca com arrasto de praia, como também a pesca da manjuba em Iguape através da IN nº 33, de 16 de junho de 2004 e a pesca do no entorno do Parque Estadual da Ilha do Cardoso e na zona de amortecimento do Parque Nacional de Superagui, IN nº 15 de 16 de junho de 2005, “somente a pescadores artesanais cadastrados, portadores da Licença de Pesca utilizando as redes devidamente cadastradas e identificadas”(MMA, 2005).

(BUCHIANERI et al., 2015). Assim reinseridos no seu ambiente natural, esses pescadores também passam a atuar na proteção de seus *pesqueiros* tradicionais, enquanto praticam suas pescarias monitoradas através de um projeto de pesquisa permanente.

Essa prática fiscalizatória natural, dos pescadores sobre seus próprios territórios, já é relatada desde o ano de 1916. Neste ano, quando a Colônia Correcional foi transferida para Taubaté, as instalações da Ilha Anchieta ficaram totalmente “abandonadas”, no entanto continuaram a ser:

[...] visitadas amiúde por caiçaras habitantes das redondezas, no continente, que na ilha iam pescar e que, por índole, respeitavam-nas, convertendo-se em eficazes e gratuitos vigilantes de tudo quanto lá ficara. Algum tempo depois a ilha foi arrendada (!) ao Sr. Agostinho Rossi, que se propunha a instalar ali indústria pesqueira a par de alguma atividade agrícola. Mas aos olhos dos vigilantes pescadores não passou despercebido que avançada indústria dilapidadora estava sendo praticada, e isso deram conhecimento às autoridades ubatubenses, que por sua vez cientificaram as estaduais. (DE OLIVEIRA, 1977: p.88)

Portanto, devidamente treinados (RICARDO e RICARDO, 2011: p.211), os pescadores tradicionais podem comunicar via rádio ou celular, qualquer uso não autorizado dos mares da Ilha Anchieta à equipe de gestão do PEIA, que então se desloca para a abordagem dos infratores. Esta pode ser uma ferramenta de fiscalização muito mais eficiente e barata, a ser incorporada ao Plano de Fiscalização Integrada da Atividade Pesqueira nas Áreas Costeiras do Estado de São Paulo – SIMMAR, (SÃO PAULO, 2013a; 2013b). Assim, solucionam-se os problemas estruturais de governabilidade, sobreposição de competências e falta de articulação, por parte do Estado, na proteção e fiscalização das Unidades de Conservação marinhas (BUCHIANERI et al., 2015).

4.7.4. Incorporando o etnomanejo

O “etnomanejo” é constituído pelas interações positivas que existem entre as populações tradicionais e a natureza, que proporcionam a “existência de *áreas de alta biodiversidade decorrente do conhecimento e do manejo* tradicional” (DIEGUES, 2000a: p.33, grifos do autor).

Todas as considerações indicadas neste trabalho, buscam identificar saberes e práticas de manejo pesqueiro tradicionais atrelados aos sistemas consuetudinários de apropriação

marítima local (GEISTDOERFER, 1974: p.177), visando a integração e o diálogo com as práticas de conservação governamentais oficiais.

Conforme visto anteriormente, ninguém melhor gabaritado do que a *turma* de pescadores caiçaras “nascidos e criados” nas costeiras e mares da Enseada do Flamengo e da Ilha Anchieta (DOS SANTOS, 2015; DE GÓIS, 2015; DA GRAÇA, 2015; DE JESUS, J.B., 2015; GIRAUD, 2015; OLIVEIRA FILHO, 2015), para formular propostas de etnoconservação e de etnomanejo (DIEGUES, 2000a: p.33; MPF, 2014: p.28) que incidam diretamente sobre seu próprio território marítimo tradicional, em cooperação com as práticas científicas formais.

Assim, o PHT local confere a esse grupo especial de pescadores um conhecimento detalhado destes seus territórios pesqueiros e a capacidade de manejá-los de forma a garantir a sustentabilidade dos recursos naturais que neles ocorram. Um pequeno esforço basta, para reconhece-los e apoia-los como aliados propositivos na conservação da natureza, e não como inimigos.

A troca de conhecimentos altera-se de acordo com a cultura das comunidades. Embora algumas se comuniquem de forma explícita, por meio de documentos (ofícios, cartas e outras modalidades formais), a maioria delas expressa-se informalmente, socializando conhecimentos tácitos apenas. Portanto, mostra-se de suma importância compreender a forma como membros de uma comunidade pesqueira compartilham o conhecimento, constroem os saberes usufruem politicamente da retórica necessária para atuar de forma permanente, construtiva e propositivamente na elaboração de leis e diretrizes nos foros dos quais participam. (COSSIO, 2011: p.6)

Se “provocado” a elaborar, mesmo que hipoteticamente, algum tipo de regramento ou diretriz que incida sobre a prática da pesca, o caiçara não exita em imediatamente sugerir uma proposta “embrionária” de ordenamento, baseada no seu PHT.

Abrindo essa discussão, algumas destas ideias iniciais, apresentadas pelos *mestres* caiçaras locais surpreendem pela obviedade do argumento construído:

Olha... eu acho que precisava isso memo (proibir a pesca na Ilha Anchieta)... Só que eu acho, que (devia) fazê isso pra cá (só na costeira da face sudoeste). [...] Você podê pescá só por fora (na costeira da face sudeste), pra cá não. Porque a parte de lá (entre as Palmas e o Ilhote do Sul) é a que fica mais ruim (o mar sempre está revolto)... não é sempre que dá pra pescar. Então pra quem conhece, vai de qualquer jeito (só consegue pescar quem for *mestre*)... e aqui (na parte mais abrigada, entre o Boqueirão e o *Ilhote do Sul*) qualquer um vai (consegue pescar)... entendeu? Então por *Trás da Ilha* pode pescar. [...] Quem vomita, fica tonto, essas coisa aí, nem lá vai... entendeu? Agora se põe (libera a pesca) na parte da cá (face sudoeste) e o mar tá *um rio* (manso), aí você faz (pesca) o que qué. [...] Então é isso que eu falo, pro lado de lá (face sudeste) dava pra (liberar para) pescá, entendeu, não é sempre que o mar tá bom ali. (GIRAUD, 2015, comunicação pessoal)

Eu acho que num... sei lá... Porque eu acho que só podia proibí ali dentro, dentro da Praia da Ilha (Anchieta), porque ali cria, pode... ali cria que nem, embetara cria, esses peixe ali cria. Ali cria, mas por fora não, né? Na volta da Ilha não. Porque a garoupa... tá certo ela cria ali, mas... é uma coisa (diferente)... Que nem a tainha, a tainha é uma coisa que num pode proibí. Tainha... pescaria de tainha, espada, lula, num pode proibí porque é *peixe de passagem*. [...] Num tem cabimento proibí que ela nunca, nunca ela vai ficá ali... Carapau, (sororoca, anchova) isso aí é peixe que num fica ali, eles num cria ali, eles só tão ali de passagem, fica ali naquele... quando chega a época certa eles fica ali, procurando a comida deles... mas num fica ali, num, é *peixe de passagem*, eu acho que isso aí é errado, devia de liberá. (OLIVEIRA FILHO, 2015, comunicação pessoal)

Outras opiniões, reforçando o aspecto contraditório que envolve o conceito de “meio ambiente”, destacam-se por reconhecerem a “proibição”, que os excluiu de seus próprios territórios pesqueiros tradicionais, como o motivo principal de ainda haver algum peixe na Ilha Anchieta. Isso, no entanto não significa que esta “proibição” esteja sendo acatada ou respeitada:

Putá merda... a Ilha... todo lugar é bom (pra pescar) na Ilha... Num tem lugar que num seja bom na Ilha Anchieta... (risos) A Ilha Anchieta tudo é boa... (risos) Pudessem eu ir lá... Então... só que se abrisse a pesca pra todo dia, arregaçava com tudo né... Tem que ser de noite... Mas vou te contá... se pudesse ir lá... A Ilha é boa, mas a Ilha é bom Alemão, é porque é proibido, se não fosse proibido, num tinha mais nada lá... Por causa disso é que ainda tem um peixinho lá. A turma fala... - Ah, porque (reclama que está proibido)... Mas tá certo proibir... tá certo proibir, num digo você *matá*... tem certas coisa que dá pra ir (pescar) lá ainda, *matá* um peixinho pra... mas num digo ir lá *pra arregaçá*. (DA GRAÇA, 2014, comunicação pessoal)

Então, hoje num tem jeito... só tem isso aí na lembrança da gente só, e vai piorando... Até o que a gente faz? Ó, eu memo peço pro meu filho não pescá, eu podia né... se desse: -Vai pescá... Não! Não vai. Nisso aí num tem mais pra onde ir... não adianta... Se um dia alguém liberá a Ilha pra (qualquer um) pescá, num vai um mês já num fica nem... que! Vão comê o marisco, vão comê o guaiá, vão limpá a Ilha lá... vão limpá tudo lá! Porque que quando era liberado era assim, era assim... Nós pescava de linha, mas vinha gente de fora que arregaçava lá... (Vocês respeitavam os *pesqueiros*?) É lógico... É... O (peixe) que num prestava... né, nunca que matava uma moréia e jogava pra baixo, nunca que cortemo anzol na boca do peixe sabe? A moreia vinha nós matava, matava memo e trazia pra terra, vendia aí, dava um fim nela aqui em terra, mas num jogava lá ela machucada não... Hoje, a turma chega, já mata, quantas você num encontra boiada por aí dentro da água né... (DOS SANTOS, 2014, comunicação pessoal)

Não... pescava na Ilha (Anchieta) também... Mais na Ilha, mais na Ilha do que aqui (na Enseada do Flamengo)... menos gente né... (tinha) menos gente, hoje a invasão foi muito grande, a invasão foi muito grande... entendeu? Se for liberá... Aquilo que eu falei pra você, se for liberá a Ilha hoje pra pescá, vão vende até a pedra da Ilha! Entendeu? De primeiro era, de primeiro era, era poca gente... é isso que eu falei pra você, os caçara (é) que pescavam. Hoje não, hoje quem pesca, caçara hoje, tem, vamo supor, caçara pescador, hoje tem... se for marca, tem, num tem 10%... 90 (%) é gente nova que entrou na pesca, entendeu? (DE GÓIS, 2014, comunicação pessoal)

Nota-se também nestes depoimentos, que os pescadores locais cientes da própria incapacidade em fazer prevalecer o modo tradicional de gestão e uso dos *pesqueiros* da Ilha Anchieta, frente ao crescimento dos usos não tradicionais daquele mesmo território, acreditam inclusive, que a proibição da pesca acabou por “ajudá-los” a diminuir com a “farra” que acontecia na Ilha Anchieta. “Se num fosse o Parque, até as pedra tinham carregado da Ilha...” (DA GRAÇA, 2015, c.p.; DE GÓIS, 2015, c.p.; DOS SANTOS, 2015, c.p.; OLIVEIRA FILHO, 2015, c.p.).

Mesmo assim o preço pago pelos pescadores locais foi muito alto. Sendo o elo mais fraco do sistema, e tratados como criminosos invasores dentro de seu próprio território, rebelam-se os caiçaras, ao seu modo, em franca desobediência civil²³³ (THOREAU, 2006), saboreando cada último gole de liberdade plena. “Neste sentido, ocorre a *reapropriação do espaço organizado* e disciplinar através da tática de *antidisciplina* que opera *dentro do campo de visão do inimigo*”, fazendo emergir “*espaços da R-existência*”²³⁴ (MOURA, 2013: p.75-76, grifos do autor).

Assim, os pescadores locais enfrentam a *florestal*, apenas como mais um dos inúmeros desafios que o mar sempre impõe ao tirocínio caiçara, para o exercício da arte pesqueira.

Ah é... Antigamente você ia pescá, você olhava pro *Tempo*. Tinha medo do *Noroeste* (prenúncio de vento violento), tinha medo de chuva, tinha medo de vento... Hoje, você rompe qualque vento... tem medo da *florestal*, tem medo da polícia. Chegô no *Canal* (o Boqueirão da Ilha Anchieta), você já olha pro lado... pro outro... meu Deus do céu, será que dá pra ir pra lá!? Um medo... Passa o *Canal* pra lá (pro lado da Ilha), você... Puxa! Dá até graças a Deus quando num encontra peixe pra pescá, sabe... Que nem a tainha memo, quantas vez vou lá, até vou por ir, mas graças a Deus que num aparece (tainha), pra num largá a rede, pra num (“dar sopa”)... sabe... E pra que isso aí ó (proibir pescar tainha), a tainha vai embora (é *peixe de passagem*)... Besteira (proibir)... (*Mestre* pescador local, mantido em anonimato, 2014, comunicação pessoal)

Privados de exercerem sua principal atividade de sustento material e a única na qual se distinguem como *mestres* de ofício, estes pescadores são expropriados de seus dois bens mais valiosos, a liberdade e a autonomia. Assim, destituídos da capacidade do próprio governo de seu modo de vida tradicional, sentem-se humilhados, acuados, prisioneiros à céu aberto, reféns de um modo de vida outro, que não o seu próprio e tradicional caiçara.

²³³ “A autoridade do governo, mesmo do governo ao qual estou disposto a me submeter – pois obedecerei com satisfação aos que saibam e façam melhor do que eu e, sob certos aspectos, obedecerei até aos que não saibam nem façam as coisas tão bem –, é ainda impura; para ser inteiramente justa, ela precisa contar com a sanção e com o consentimento dos governados.” (THOREAU, 2006: p.45-46).

²³⁴ “[...] o espaço epistêmico produzido via operação tática.” (MOURA, 2013: p.76).

A verdade é que nosso mundo já acabô, nós é que tamo vivendo no mundo do outro. [...] Porque hoje, a geração não pensa que nem nós. [...] Nós não conseguimos sabê o que os cara fazem né... A geração de hoje, menino, criança aí, mexe nessa porra de computador, é não sei o que... Põe nós pra mexê numa porra dessa! Nós nem sabe onde que aperta né. E esses cara já vem com outra mentalidade, é por isso que acontece isso. (DE GÓIS, 2012, comunicação pessoal).

Por isso mesmo, e como último recurso em legítima defesa do seu modo de vida próprio, os pescadores locais, tradicionalmente resistem, ou melhor, *R-existem* (Figura 67).

Você acha Alemão, que uma pessoa que vai na Ilha (Anchieta), pescá um peixe, né... e (ele) vai porque (ele) precisa pescá... A toa ninguém vai. Por que quem é que vai saí (por) divertimento com... enfrentá chuva e vento na Ilha... Isso mão é divertimento, isso é sofrimento né? Eu memo, uma vez que me pegaro lá com... preso, eu já tava cara! Se eu vim aqui (me arriscando com chuva e vento), eu já me considerava preso porque eu precisava pescá... Você (o guarda da Ilha) piorou a barra, falei pra ele... você piorou a barra, já tava preso, preso já se (me) considerava... [Peter: Quando foi isso?] Faz tempo já, tava eu, todos os (outros) dois já morreu, era o *Ditanha*, meu irmão, e o Pedro Lopes que morreu também... Pegou nós lá... meia noite... o *Tempo* ruim... Não era bem o *florestal*, era o *guarda da Ilha* naquele *tempo* sabe... Me encheu o saco, falou um bocado de besteira... Eu falei, você acha rapaz, que se eu tivesse dinheiro, eu tava aqui essas hora da noite, remando aqui com essa canoa aí, dos outros ainda? Eu tava descansando. Não é porque eu quero (pescar), é porque eu preciso. Eu vim aqui, eu me considero preso, porque eu preciso vim aqui. Mais essa, que você me pegô, complicô... eu já tô... preso, eu já tô memo! Você que sabe que queira fazê... (O guarda) Me falô um bocado de besteira, depois mandô eu vim embora... [Peter: Humilhou você ainda?] Úh!... Bastante... (Segue um silêncio constrangedor, dor profunda, humilhação, muita emoção e revolta). (DOS SANTOS, 2014, comunicação pessoal)

Figura 67 - Emídio na popa e Paulinho na proa, dois irmãos a canoa e a tainha; “crime ambiental” (MPA/MMA, 2012)? Foto: Peter Santos Németh, Praia da Enseada, outubro de 2010.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade do universo abordado por esta dissertação e a limitada formação deste pesquisador não permitiram que nossa investigação esgotasse o tema, mesmo em se tratando dos aspectos relativos à atuação de poucos pescadores sobre um território próprio tão específico.

Uma característica interessante do território pesquisado é que ele representa um microcosmo reunindo todas as características especiais necessárias para o desenvolvimento de pesquisas científicas, sobre as principais atividades causadoras dos impactos ambientais mais expressivos que hoje ocorrem em todo o litoral norte de São Paulo e os potenciais conflitos socioecológicos advindos destas atividades. Por exemplo, existem ao redor da Enseada do Flamengo:

1- um emissário submarino, operado irregularmente pela SABESP há mais de 30 anos, despejando esgoto e cloro diuturnamente a apenas 70 metros da areia da praia;

2- uma das maiores concentrações de leitos para aluguel de temporada de Ubatuba, quiosques e restaurantes, com baixíssimo índice de coleta e tratamento de esgoto;

3- o maior polo náutico da região com dezenas de marinas e garagens náuticas, causando o tráfego intenso de centenas de embarcações dentro de “UCs” federais e estaduais;

4- ainda, uma última península verde, o *Morro da Ponta do Espia*, local de antigas roças comunitárias e casinhas caiçaras; muitos pesqueiros tradicionais, ruínas, pomares ancestrais, fontes, olhos d’água, riachos e “praias virgens”. Este morro constitui zona de amortecimento por fazer “divisa” com o Parque Estadual da Ilha Anchieta e com a Estação Ecológica Tupinambás, no entanto, está hoje prestes a se tornar mais um *resort* de luxo, condomínio fechado para deleite do lobby especulativo imobiliário local;

5- uma “área preferencial” aquícola com várias fazendas marinhas familiares de baixo impacto (2 mil m², sem a utilização de arraçoamento), que contribuem para atrair, abrigar e fomentar a reprodução e dispersão (*spill out*) de uma grande variedade de organismos marinhos que nestes cultivos ocorrem naturalmente;

6- uma base de operações do Instituto Oceanográfico da USP, um centro de excelência em pesquisa marinha;

7- e desde 2004, uma associação de pescadores e maricultores locais, a Associação Pescadores da Enseada (APE), que costuma fazer a ponte de ligação entre pesquisadores e a

comunidade tradicional local, facilitando muito o contato inicial para a troca de informações e desenvolvimento de pesquisas de campo.

Isto posto, concluímos que a gradativa perda dos valores tradicionais que garantem através do “segredo” o acesso restrito e controlado aos *pesqueiros* e seus recursos, somada à ingerência ou à incapacidade técnica e operacional dos órgãos governamentais responsáveis pela gestão e regulação destes recursos naturais, pode levar ao que Hardin chamou de *A tragédia dos comuns*. Desse modo, quando o *espaço-recurso* que é de todos, passa a ser de ninguém, pela ausência de mecanismos externos oficiais ou tradicionais de regulação, desde que ambos fundamentados no “respeito”, passa a imperar o estado de anomia, do “se eu não *matar*, outro vem e *mata*”²³⁵, processo que acelera a degradação do recurso pesqueiro e a falência dos valores comunitários locais.

Portanto, havendo comprovação sob a ótica do direito consuetudinário de prática tradicional reiterada e constante dentro desses territórios pesqueiros estudados, automaticamente estará identificado o PHT que atesta ser esta, e não outra comunidade caiçara, a ancestral possuidora do “direito real de uso” e gestão desses espaços geográficos específicos, imprescindíveis para a reprodução material, simbólica e sociocultural do próprio grupo de pescadores locais.

Observando os temas relacionados nesse estudo e nos debruçando sobre a análise dos autores consultados e dos dados de campo obtidos, percebemos a importância que a noção do “respeito” ocupa dentro do sistema sociocultural das comunidades tradicionais de pescadores artesanais costeiros. Podemos notar que a principal regra tácita do “respeito” adotada na região estudada é a de “chegar primeiro”.

Também outra condição essencial para que um pescador alcance o “respeito” recíproco atingindo a posição de “*mestre*” dentro da hierarquia social e simbólica da comunidade é o grau de conhecimento, ou o *saber-fazer* próprio acumulado acerca dos territórios pesqueiros; das artes de pesca; do habitat das espécies recorrentes; das épocas de safra; da previsão meteorológica do *Tempo*; de sua capacidade pessoal física e artística, além da facilidade didática em retransmitir esses conhecimentos tradicionais para os aprendizes. Esse corpo de saberes, repositório de habilidades especiais ou “*mestrança*”, podem ser examinados, avaliados e aprovados socialmente pela prática da faina pesqueira diária e pelo sucesso das pescarias.

²³⁵ Comunicação pessoal do *mestre* Antenor dos Santos, Praia da Enseada, 2004.

Como visto anteriormente, os *mestres* por sua autoridade coletivamente reconhecida são os naturais detentores do PHT que comporta todo o regramento cultural responsável pela construção, interpretação, gestão, manejo e uso dos territórios pesqueiros da própria comunidade local.

Desse modo obtemos pistas que indicam o porquê das instituições governamentais falharem em alcançar o “respeito” e a confiança dessas comunidades.

O motivo básico fundamental da desconfiança e da não ratificação do sistema formal de gestão *ambiental-pesqueira* por parte dos pescadores tradicionais locais é que este sistema desrespeita diretamente as duas regras chave que estão arraigadas basilarmente no código informal do *respeito* (o dos pescadores), atropelando o PHT local que regulamenta o usufruto dos seus territórios pesqueiros.

Portanto:

1- As instituições governamentais formais falham, por não considerar a regra do *chegar primeiro*, pois a comunidade tradicional está ligada àquele território por séculos e o “*meio ambiente*”²³⁶ com seu regramento alienígena surgiu apenas recentemente;

2- Os legisladores falham, por instituir um processo arbitrário de tomada de decisões, construído e politicamente barganhado em gabinetes, que não respeita a autoridade comunitária da *mestrança* e o grau de conhecimento que os *mestres* detêm sobre o uso do ambiente natural local e as especificidades próprias de cada território pesqueiro. Valorizando critérios ecológicos e político-econômicos da sociedade *urbano-industrial* e desvalorizando o PHT local.

Assim, a esfera governamental, através de seus analistas ambientais tecnocratas tenta, em vão, reduzir a diversidade fluída e volúvel do mar e seus recursos inconstantes a um regramento denominador comum universal. Os instrumentos normativos, tais como: leis, decretos, resoluções e portarias não dão conta de policiar todo o espectro de variáveis relacionadas ao uso do ambiente marinho. Essa é uma habilidade somente reservada aos *mestres* pescadores que estão ligados material e simbolicamente a um território pesqueiro local, particular e específico, transmitido socioculturalmente de geração em geração.

²³⁶ Denominação genérica, comum entre os caiçaras, de tudo que envolve questões ou instituições governamentais de regulamento e gestão das áreas naturais.

Existe um abismo entre visões de mundo diversas, na busca de um novo horizonte político-científico que dê conta da complexidade das urgentes questões socioambientais planetárias que se colocam para a humanidade.

Até agora, apesar dos inúmeros sinais de catástrofes socioambientais iminentes, a única certeza político-científica validada é a da incerteza ampla e generalizada sobre qual rumo devemos tomar. O paradigma científico *mainstream* atual, ainda incapaz de apontar um novo rumo claro e certo que liberte a própria ciência do círculo vicioso epistêmico positivista em que ela mesma se colocou, precisa considerar a validade de outras formas de saber que também se comprovam eficazes. Incorporando assim outras formas de também produzir ciência de modo empírico, e sofisticado, não pela teoria, mas por sua prática histórica permanente e ancestralmente continuada através dos tempos.

Desse modo, o *saber-fazer* constituinte do PHT pode contribuir ao menos para orientar em qual direção e sentido deva o conhecimento político-científico “normal” caminhar para superar a atual crise de não resposta acerca das interações *homem-natureza*.

Seria esta a implementação de um novo *ethos* político-científico capaz de ampliar o alcance da gestão governamental: integrando diferentes modos de percepção do mundo ao nosso redor ao respeitar a autonomia dos pescadores locais na aplicação do patrimônio cultural pesqueiro dessas comunidades, ao seu próprio território marítimo de origem, em consonância com os objetivos de conservação socioambiental do Parque Estadual da Ilha Anchieta²³⁷, da APA Marinha do LN, do SNUC e da Resolução 169 da OIT.

Nosso trabalho demonstra a dificuldade extrema dos órgãos oficiais responsáveis pela fiscalização e gestão dos recursos pesqueiros em: conhecer, reconhecer e legislar sobre a diversidade de artes de pesca, técnicas e petrechos desenvolvidos e adaptados localmente de acordo com as peculiaridades de cada espécie alvo e cada ambiente marinho. Também se mostrando incapazes em enxergarem o “mundo” através da cultura local dos pescadores artesanais caiçaras.

O que prevalece no universo da “política de Estado” para o “meio-ambiente”, são sempre os interesses do capital econômico especulativo dissimulado e/ou disfarçado com a utilização de técnicas de “marketing verde” (*greenwashing*), usurpando conceitos científicos

²³⁷ Principalmente do Plano de Manejo do PEIA de 1989 e das oficinas do Conselho Gestor do PEIA de 2008.

“ambientalistas” em causa própria. A finalidade dessa estratégia é obter o apoio da “opinião pública” para seus “empreendimentos turísticos”, condomínios e marinas “sustentáveis”²³⁸ que gerariam “oportunidades de emprego e renda” aos pescadores e suas famílias. Estes, assim, poderiam “parar de devastar os peixes” abrindo mão de seus territórios pesqueiros para o “mergulho contemplativo” ou para a indústria da piscicultura. É esse o discurso retórico “sustentável” especulativo padrão, que hoje domina os “fóruns” do litoral norte paulista.

Não obstante essa associação entre Estado e capital econômico, o processo de construção de políticas públicas através de normas de comando e controle, que é fruto do embate das ideias tentando apreender ou moldar a dimensão física material, de acordo com interesses político-econômicos, é, em sua essência, antagônico ao processo de construção do regramento tácito das populações tradicionais.

Na estruturação do trabalho e do manejo nos *pesqueiros*, é a natureza material dos espaços, com seus ritmos, ciclos, surpresas e geografia peculiares, quem molda as “leis do respeito”, dentro de uma tradição cultural local resiliente, o PHT. Desse modo, o *saber-fazer* tradicional está em consonância com o plano material *bio-geofísico* em que se insere, num processo análogo ao científico de constante avaliação, corroboração, adaptação e revalidação do conhecimento pesqueiro local.

Portanto, qualquer tentativa de gestão sobre essas *culturas-territórios-ambientes* que não “respeite” as dimensões materiais e simbólicas da população local, seus saberes, técnicas e tipologias de pesca, reconhecendo a sua capacidade de gerência eficaz do ambiente natural em que estão propriamente inseridas, contribui para a construção de uma política pública natimorta. Impossível de ser posta em prática, ou absorvida pelo PHT, devido a sua original ininteligibilidade ao “espírito caiçara”. Trata-se da institucionalização oficial do epistemicídio.

Assim, o máximo de concretude que estas regras alienígenas alcançam é a de uma simples folha de papel amarelada pelo tempo, esquecida em um fundo de gaveta qualquer.

Ou, se for mais nobre seu destino, uma página do “Diário Oficial” que embrulha a *garoupa de linha* vendida por um pescador *caiçara do lugá*, no banco da sua canoa.

A cultura caiçara resiste.

²³⁸ Seria este o caso de: proporcionar para a geração atual a oportunidade de desfrutar residências de alto padrão dentro de *resorts* de luxo envoltos pela mata atlântica e com direito a garagens náuticas, sem comprometer a capacidade dos futuros herdeiros de também possuírem suas mansões na floresta e ancoradouros para seus iates?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SÁBER, A. N.; BESNARD, W. (1953). Sambaquis da região lagunar de Cananéia. **Boletim do Instituto Oceanográfico**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 215-238, 1953.
- ADAMS, Cristina. (2000). As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**, vol.43, n.1, São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ra/v43n1/v43n1a04.pdf>. Acesso em 7 mai. 2014.
- AFFLERBACH, Jamie C.; LESTER, Sarah E.; DOUGHERTY, Dawn T.; POON, Sarah E. (2014). A global survey of “TURF-reserves”, territorial use rights for fisheries coupled with marine reserves. *Global Ecology and Conservation*, Volume 2, December 2014, p.97–106.
- ALBERNAZ, João Teixeira. (1997). **Atlas do Estado do Brasil**, coligido das mais certas noticias q pode aiuntar Dõ Ieronimo De Ataide, por João Teixeira Albernaz, cosmographo de Sua Mag.de, anno 1631. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- ALLUT, Antonio. (1999). Conocimiento “experto” y su papel en el diseño de nuevas políticas pesqueras. In: ALLUT, A.; FERNÁNDEZ J. P. (Coords.) **Antropología de la Pesca, Anais do VIII Congresso de Antropologia**, Federación de Asociaciones de Antropología del Estado Español e Asociación Galega de antropología, 20-24 de setembro de 1999. Tradução: Antonio Carlos Diegues. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/allut.pdf>. Acesso em 1 mai. 2014.
- ALLUT, Antonio. (2000). O conhecimento dos especialistas e seu papel no desenho de novas políticas pesqueiras. In: DIEGUES, A.C. (org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: AnnaBlume/Hucitec/Nupaub. p.101-124.
- ALMEIDA, Antonio Paulino de. (1946). Da decadência do litoral paulista. **Revista do Arquivo Municipal**, Ano XII, Vol. CVII, mar.-abr., p.37-57.
- ALMEIDA, Antonio Paulino de. (2005). Usos e costumes praianos. In: DIEGUES, A. C.. (org.) **Enciclopédia caiçara V. IV**. São Paulo: Hucitec-NUPAUB-CEC/USP, v. 4. p. 47-75.
- ALMUDI, Tiago e KALIKOSKI, Daniela Coswig. (2010). Traditional fisherfolk and no-take protected areas: The Peixe Lagoon National Park dilemma. **Ocean & Coastal Management** 53 (2010) p.225-233. Disponível em: <http://www.repositorio.furg.br/handle/1/3726>. Acesso em 1 jul. 2016.
- ALVES, R.. (2003). **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e a suas regras. São Paulo: Edições Loyola.
- ALVES JUNIOR, Jorge Inocêncio. (2016). Território Caiçara do Ubatumirim: a visão de quem vive... In: SIMÕES, Eliane et al. **Planejamento ambiental da bacia hidrográfica do Ubatumirim: instrumento de justiça socioambiental**. São Paulo: Páginas & Letras, p.18-25.
- AMENOMORI, Sandra N.. (2005). **Paisagem das ilhas, as ilhas da paisagem**: a ocupação dos grupos pescadores-coletores pré-históricos no litoral norte do estado de São Paulo. Tese (Doutorado). MAE, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ANGELO FURLAN, Sueli. (2000). **Lugar e Cidadania**: implicações socioambientais das políticas públicas de conservação socioambiental (situação do Parque Estadual de Ilhabela na Ilha de São Sebastião – SP). Tese (Doutorado). Departamento de Geografia/FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ARRUDA, R. S. V. (2000). “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, A.C. (org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: AnnaBlume/Hucitec/Nupaub. p.273-290.
- AUGÉ, Marc. (2005). **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 2005. 111 p.

AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrázio. **Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, 2v.

BALLÉ, W.; ERICKSON, C. (eds.) (2006). **Time and complexity in historical ecology: studies in the neotropical lowlands**. New York: Columbia University Press. Disponível em: http://books.google.com.br/books/about/Time_and_Complexity_in_Historical_Ecolog.html?id=mXCk4K9qWkQC&redir_esc=y. Acesso em 13 jun. 2014.

BARNES, P. (2006). **Capitalism 3.0: a guide to reclaiming the commons**. San Francisco: Berrett-Koehler Publishers, USA. 207p.

BECKER, Howard (1993). **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

BEGOSSI, Alpina. (1989). Linguagem, conhecimento e mudança social: alguns aspectos ecológicos. In: DIEGUES, A. C. (1989). **Pesca artesanal: tradição e modernidade**. III encontro de ciências sociais e o mar: 3 a 5 de abril de 1989. São Paulo: IOUSP/F.FORD/UICN. p.247-251.

BEGOSSI, Alpina. (2004). Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal. In: BEGOSSI, A. (org.), **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec, p.223-253. ISBN: 978-8527106245.

BEGOSSI, A. et al. (2013). **Os mapas da pesca artesanal: pesqueiros e pescadores na costa do Brasil**. São Carlos: RiMA Editora, FAPESP. 166 p.

BERKES, F.. (1993). Traditional ecological knowledge in perspective. In: INGLIS, J.T. (ed.) **Traditional Ecological Knowledge: concepts and cases**. Otawwa, International Program on Traditional Ecological Knowledge/International Development Research Centre. p.1-9.

BERKES, F.; COLDING, J, e FOLKE C. (eds.) (2003). **Navigating social-ecological systems: building resilience for complexity and change**. Cambridge: University Press.

BERKES, F.; MAHON, R.; MCCONNEY, P.; POLLNAC, R. e POMEROY, R.. (2006). **Gestão da pesca de pequena escala: diretrizes e métodos alternativos**. (Org.) KALIKOSKI, D. C.. Rio Grande: Editora da FURG. 359 p.

BERNARDO, E.; BIANCHI, R. (2009). Capítulo 14. In: **Vida e Imaginário Caiçara – Bahia de Castelhanos**. Documentário em DVD. Pés no Chão, 50min..

BESSEN, Rizpah Gina. (2009). **Coleta seletiva com inclusão de catadores: construção participativa de indicadores de sustentabilidade**. 248 p. Tese Doutorado Programa de Pós Graduação em Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2009.

BLANK, A. G. et al. (2009). **A Pesca de Cerco Flutuante na Ilha Anchieta, Ubatuba, São Paulo, Brasil**. Série Relatórios Técnicos, São Paulo, n. 34, abr./2009. Disponível em: ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/serreltec_34.pdf. Acesso em 17 mai. 2013.

BORNHEIM, G. A. (1987). O conceito de tradição. In: Bornheim, G. A. et al. **Cultura brasileira: tradição/contradição**. Jorge Zahar/Funarte, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ISBN: 9788585061739.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (2015) A comunidade tradicional. In: UDRY, C. e EIDT, J. S.. editoras, **Conhecimento tradicional: conceitos e marco legal**. Embrapa, Brasília, D.F., p.21-101.

BRASIL. (1983). **Portaria SUDEPE nº N-056, de 10 de novembro de 1983**, DOU de 22 nov. 1983. Pág. 21, Seção 1.

BRASIL. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988, disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 12 nov. 2014.

BRASIL. (2000). SNUC. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências**. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. (2003). **Decreto nº 4.895, de 25 de Novembro de 2003**. Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4895.htm. Acesso em 15 fev. 2015.

BRASIL. (2007). **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em 4 jul 2016.

BRASIL. **Carta Náutica nº1635**. Disponível em: http://www.mar.mil.br/dhn/chm/box-cartas-raster/raster_disponiveis.html. Acesso em 20 fev. 2015.

BRITO, Flavio D'. (2001). **Estudo das transformações sócio-ambientais na Ilha Grande/RJ: uma abordagem sobre o turismo**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2001.

BRITTO, Rosyan. (1992). Comunidades litorâneas na Amazônia e a gestão do espaço público. In: (org.) DIEGUES, Antonio Carlos. **Populações humanas, rios e mares da Amazônia. Coletânea de trabalhos apresentados no IV Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil**. São Paulo, PPCAUB/USP, 1992, p. 179-188.

BRITTO, Rosyan. (1999). **Modernidade e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo**. Niterói: EdUFF. 265p..

BUCHIANERI, Viviane; ALVES Beatriz T.; MACHADO, Rodrigo. (2015). **Fiscalização ambiental integrada de unidades de conservação**. Anais do VIII Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Curitiba, 21 a 25 de setembro de 2015. Disponível em: <http://eventos.fundacaogrupoboticario.org.br/CBUC/TrabalhosTecnicos?ids=1515>. Acesso em 20 mai. 2016.

BUENO, Eduardo. (1999) **Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores**. Rio de Janeiro: Objetiva, 287p.

CALIPPO, F.R. (2011). O surgimento da navegação entre os povos dos sambaquis: argumentos, hipóteses e evidências. **Revista do Museu Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 21, p. 31-49, 2011.

CAMARGO, E.; BEGOSSI, A.. (2006). **Os diários de campo da Ilha dos Búzios**. São Paulo: Ed. Hucitec.

CAMPOLIM, M. B.; PARADA, I. L. S.; YAMAOKA, J. G.. (2008). Gestão participativa da visitação pública na comunidade do Marujá – Parque Estadual da Ilha do Cardoso. **IF Sér. Reg.**, São Paulo, n. 33, p. 39-49, maio 2008. Disponível em: <http://www.etecagricoladeiguape.com.br/projetousp/Biblioteca/Gest%C3%A3o%20participativa%20Maruj%C3%A1.pdf>. Acesso em 6 jun. 2016.

CANOA CAIÇARA (2016). **Que tal ser proibido de ir à Praia de Fora?** Disponível em: <http://canoadeipau.blogspot.com.br/2016/07/que-tal-ser-proibido-de-ir-praia-de-fora.html>. Acesso em 16 jul. 2016.

CARDOSO, E. S.. (2001). **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CARDOSO, E. S.. (2003). Da apropriação da natureza à construção de territórios pesqueiros. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, 14:119-125, São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp14/Geousp_14_Cardoso.htm. Acesso em 1 mar. 2015.

CARIELLO, Rafael. (2014). VIVEIROS DE CASTRO E.. “O antropólogo contra o Estado”. **Piauí**, n.88, 08 jan. 2014. p.16-23. Entrevista.

CASCUDO, C.. (1954). **Jangada: uma pesquisa etnográfica**. Coleção Vida Brasileira, Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação. 181p..

- CECHIN, A.D.. (2008). **Georgescu-Roegen e o desenvolvimento sustentável: diálogo ou anátema?** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- CEPSUL. (sem data, *on line*). **Artes de Pesca**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/component/content/article.html?id=47>. Acesso em 7 ago. 2015.
- CHASTAN, Lita. (1979). **São Paulo – litoral norte: Ilha Anchieta**. Vol. IV. São Paulo: Editora do Escritor, p.87.
- CLAVAL, Paul. (1999). **A geografia cultural**. Tradução: Pimenta Luiz F. e Pimenta Margareth C. A.. Florianópolis: Ed. da UFSC, p.453.
- CLAVAL, Paul. (2014). **Terra dos homens: a geografia**. Tradução: Domitila Madureira. São Paulo: Contexto, p.143.
- CGG. (1915). **Exploração do Littoral**. Relatório do Engº Alexandre Cococi. Comissão Geográfica Geológica, São Paulo.
- CORDELL, John. (1989). **Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia**. Nupaub – USP, São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/textocordell.pdf>. Acesso em 1 out. 2015.
- CORDELL, John. (2000). **Remapeando as águas: o significado dos sistemas de apropriação social do espaço marítimo**. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/remapeando.pdf>. Acesso em 1 out. 2015.
- CORDELL, John. (2007). **The sea of dreams: valuing culture in marine conservation**. Disponível em: http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Seaofdreams2_0.pdf. Acesso em 1 out. 2015.
- COSTA, Fontoura da.. (1939). **A marinharia dos descobrimentos**. Divisão de Publicações e Biblioteca. Agência Geral das Colonias, Lisboa, 532p.
- COSSIO, Leonardo. (2011). **O documento como instrumento de luta socioecológica? A realidade da colônia dos pescadores de matinhos**. Dissertação (Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação). Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.
- CUESTA DOMINGO, Mariano. (2004). Alonso de Santa Cruz, cartógrafo y fabricante de instrumentos náuticos de la Casa de Contratación. **Revista Complutense de Historia de América**, 2004, vol. 30, p.7-40. ISSN: 1132-8312.
- CULTURAL SURVIVAL. (2010). Disponível em: <https://www.culturalsurvival.org/publications/cultural-survival-quarterly/none/first-world-conference-cultural-parks>. Acesso em 7 out. 2014.
- CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. (2000). Os Múltiplos Significados das Águas. In: Diegues, A. C. S. (org.), **A Imagem das águas**. São Paulo: Hucitec. p.101-110.
- CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. (2008). **Diálogo de saberes entre tradição e modernidade: ordens e desordens**. 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia ,2008. Porto Seguro, Bahia, Brasil, 18p. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2021/lucia%20helenadeoliveira%20cunha.pdf. Acesso em 20 abr. 2012.
- CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. (2009). O mundo costeiro: temporalidades, territorialidades, saberes e alternativas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 59-67, jul./dez. 2009. Editora UFPR. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/16455>. Acesso em 20 abr. 2012.
- DAS NEVES, Julia Pavesi Liad. (2012). **A Ilha Anchieta e a educação**. Casa do novo autor, São Paulo. 101p..

- DAVIDSON-HUNT, I. J. e BERKES, F. (2003). Nature and society through the lens of resilience: toward a human-in-ecosystem perspective In: BERKES, Fikret; COLDING, Johan; FOLKE, Carl. (2003). **Navigating social-ecological systems: building resilience for complexity and change**. New York/Cambridge: University Press. 393p.
- DE GROOT, R. S. et al. (2002). A typology for the classification, description and valuation of ecosystem functions, goods and services. **Ecological Economics**, n.41. (2002) p.393-408.
- DE OLIVEIRA, Washington. (1977). **Ubatuba documentário**. São Paulo: Editora do escritor, 216p..
- DE OLIVEIRA, Washington. (1983). **Ubatuba lendas & outras estórias**. Ubatuba: edição do autor, 109p..
- DIAS, Benedito Nunes. (1984). **Motim da ilha**. São Paulo: Soma, 112p..
- DIEGUES, Antonio Carlos. (1973). **Pesca e marginalização no litoral paulista**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, USP, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Paulo. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/Pesca.pdf> Acesso em 1 out. 2015.
- DIEGUES, Antonio Carlos. (1974). **A pesca em Ubatuba estudo sócio econômico**. Estado de São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento, SUDELPA, São Paulo. 93p.
- DIEGUES, Antonio Carlos. (1983). **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática.
- DIEGUES, Antonio Carlos. (org.) (1989). **Pesca artesanal: tradição e modernidade**. III encontro de ciências sociais e o mar: 3 a 5 de abril de 1989. São Paulo: IOUSP/F.FORD/UICN. 332p.
- DIEGUES, Antonio Carlos. (1995). Povos e mares: uma retrospectiva de sócio-antropologia marítima. In: DIEGUES, A.C. (org.) **Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima**. São Paulo: Nupaub, p.1-26.
- DIEGUES, Antonio Carlos. (1997). As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, C. M. T. et al. (org.). **Viagens à natureza - turismo, cultura e ambiente**. Campinas: Papirus. p. 85-102.
- DIEGUES, Antonio Carlos. (2000a). “Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos”. In: DIEGUES, A.C. (org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: AnnaBlume/Hucitec/Nupaub. p.1-46.
- DIEGUES, Antonio Carlos. (2000b). Navegando pelas montanhas: pesca de marcação e mestrança em galinhos, Rio Grande do Norte – Brasil. In: Diegues, A. C. S. (org.), **A imagem das águas**, pp.69-83, Hucitec, São Paulo, SP, Brasil. ISBN: 978-8527105460.
- DIEGUES, Antonio Carlos. (2000c). **Conhecimento e manejo tradicionais; ciência e biodiversidade**. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/cienciabio.pdf>. Acesso em 23 mar. 2015.
- DIEGUES, Antonio Carlos. (2003). **A interdisciplinaridade nos estudos do mar: o papel das ciências sociais**. Conferência na XV Semana de Oceanografia, Instituto Oceanográfico da USP, Outubro, 2003. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/interdis.pdf>. Acesso em 16 fev. 2015.
- DIEGUES, Antonio Carlos. (2004a). **A pesca construindo sociedades**. São Paulo: Nupaub/USP. 315p.
- DIEGUES, Antonio Carlos. (Org.) (2004b). **Enciclopédia caiçara Volume I: o olhar do pesquisador**. São Paulo: Hucitec/Nupaub/USP. 382p.
- DIEGUES, Antonio Carlos. (2005). Sociobiodiversidade. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio. (org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental. p. 305-312.

- DIEGUES, Antonio Carlos. (Org.) (2006). **Enciclopédia caiçara Volume 5: festas, lendas e mitos caiçaras**. São Paulo: Hucitec/Nupaub/USP. 414p.
- DIEGUES, Antonio Carlos. (2008). **O mito moderno da natureza intocada**. 198p., Hucitec, São Paulo, SP, Brasil. ISBN: 978-8527103459.
- DIEGUES, Antonio Carlos. (2011). **Povos e comunidades tradicionais em áreas de proteção integral no Brasil: conflitos e direitos**. Série documentos e relatórios de pesquisa. São Paulo: Nupaub - Cemar.
- DIEGUES, Antonio Carlos e MOREIRA, André de Castro C. (2001). **Espaço e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Nupaub – Lastrop. 294p.
- DOSSIÊ PROCHASKA. (1978-1990). Compilação de documentos do plano de criação do 1º Parque Natural Submarino brasileiro. Não publicado. Arquivo pessoal de Edgard Prochaska.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. (1978). **As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da produção de pescados em Jurujuba**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro. 276 p.
- DUPAS, Gilberto. (org.). (2008). **Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais**. São Paulo: UNESP.
- EDF. (sem data). **RBM basics: what are fishing rights?** Disponível em: <http://fisherysolutionscenter.edf.org/rbm-basics>. Acesso em 8 mai. 2016.
- FEENY, David et al. (2001). A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, A.C. e MOREIRA, André de Castro C. (orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Nupaub. p. 17-42.
- FERNANDES, José Fonseca. (1966). **Joatão e a ilha**. Rio de Janeiro: José Olympio, 206p..
- FERREIRA, Waldir. (1979). **Planejamento e coordenação da execução de sequencia sonorizada de diapositivos como atividade de relações públicas – caso prático –**. (Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação) Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 138p.
- FERREIRA, A. B. de H.. (2004). **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo.
- FISHER, B. et al. (2009). Defining and classifying ecosystem services for decision making. **Ecological Economics**, n.68. (2009) p.643-653.
- FORMAN, S.. (1970). **The raft fishermen: tradition and change in the brazilian peasant economy**. p.158., Indiana University Press, Indiana, United States of America. ISBN: 253-392012.
- FRANCO, Augelani M. P. (2005). **Abordagem histórico-arquitetônica e arqueológica do ambiente construído do Parque Estadual da Ilha Anchieta, SP, como subsídio para o programa de educação ambiental local**. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2005.
- FREITAS, Affonso A. de. (1906). **Geographia do Estado de São Paulo**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 155p..
- FUMEST. (1974). **Ilha Anchieta: plano geral de exploração turística**. São Paulo, Secretaria de Esportes e Turismo. 69 p. (divulgação restrita).
- FUNTOWICZ, S. e RAVETZ, J.. (1993). Science for the post-normal age. **Futures**, v.25, n.7, Setembro 1993, p.739-755.
- FUNTOWICZ, S. e RAVETZ, J.. (1994). The worth of a songbird: ecological economics as a post-normal science. **Ecological Economics**, v.10, n. 3, agosto 1994, p.197-207,
- FUNTOWICZ, S. e RAVETZ, J.. (2000). **La ciência posnormal**. Barcelona: Icaria Editorial.

- GASALLA, M. A. e DIEGUES, A. C. S. (2008). People's Seas: "ethno-oceanography" as an interdisciplinary means to approach marine ecosystem change. In: OMMER, R., COCHRANE, K., CURY, P., PERRY, I. (eds). **World Fisheries: a social-ecological analysis**. Blackwell Sci. Publ., FAR Series.
- GEISTDOERFER, Aliette. (1974). Savoir et techniques des pêcheurs des îles de la Madeleine (Québec) ou de quelque moyens de s'approprier la mer et ses ressources. *Journal D'agric. Tropicale et de Botanique Appliquée*, T. XXI, n° 7-8-9, juillet-aout-sept. 1974. p. 169-217. In **Différentes études em Antropolgie Maritime**. GDR CNRS 719 Antropologie Maritime. MNHN Laboratoire d' ichtyologie, Paris, octobre 1993.
- GEISTDOERFER, Aliette. (1982). Fonctions spécifiques des techniques de pêche dans une production halieutique. Techniques & culture. Actes de la table ronde "technologie culturelle", Ivry, novembre 1982. Editions de la Maison des sciences de l'homme, Paris, p.87-95. In **Différentes études em Antropolgie Maritime**. GDR CNRS 719 Antropologie Maritime. MNHN Laboratoire d' ichtyologie, Paris, octobre 1993.
- GEISTDOERFER, Aliette. (1989). **Anthropologie maritime**: appropriation technique sociale et symbolique des ressources maritimes. Rapport d'activités, CNRS, Paris.
- GODELIER, Maurice. 1981. A parte ideal do real. In: Carvalho, E.A. (Org.). **Godelier**. São Paulo: Ática. p.185-203.
- GODOY, Arilda S.. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n°2, mar-abr.
- GÓMEZ-BAGGETHUN, E. et al.. (2010). The history of ecosystem services in economic theory and practice: from early notions to markets and payment schemes. **Ecological Economics** n.69, p.1209-1218.
- GRABNER, Maria Luiza. (2016). Os caiçaras e as unidades de conservação de proteção integral: convergência entre os direitos fundamentais das comunidades tradicionais e a conservação ambiental. In: NETO, Paulo Stanich. (Org.) **Direitos das comunidades tradicionais Caiçaras**. São Paulo: Café com Lei, p.65-104.
- GRAÇA, Idalina. (1967). **Terra tamoia**. São Paulo: Martins editora, 181p..
- GUBER, Rosana. (2001). **La etnografia**: método, campo y reflexividad. Bogotá: Grupo Editorial, Norma, 146p..
- GUERRIERO, Nícia e XIXICO. (1994). **Carapirás**: entendendo o peixe de Boiçucanga. São Paulo, Via das Artes, 128p..
- GUILLAUMON, J. R., et al. (1989). **Plano de manejo do Parque Estadual da Ilha Anchieta**. IF – Série Registros. São Paulo. 103 p
- GUISARD FILHO, Felix. (1940). **Ubatuba**: achegas à história do litoral paulista. Vol. 1, ilustrações de Paulo Camilher Florençano. São Paulo: Gráfica Paulista, 331p.
- HASBAERT, Rogério. (2001). Território, cultura e des-territorialização. In: Rosendahl, Z. e Corrêa, R. L..(Org.). **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p.115-144.
- HEMINGWAY, Ernest. (1952). The old man and the sea. Nex York: Charles Scribner's Sons, 127p.
- HEMINGWAY, Ernest. (2000). **O velho e o mar**. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 128p.
- ICCROM - International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property. Disponível em: <http://www.iccrom.org/about/what-is-iccrom/>. Acesso em 7 out. 2014.
- IBAMA. (2007). **Instrução Normativa IBAMA Nº 166, de 18 de julho de 2007**. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2007/in_ibama_166_2007_redeemalhe_suspensa_p_ibama_icmbio_7_2008_vigente.pdf. Acesso em 24 jun. 2016.

- IGNACIO – IBAMA. (2013). **Fiscalização federal dos recursos naturais marinhos**. Disponível em: <http://www.pescaki.com/index.php?/user/28379-ignacio-ibama/?tab=reputation>. Acesso em 7 nov. 2014.
- INFORMAR UBATUBA. (2016a). **Presidente da Colônia Z10 admite que grupo de trabalho sobre zoneamento costeiro não foi democrático**. Leandro Cruz, 02 jan. 2016. Disponível em: <http://www.informarubatuba.com/#!jerri-cpi-pesca-gerco/c18c4>. Acesso em 29 mai. 2016.
- INFORMAR UBATUBA. (2016b). **Praia do Léo e resort na Ponta do Espia**. Leandro Cruz, 07 jul. 2016. Disponível em: <http://www.informarubatuba.com/#!gerco-mapa-consenso-ubatuba-conselho/c17mp>. Acesso em 13 jul. 2016.
- INGOLD, Tim. (2000). **The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill**. London/New York: Routledge, 2000. 465p.
- IPHAN. (2012). **A pesca da tainha na Ilha do Mel: territorialidades, sociabilidades e técnicas**. Curitiba: Superintendência do IPHAN no Paraná.
- JABLONSKI, Sílvio. (2005). Mar-oceanografia/biologia pesqueira. **Parcerias estratégicas**, número 20, junho 2005. Seminários temáticos para a 3ª Conferência Nacional de C,T&I., p.911-946. Disponível em: <http://www.cgee.org.br/atividades/redirect.php?idProduto=2040>. Acesso em 19 jul. 2016.
- JACOBI, Pedro. (2003). Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: RIBEIRO, Wagner C. (org.) **Patrimônio ambiental brasileiro**. Coleção Uspiana - Brasil 500 anos. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. 621p.
- JACQUET, Jennifer e PAULY, Daniel. (2008). Funding priorities: big barriers to small-scale fisheries. **Conservation Biology**, Volume 22, No. 4, p.832–835.
- JOHANNES, R. E.. e RUDDLE, K.. (1989) **Human interactions in tropical coastal and marine áreas: lessons from traditional resource use**. Prepared for the UNESCO/IUCN workshop on the application of the biosphere reserve concept to coastal areas, San Francisco, Aug., 1989.
- JOHNSEN, Jahn Petter, et al. (2014) **The creation of coastal space** – how local ecological knowledge becomes relevant. *Maritime Studies* 2014 13:2.
- KANT DE LIMA, R. e PEREIRA, L.F.. (1997). **Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF. 331p..
- KINGDON, John. W.. (2006). Como chega a hora de uma ideia? In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas públicas: Coletânea – Volume 1**. Brasília: ENAP.
- KUHN, Thomas. (2003). **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 8 ed. São Paulo: Editora Perspectiva. 261p..
- LATOUR, Bruno. (1994). **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Tradução Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, Associada à Editora Nova Fronteira. 149p..
- LEITE, M. C. F.. (2011) **O conhecimento ecológico local dos pescadores de Ubatuba, litoral norte do Estado de São Paulo, como subsídio ao manejo pesqueiro com enfoque ecossistêmico**. (Dissertação de mestrado em Oceanografia Biológica) Instituto Oceanográfico, Universidade de São Paulo, São Paulo. 116p.
- LEITE, M.C.F. e GASALLA, M.A.. (2010). **A method for assessing LEF/FEK as a practical tool for ecosystem-based fisheries management: reaching consensus in Southeastern Brazil**. In: Proceedings of the World Small-scale Fisheries Congress, Bangkok, Thailand. CD-ROM
- LEITE, M.C.F. e GASALLA, M.A.. (2013). A method for assessing fishers' ecological knowledge as a practical tool for ecosystem-based fisheries management: Seeking consensus in Southeastern Brazil. **Fisheries Research**, nº145 (2013), p.43-53.

- LEIVA, Francisco Javier Araos. (2014). **Para além da biodiversidade: dimensões humanas da conservação marinha em duas regiões da América do Sul**. (Tese de Doutorado). Programa de pós-graduação em ambiente e sociedade, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 226p.
- LÉVI-STRAUSS, C.. (1989). **O pensamento selvagem**. Campinas: Papirus. 320p.
- LOPES, Edésio Elias. (2009). **Proposta metodológica para validação de imagens de alta resolução do Google Earth para a produção de mapas**. Dissertação. Mestrado em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92563/276060.pdf>. Acesso em 26 fev. 2015.
- MALDONADO, Simone C. (1986). **Pescadores do mar**. Ática, São Paulo, SP, Brasil. ISBN: 85-08011628. 77p.
- MALDONADO, Simone C. (1994). **Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo, Annablume, 2ª ed.. 194p.
- MALDONADO, Simone C. (2000). **Caminho das pedras: percepção e utilização do espaço na pesca simples**. In: Diegues, A. C. S. (org.), *A Imagem das Águas*, p.59-68, Hucitec, São Paulo, SP, Brasil. ISBN: 978-8527105460.
- MALDONADO, Wanda. (2001). **Da mata para o mar: a construção da canoa caiçara em Ilhabela/SP**. 2001. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em ciência ambiental (PROCAM) Universidade de São Paulo. São Paulo. 152 p.
- MANSANO, Candice F.. (2004). Do “Tempo dos Antigo” ao “Tempo de Hoje” o caiçara de Camburi entre a terra e o mar. In: DIEGUES, Antonio Carlos. (org.) **Enciclopédia caiçara Volume I: o olhar do pesquisador**. São Paulo: Hucitec/Nupaub/USP. p.193-224.
- MAPA. (2016). DESPACHO/GAB/SAP/MAPA Nº 001/2016. DOU, Nº 109, quinta-feira, 9 de junho de 2016, p. 2-3.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. (2010). **Fundamentos da metodologia científica**. 7º ed. São Paulo: Atlas.
- MARQUES, José Geraldo. (2001). Pescando pescadores: ciência e etnociência numa perspectiva ecológica. São Paulo: NUPAUB/USP, 258p.
- MARANDUBA NEWS. (2016). **Pescadores da Lagoinha se surpreendem com cardumes de tainha**. Disponível em: <https://issuu.com/maranduba/docs/jornalmarandubaneews86web?viewMode=doublePage&e=1583883/37059714>. Acesso em 14 set. 2016.
- MAWE, John. (1978). Viagens ao interior do Brasil, principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 243p.
- MEA. (2003). **Ecosystems and human well-being: a framework for assessment/Millennium Ecosystem Assessment**. Washington: Island Press.
- MELLO MORAES, Alexandre José. (1858). **Corographia historica, chronographica, genealogica, nobiliaria, e politica do Imperio do Brasil**. Tomo I. Typographia Americana de José Soares de Pinho: Rio de Janeiro.
- MOURA, G. G. M.. (2011). Saber tradicional e lógica científica beneficiam a pesca. **Agência USP de notícias**. Entrevista concedida à Sandra O. Monteiro. Publicado em 13 out. 2011. Disponível em: <http://www.usp.br/agen/?p=76546>. Acesso em 4 nov. 2015.
- MOURA, G. G. M.. (2013). **Guerras nos Mares do Sul: a produção de uma monocultura marítima e os processos de resistência**. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental). Programa de pós-graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo. 412p.
- MOURA, G. G. M. e DIEGUES, A.C. (2009). **Os conhecimentos tradicional e científico do Saco do Arraial, estuário da Lagoa dos Patos (RS)**. *Boletim do Instituto de Pesca -Revista Científica de*

Pesca, Aquicultura e Limnologia. n. 3, v. 35, São Paulo, (2009), p. 359-372. Disponível em: http://www.pesca.sp.gov.br/sumario35_3.php. Acesso em 1 mai. 2014.

MOURÃO, Fernando A. A. (1971). **Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial**. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, São Paulo, 1971.

MIRANDA, L. V. ; CARNEIRO, M. H. ; PERES, M. B. ; CERGOLE, M. C. & MENDONÇA, J. T.. (2011). **Contribuições ao processo de ordenamento da pesca da espécie *Mugil liza* (Teleostei:Mugilidae) nas regiões sudeste e sul do Brasil entre os anos 2006 e 2010**. Série Relatórios Técnicos (Instituto de Pesca. *On-line*), v. 49, p. 1-23, 2011. Acessado em 22 de outubro de 2015 em: ftp://ftp.sp.gov.br/ftp/pesca/serreltec_49.pdf

MMA. (2005). **Instrução Normativa nº 15, de 16 de junho de 2005**. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/category/40?download=2644%3A15-2005-.p>. Acesso em 29 jun. 20016.

MPA/MMA. (2011) **Instrução normativa nº 10, de 10 de junho de 2011**. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2011/ini_mpa_mma_10_2011_altrda_regul_permissionamento_completa_altrd_in_14_2014_in_01_2015.pdf. Acesso em 9 mai. 2016.

MPA/MMA. (2012). **Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA Nº 12, de 22 de agosto de 2012**. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2012/in_inter_mpa_mma_12_2012_redesemalhe_se_s.pdf. Acesso em 24 jun. 2016.

MPF. (2014). **Territórios de povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação de proteção integral: alternativas para o asseguramento de direitos socioambientais**. (Coord.) GRABNER, Maria Luiza. Disponível em: <http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/documentos-e-publicacoes/manual-de-atuacao/manual-de-atuacao-territorios-de-povos-e-comunidades-tradicionais-e-as-unidades-de-conservacao-de-protecao-integral>. Acesso em 21 out. 2015.

MUSSOLINI, Gioconda (1980). **Ensaio de antropologia indígena e caiçara**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 287p.

NÉMETH, Peter Santos. (2010). **Glossário caiçara de Ubatuba**. São Paulo: All Print. 131p.

NÉMETH, Peter Santos. (2012). **O feito da Canoa Caiçara de um só tronco: a cultura imaterial de uma nação em 25 linhas**. Dossiê de instrução para o processo de registro de bem cultural de natureza imaterial brasileiro junto ao IPHAN. Não publicado. Disponível em: https://issuu.com/bambuluz/docs/dossie_canoa_caicara_iphan . Acesso em 31 jul. 2014.

NIETSCHEMANN, Bernard. (1989). *Traditional sea territories, resources, and rights in Torres Strait*. In CORDELL, John. (ed.). **A Sea of Small Boats**. Cultural Survival, Cambridge, Massachusetts. p. 60-94.

OLSON, Mancur, Jr.. (1965). **The logic of collective action**. Cambridge, MA: Harvard University Press.

OVIDO, Gonzalo Fernández de (1852). **Historia general y natural de las indias**, islas y tierra firme del mar océano / por el Capitán Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdés, primer cronista del Nuevo Mundo. Publicada la Real Academia de la Historia, cotejada con el código original. Tomo II, Libro XXI, Capítulo II, Parte I e II. Madrid: Imprenta de la Real Academia de la Historia, 1851-1855. Disponível em: http://cdigital.dgb.uanl.mx/la/1080017176_C/1080017177_T2/1080017177_T2.html. Acesso em 19 mai. 2016.

PAES, Silvia Regina. (1998). **Espaço da vida, espaço da morte na trajetória caiçara**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UNESP/F.C.L., Araraquara, 1998. 84 p.. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Silvia%20Regina%20Paes.pdf>. Acesso em 17 mar. 2016.

- PBS. (sem data). Joe DiMaggio the hero's life. Disponível em: <http://www.pbs.org/wgbh/amex/dimaggio/peoplevents/pande01.html>. Acesso em 3 jul 2016.
- PERES, Antonio. (1993). **História de um pescador**. Entrevista concedida à Marcos Malta Migliano. Disponível em: <http://www.litoralvirtual.com.br/canoeiro/peres.htm>. Acesso em 16 jul. 2016.
- PLANTE, S.; BRETON, Y. (2005). Espaço, pesca e turismo em Trindade. In: Diegues, A.C. (org.), **Enciclopédia Caiçara V.III**, São Paulo: Hucitec, p.21-74. ISBN: 978-8527106788.
- POPPER, K. R.. (2006) **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix.
- PIMBERT, Michel P.; PRETTY, Jules N. (2000). Parques, comunidades e profissionais: incluindo participação no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, Antonio Carlos. (2000). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec/NUPAUB, p.183-223.
- PIZZARO e ARAUJO, Jozé de Souza Azevedo. (1820). **Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas a jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil**. Tomo I. Rio de Janeiro: Na Impressão Régia.
- POON, S.E.; BONZON, K. (2013). **Catch share design manual, volume 3: Territorial use rights for fishing**. Environmental Defense Fund. Disponível em: http://fisherysolutionscenter.edf.org/sites/catchshares.edf.org/files/CSDM_Vol3_TURFs.pdf?_ga=1.159086588.755768825.1459428155. Acesso em 9 mai. 2016.
- PRADO, Deborah Santos. (2013). **Resiliência de modos de vida na praia do Aventureiro, Ilha Grande (RJ): uma trajetória de mudanças socioecológicas**. (Mestrado em Ecologia). Instituto de Biologia, UNICAMP, Campinas. 2013. 144p.
- PROPESQ. (sem data). **Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira Marinha e Estuarina do Instituto de Pesca – PMAP**. Disponível em: <http://www.propesq.pesca.sp.gov.br/>. Acesso em 14 jul. 2016.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (1988). Relatos orais: do indizível ao dizível, In: VON SIMSON, Olga Moraes. **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice, p.14-43.
- RAINHO, Ana Paula. (2015). **A gente vive no mar: saberes oceanográficos na comunidade tradicional Barra da Ararapira**. Dissertação (Mestrado em antropologia social). Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2015. 174p..
- RAMALHO, Cristiano W. Norberto. (2006). **Ah, esse povo do mar! Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana**. São Paulo: Polis: Campinas. CERES – UNICAMP. ISBN 85-7228-024-3.
- RAMALHO, Cristiano W. Noberto. (2007). **Embarcações do Encantamento: trabalho como arte, estética e liberdade na pesca artesanal de Suape, PE**. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofias e Ciências Humanas/UNICAMP, 2007.
- REIS-DUARTE, Rose Mary (2004). **Estrutura da floresta de restinga do Parque Estadual da Ilha Anchieta (SP): bases para promover o enriquecimento com espécies arbóreas nativas em solos alterados**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Rio Claro.
- REZENDE DA SILVA, Simone. (2004). Questão agrária em Camburi: território, modo de vida e problemas fundiários. In: **Ruralidades latino-americanas: identidades y luchas sociales**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. p. 117-162. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20110124031846/5DaSilva.pdf>. Acesso em 17 mar. 2016.
- RIBARIC, Adrian. (1997). Sítio Artur e os seus: para uma arqueologia da memória. In: DIEGUES, A. C.. (org.) **Ilhas e sociedades insulares**. São Paulo: Nupaub. p.201-218.

RICARDO, Carlos Alberto e RICARDO, Fany (Editores). (2011). **Povos indígenas no Brasil: 2006/2010**. Volume 11. São Paulo: Instituto Socioambiental - ISA, p.763. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/c/downloads>. Acesso em 25 jun. 2016.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. (2007). O Direito ao patrimônio cultural preservado - um direito e uma garantia fundamental. **Pensar**, Fortaleza, p. 52-61, abr. 2007. Edição Especial.

ROUÉ, M. (2000). Novas perspectivas em etnoecologia: saberes tradicionais e gestão dos recursos naturais. In: DIEGUES, A.C. (org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: AnnaBlume/Hucitec/Nupaub. p.67-79.

RUDDLE, Kenneth e DAVIS, Anthony. (2013). Local Ecological Knowledge (LEK) in interdisciplinary research and application: a critical review. **Asian Fisheries Science** 26 (2013): p.79-100.

SALDANHA, I. R. R. (2005). **Espaços, recursos e conhecimento tradicional dos pescadores de manjuba (*Anchoviella lepidentostole*) em Iguape / SP**. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo. 179p.

SANCHES, R.A. (2004). **Caiçaras e a Estação Ecológica de Juréia-Itatins: litoral sul de São Paulo**. São Paulo: Annablume, FAPESP.

SANCHES, Eduardo Gomes. (2008). **Inversão sexual da garoupa-verdadeira *Epinephelus marginatus* (Lowe, 1834) com o uso de hormônio masculinizante e crioconservação do sêmem**. Dissertação (Mestrado em Aquicultura e Maricultura). Instituto de Pesca. Programa de pós-graduação em aquicultura e pesca. 61p. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpcesca/dissertacao26.pdf>. Acesso em 1 jul. 2016.

SANTA CRUZ, Alonso de. (1541-1560). **Islario general de todas las islas del mundo**. Disponível em: <http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000149359>. Acesso em 10 mai. 2016.

SÃO PAULO. (1921). **Sesmarias: documentos do arquivo do estado de São Paulo**. Vol. 1. Tipographia Piratininga, São Paulo.

SÃO PAULO. (1965). **Escrituras de compra e venda do 1º Tabelião de Ubatuba: 1905-1906**. Próprios do Estado, Processo PR-03/PE-382, não publicado. Procuradoria do Patrimônio Imobiliário.

SÃO PAULO. (2005). **Litoral Norte** (apresentação do Zonamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental. SMA/CPLEA, São Paulo.

SÃO PAULO. (2008). **Conselho Consultivo do Parque Estadual da Ilha Anchieta - Oficinas de Planejamento dos Grupos de Trabalho - Ubatuba, 15, 16, 17 de julho de 2008**. 38p. Relatório não publicado.

SÃO PAULO. (2008b) **Decreto nº 53.525, de 8 de outubro de 2008**. Cria a Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte e a Área de Relevante Interesse Ecológico de São Sebastião, e dá providências correlatas.

SÃO PAULO. (2010). **Paulo Luiz de Jesus e outros x Estado de São Paulo** - “ação de indenização por danos materiais e morais”. Diário da Justiça Eletrônico - Caderno Judicial - 1ª Instância - Interior - Parte III. São Paulo, Ano IV - Edição 829, p. 2203-2204. Disponível em: <http://www.dje.tjsp.jus.br/cdje/consultaSimples.do?cdVolume=5&nuDiario=829&cdCaderno=15&nuSeqpagina=1>. Acesso em 12 ago. 2015.

SÃO PAULO. (2013). **Plano de fiscalização integrada nas áreas de interesse pesqueiro do estado de São Paulo**. Coordenadoria de fiscalização ambiental, Polícia Militar Ambiental, Fundação Florestal. Disponível em: http://www.ambiente.sp.gov.br/cfa/files/2014/06/plano_fisca_pesca_costeira.pdf. Acesso em 20 mai. 2016.

- SÃO PAULO. (2014). Ameaçado de extinção. Disponível em: <http://fflorestal.sp.gov.br/2014/02/27/ameacado-de-extincao/>. Acesso em 2 mai. 2016.
- SÃO PAULO. (2014b). **Serra do Mar e Mosaicos da Mata Atlântica: uma experiência de recuperação socioambiental**. São Paulo: KPMO Cultura e Arte, 136p.
- SÃO PAULO. (2015a). **Mapa SIGAM ambiental SP**. Disponível em: <http://sigam.cloudapp.net/sigam2/Default.aspx?idPagina=13231>. Acesso em 20 fev. 2015.
- SÃO PAULO. (2015b). **Ação de fiscalização coíbe pesca indevida no entorno do Parque Estadual Ilha Anchieta**. Disponível em: <http://fflorestal.sp.gov.br/2015/04/01/acao-de-fiscalizacao-coibe-pesca-indevida-no-entorno-do-parque-estadual-ilha-anchieta/>. Acesso em 2 mai. 2016.
- SÃO PAULO. (sem data, *on line*). Programa Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Mosaicos da Mata Atlântica. Secretaria do Meio Ambiente. Disponível em: <http://serradomar.sp.gov.br/o-programa/>. Acesso em 20 mai. 2016.
- SCHMIDT, C. B. (1948). **Alguns aspectos da pesca no litoral paulista**. p.41., Diretoria de publicidade agrícola – Secretaria da agricultura do Estado de São Paulo. Separata da Revista do Museu Paulista, Nova série, vol. 1, 1947, São Paulo, Brasil.
- SECKENDORFF, R. W. von; AZEVEDO, V. G. de (2007). **Abordagem histórica da pesca da tainha *Mugil platanus* e do parati *Mugil curema* (perciformes: mugilidae) no litoral norte do Estado de São Paulo**. Série Relatórios Técnicos, São Paulo, nº 28, 8p.. Disponível em: ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/serreltec_28.pdf. Acesso em 6 out. 2010.
- SECKENDORFF, R.W. von; AZEVEDO, V.G.; MARTINS, J.K.. (2009). **Sobre a técnica construtiva da arte de pesca de cerco flutuante no litoral norte de São Paulo, Brasil**. Série Relatórios Técnicos, São Paulo, nº 40, 16p.. Disponível em: ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/serreltec_40.pdf. Acesso em 29 mai. 2016.
- SEIXAS, Cristiana, KALIKOSKI, Daniela. (2009). Gestão participativa da pesca no Brasil: levantamento das iniciativas e documentação dos processos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, nº 20, p. 119-139, jul./dez. 2009.
- SENA, Paulo Sergio de.. (1999). **Diálogos na fronteira sócio-ambiental**. São Paulo, Lorena: Stiliano, 94p..
- SETTI, Kilza. (1985). **Ubatuba nos cantos das praias**. São Paulo: Ática.
- SILVA, L. G. (2001). **A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX)**. Campinas: Papirus. 259p..
- SOBRAL, J. Amandio. (1908) A Ilha dos Porcos. In. **Correio Paulistano**. Edição de 22 de outubro de 1908. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_06&PagFis=14154. Acesso em 18 abr. 2016.
- SOUZA, Maurício Pereira de. (2013). O caleidoscópio Paulo Camilher Florençano e o seu olhar fotográfico. Monografia de graduação em História. (Ciências Sociais e Letras). Universidade de Taubaté, UNITAU. 132p.
- STADEN, Hans. (1557). **Warhaftige Historia vnd beschreibung eyner Landtschafft der Wilden...** Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/06000100>. Acesso em 5 ago. 2015.
- STADEN, Hans. (1900). **Suas viagens e cativoiro entre os selvagens do Brasil**. Tradução: Alberto Löfgren, Teodoro Sampaio. Edição comemorativa do 4º Centenário. Instituto Histórico e Geografico de São Paulo. Typ. da Casa Eclectica, São Paulo. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01737100>>. Acesso em 5 ago. 2015.

- STADEN, Hans. (1942). **Duas viagens ao Brasil**. Arrojadas aventuras no século XVI entre os antropófagos do Novo Mundo. Livro Primeiro: As viagens. Livro Segundo: A terra e seus habitantes. Tradução de Guiomar de Carvalho Franco. São Paulo: Sociedade Hans Staden.
- THOMPSON, Paul. (2002). História oral e contemporaneidade. **História Oral**, n.5, junho de 2002, Associação Brasileira de História Oral. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=issue&op=view&path%5B%5D=8>. Acesso em 6 nov. 2015.
- THOREAU, H. (2006). **Desobediência civil**. Edição em pdf, e-BookBrasil.org. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/desobedienciacivil.pdf>. Acesso em 1 jul. 2016.
- TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. (2009). A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 31-45, jul./dez., Editora UFPR, (2009), p.31-45. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/view/14519/10948>. Acesso em 12 jun. 2014.
- TSUJI, Tito Carvalho. (2011). **Sustentabilidade de recursos pesqueiros, pesca artesanal e cooperativismo: análise de duas experiências no Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade de Ecossistemas). Universidade Federal do Maranhão. 148p.
- TUNAY, Affonso de. (1953). **João Ramalho e Santo André da Borda do Campo**. Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, São Paulo.
- TUOFF, M. (2002). General application: The Policy. In: LINSTONE, H. A.; TUOFF, M. (org.). **The Delphi Method: techniques and Applications**. Newark: New Jersey Institute of Technology, 2002, p.80-96. Disponível em: <http://is.njit.edu/pubs/delphibook/>. Acesso em 20 jan. 2015.
- UBATUBA. (2006). **Lei Municipal Complementar nº 2892 de 15 de dezembro de 2006**. Disponível em: https://cidadeubatuba.files.wordpress.com/2015/06/lei_2006_2892_plano-diretor_ubatuba.pdf. Acesso em 27 abr. 2016.
- UCHOA, D. P.. (1993). Conheça A Pré-História de Ubatuba. **Igarati Revista**, p. 7-13, maio, Guapuruvu Serviços Editoriais, 1993.
- UCHOA, D. P.. (2009). **A Ilha do Mar Virado: um estudo de um sítio arqueológico no litoral do Estado de São Paulo**. CLIO. Série Arqueológica (UFPE), v. 24, p. 7-40.
- UNESCO. (2014). Disponível em: <http://en.unesco.org/about-us/introducing-unesco>. Acesso em 7 nov. 2014.
- VERSCHLEISSER, Roberto. (1990). **Com quantos paus se faz uma canoa: um estudo de casos**. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) Escola de Belas Artes, UFRJ. Rio de Janeiro. 203p.
- VIANNA, Lucila Pinsard. (1992). **Relatório da Vila de Picinguaba**. (Coord.). Adriana Mattoso. Secretaria do Meio Ambiente, PESM, IF.
- VIANNA, Lucila Pinsard. (2008). **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo, Annablume, Fapesp, 340 p.
- VIANNA, Paulo. (1986). **A Ilha Anchieta e eu**. Taubaté: Vega Lux, p.176.
- VIANNA, Paulo. (1987). **O levante da Ilha Anchieta... e algo mais**. Taubaté: edição do autor, p.283.
- VIEIRA, Paulo F.. (1995). A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990). In: HOGAN, Daniel J.; VIEIRA, Paulo F.. (Org.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da Unicamp. p.73-102.
- VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Hector R.. (1995). A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1979-1991: do bisetorialismo preservacionista para o multisetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, Daniel J.; VIEIRA, Paulo F.. (Org.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da Unicamp. p.103-147.

WILBERFORCE, Edward. (2013). **Brazil viewed through a naval glass: with on slavery the and the slave**. London: Forgotten Books. (Original work published 1856). Disponível em: http://www.forgottenbooks.com/readbook_text/Brazil_Viewed_Through_a_Naval_Glass_1000796350/137. Acesso em 20 out. 2013.

WILLEMS, E. (2003). **A Ilha de Búzios: uma comunidade caiçara no sul do Brasil**. São Paulo: Hucitec. p.185.

WITTER, J. S. (1974). **Dossiê Witter**. Compilação de rascunhos e manuscritos do relatório do Projeto Ilha Anchieta encomendado pela empresa de arquitetura Conserve. Centro de Apoio à Pesquisa em História (CAPH) - USP.

WSFC. (2010). Disponível em: http://worldsmallscalefisheries.blogspot.com.br/2010_11_01_archive.html. Acesso em 20 fev. 2015.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. (2006). Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 26, n. 51, jun. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em 26 set. 2014.

INFORMAÇÕES PESSOAIS

AMENOMORI, Sandra N.. (2013). **Doutora em antropologia, perita do MPF-DF**. Comunicação pessoal. Entrevista via comunicação eletrônica.

CAMPOLIM, Marcos. (2010). **Gestão pesqueira em áreas marinhas protegidas**. Apresentação ao CT Pesca da APA Marinha do Litoral Norte em 14 de junho de 2010. Apresentação disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/cea/files/2011/12/MarcosCampolim.pdf>. Acesso em 4 jun. 2016.

DA GRAÇA, James Jardim. (2001 a 2016). **Mestre Caiçara da Praia da Enseada**. Comunicação pessoal. Convivência e entrevistas semiestruturadas.

DAMÁSIO, Elvino de Oliveira. (2005 a 2011). **Mestre Caiçara e Técnico extensionista pesqueiro do Instituto de Pesca, Base de Ubatuba**. Comunicação pessoal. Convivência.

DE GÓIS, Nelson. (2001 a 2016). **Mestre Caiçara da Praia da Enseada**. Comunicação pessoal. Convivência e entrevistas semiestruturadas.

DE JESUS, João Batista. (2001 a 2016). **Pescador Caiçara da Praia da Enseada**. Comunicação pessoal. Convivência e entrevistas semiestruturadas.

DE JESUS, Olímpio Salomé. (2001 a 2016). **Pescador Caiçara da Praia da Enseada**. Comunicação pessoal. Convivência e entrevistas semiestruturadas.

DE JESUS, Paulo Luiz. (2001 a 2016). **Pescador Caiçara da Praia da Enseada**. Comunicação pessoal. Convivência e entrevistas semiestruturadas.

DE JESUS, Pedro Paulo Salomé. (2001 a 2016). **Pescador Caiçara da Praia da Enseada**. Comunicação pessoal. Convivência e entrevistas semiestruturadas.

DE OLIVEIRA, Benedito Lourenço. (2001 a 2015). **Mestre Caiçara da Praia da Enseada**. Comunicação pessoal. Convivência e entrevistas semiestruturadas.

DE OLIVEIRA FILHO, Sebastião Lourenço. (2001 a 2016). **Mestre Caiçara da Praia da Enseada**. Comunicação pessoal. Convivência e entrevistas semiestruturadas.

DOS SANTOS, Antenor. (2001 a 2016). **Mestre Caiçara da Praia da Enseada**. Comunicação pessoal. Convivência e entrevistas semiestruturadas.

DOS SANTOS, José Ronaldo. (2015). **Pesquisador e Mestre Caiçara**. Professor. Entrevista via comunicação eletrônica.

GIRAUD, Sebastião José. (1979 a 2016). **Mestre Caiçara da Praia da Enseada**. Comunicação pessoal. Convivência e entrevistas semiestruturadas.

RIBARIC, Adrian. (2009) **Estudo sobre a geração de conhecimentos, saberes e expressões culturais**. Estudo III, UNESCO, Projeto conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais no âmbito do PRODEC em seus aspectos antropológicos. Relatório Interno UNESCO, enviado pelo autor por meio eletrônico.

RIBARIC, Adrian. (2016) **Laudo antropológico da comunidade quilombola de Mundo Novo, Paraíba**. Item 1.2.3. Registro da memória, enviado pelo autor por meio eletrônico.

KLINK, Amir. (2010) **1ª Oficina de Mestres Canoeiros**. Praia da Enseada, julho de 2010.

TAMAR. (2013). **Emalhe costeiro e tartarugas marinhas em Ubatuba: ações participativas para a conservação**. Apresentação/palestra feita à Associação Pescadores da Enseada, ocorrida no *Rancho do Paulinho* em 19 de julho de 2013. Disponível em: <https://soundcloud.com/bambuluz/tamar-rede-de-costeira-enseada-ape>. Acesso em 1 jul. 2016.

VIANNA, Lucila .Pinsard. (2016). **X Seminário de manejo integrado: interdisciplinaridade nas ciências do mar: construindo uma ciência pós-normal**. Oceanos e sociedade. 3 de junho de 2016, São Paulo, Instituto Oceanográfico da USP. Minuto 116 a 118:20. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/midiateca/video/videos-2016/x-seminario-de-manejo-integrado>. Acesso em 15 jul. 2016.

Figura 68 - O sonho colorido do Paulinho, real. Ao fundo a *Prainha* (Praia do Góis/Praia do Giró), o *Morro do Espia* e a casinha dele escondida no coqueiral. Foto: Peter S. Németh, Praia da Enseada, julho de 2010.

Figura 69 - O sonho “prateado” do Paulinho, real: Uma tonelada de *tainha só de ova*! Foto: Emídio de Jesus, *Rancho do Paulinho (Os Cafés)*, *Morro do Espia*, Enseada do Flamengo, junho de 2016.

APÊNDICES

Apêndice A. Questionário semiestruturado não dirigido

- 1- Nome:
- 2- Data de nascimento: / / .
- 3- Local em que nasceu:
- 4- Nome dos pais?
- 5- Nome dos avós?
- 6- De onde a família veio, nasceram e moraram?
- 7- Qual a profissão/atividade dos pais e avós?
- 8- Se considera/reconhece como caiçara?
- 9- Consegue explicar o que é “ser” caiçara?
- 10- Você é pescador?
- 11- Há quanto tempo é pescador?
- 12- Vive só da pesca ou tem outra fonte de renda? Qual?
- 13- Pesca quantos dias por semana?
- 14- Quanto (%) a pesca representa para seu sustento (\$)?
- 15- Qual tipo de pescaria você gosta mais? Por quê?
- 16- Quais as principais pescarias da Enseada e Ilha Anchieta?
- 17- Quais as espécies/peixes principais pescados?
- 18- Dessas quais você mais pesca?
- 19- Existem épocas do ano para cada espécie/peixe? Você lembra quais?
- 20- Você consegue me explicar o que é um pesqueiro?
- 21- Para cada espécie/peixe, existe um local de pesca certo, ou não?
- 22- Você pode me dar alguns exemplos? Garoupa, corvina, tainha, parati, camarão branco, sete barbas, lula, robalo, vermelho, pescadinha, betara, espada, carapau, sororoca, cavala, bonito, peixe-porco, anchova, lagosta, santola, guaiá, marisco?
- 23- Consegue me dizer se existe algum lugar/pesqueiro que você considere “pertencer” somente ao pescador da Enseada? Ex. Por que o pessoal do Perequê-Mirim não larga rede no Porto Velho?
- 24- O mar é de todo mundo, qualquer um pode pescar?
- 25- Existe alguma regra para largar a rede e não estragar o pesqueiro ou atrapalhar a rede dos outros? Quais? Ex. Distância do cerco flutuante, tempo de fundeio/visita, visitar a rede dos outros, largar a rede no porto, largar a rede por cima da outra.
- 26- Existe o segredo de alguns pesqueiros? Como?
- 27- Qual o melhor local de pesca/pesqueiro da região? Por quê?
- 28- Quais os locais de pesca que você mais usa? Por quê?

- 29- Existem outros locais especiais de pesca? Onde?
- 30- Cada pescueiro tem um tipo de peixe ou não?
- 31- Como você decide em qual pescueiro vai? Ex. cor, temperatura, correnteza da água; época/safra; pegadeira; dica/notícia; palpite/sorte; isca certa?
- 32- Você lembra onde pescou e o que e quanto matou no último mês?
- 33- Qual foi a maior/melhor pescaria que já fez na vida?
- 33- Qual foi o maior peixe que você já pescou, onde e como?
- 34- O que é/significa pra você, preservação do meio ambiente?
- 35- O que você pensa sobre a área proibida da Ilha Anchieta?
- 36- Você acha certo ou errado a proibição?
- 37- Tem gente que ainda pesca lá, quem e o que pesca?
- 38- Você acha que a proibição atrapalhou de algum modo sua vida?
- 39- Você tem saudade de pescar lá? Por quê?
- 40- Se você pudesse pescar lá hoje, aonde iria? Por quê?
- 41- Quem te ensinou esses pescueiros, como foi?
- 42- Você já descobriu algum pescueiro? Como foi?
- 43- Você acha possível um modo de continuar pescando na Ilha e preservar o peixe? Como?
- 44- Existem tipos de pescaria que destroem, fazem “estragação”, mais do que as outras? Quais?
- 45- Existe fiscalização da Ilha Anchieta?
- 46- Você já foi fiscalizado no mar? Como e por quê?
- 47- Você já foi autuado/multado? Como e por quê?
- 48- Qual o futuro da pescaria/pesca artesanal? Por quê?
- 49- Qual o futuro do peixe? Por quê?
- 50- Você consegue explicar o que é tradição?
- 51- Você acha que os jovens vão continuar com a pescaria? Por quê?
- 52- Como a maré, lua, temperatura, vento, ajudam ou atrapalham a pescaria? Ex. lama, limo mingau, limo bravo, ardentia, água viva, cor da água, fria-quente, parado-puto, água leste-água sul?
- 53- Comparando o *tempo* antigo com hoje, o que melhorou e o que piorou?

VOLTAR PARA AS ESPÉCIES DE PEIXES

- 54- Quando, onde e como é pescada?
- 55- Época do ano?
- 56- Água? Ex. cor da água, água clara ou escura, água quente ou fria, maré ao leste ou ao sul, maré cheia ou seca, mar puto ou manso?
- 57- Noite ou dia?
- 58- Claro ou escuro da lua?

59- Quais os pescueiros da espécie/peixe?

60- Tem marcação? Qual?

61- É peixe daqui ou peixe de fora?

SINAIS DE PEIXE

62- Quais são os sinais que indicam o peixe? Ex. passarinho flechando; aguagem grossa/cinzeiro; comedio; ardentia; relampear.

63- É possível identificar o tipo de peixe pelo tipo de cinzeiro/aguagem/ardentia?

64- É possível identificar o tipo de peixe pela cantoria que ele faz?

65- Quais peixes cantam e como é a cantoria? Tem horário para a cantoria?

66- Quais são os peixes que andam juntos? Ex. junto com a sardinha; com a lula; no cerco flutuante, na pesca de linha de fundo, na linha de corrico, na rede de costeira, na rede de fundo, na rede boiada, no arrasto de camarão, na rede de tainha, na rede de parati, no picaré, no arrastão de praia.

67- Você me autoriza a divulgar na pesquisa seu nome e suas informações?

68- Você pode me dar seu endereço e telefone de contato para qualquer dúvida?

SINAIS DO TEMPO

69- Ventos? Ex. Lestada = tempo bom; Noroeste = “Ele”, vento quente, sem rumo certo que traz chuva; Lá sueste = chuva fina e fria que dura dias; Sudoeste = traz as tainhas e dá maresia; Norte = “Se é norte, é pouco mas é forte”; Salseiro.

70- Tipos de nuvens e significados? Ex. Rabo de galo = o tempo vai arruinar em 3 dias; Queimado de noroeste = idem; Macaco de nuvem = cumulonimbus, vai vir trovoadas; nuvem correndo = vai vir vento/chuva, Oratório = idem.

71- Quais épocas do ano que dão os determinados ventos?

72- Os ventos/sinais mudaram do tempo antigo para agora? Dá para prever hoje?

Muito obrigado!

Figura 70 - Pescaria fraca do Ico: 3 cruvina, 2 branco, 1 caçãozinho e 8 porquinho. “Pra você Alemão... já limpo... faço 30 reais... tá bom assim?” Foto: Peter Santos Németh, Enseada, julho de 2015.

Apêndice B. Fluxograma cronológico dos documentos que integram o Dossiê Prochaska

ANEXOS

Anexo A. Autorização para pesca científica dentro do Polígono de Interdição

Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 46591-1	Data da Emissão: 20/01/2015 17:27	Data para Revalidação*: 19/02/2016
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Peter Santos Németh	CPF: 150.187.698-82
Título do Projeto: A TRADIÇÃO PESQUEIRA CAIÇARA DA ILHA ANCHIETA EM UBATUBA, SÃO PAULO; OS IMPACTOS DA CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL SOBRE A REPRODUÇÃO SOCIOCULTURAL E O DIREITO DE USO DOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS.	
Nome da Instituição: Instituto	CNPJ: 63.025.530/0042-82

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	captura e soltura de garoupas em pesqueiros tradicionais e eventual coleta de espécime morto	10/2014	07/2016

Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio e o material biológico coletado apreendido nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/cgen .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1		SP	Polígono de Interdição Portaria Sudepe N-056 de 10-11-1983	Fora de UC Federal

Atividades X Táxons

#	Atividade	Táxons
1	Captura de animais silvestres in situ	Epinephelus

Material e métodos

1	Método de captura/coleta (Peixes)	Anzol e linha (op.manual): linha de mão, de corso, carretilha, molinete, corrico, vara e isca viva
---	-----------------------------------	--

Destino do material biológico coletado

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 53822458

Página 1/4

Anexo B. Carta de apresentação solicitando o uso dos dados estatísticos do PROPESQ

NUPAUB – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP

Eu, Prof. Dr. Antonio Carlos Diegues, diretor científico do NUPAUB-USP, venho por meio desta solicitar junto ao Exmo. Sr. Diretor da Base de Ubatuba do Instituto de Pesca/APTA/SAA-SP, Eduardo Gomes Sanches, os dados do Relatório de Produção Pesqueira da região da Enseada do Flamengo em Ubatuba, para fins de uso em dissertação de mestrado junto ao PROCAM-USP do meu orientando, o Sr. Peter Santos Németh.

Sua dissertação versa sobre territorialidade e reprodução sociocultural da comunidade pesqueira artesanal tradicional da Enseada do Flamengo e os potenciais conflitos outras atividades existentes na região como a pesca industrial, o arrasto de porta, o manejo de áreas protegidas e a poluição marinha.

Os importantes dados coletados por esse Instituto, tanto junto aos pescadores individualizados quanto dos tipos de uso/artes e espécies alvo, dessa região (Enseada do Flamengo, Largo Sul da Ilha Anchieta e Largo Leste da Ilha Anchieta), serão de grande valia para o cruzamento e validação ou não dos dados coletados pela pesquisa de campo realizada junto aos pescadores locais.

Dados como:

- 1- principais artes de pesca praticadas;
- 2- espécies capturadas e quantidade;
- 3- épocas do ano em que ocorrem;
- 4- tipos de embarcação utilizada;

poderão corroborar o conhecimento tradicional apurado por nossa pesquisa local.
Desde já agradecemos a atenção e nos dispomos para maiores informações.

Atenciosamente.

Antonio Carlos Diegues
Nupaub, 12 de fevereiro de 2015

Rua do Anfiteatro, 181 – Colméia – Favo 6 – Universidade de São Paulo – Cidade Universitária
CEP: 05508-900 – SP – Brasil. Telefone 00 55 (11) 30913142 – 3091-3425
Fax: 00 55 (11) 3813-5819. E-mail: nupaub@usp.br / Site: www.usp.br/nupaub

Anexo C. Procurações autorizando o uso dos dados estatísticos do PROPESQ

AUTORIZAÇÃO

Eu, JOÃO BATISTA DE JESUS, proprietário da embarcação _____ portador do documento de identificação RG 30.00.00.00, autorizo o Sr. Peter Santos Németh, portador do documento de identificação RG 18.596.988, a receber e utilizar os dados do Relatório de Produção Pesqueira de minha embarcação referentes à todo o período de apuração, desde o início da coleta de dados até o mais recente, fornecidos ao Instituto de Pesca/APTA/SAA-SP, para fins de uso em dissertação de mestrado junto ao PROCAM-USP e sob orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos Diegues, diretor científico do NUPAUB-USP.

Ubatuba, 20 de Julho de 20 15

João Batista de Jesus

AUTORIZAÇÃO

Eu, Paulo Luiz de Jesus, proprietário da embarcação AVA PAULA portador do documento de identificação RG 25.00.00.00, autorizo o Sr. Peter Santos Németh, portador do documento de identificação RG 18.596.988, a receber e utilizar os dados do Relatório de Produção Pesqueira de minha embarcação referentes à todo o período de apuração, desde o início da coleta de dados até o mais recente, fornecidos ao Instituto de Pesca/APTA/SAA-SP, para fins de uso em dissertação de mestrado junto ao PROCAM-USP e sob orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos Diegues, diretor científico do NUPAUB-USP.

Ubatuba, 20 de Julho de 20 15

Paulo Luiz de Jesus

AUTORIZAÇÃO

Eu, JAMES JARDIM DA GUÇA, proprietário da embarcação GALILEU E SAZARITA portador do documento de identificação RG 10.00.00.00, autorizo o Sr. Peter Santos Németh, portador do documento de identificação RG 18.596.988, a receber e utilizar os dados do Relatório de Produção Pesqueira de minha embarcação referentes à todo o período de apuração, desde o início da coleta de dados até o mais recente, fornecidos ao Instituto de Pesca/APTA/SAA-SP, para fins de uso em dissertação de mestrado junto ao PROCAM-USP e sob orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos Diegues, diretor científico do NUPAUB-USP.

Ubatuba, 20 de Julho de 20 15

James Jardim da Guça

AUTORIZAÇÃO

Eu, Antenor dos Santos, proprietário da embarcação _____ portador do documento de identificação RG 10.00.00.00, autorizo o Sr. Peter Santos Németh, portador do documento de identificação RG 18.596.988, a receber e utilizar os dados do Relatório de Produção Pesqueira de minha embarcação referentes à todo o período de apuração, desde o início da coleta de dados até o mais recente, fornecidos ao Instituto de Pesca/APTA/SAA-SP, para fins de uso em dissertação de mestrado junto ao PROCAM-USP e sob orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos Diegues, diretor científico do NUPAUB-USP.

Ubatuba, 20 de Julho de 20 15

Antenor dos Santos